



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGPP**

**KÁTYA DE BRITO E SILVA**

**PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS E RURALIDADES: aproximações e  
desafios para a profissão**

Teresina-PI

2017

KÁTYA DE BRITO E SILVA

**PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS E RURALIDADES: aproximações e desafios para a profissão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Políticas Públicas. Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Linha de pesquisa: cultura, identidade e processos sociais.

Teresina-PI

2017

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

S586p Silva, Kátya de Brito e.  
Psicologia nas políticas sociais e ruralidades:  
aproximações e desafios para a profissão / Kátya de Brito e  
Silva. – 2017.  
206 f.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –  
Universidade Federal do Piauí, 2017.  
Orientação: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo.

1. Ruralidade. 2. Psicologia. 3. Políticas Sociais. I.  
Título.

CDD 361

KÁTYA DE BRITO E SILVA

**PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS E RURALIDADES: aproximações e desafios para a profissão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do Prof<sup>o</sup>. Dr. João Paulo Sales Macedo, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Políticas Públicas. Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Linha de pesquisa: cultura, identidade e processos sociais.

Aprovada em: 05/04/2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. João Paulo Sales Macedo (Orientador)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes (Examinadora Interna)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Jäder Ferreira Leite (Examinador Externo)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Aos meus pais, José Helder e Lúcia, que com todo amor, dedicação e respeito, sempre me fizeram acreditar nos meus sonhos, dando-me força e oportunidades para construir os caminhos até eles.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Paulo Macedo. Sua presença, desde a graduação, tem sido fundamental para meu desenvolvimento profissional e pessoal. O seu apoio e competência foram fundamentais para que eu conseguisse inserir-me em um campo tão novo para a Psicologia, que demandou tantos novos e diferentes olhares e leituras. Sou grata por ter a oportunidade de trilhar meu percurso acadêmico junto a uma pessoa tão sábia, contagiante e generosa. Obrigada por todos os ensinamentos!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de formação de pesquisadora.

Às/aos psicólogas/os que aceitaram participar deste estudo, pela disponibilidade e incentivo à pesquisa, bem como a todas/os as/os profissionais e pessoas residentes dos municípios que conheci ao longo deste caminho, pelos bons encontros.

À professora Dra. Maria Dione Moraes pela tão boa companhia nos momentos de sala de aula e nas qualificações. Obrigada por ter acompanhado de pertinho a construção deste trabalho. Agradeço suas atenciosas contribuições, incentivo e espaço ofertado na disciplina “Sociologia Rural”, assim como pelos livros e sugestões de leitura.

Aos professores Drs. Dênis Carvalho e Jáder Leite, que ajudaram na composição deste trabalho. Obrigada por aceitarem o convite para participar das qualificações e defesa, e pelas valiosas contribuições.

A minha mãe, Lúcia, tão amorosa, atenciosa e serena. Seus cuidados foram essenciais em toda esta trajetória, desde a etapa de preparação para a seleção até a etapa final. Nesse processo, algumas vezes cansativo, tive colo e incentivo certos. Obrigada, minha princesa, por cada gesto de amor! Ao meu pai, José Helder, por não medir esforços para que eu pudesse concretizar este projeto. Obrigada, meu amado pai, pelo seu apoio, cuidado e respeito! Meus pais, sou infinitamente grata a vocês por tudo!

Ao meu irmão, Herbert; e meu sobrinho, João Pedro, que apesar da distância sempre estiveram presentes, dando-me ânimo ao longo desta jornada. Por me contagiarem nas conversas virtuais e por telefonemas.

Às/aos tias/os e primas/os, bem como a todas/os da família que estiveram presente em todo este tempo. Pela torcida e por entenderem quando eu não podia estar presente em alguns momentos familiares, o que sempre foi difícil para mim, pois adoro estar com vocês!

As minhas amigas e amigos, por acreditarem em mim, estando presentes com suas energias positivas. A torcida e o carinho de vocês foram fundamentais; à Anne por sua

disponibilidade, mesmo na correria da Residência Multiprofissional. Obrigada pela ajuda na busca pelo apartamento; a minha amiga Maira Sousa, amizade-dádiva, da graduação para a vida. Gratidão por sua presença constante, apesar da distância; à amiga Savanna, obrigada por ajudar a tornar o processo de escrita final deste trabalho menos cansativo, com sua agradável companhia e escuta sensível; à Mayara, por todo incentivo; ao amigo Jefferson por me acompanhar desde a graduação com sua alegria, sabedoria e orientações; à Kika, companheira da graduação, que me abrigou em sua casa sempre que precisei ir a Parnaíba para as orientações.

De maneira especial, à amiga Adrielly, companheira de turma, lar e afeto. Obrigada pelo cuidado e parceria, e por me acompanhar no processo de crescimento acadêmico e pessoal. Por me ajudar de maneira tão simples, generosa e verdadeira a enxergar minha existência. Com você aprendi sobre vida e pesquisa, e sobre como é possível unir serenidade com prazos, rs. Sabes o quanto é importante para mim!

Aos amigos dos grupos de oração “Aliança com Deus” e “PETRUS”, pelas boas companhias e orações.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, e à Secretária do Programa, Laiane, que sempre me ajudou com toda dedicação.

A todas/os as/os alunas/os da minha turma de Mestrado, pelos momentos tão agradáveis de convivência. De maneira especial, à Diaponira, à Denise, à Ana Valéria, à Poliana, e ao Marcos, pelas companhias tão valiosas e por estarem sempre presentes para me ajudar. A todas/os as/os alunas/os da disciplina “Sociologia Rural”, momento fundamental e especial na minha trajetória de inserção no debate sobre rural. Por suas companhias tão cheias de afeto e energias do bem que se estenderam para além da sala de aula.

Ao professor Ricardo Costa pela disponibilidade em me acompanhar no estágio docência. Obrigada por todos os ensinamentos (desde a graduação) e pelas conversas sempre enriquecedoras. Às/aos alunas/os da disciplina “Psicologia da Educação” do curso de Filosofia, com quem tanto aprendi.

A todas/os que acreditaram neste projeto e que contribuíram para sua realização.

Ao meu Senhor e meu Deus, presença serena e constante. Companhia que sempre tem me ajudado a construir paz, confiança, força e perseverança. Gratidão, ao Seu amor e proteção.

## RESUMO

Esta pesquisa discute sobre a realidade do trabalho e os percursos profissionais trilhados por psicólogas/os que atuam nas políticas de saúde e assistência social em interface com os meios rurais. Trata-se de um estudo qualitativo, que contou com observação participante e conversas informais, registro em diário de campo e roteiro de entrevista semiestruturada junto a 06 psicólogas/os que atuam no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), na Equipe Volante do CRAS e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) de três municípios de pequeno porte do Estado do Piauí, localizados na macrorregião meio-norte, especificamente no território dos cocais: Brasileira, Milton Brandão e São João da Fronteira. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo temática, sendo organizados em cinco eixos de discussão: 1) Encontros com psicólogas/os: perfil das/os profissionais piauienses que trabalham em contextos rurais; 2) Inserção de psicólogas/os em contextos rurais: características e problematizações; 3) Sentidos de rural de psicólogas/os que atuam nas políticas sociais em municípios de pequeno porte no Piauí; 4) A atuação de psicólogas/os em contextos rurais; 5) A dimensão teórico-prática e ético-política nos caminhos profissionais de psicólogas/os nos contextos rurais. Os dados sugerem que psicólogas/os entendem rural como um lugar físico, caracterizado pela carência. As práticas têm sido marcadas pelo aspecto imediatista, sem terem por base referenciais teóricos voltados à leitura sobre a relação rural/urbano e à diversidade de povos rurais. Constatou-se, ainda, que a inserção nesse campo é marcada por desafios relativos tanto às políticas sociais como à própria formação profissional. Verificou-se que psicólogas/os não têm sido contempladas/os com experiências formativas relacionadas a ruralidades em suas graduações. Portanto, cabe a necessidade de repensar a formação em Psicologia relacionada diretamente ao projeto da profissão. É preciso investir na redefinição e reinvenção de formações e atuações consoantes com a efetivação da transformação da realidade das/os que vivem em contextos rurais, ajudando na materialização do projeto ético-político da profissão.

**Palavras-chave:** Ruralidade; Psicologia; Políticas Sociais.



## ABSTRACT

This paper discusses about the working reality and the professional paths crossed by psychologists that act in health politics and social assistance with connections to the rural ambient. This is a qualitative research, that relied on participative observation and informal chat, registered in a field diary and a semi-structured interview schedule with 06 psychologists that act in the Social Assistance Reference Center (CRAS), with the Moving Team from CRAS and the Family Health Aid Center (NASF) from three small Piauí towns located in the macroregion of the Middle North, specifically in the territory of Cocais: Brasileira, Milton Brandão and São João da Fronteira. The data was analysed based on thematic content analysis, being organized in five discussion axis. 1) Meeting with psychologists: The professional profile from the Piauí's professionals that work with rural matters. 2) Insertion of psychologists in the rural context: Characteristics and problematization. 3) Rural meaning from psychologists that work with social politics in small towns in Piauí. 4) The acting of the psychologists in rural contexts. 5) the practic-theoretical dimension and the political ethics of the psychologics in the rural field context. The data suggests that the psychologists understand rural as a physical space, characterized by the need. The practices have been branded by the aspect of short-sighted actions, without basis on theoretical references about the rural/urban relations and to the diversity of the rural people. It is found, also, that the insertion in the field is marked by challenges relative to the social politics and the professional formation. It was verified that the psychologists are not being fed with formative experiences related to rurality in their graduations. There fore, there is a need to re think the psychology formation related to the professional project. It is needed to invest in redefinition and reinvention of formations and actuations connected with the efetivation of the transformation of the reality of those who live in the rural context, helping in the materialization of the profession 'sethic-politic project.

**Keywords:** Rurality; Psychology; Social Politics.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b> Macrorregião e territórios do Piauí.....	116
--	-----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Distribuição dos municípios do Piauí por Macrorregiões e Territórios, Piauí, 2016.....	115
<b>Tabela 2</b> - Distribuição de equipamentos da rede de serviços básicos que contam com psicólogos/as, divididos por Macrorregiões e Territórios, Piauí, 2015/2016.....	117
<b>Tabela 3</b> - Relação dos municípios da macrorregião meio-norte, 2015/ 2016.....	119
<b>Tabela 4</b> - Distribuição da rede de serviços e das características dos Territórios da Cidadania. Piauí.....	120
<b>Tabela 5</b> - Perfil das/os psicólogas/os entrevistadas/os.....	121
<b>Tabela 6</b> - Formação das/os psicólogas/os.....	122
<b>Tabela 7</b> - Trajetória das/os psicólogas/os.....	124
<b>Tabela 8</b> - Condições de trabalho das/os psicólogas/os.....	126

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 -</b>	Sistemas de Proteção Básica (PSB) e Especial (PSE) do SUAS, 2009.....	65
<b>Quadro 2 -</b>	Marcas que identificam como a Psicologia - enquanto ciência e profissão - era requerida até a sua regulamentação em 1962.....	101
<b>Quadro 3 -</b>	Sentidos de rural.....	142
<b>Quadro 4 -</b>	Temas para a formação profissional e para as pesquisas em psicologia voltados para os povos rurais.....	164

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Atenção Básica
ABS	Atenção Básica em Saúde
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
CADSUAS	Sistema de Cadastro do SUAS
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREPOP	Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
eSF	Equipes de Saúde da Família
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
NOAS	Norma Operacional de Assistência à Saúde
NOB	Norma Operacional Básica
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PCS	Programa Comunidade Solidária
PePSIC	Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PNI	Política Nacional do Idoso
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade
PSF	Programa de Saúde da Família
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>PSICÓLOGAS/OS E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: interpelações para o exercício da profissão</b> .....	34
1.1 Questão social e questão agrária no Brasil.....	34
1.2 Políticas sociais no Brasil: respostas à questão social.....	42
1.3 Breve panorama sobre as Políticas de Saúde e Assistência Social.....	50
1.3.1 <i>Contextualizando o Sistema Único da Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</i> .....	52
1.4 A inserção de psicólogas/os nas Políticas Sociais no Brasil.....	59
1.4.1 <i>Psicólogas/os, SUS e SUAS: inserção e características no trabalho</i> .....	59
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>DEBATE SOBRE “RURAL” NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DE SUA APREENSÃO NA QUALIFICAÇÃO DO SABER-FAZER PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA</b> .....	68
2.1 Rural como categoria teórica.....	68
2.2 Realinhamentos teóricos sobre rural.....	76
2.2.1 <i>Do novo rural às múltiplas ruralidades</i> .....	76
2.2.2 <i>Formas de existência de povos rurais</i> .....	87
2.3 Da histórica relação da psicologia com o urbano ao encontro com contextos rurais: desafios teóricos e práticos.....	95
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>RURAL E PSICÓLOGAS/OS NO PIAUÍ: sentidos sobre rural e práticas profissionais</b> .....	113
3.1 Psicologia e contextos rurais no Piauí.....	113
3.1.1 <i>Políticas Sociais e rural no Piauí: o ambiente social da pesquisa</i> .....	113
3.2 Encontros com psicólogas/os: perfil das/os profissionais piauienses que trabalham em contextos rurais.....	121
3.3 Inserção de psicólogas/os em contextos rurais: características e problematizações.....	127
3.4 Sentidos de rural de psicólogas/os que atuam nas políticas sociais em municípios de pequeno porte no piauí.....	134
3.5 Atuação de psicólogas/os em contextos rurais.....	143
3.5.1 <i>Psicólogas/os e ruralidades: que intencionalidades?</i> .....	153
3.6 A dimensão teórico-prática e ético-política nos caminhos profissionais de	

	psicólogas/os em meios rurais.....	157
3.6.1	<i>Formação profissional de psicólogas/os para o trabalho com ruralidades:</i> <i>referenciais teóricos, problematização e</i> <i>perspectivas.....</i>	158
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	168
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	171
	<b>APÊNDICES.....</b>	200
	<b>ANEXO.....</b>	203

## INTRODUÇÃO

Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento (MORIN, 2003, p. 15).

A ruralidade não é mais possível de ser definida com base na oposição à urbanidade (CARNEIRO, 1998, p. 73).

Apresento a expressão de inquietações e posicionamentos construídos no caminho que percorri com psicólogos/os piauienses junto às ruralidades. Com a perspectiva de negar oposições, as palavras acima, de Morin (2003) e de Carneiro (1998), contextualizam a complexidade e a pluralidade de sentidos imbricados, construídos ao longo deste percurso e que se fazem presentes nas marcas<sup>1</sup> apresentadas por esta escrita. Por meio dessa, mais do que a apresentação de resultados, gostaria de explorar os desafios e possibilidades no encontro da Psicologia com as ruralidades.

Confesso que o questionamento da dicotomia foi central nesta trajetória. Dei-me conta que lidava com separações e contradições que algumas vezes pareciam irreconciliáveis. O rural *versus* urbano, atrasado *versus* moderno, pesquisadora *versus* objeto, local *versus* global e subjetividade *versus* objetividade. Então, o movimento de composição foi gradual, interessado em ultrapassar esses isolamentos e disposto a olhar para a complexidade e as relações que perpassam todos esses campos.

Nesse percurso, vi-me atravessada por incertezas suscitadas pelo encontro com novas/os autoras/es, disciplinas, conceitos e identidades. Foi quando tive que entender que precisava, de certa forma, realizar certo movimento de distanciamento da Psicologia e do papel de profissional, para compor lentes analíticas na construção do meu objeto de pesquisa, uma tarefa árdua. Aos poucos, esse processo foi se desenvolvendo, de maneira espontânea, quando as escolhas e posturas já estavam atravessadas por tantos “outros”.

Nesse sentido, quem vai falar nestas linhas não sou apenas eu, mas meu orientador, psicólogos/os, sociólogos/os, antropólogos/os, agrônomas/os, economistas, assistentes sociais e demais vozes de profissionais da saúde e da assistência social, e de pessoas residentes dos municípios que ajudaram a delinear e a compreender as relações entre psicólogos/os e rural. Por vezes, o discurso está em primeira pessoa e, por vezes, em terceira pessoa, considerando que as contribuições foram múltiplas.

---

<sup>1</sup> Um tipo de “memória invisível” que é mais do que a reconstituição de uma cronologia. “As marcas são sempre gênese de um devir” (ROLNIK, 1993, p. 1-2).



Trata-se, pois, de um emaranhado de vozes e posições que aos poucos ganharam expressão. Tal processo não se deu de maneira linear. Por vezes, a dificuldade de conectar as diferentes interpretações, a inquietação em colocar no papel as direções dos pensamentos e o receio em construir outros olhares, a partir do novo que ia ganhando expressão. Mas como Bourdieu (1989, p. 27) já tinha assinalado, o objeto de pesquisa faz parte de um processo em construção pela inter-relação entre teoria e metodologia, “um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas”.

Nesse caminho, considerando a desmistificação do critério de verdade do conhecimento científico, colocada por Morin (2003), encontrei na ação da escrita um ofício nada fácil. O desafio foi lidar com a inexistência de uma realidade única e concreta presente na ação da escrita, mas, também, no rural, entendendo que esse comporta uma diversidade de conceitos e posições que ajudam a olhar para as realidades. Assim, achei apoio nas palavras de Barros (2009, p. 32), quando referiu que a escrita é um modo-rizoma<sup>2</sup>, “não sabe de onde veio nem para onde vai, mas que consegue acompanhar pelas conexões que vai engendrando”, considerada por Rolnik (1993) uma prática conduzida e exigida por marcas.

Diante disso, compartilho as marcas advindas dos encontros que estabeleci com psicólogas/os que também partilharam comigo suas marcas construídas nos encontros estabelecidos com rural. De maneira mais específica, minha principal questão pode ser assim expressa: por quais percursos profissionais psicólogas/os têm trilhado nas políticas sociais nos meios rurais? É preciso entender, tendo por base Leite, Macedo, Dimenstein e Dantas (2013), que as políticas sociais convocaram psicólogas/os para os contextos rurais e que é por meio delas que as populações rurais têm acesso mais efetivo aos serviços dessas/es profissionais, levando em consideração que tanto a saúde quanto a assistência social devem estar capilarizadas nos mais diversos lugares e regiões, buscando efetivar um trabalho articulado, próximo e contínuo com as pessoas (BRASIL, 1990; MDS, 2012).

O objetivo geral do presente estudo é, portanto, discutir os percursos profissionais trilhados por psicólogas/os nas políticas de saúde e assistência social em interface com os meios rurais. Especificamente, busca apreender quais os sentidos de rural construídos por psicólogas/os e como atuam em meios rurais. Objetiva, ainda, identificar as formas de aproximação e inserção de psicólogas/os em meios rurais. Por fim, apreender as bases teórico-práticas e ético-políticas norteadoras da profissão, para atuar em meios rurais.

---

<sup>2</sup> Um tipo de escrita que se vai fazendo. Destituída de caráter identitário e de totalidade, quando “só dá para pegar pelo meio” (BARROS, 2009, p. 32).

Essas indagações e o desejo de realizar este estudo demonstram a indissociabilidade entre trabalho e vida, política e afeto, que se expressam na trajetória de uma piauiense, vinda de uma pequena cidade do interior, filha e neta de homens e mulheres do campo, graduada em Psicologia em um curso situado fora da capital, que teve sua primeira experiência profissional nas zonas urbana e rural, em um equipamento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de sua cidade.

Assim, o próprio fato de ter cursado uma graduação com sede fora da capital reavivou marcas que orientaram minhas escolhas profissionais de poder percorrer uma formação voltada para o campo das políticas públicas e da saúde mental. Porém, dessas experiências e aprofundamento teórico-técnico, mas, sobretudo, da formação ético-política proporcionada, percebi que a Psicologia, enquanto campo de conhecimento e exercício profissional, ainda estava distante da realidade de cidades pequenas e das populações rurais.

Conforme apontado por Albuquerque (1996; 2001), o debate sobre rural tem margeado a produção científica na Psicologia brasileira e, de certa forma, também a internacional, sendo que em muitos desses trabalhos, conforme indica o autor, ainda persiste o foco no urbano sobre os estudos em meios rurais no âmbito da Psicologia. Sobre isso, Landini *et al.* (2015) referem que são poucos os estudos que versam sobre o *ethos* “rural”, níveis de organização social, política e comunitária, trabalho, formas de adoecimento, processos educativos, relações familiares, cultura, regras sociais, atitudes, valores, sociabilidades etc.

Por isso, a justificativa de Albuquerque (2001; 2002) de que psicólogas/os têm pouco estudado rural, ao realizarem primordialmente uma Psicologia urbana. Como destaca Leite *et al.* (2013), tanto a formação como a atuação em Psicologia têm privilegiado habitantes e contextos urbanos. Sobre essas conclusões, é preciso lembrar que na década de 1980 havia uma diminuta presença da profissão em localidades fora das capitais e dos grandes centros urbanos, constatada por Rosas, Rosas e Xavier (1988), na clássica obra “Quem é o psicólogo brasileiro?”. As/os autoras/es indagaram, à época, se psicólogas/os seriam desnecessárias/os nas cidades do interior do Brasil. Na atualidade, a presença de psicólogas/os nas cidades do interior é uma realidade e, por isso, vem desafiando-as/os em meio a estas marcas urbanas da profissão (LEITE *et al.*, 2013; MACEDO; DIMENSTEIN, 2011a).

Ao deparar-me com a pertinência das constatações acima e aproximá-las das experiências pelas quais passei, atuando em contextos de ruralidades, penso que a Psicologia pode contribuir de forma qualificada, se superarmos alguns desafios postos à nossa ciência e profissão. Sem pretensão de esgotar a discussão, sumario alguns desses desafios. O primeiro está relacionado às contradições entre a ampliação dos espaços de atuação que psicólogas/os

têm tido no campo das políticas públicas, em especial no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), inclusive, com a regionalização e interiorização de vários serviços (que detalho adiante) e a barreira teórico-prática de profissionais em compreenderem e atuarem frente a essa realidade (CRUZ; GUARESCHI, 2009; LEITE *et al*, 2013; YAMAMOTO, 2010), especialmente, em meio a necessidades e condições de vida nos meios rurais, com sua diversidade de formas de organização e valores socioculturais, pluriatividade<sup>3</sup> do meio rural e precarização das políticas públicas.

Somam-se a esses desafios, outros suscitados a partir da minha própria prática profissional no CRAS, ao percorrer estradas, sentir o cheiro da terra, vivenciar culturas, aprender a negociar e pactuar ações, lidar com afetos diuturnamente, ter que manejar aquilo que estava invisível no campo das pretensões de uma profissional recém-formada, bem como na letra da política pública com suas portarias, resoluções e tipificações. Isso tudo me inundava de incertezas, inclusive, de um não-saber e um aprender que se teciam na experiência do cotidiano do trabalho. Porém, observava que a rapidez por respostas e soluções frente às demandas diárias do serviço (fome, pobreza, desemprego, violência, problemas mentais, dificuldade de acesso às políticas), acabavam por aprisionar-me, algumas vezes, num fazer pouco reflexivo. Parar para refletir e compreender os vetores que têm determinado a aproximação e as formas de trabalho de psicólogas/os com os meios rurais, e como isso se expressa no campo teórico-prático e ético-político da profissão, passou a ser um imperativo no meu percurso acadêmico-profissional.

Foi então que passei a questionar: quais têm sido as trajetórias de psicólogas/os nos meios rurais? Que respostas têm sido dadas? Que concepções circulam? Que impasses, desafios e potencialidades da aproximação com essas realidades têm sido vivenciados? Como psicólogas/os têm se colocado frente a tais desafios e possibilidades no Estado do Piauí?

Diante disso, pretendo, com este trabalho, contribuir com a produção de uma discussão crítica acerca da presença desta profissão no mundo rural, realidade essa pulsante em suas urgências, vozes, silêncios, dificuldades e potencialidades, sonhos e desejos. Portanto, defendo que psicólogas/os não podem tomar esses espaços apenas como campo para a ampliação de suas possibilidades profissionais, em função da abertura de mercado de trabalho que se coloca para a profissão. Mas que o façam de maneira ética, qualificada e

---

<sup>3</sup> Pode ser visualizada por meio de um mercado de trabalho que abarca desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.) e pela combinação de atividades típicas do meio urbano do setor terciário com o *management* das atividades agropecuárias. Isso faz com que os campos passem a ser olhados como oportunidade para novos negócios (SILVA, 1997; WANDERLEY, 2000).

comprometida com as realidades, condições e aspirações com que vivem os povos em meios rurais.

A intenção é problematizar a redefinição e a reinvenção de atuações e formações mais consoantes com o ideário das políticas públicas ao qual estamos vinculadas/os, na efetivação da transformação da realidade daquelas/es que assistimos nos meios rurais. Espero, da mesma forma, contribuir no debate sobre o compromisso social da profissão, que se torna hoje cada vez mais necessário, no sentido de avançar não apenas de tema a lema, como diria Yamamoto (2007), mas de lema à materialização do projeto ético-político da profissão. Afinal, “atuar com compromisso significa não somente superar o elitismo, mas dirigir a ação para rumos diferentes daqueles que têm consagrado a Psicologia” (YAMAMOTO, 2007, p. 34).

### **Concepção e operacionalização da pesquisa**

Para compor este estudo adotei o entendimento de pesquisa enquanto “prática social, de caráter processual, atravessada por questões de poder, morais, políticas, teóricas e culturais” (CORDEIRO *et al*, 2014, p. 44). A “realidade”, nessa perspectiva, “não pode ser simplificada como se fosse um instantâneo fotográfico” e os “dados” “não podem ser colhidos ou coletados num campo verdejante, natural” (SPINK; MEDRADO; MÉLLO, 2014, p. 26). Nessa direção, busquei compreender e problematizar o trabalho de psicólogas/os nas políticas sociais em meios rurais, afastando-me de qualquer ideal de generalização, neutralidade e previsibilidade.

Sobre as políticas sociais, são aqui concebidas como políticas de ação e como respostas e formas de enfrentamento às diferentes expressões da questão social, considerada, ao mesmo tempo, uma categoria teórica e política (BEHRING; BOSCHETTI, 2007; PEREIRA, 2009). A concepção de rural neste estudo, por sua vez, ultrapassa os sentidos relativos a atividades agrícolas, sendo considerado como uma categoria de reflexão teórica. Parto da ideia de rural associada a diversidades, heterogeneidades, multiplicidades de modos de vida, identidades e conexões com o urbano (CARNEIRO, 2008; SILVA, 1982; WANDERLEY, 2000).

Por isso, como você irá perceber, estarei chamando de rural não apenas a zona rural considerada como tal, nos municípios pesquisados, mas também suas sedes. Utilizou-se como critério as formulações do Programa Territórios da Cidadania, criado por Decreto e lançado pelo Governo Federal em fevereiro de 2008, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalização de programas básicos de cidadania. Isso, por meio de uma

estratégia de desenvolvimento territorial sustentável<sup>4</sup>. Deste modo, um território rural é definido por sua identidade social, econômica e cultural, tendo como requisitos: a) conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; b) densidade populacional menor que 80 habitantes/km<sup>2</sup>; c) organizados em territórios rurais de identidade; d) integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI). Os critérios utilizados para identificação dos territórios foco da atuação do Programa foram: a) menor IDH; b) maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; c) maior concentração de populações quilombolas e indígenas; d) maior número de beneficiários do PBF; e) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; f) maior organização social; g) pelo menos um território por estado da federação (BRASIL, 2008b).

No que diz respeito à abordagem metodológica, este estudo é de natureza qualitativa, que tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre as realidades de grupos sociais, instituições ou trajetórias. Nesse percurso, a subjetividade de quem pesquisa não é negada, pois se considera que está presente no próprio ato de pesquisar, expressa nas escolhas que são realizadas ao longo de todo o processo, do tema à análise do material (GOLDENBERG, 2004; MINAYO, 1993).

Fizeram parte deste estudo, seis psicólogas/os<sup>5</sup>, sendo uma pesquisa de tipo intencional e com amostragem não probabilística, pois não visou à representatividade e a generalização (GIL, 2008). Em relação ao *locus* empírico, a pesquisa foi realizada em dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), três Equipes Volantes do CRAS e um Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) de três municípios localizados no território da cidadania denominado cocais que são: Brasileira, São João da Fronteira e Milton Brandão. O processo de seleção desses municípios<sup>6</sup> visou à aproximação com psicólogas/os que atuam de maneira contínua em contextos rurais.

Sobre o processo de pesquisa, foi composto por três momentos. Inicialmente, realizei a leitura e a organização de pesquisas que versam sobre rural e psicologia, levantamentos bibliográficos nos campos da Sociologia, Antropologia, Psicologia, dentre outros; e

---

<sup>4</sup> Informação disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 24 jun. 2016.

<sup>5</sup> A opção pelo anonimato deu-se por conta de o *locus* empírico da pesquisa ser pequeno, assim como o número de participantes. Além disso, duas/dois entrevistadas/os não permitiram a gravação da entrevista. Considerando essas questões buscamos manter o sigilo sobre a identidade das/os psicólogas/os que foram identificadas/os com a letra P, seguida de uma numeração, a qual foi atribuída de forma aleatória, sem relação com os municípios em que trabalham.

<sup>6</sup> No capítulo quatro, onde tratarei do ambiente social da pesquisa, serão detalhados os critérios e o processo de escolha do *locus* empírico desta pesquisa.

levantamentos documentais referentes às políticas do SUS e do SUAS e à profissão de Psicologia. No segundo momento, iniciei a pesquisa de campo, por meio da imersão nas realidades de trabalho de psicólogas/os e nos municípios.

Na pesquisa de campo, utilizei como instrumentos a observação participante, as conversas informais, a entrevista semiestruturada (Apêndice A) e os registros no diário de campo. Essas estratégias metodológicas possibilitaram acompanhar os movimentos nos discursos e nas ações das/os participantes, pois comportaram espaços para que relatassem e demonstrassem suas vivências, sem nenhum tipo de impedimento, o que impossibilitaria a manifestação de conteúdos que pudessem contribuir para os resultados e, até mesmo, para o próprio direcionamento do processo de pesquisa. Desta forma, os conteúdos das observações e das entrevistas foram registrados e transcritos durante toda etapa de campo no processo de pesquisa.

No caso da observação participante, Gaskel (2003) entende que é por meio da participação e da observação que se busca dar visibilidade às contradições e às possibilidades de produzir sentidos, com a “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações” (p. 65). A pesquisa no cotidiano, de acordo com Cardona, Cordeiro e Brasilino (2014), supõe que pesquisadoras/es convivam em espaços de natureza pública, participem das ações e compartilhem da cultura, de maneira que possam compreender os sentidos produzidos pelas pessoas. Dessa maneira, a observação participante teve papel importante nesta pesquisa, pois permitiu o acesso a diálogos e interações com psicólogas/os em seus cotidianos de trabalho e a aproximação com seus comportamentos, sentimentos e pensamentos relativos ao mundo rural.

Além da observação, fiz uso da entrevista semiestruturada, que teve como finalidade a construção de uma narrativa que pudesse acompanhar o processo de pensamento das/os entrevistadas/os, pois como disse Gaskel (2003, p. 75), “talvez seja apenas falando que nós podemos saber o que pensamos”. As entrevistas foram realizadas tendo por base tópicos guia, que foram criados tendo por base os objetivos e os temas centrais da pesquisa (GASKEL, 2003) e envolveram aspectos sobre o perfil profissional, a aproximação e a inserção nos meios rurais, sentidos sobre rural, práticas em meios rurais e sobre as bases teórico-práticas e ético-políticas.

Com relação ao momento das entrevistas, foram realizadas no ambiente de trabalho das/os psicólogas/os e tiveram, em média, duração de uma hora e meia. Foram momentos em que tive o cuidado em realizar uma “escuta ativa e metódica” (BOURDIEU, 2008, p. 695). É válido ressaltar que ocorreram em locais fechados e públicos (sala de recepção, sala de

atendimento, sala do serviço de convivência) e aconteceram de maneira dinâmica, algumas vezes sendo interrompidas para que a/o profissional realizasse atendimentos, participasse de reunião, ou mesmo pela necessidade de deslocamento para outro local para realização de alguma atividade.

Além das entrevistas, utilizei as conversas informais como estratégia metodológica, entendendo que conversar é uma das maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações que estabelecem no cotidiano, pois ao formularem um enunciado, expressam seu horizonte conceitual, intenções e visão de mundo (MENEGON, 2013). Batista, Bernardes e Menegon (2014) consideram que as conversas são centrais na produção do conhecimento científico, pois valorizam os lugares de vivências, alteridade, diversidade, diálogo e encontro. Nesse sentido, tive oportunidade de conversar com psicólogas/os em diferentes situações, dentro e fora do serviço, como, por exemplo, nos momentos de almoço, lanche e viagens para locais onde foram desenvolvidos atividades e cursos.

E durante todo itinerário de realização desse momento empírico da pesquisa, recorri ao diário de campo como uma maneira de sistematizar as informações. Nele, registrei minhas impressões, que foram resultado de “conversas informais, observações de comportamentos contraditórios com as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados, entre outros aspectos” (MINAYO, 2006, p. 295). Para Spink, Medrado e Mélo (2014), os diários são linguagens em ação. São atuantes, produzem efeitos e mobilizam afetos, contribuindo para certa fluidez na pesquisa, à medida que se constroem relatos, dúvidas e impressões.

Finalmente, o último momento da pesquisa contou com a organização, o tratamento e a discussão dos resultados, que foram analisados a partir da análise de conteúdo, na categoria “Análise Temática”. Essa consiste na descoberta de núcleos de sentido que compõem uma comunicação, sendo operacionalizada em três etapas: a) Pré-análise, com a realização de uma leitura flutuante das comunicações, para entrar em contato com seus conteúdos de forma direta e intensa, valorizando-se os procedimentos exploratórios e a possibilidade de reformular hipóteses e objetivos. Nessa fase são determinadas as formas de categorizar o material e os conceitos teóricos que orientarão a análise; b) Exploração do material, com a categorização, que consiste em reduzir o texto em palavras e expressões significativas, realizando a classificação e junção dos dados, a partir de categorias teóricas ou empíricas que especificaram os temas; e, finalmente, o c) tratamento dos resultados obtidos e a interpretação. Nessa fase, realizam-se inferências e interpretações dos resultados obtidos, junto às dimensões teóricas (MINAYO, 2006).

De maneira mais específica, analisei os dados tendo por base os sentidos produzidos pelas/os psicólogas/os sobre rural e suas experiências em meios rurais, presentes nas entrevistas e nos registros das observações. Conforme Spink e Medrado (2013, p. 26), “estamos, a todo momento, em nossas pesquisas, convidando os participantes à produção de sentido”, entendendo sentido como construção social que ajuda as pessoas a compreenderem e lidarem com situações e fenômenos da vida cotidiana.

Assim, realizou-se a leitura detalhada de cada entrevista individualmente e dos registros do diário de campo. Em seguida, procedeu-se à categorização por meio do agrupamento dos dados, identificando-se os pontos comuns, divergentes e complementares nas e entre suas falas das/os participantes e os apontamentos que se sobressaíam, tendo por base os objetivos específicos da pesquisa e os aspectos teóricos. No final, cheguei aos seguintes eixos de discussão: a) Encontro com psicólogas/os: perfil das/os profissionais piauienses que trabalham em contextos rurais; b) Sentidos de rural de psicólogas/os que atuam nas políticas sociais em municípios de pequeno porte no Piauí; c) A atuação de psicólogas/os em contextos rurais; d) Inserção de psicólogas/os em meios rurais: características e problematizações; e) A dimensão teórico-prática e ético-política nos caminhos profissionais de psicólogas/os em meios rurais.

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, resalto a prioridade aos aspectos éticos, por meio da compreensão e postura, de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí, aprovada conforme CAAE 56181416.0.0000.5214. Foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), documento no qual foi especificado o consentimento da/o participante. Solicitei, ainda, autorização para gravação da entrevista, e resguardei o anonimato das/os psicólogas/os.

**Aproximações no campo de pesquisa:** inserção nos municípios e serviços e os encontros com psicólogas/os

Neste momento, compartilho um pouco da minha inserção nos municípios e respectivos serviços, e os encontros com as/os psicólogas/os, que ocorreram no período de maio a julho de 2016. A entrada no campo de pesquisa contou com aspectos facilitadores, tanto pelo fato de morar em uma das cidades, no caso Brasileira, como pela colaboração de gestoras/es, equipes e psicólogas/os. Inicialmente, realizei contatos prévios, entre os meses de janeiro e abril de 2016, com secretárias/os das instituições, por ocasião da solicitação das



autorizações institucionais para a realização da pesquisa, às quais foram prontamente assinadas. De uma maneira geral, contei com a ajuda de profissionais dos serviços gerais, de profissionais de outras instituições assim como de moradoras/es que intermediaram minha entrada no campo, demonstrando-se receptivas/os e dispostas/os a colaborar com informações.

Mas, também, houve aspectos que dificultaram, como o próprio deslocamento à sede dos municípios de São João da Fronteira e Milton Brandão. Devido à escassez de meios de transporte coletivo que fizessem linha direta aos locais, tive que planejar as viagens com bastante antecedência. Por vezes, o acesso ocorreu por meio de carona e hospedagem com colegas; e outras vezes, com um motorista particular, retornando ao final do dia para casa. Das externalidades que influenciaram diretamente na condução desta pesquisa, posso citar a disposição financeira para deslocamento, o estar inteiramente disponível para o trabalho de campo, muitas vezes sem meio de comunicação externa, como o uso de celular e *internet*, e a restrita disponibilidade de transporte nos serviços para deslocamento às zonas rurais dos municípios.

De uma maneira geral, minha inserção foi marcada pela circulação nas cidades, apreensão da rotina e *modus vivendi* de moradoras/es, além da imersão nos serviços propriamente ditos, com o acompanhamento do seu funcionamento e participação em diversas atividades: grupo de mulheres e de gestantes (NASF); grupo de crianças, adolescentes e idosas/os do SCFV (CRAS/Equipe Volante); palestras com docentes e discentes, e reuniões com as famílias nas escolas (NASF); visitas domiciliares (CRAS/Equipe Volante); visitas na zona rural dos municípios (NASF/Equipe Volante); visitas institucionais (escola, posto de saúde, prefeitura, câmara municipal); atendimento individual com permissão da pessoa; participação em festividades locais e em curso sobre drogas; conversas informais com estagiárias/os do serviço social e demais profissionais dos serviços, dentre outros.

Minha inserção teve início em Brasileira-PI, onde resido. Localizado a 172 km de Teresina, foi criado em 1991, sendo sua instalação de 1993, quando foi desmembrado do município de Piriipiri. Em relação aos aspectos socioeconômicos, conta, de acordo com os dados oficiais, com 7.966 habitantes, sendo 3.478 da zona urbana e 4.483 da zona rural. O PIB *per capita* é de R\$ 3.201,53 (CEPRO, 2013a; IBGE, 2010).

Uma característica marcante do município é sua estreita relação com a sede de Piriipiri (distância de 20 km), de onde foi desmembrado e para onde as pessoas recorrem, constantemente, por conta do acesso a bancos, escolas particulares, faculdades e para fazer compras e consultas médicas, dentre outros. Seu cotidiano é marcado pelo movimento

matutino de homens nas calçadas de comércios, no centro da cidade, conversando, e por motoristas na praça central à espera das pessoas para se deslocarem àquela cidade vizinha. Ao meio-dia, a praça recebe os ônibus escolares vindos da zona rural e, no final da tarde, o movimento já se enfraquece. Quando a noite chega, as pessoas se recolhem. Não é mais tão comum vê-las conversando nas calçadas de casa. Falavam que a cidade era pacata; agora, fecham as portas com medo da violência, tendo o índice de roubos crescido de maneira relevante nos últimos anos.

Nesse município, meu contato foi com o CRAS e a Equipe Volante, estando a/o profissional de psicologia ausente na equipe do NASF. Em relação à rotina, o espaço físico do CRAS conta com maior fluxo de pessoas no turno da manhã e início da semana, para assuntos relativos ao cadastramento do Bolsa Família; e nos horários específicos para atividades dos serviços de convivência<sup>7</sup>, realizadas ao longo da semana. De maneira geral, o espaço fica sem movimento grande parte do tempo, principalmente no turno da tarde.

Recordo-me de quando iniciei o trabalho de campo. Algumas sensações se faziam presentes. Eu estava com receio de não saber como manejar as situações “de campo”, por conta de morar na cidade e de ter trabalhado naquele CRAS. Eu seria capaz de realizar uma observação criativa e produtiva, de acordo com os objetivos da pesquisa? Mesmo tendo me debruçado com atenção na literatura, a insegurança fazia morada em mim.

O suporte teórico-crítico encontrado na trajetória sobre estudos rurais no Brasil foi fundamental para preparar e auxiliar minhas idas a campo, ajudando-me a problematizar sobre como é ser uma pesquisadora atenta às relações rural/urbano. De forma mais específica, vi-me diante de um campo interdisciplinar, com diversas teorias, teóricos e posições, que por vezes me deixou confusa e me fez pensar se estava sendo capaz de apreender tais movimentos nas minhas inserções.

Dentre as várias experiências pelas quais passei e que suscitaram questionamentos, lembro-me de uma conversa com o diretor de uma escola de uma das zonas rurais do município, localizada em média a 50 km da sede. Ele me falou sobre as frequentes situações de agressão dentro da instituição, inclusive sobre ameaças que sofreu por parte de um aluno. Ainda falou que de um modo geral, o lugar é conhecido por comportar muitas desigualdades e

---

<sup>7</sup> O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) compõe o serviço da Proteção Social Básica do SUAS. Realiza atendimentos em grupo, em forma de atividades variadas, como artísticas, culturais, de lazer e esportivas, de acordo com a idade de crianças, jovens, adultos, pessoas com deficiência ou que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, idosos sem apoio da família e da comunidade, dentre outras pessoas incluídas no Cadastro Único (CADUNICO). Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 10 fev. 2016. No caso deste município, conta com serviços para crianças, adolescentes e idosos.

situações de vulnerabilidade relacionadas ao uso de drogas, crianças que se expõem guiando motos, prostituição, dentre outras. Inclusive, chegou até a questionar se o fato de a localidade estar situada ao lado de uma BR não estaria contribuindo para essa vulnerabilidade.

Atentar para essas sutilezas exige apreender os processos culturais, identitários e psicossociais que circulam nesse campo. Por isso, envolve considerar singularidades de como essas situações têm sido processadas nos meios rurais, frente à inseparabilidade rural/urbano. Tal posição foi reafirmada em outros momentos quando, por exemplo, acompanhei a realização de uma visita domiciliar em outra zona rural. O caso se trata de uma idosa com artrite e com acentuada dificuldade de locomoção. A queixa levada à/ao psicóloga/o por uma profissional do serviço era a de que a idosa sentia dores, estava se sentindo triste e com medo de “ficar louca”. A mesma vive com o marido, trabalhador de roça, e apesar do estado de saúde, ela mesma cuida dos afazeres domésticos. Quantos idosos vivem sozinhos e doentes nos grandes centros? Mas nos meios rurais, como agir frente a essa situação, especialmente em localidades como essa, em que as casas possuem relativa distância umas das outras?

Experiências como essa demonstram que as singularidades no trabalho da/o psicóloga/o com povos e meios rurais saltam aos olhos. Mas considerando que as ações dos serviços são em equipe, seja no NASF ou no CRAS, entende-se que o trabalho desenvolvido no território e na comunidade não se dá de maneira isolada por esta/e profissional, mas por meio de um entrelaçamento de posturas, olhares e interpretações entre diferentes profissionais, como também por diferentes serviços e políticas públicas.

E para exemplificar a centralidade do trabalho em equipe nessas políticas sociais, segue um exemplo. A sede desse município é tida como rural por um dos profissionais que compõe um dos serviços. Tal posição é claramente confirmada quando expõe que isso se deve à existência do trabalho na roça e à falta de indústrias e desenvolvimento. Assim, não vê muita diferença entre a área tida como urbana dos municípios pequenos e os “meios rurais” destes mesmos municípios. Chegou, inclusive, a referir que em cidades maiores é bem melhor trabalhar na zona rural, porque as demandas são “menos complexas”.

Mas a literatura tem apontado para a compreensão dos meios rurais como complexidades (ALENTEJANO, 2003; CARNEIRO, 2005; HAAS; HILLING, 2009; MATTEI, 2015; MOREIRA, 2005a), que se expressam na própria análise de indicadores que demonstram o quanto o tamanho dos municípios é revelador das diferenças espaciais e socioeconômicas existentes (IBGE, 2011) e nos próprios desafios impostos à teoria (CARNEIRO, 2005). Pensar rural de forma dicotômica em relação ao urbano e entendê-lo como atrasado e menos complexo é desconsiderar essa complexidade atravessada por

diferentes tipos de fatores, que vão desde aspectos estruturais à diversidade de representações, culturas e identidades dos povos rurais.

Ademais, a fala desse/a profissional faz-nos indagar sobre concepções, posturas e formas de trabalho com ruralidades que vêm circulando nas relações profissionais, e como elas influenciam no desenvolvimento do trabalho em equipe e do trabalho de psicólogas/os e, conseqüentemente, nos seus resultados.

Continuei meu percurso investigativo em outra realidade, a de São João da Fronteira. Localizado a 237,3 km de Teresina, desmembrado do município de Piracuruca e elevado à categoria de município em 1994. Em relação aos aspectos demográficos e socioeconômicos, conta oficialmente com 5.608 habitantes; 2.272 na zona urbana e 3.336 na zona rural, tendo um PIB *per capita*, em 2013, de R\$ 4.909,21 (IBGE, 2010).

De um modo geral, o cotidiano da cidade conta com pouca circulação de pessoas nas ruas, sendo que o movimento está mais concentrado na praça da igreja, que fica localizada no Centro e próxima às escolas e posto de saúde, sendo rodeada de ônibus escolares. A cidade se desenvolveu ao lado de uma BR, assim como Brasileira-PI. No entanto, é uma zona de fronteira entre os Estados do Piauí e do Ceará, e conta com a existência de um posto fiscal. Dessa maneira, o fluxo de pessoas é grande, especialmente caminhoneiros. O índice de prostituição tornou necessária a implantação de um CREAS.

Nesse período em que estive em campo, havia um surto do mosquito *aedes aegypti* no município. Por conta disso, tive que tomar alguns cuidados para minha permanência, como o uso de repelentes. A respeito dessa situação, que é bastante comum nos grandes centros, em função da problemática da falta de saneamento, é possível pensar que ganha uma proporção maior em municípios pequenos, que não contam com uma ampla rede de serviços adequada, especialmente se considerarmos um surto dessa natureza. No caso das zonas rurais, isso se acentua, sendo que muitas são distantes da sede e não contam ao menos com posto de saúde próximo, para atendimento básico, quanto mais com ações contínuas e sistemáticas de prevenção e promoção de saúde.

Minha inserção nesse município se deu nos três serviços: CRAS, Equipe Volante e NASF; sendo marcada pela receptividade das/os profissionais, onde aproveitei momentos como o do almoço e do lanche no serviço e, até mesmo, fora do espaço de trabalho, especialmente com profissionais que permanecem na cidade. Participei, ainda, de várias atividades grupais, tanto na sede quanto em duas zonas rurais, apesar de existirem outras.

Lembro-me do dia em que participei de uma festa junina organizada pela Equipe Volante em uma dessas localidades. Fomos para lá na parte da manhã, um local distante e de

acesso restrito, por conta de buracos e areia na estrada, retornando às 22h, após um dia cansativo, mas também produtivo e animador, tendo as pessoas do lugar, profissionais e pesquisadora se divertido, especialmente ao dançarem quadrilha. E até chegar ao local, passamos por quatro localidades, e em duas delas, foram entregues merendas escolares. Destaco essa realidade, para questionar a falta de ações específicas nos lugares pelos quais passamos até chegar ao destino, que me incomodou. Tal realidade não se restringe apenas a esse município. De uma maneira geral, são várias as zonas rurais que não contam com atividades contínuas das equipes, um desafio que precisa ser repensado e incluído nas agendas de discussões das equipes, da gestão e das próprias políticas.

Sobre as necessidades, o *bullying* tem destaque nas escolas desse município, que atualmente conta com um projeto de palestras, desenvolvido pelas/os profissionais do NASF na zona urbana e em duas zonas rurais, projeto o qual tive a oportunidade de participar de algumas reuniões. Ainda sobre as demandas, percebo que na zona rural – apesar de importante – muitas vezes, elas são trabalhadas a partir do olhar de outros profissionais, como por exemplo, da/o diretora/o. Pelo que acompanhei, talvez isso se relacione ao fato de que as ações fora da sede estão centradas mais na execução de intervenções mais imediatas e naquilo que é possível realizar, em termos de uma ação mais pontual, do que no diagnóstico territorial.

Finalmente chegou a vez de circular no município de Milton Brandão, localizado a 227 Km de Teresina. Desmembrado de Pedro II, foi criado em 1994, tendo sua instalação três anos depois. Em relação aos aspectos demográficos e socioeconômicos, conta, oficialmente, com 6.770 habitantes, sendo 1.702 na zona urbana e 5.068 na zona rural. Possui um PIB *per capita* de R\$ 3.083,41 (CEPRO, 2013b; IBGE, 2010).

De maneira geral, a pequena cidade conta com uma igreja localizada no Centro, rodeada pelos prédios do CRAS, do NASF, da prefeitura, da câmara municipal, da lanchonete, e próxima a outros comércios e escola. Chamou-me atenção a paisagem, formada por montanhas de pedras que renderam algumas belas fotografias. É um lugar de vida bem comum onde, em plena segunda-feira, observei homens sentados em roda conversando no meio da rua. De acordo com algumas professoras e profissionais da saúde e assistência social, são fatores de risco no município a ociosidade e a “desestruturação” familiar, especialmente no caso de jovens que são ainda percebidas/os como desinteressadas/os e sem perspectiva de vida, o que no caso das meninas leva a casarem cedo e, dos meninos, ao uso de drogas.

Nesse município, meu contato se restringiu apenas à Equipe Volante, sendo que a Equipe de Referência do CRAS e o NASF não contam com psicóloga/o no momento.

Chamou-me atenção o espaço pequeno, mas, além disso, a pequena presença de pessoas, sendo que aquelas que observei, estavam à espera de atendimento individual com a/o profissional de psicologia. Tal situação foi mais marcante no turno da tarde. Ainda em relação à rotina do serviço, questiono-me sobre o fato de ter acompanhado uma equipe volante, que no período não saiu do espaço físico do CRAS, apesar de ter sido referido não existir dificuldade em relação a meio de transporte para realização das atividades.

Partindo dessas reflexões, cumpre agora frisar alguns aspectos mais gerais, acompanhados de algumas reflexões, construídos a partir da inserção nos três municípios. Assim, foi realizado um levantamento nas Câmaras Municipais, que evidenciou que nenhum dos municípios conta com uma definição e delimitação oficial do que seja Zona Rural. Dos documentos disponibilizados, todos referem-se à Zona Urbana, onde são definidos os limites do que consideram como perímetro urbano, bem como a nomeação de ruas. Daí acentuar a importância da discussão de Abramovay (2000) sobre a necessidade de se testar novos métodos de definição que compreendam a diversidade do rural e suas relações com as cidades.

Torna-se, portanto, limitado considerar a área de localização<sup>8</sup> para classificar o domicílio em situação urbana ou rural, assim como para classificar as populações urbana e rural, como definido pelo IBGE (2011). Ao definir como cidade a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal (IBGE, 2010), desconsidera-se que muitas vezes não conta com amplitude de zonas comerciais e industriais, e rede de serviços diversificada, típicas de áreas urbanas. Tal é a situação das sedes dos três municípios, com economias que giram em torno de empregos na prefeitura, de pequenos comércios, aposentadorias e benefícios do governo, e com dependência de estruturas e serviços de outras cidades.

Isso leva ao questionamento sobre o valor heurístico das categorias rural e urbano como meio de qualificar universos sociais e territoriais diferentes. Nessa direção, Jean Rémy e Marc Mormont, antropólogos belgas, “estabelecem a valiosa distinção entre o rural como categoria analítica e como categoria operacional” (CARNEIRO, 2005, p. 8-9). A amplitude de utilização dessas categorias é uma das maiores dificuldades nesse debate, resultando em uma confusão de significados entre pesquisadores, academia, agências elaboradoras de estatísticas e senso comum, o que leva à necessidade de ter “o rural como ponto de partida e não como ponto de chegada” das análises (CARNEIRO, 2005, p. 9).

---

<sup>8</sup> Cidade, vila, aglomerado rural, aglomerado rural de extensão urbana, aglomerado rural isolado, povoado, núcleo, vilarejo, propriedade rural, local e aldeia. Para detalhes, consultar: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual\\_nocoos/elementos\\_representacao.html](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html).

Há muito que avançar nesse sentido. Sobre isso, volto novamente às visitas nas câmaras municipais, quando me chamou atenção a falta de um olhar sobre rural, definido apenas como aquilo que não é zona urbana. Apesar de ser obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes, nenhum dos três municípios conta com plano diretor<sup>9</sup>, que é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo englobar o município como um todo. Ele é importante devido às suas diretrizes e prioridades, que devem ser incorporadas no plano plurianual<sup>10</sup>, nas diretrizes orçamentárias<sup>11</sup> e no orçamento anual<sup>12</sup> (BRASIL, 2001). Tomando essas considerações e compreendendo a inseparabilidade entre rural e urbano, percebe-se a necessidade de problematizar e avançar em termos de plano diretor não apenas para municípios acima de 20 mil habitantes.

De uma maneira geral, fica evidenciado que tais municípios conformam realidades diferentes dos rurais associados a agronegócio, neorruralismo, grandes comércios, indústrias e turismo<sup>13</sup>, tendo destaque a agricultura familiar sem foco na produtividade e comercialização, e as aposentadorias e transferências governamentais. Isso corrobora com o entendimento de que o gasto público em políticas sociais, para uma parte relevante das regiões interioranas do Brasil, é o principal indutor das economias locais nos anos recentes, tendo, os repasses constitucionais e as transferências governamentais, importante papel (FAVARETO, 2014; FAVARETO *et al.*, 2014).

Isto posto, volto a referir minha experiência de campo para reafirmar que apreendi muito sobre rural no urbano e de urbano no rural, observando hábitos, comportamentos e relações tidas como “modernas” nos “interiores”, como uso de tecnologias, relatos de diversas formas de violência, uso de drogas e prostituição, como também elementos de ruralidades nas relações de acolhimento e proximidade entre as pessoas presentes na cidade, o que reafirma que as “complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade” (MOREIRA, 2005a, p. 21).

Foi uma aventura percorrer conhecidas e desconhecidas estradas do Piauí. Em alguns momentos, pensava no quanto o trabalho de psicólogas/os em contextos rurais e municípios

<sup>9</sup> Deve assegurar o atendimento das necessidades das/os cidadãs/ãos em termos de qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas (BRASIL, 2001).

<sup>10</sup> Estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos. Disponível em: <http://www.segplan.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

<sup>11</sup> Estabelece metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte, dentre outros. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

<sup>12</sup> O governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

<sup>13</sup> Apesar de não se constituírem como destinos turísticos, fazem fronteira com o Parque Nacional de Sete Cidades e a “terra da opala”, que é Pedro II-PI.

de pequeno porte possui singularidades que muitas vezes passam despercebidas, seja pelas políticas, por gestoras/es ou pelas/os próprias/os psicólogas/os. São particularidades que se expressam, antes de tudo, no próprio repertório linguístico das/os profissionais e das próprias pessoas residentes dos municípios, marcado pelo grande peso da política partidária. São comuns, nas anotações dos diários de campo, trechos a respeito de conversas sobre política, seja na cantina e na sala de recepção dos serviços, ou mesmo fora delas. Além disso, violência, roubos, famílias desestruturadas e situações corriqueiras vividas no cotidiano, são marcantes nas falas das/os profissionais e das pessoas dos municípios.

Além dessas, outras particularidades foram referidas pelas/os psicólogas/os, como dificuldades para a realização das ações que lhes competem. Tem-se a baixa condição salarial e a precária infraestrutura, especialmente em relação ao transporte para realização de visitas domiciliares e outras atividades, como marcantes. Quanto a isso, lembro-me de uma ação em uma zona rural, que para ser realizada contou com a contribuição da/o psicóloga/o, que disponibilizou seu carro. Essa/e profissional, inclusive, disse que a/o cônjuge já chegou a questionar o porquê de estar trabalhando em condições tão precárias e ganhando tão pouco, sendo que poderia ganhar até mais financeiramente, caso se dedicasse aos negócios da família. Ela/e então referiu que trabalha porque gosta, e não pensando no lado financeiro, porque não compensa.

Assim, lembro que no último dia em atividade de campo, alguns afetos se faziam presentes. Durante a viagem de volta para casa, comecei a pensar na época da construção do projeto, no processo árduo de construção do objeto de pesquisa, e em possíveis empecilhos a serem vivenciados no trabalho de campo, especialmente considerando que teria que me deslocar para diferentes lugares no interior do estado. E avaliando essas questões, percebi o quanto a pesquisa nesse campo requer maior investimento, que sirva como aspecto facilitador e como incentivo a quem pesquisa, ao mesmo tempo em que requer a implicação dessa/e.

Por fim, a saída de campo ocorreu de forma gradual, quando foram apreendidos os aspectos relativos aos objetivos do estudo, por meio da circularidade das informações, que se repetiam nas entrevistas e nas anotações do diário de campo, tendo certa saturação. Nesse sentido, as questões colocadas pelas/os entrevistadas/os não traziam, substancialmente, novidades, e apesar de os discursos serem diferentes, possuíam elementos comuns (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Partindo desses aspectos introdutórios, destaca-se, nesse momento, a composição do presente escrito, que está organizado em quatro capítulos.



No primeiro capítulo, intitulado “Psicólogas/os e Políticas Sociais no Brasil: interpelações para o exercício da profissão”, situo o debate acerca dos lugares e das relações de psicólogas/os com as políticas sociais no Brasil, compreendendo, inicialmente, a forma como essas políticas foram constituídas e como têm sido entendidas na atualidade, voltadas à questão social.

Em seguida, no capítulo 2, que tem como título “Debate sobre “rural” no Brasil e a importância de sua apreensão na qualificação do saber-fazer profissional da psicologia”, abordo rural enquanto categoria teórica, seguido do debate sobre os novos sentidos que vêm sendo produzidos para pensá-lo na atualidade. Apresento, ainda, discussões sobre povos rurais e algumas características, desafios e possibilidades relativos ao encontro da Psicologia e de psicólogas/os com os meios rurais.

No capítulo 3, que tem como título “Psicologia e contextos rurais no Piauí”, é abordado sobre o ambiente social da pesquisa.

Por fim, no capítulo 4 constam a apresentação e a análise dos resultados obtidos na consecução da pesquisa. Ele está assim constituído: a) Encontros com psicólogas/os: perfil das/os profissionais piauienses que trabalham em contextos rurais; b) Sentidos de rural de psicólogas/os que atuam nas políticas sociais em municípios de pequeno porte no Piauí; c) A atuação de psicólogas/os em ambientes rurais; d) Inserção de psicólogas/os em meios rurais: características e problematizações; e) A dimensão teórico-prática e ético-política nos caminhos profissionais de psicólogas/os nos meios rurais.

Ao final, situo as conclusões do estudo. Em linhas gerais, a inserção recente de psicólogas/os em contextos rurais por meio das políticas sociais, trouxe desafios para a profissão. Entre outros aspectos, identifiquei que psicólogas/os têm associado rural a um local físico caracterizado pela falta e constituído por pessoas carentes. As práticas em contextos rurais, por sua vez, têm sido marcadas pelo aspecto imediatista, com ausência de contato e problematização com a literatura especializada em outras disciplinas voltada para a leitura das relações rural/urbano e das características de povos rurais. Em função disso, torna-se necessário que psicólogas/os apropriem-se de discussões teóricas e críticas sobre esse campo de estudos, qualificando compreensões e abordagens, para que possam tomar o rural como categoria do pensamento, considerando suas potencialidades e diversidades.

## 1 PSICÓLOGAS/OS E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: interpelações para o exercício da profissão

O debate convocado pelo título que nomeia este primeiro capítulo relaciona-se à compreensão de lugares e de relações que psicólogas/os têm travado com as políticas sociais no Brasil. Inicialmente, é apresentada uma discussão acerca da questão social e, de maneira mais específica, sobre um de seus componentes, a questão agrária. Posteriormente, é realizado um breve panorama sobre as políticas de saúde e assistência social e, em seguida, sobre a inserção e os desafios vivenciados por psicólogas/os nesses campos. Em linhas gerais, o intuito é evidenciar o quanto as políticas sociais contribuíram para aproximação de psicólogas/os com a questão social e com os meios rurais, e compreender os desafios que têm se dado a partir da aproximação com esses novos contextos.

### 1.1 Questão Social e questão agrária no Brasil

Aspectos importantes da questão social permeiam a história da sociedade brasileira. Presente nas rupturas políticas do século XX, nos anos de 22, 30, 37, 45 e 64, ela continua sendo um desafio na Nova República<sup>14</sup>, inaugurada em 1985, como também nos dias atuais. A questão social no Brasil caracteriza-se ora por avanços, ora por retrocessos e ondas de repressão contra diferentes manifestações sociais de setores populares, em função das insatisfações da classe trabalhadora (IANNI, 1992; SANTOS, 2008).

Entre os anos 1914 e 1918 – Primeira Guerra Mundial – o Brasil vivenciava forte expansão da indústria e, paralelamente, o crescimento do contingente de trabalhadoras/es organizadas/os, ocorrendo o fortalecimento do movimento operário. Entre 1917 e 1920, inúmeras greves da classe operária foram registradas, na busca por melhores condições de vida, trabalho e salário. Aos poucos, iniciou-se a formação de uma legislação social no país<sup>15</sup>. O ano 1922, por sua vez, caracterizou-se por grande instabilidade política, devido ao movimento tenentista, contribuindo para a forte repressão ao movimento operário, sendo que até a inauguração da era Vargas, o direito social brasileiro abrangia apenas alguns aspectos da

---

<sup>14</sup> Em 15 de janeiro de 1985, foram eleitos Tancredo Neves e José Sarney. Com a morte repentina de Tancredo, Sarney assumiu a presidência da República. Esse restabelecimento do governo civil passou a ser chamado de Nova República.

<sup>15</sup> Em 1919, é sancionada a primeira dessas leis relativas a acidentes de trabalho. Em 1923, é criada a lei de criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões, ou Lei Elói Chaves, que recebe o nome do autor do projeto. Essa concedia a trabalhadoras/es associadas/os às Caixas, ajuda médica, aposentadoria, pensões para dependentes e auxílio funerário. Inicialmente, apenas para ferroviários, e três anos depois, estendida para trabalhadoras/es das empresas portuárias e marítimas (BATICH, 2004).

questão trabalhista. Acentua-se que a implantação de uma legislação social teve suas raízes nessas iniciativas pioneiras e na luta de trabalhadoras/es desse período<sup>16</sup>.

O surgimento destas revoltas sociais e militares iniciadas na década de 20, culminou com a Revolução de 1930. A situação da época não era favorável, em virtude dos reflexos da crise de 1929. O Estado teve que assumir uma postura intervencionista, comprometida com a questão social, a partir da inserção do processo de regulamentação das relações de trabalho por meio da legislação, ocasionando intensos debates e disputas entre a classe patronal, a classe trabalhadora e o Estado (LUZ; SANTIN, 2010).

Essa tendência acentuou-se com a implantação da ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945, por meio do aumento da centralização política e administrativa, momento em que a questão social, apesar de legitimada, voltou a ser reprimida e tratada como caso de polícia<sup>17</sup> (CERQUEIRA FILHO, 1982). A partir de 1964, houve a tomada do poder pelos militares e uma crescente centralização política, econômica e administrativa, marcando o trato das refrações da questão social com repressão. O Brasil passou, assim, por um processo de desenvolvimento desigual e conjugado, havendo, simultaneamente, situação de miséria extrema e elementos de progresso técnico e de modernidade (OLIVEN, 2001). Fato é que nos últimos anos, as “expressões (da “questão social”) diversificaram-se e amplificaram-se mundialmente” (SANTOS, 2008, p. 201).

A partir desse breve recorte histórico, nesse momento, cabe observar que diante das múltiplas definições sobre questão social, estaremos considerando-a como:

[...] indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas (IAMAMOTO, 2013, p. 330).

Com essa ideia parece também concordar Cerqueira Filho (1982), chamando atenção para o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista, vinculada ao conflito entre capital e trabalho. Nesse sentido, o aparecimento da questão social relaciona-se à generalização do trabalho livre (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982), estando presente, na sua constituição, embates entre amplos segmentos da sociedade civil e do poder estatal,

<sup>16</sup> Informações disponíveis no *website* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, cujo endereço principal é, atualmente, <<http://www.fgv.br/cpdoc>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

<sup>17</sup> A existência da questão social passou a ser percebida no campo da criminalidade e da desordem. Foram desqualificadas as reivindicações da classe operária, tratadas pelo Estado como sendo do campo do crime (CERQUEIRA FILHO, 1982).

constituindo um campo de luta que envolve, além de aspectos econômicos e políticos, elementos de gênero, ambientais, regionais, identitários e culturais, por meio de processos estruturais que mesclam desigualdades e antagonismos (IANNI, 1992).

Santos (2008) aponta que a questão social não tem existência real e, sim, suas expressões, determinadas pela desigualdade do modo de produção capitalista. Para a autora, em cada realidade isso se dá de maneira distinta, o que requer uma análise que considere características de cada formação social, com suas particularidades e mediações. No caso do Brasil, tem como especificidade a prioridade teórico-conceitual, sendo insuficiente o olhar sobre as mediações no nível histórico-concreto, com uma “ausência de incorporação das investigações sobre a formação social brasileira para pensar as particularidades da questão social no Brasil” (p. 45).

No debate conceitual, autores como Rosanvallon (1998) e Castel (1998) referem-se à emergência de uma nova questão social. Para o primeiro, os fenômenos atuais de exclusão não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem, por isso é necessário compreender as trajetórias individuais que levaram à exclusão, um processo que considera particular. Já Castel (1998) postula que o caráter de novidade deve-se ao enfraquecimento da condição salarial, que levou o não-trabalho a ser considerado como mais que desemprego, sendo os atributos vinculados ao trabalho, meios para caracterizar o *status* que situa e classifica o indivíduo na sociedade.

Do ponto de vista de Ianni (1992), compreensões como essas podem contribuir para a individualização da questão social, pois não sinalizam “empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais” (p. 97). Corroborando com esse argumento, Montão (2012) evidencia a naturalização da questão social quando há o risco de tomar suas manifestações como fenômenos autônomos e de responsabilidade estritamente individual ou coletiva, ou seja, produzidos pelo comportamento dos próprios sujeitos, seja por seu déficit educativo, problema de planejamento (orçamento familiar) ou por problemas de ordem moral-comportamental. Ou seja:

Colocam-se em prática medidas destinadas a aperfeiçoar o *status quo*: reformar alguma coisa para que nada se transforme [...] Assim, as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de “fatalidades”, “carências”, “heranças”, quando não “responsabilidades” daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão (IANNI, 1992, p. 100-101).

Nesse caso, entende-se que é um contexto de “prato cheio” para um tipo de Psicologia que oferece argumentos que reduzem os problemas sociais a aspectos da personalidade, do

comportamento, ou a como os indivíduos pensam ou sentem. Como efeito, responsabiliza-se, ou mesmo se culpabiliza o sujeito pela sua condição (PARKER, 2014).

Retomando a raiz do problema, Netto (2001) argumenta em outro sentido, que não há uma nova questão social, mas sim novas expressões da mesma questão social, desenvolvidas por meio de novos estágios e expressões complexas, diretamente proporcionais à intensificação da exploração pelo capital. Na visão de Pastorini (2004), esse entendimento possibilita a discussão de novidades, como o aumento da pobreza, a desestabilização de trabalhadoras/es e a perda dos padrões de proteção e direitos, de maneira a questionar a naturalização da realidade, em que exclusão, pobreza, modernização e capitalismo são vistos como algo dado, quando na verdade são opressões exercidas pelas classes dominantes.

Nesse debate, Ianni (1996) sublinha a globalização da questão social. De acordo com ele, associada ao neoliberalismo, a globalização tem contribuído para efetivar descompromissos, sendo um novo ciclo de expansão do capitalismo, por onde emerge uma sociedade global, complexa, contraditória e atravessada por rupturas. Trata-se da reprodução de desigualdades, tensões e inquietações, como marcas do contexto em que se desenvolve a globalização da questão social. Para Pastorini (2004), no caso específico da América Latina, com seu desenvolvimento capitalista tardio e dependente, as novas manifestações podem ser vistas pelo desemprego crescente, aumento da miséria e das desigualdades sociais.

Considerando esses e outros posicionamentos<sup>18</sup> no debate internacional e nacional sobre a questão social, cabe destacar que possui particularidades no Brasil<sup>19</sup>. Assim, desde o contexto pós 1964 – atravessando as décadas de 80 e 90 e chegando à contemporaneidade – a flexibilidade estrutural, a precariedade das ocupações e a alta rotatividade expressam-se aqui como particularidades. Além disso, o desenvolvimento do capitalismo e a luta de classes constituem-se, no Brasil, preponderantemente por regimes políticos antidemocráticos, o que implica em um tratamento essencialmente repressivo às suas expressões (SANTOS, 2008).

Deste modo, o trato da questão social pelos setores hegemônicos é orientado, geralmente, pela teoria da integração social - como as políticas de inserção ou inclusão - pretendendo acomodação à ordem estabelecida. As desigualdades são naturalizadas, as políticas sociais são entendidas como concessões e os sujeitos ficam reduzidos a

---

<sup>18</sup> Diversas/os autoras/es discutem acerca da questão social, que envolve uma diversidade de posições. Considerando a vasta produção em torno da temática, não cabe nos limites deste trabalho realizar um levantamento exaustivo.

<sup>19</sup> Na América Latina, a referência às manifestações da questão social deve ser relacionada ao processo de desenvolvimento capitalista tardio e dependente e ao aprofundamento da análise do contexto de modernização excludente, que tem como características, a integração internacional e ao mesmo tempo a marginalização/exclusão em nível nacional (PASTORINI, 2004).

“beneficiários, assistidos, requerentes, etc. que receberão os serviços sob a forma de políticas sociais e/ou programas compensatórios, paliativos, e/ou auxílios temporários, emergenciais e focalizados” (PASTORINI, 2004, p. 93).

De acordo com o exposto, verifica-se que a questão social possui diferentes aspectos, econômicos, políticos e culturais, tendo como aspecto indissociável, a questão agrária, que será enfatizada a partir de agora, considerando a proposta deste trabalho, que versa sobre ruralidades. Assim, entende-se que na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social, existem processos estruturais, e neles estão presentes questões relacionadas à terra. Fazem parte desses processos o desenvolvimento do capitalismo, das migrações internas, da industrialização e da urbanização, conformando um contexto de abertura de fronteiras, “movimentos de populações e negócios, de fatores econômicos ou forças produtivas”, diversidades sociais e, simultaneamente, de desigualdades sociais e antagonismos, presentes nas realidades cotidianas de emprego, desemprego, subemprego e pauperismo de trabalhadoras/es que, por sua vez, não se mantiveram inertes no curso dessa história, passando a lutar por condições de vida, garantias e direitos, como também pelo acesso à terra (IANNI, 1992, p. 91).

A questão agrária, de acordo com Engelmann e Gil (2012) e Girardi e Fernandes (2013), constitui um problema social advindo da concentração da estrutura fundiária da terra, que gera concentração de riqueza e, por sua vez, desigualdades sociais e regionais. Nessa visão, a questão agrária refere-se a um problema histórico que persiste no domínio da classe dominante agrária, que visa impedir políticas de democratização fundiária.

Fato é que o Brasil não promoveu mudanças substanciais na questão da propriedade fundiária no seu processo de crescimento e desenvolvimento econômico, realidade que tem se conformado desde o contexto da colonização marcado pelo latifúndio, a monocultura e a escravidão, quando terras e escravos constituíam a riqueza de senhores de engenho e grandes proprietários, uma riqueza que, por sua vez, não era distribuída (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Até os dias atuais, a função social da terra continua não resolvida tendo crescido o processo de concentração da propriedade da terra. Inclui-se nessa problemática o fato de as instituições de registro e cadastro de imóveis estarem separadas e não integradas, favorecendo práticas de fraude, apossamento e potencialização de conflitos fundiários (GUEDES; REYDON, 2012).

Cumprе frisar que o debate sobre a questão agrária no campo acadêmico e político deu-se já no final da década de 1950, sendo fortalecido a partir de 1955, com as Ligas Camponesas e sua reivindicação para a realização da reforma agrária. Na década de 1960,

esse debate foi caracterizado por tentativas de negar a questão agrária, devido ao desenvolvimento de uma política econômica de instabilidade política, situação que foi alterada com o fim do regime civil-militar, na década de 1980, quando a reforma agrária voltou a ser discutida no contexto de industrialização e modernização da agricultura brasileira<sup>20</sup> (ENGELMANN; GIL, 2012).

Por isso, no debate sobre a questão agrária é importante compreender o contexto de modernização da agricultura, estruturada por meio da associação entre capital e propriedade fundiária e sem promover alteração da estrutura da propriedade rural, contribuindo, por outro lado, para a produção de efeitos perversos, como o aumento da desigualdade. Sobre isso, houve maior concentração da propriedade e aumento nas disparidades de renda, do êxodo rural, da taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas e da taxa de autoexploração nas propriedades menores, além da piora na qualidade de vida da população trabalhadora do campo (PALMEIRA, 1989; WANDERLEY, 2011), por isso, foi denominada por Silva e Del Grossi (2000, p. 169) como “modernização conservadora”.

Nesse contexto, situam-se o agronegócio e o campesinato, que são os dois principais campos de debate e tensão da questão agrária brasileira na atualidade (GIRARDI; FERNANDES, 2013). É importante compreender, a partir de Felício e Fernandes (2013), que é por meio das disputas e diferenças entres esses dois modelos de desenvolvimento territorial rural que se sobressaem distintas visões de mundo e de sociedade, assim como formas de organização da produção e relações de trabalho.

Em relação ao primeiro, o agronegócio, trata-se de um modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista (FERNANDES, s/d) que ganhou força com a crise na década de 1980, tendo a economia brasileira buscado reequilibrar sua balança financeira (LEITE *et al.*, 2013). O intuito foi mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista, o que não aconteceu, tendo permanência com “roupagem de modernidade” (WANDERLEY, 2011, p. 65). Corroborando com esse argumento, para Fernandes (s/d), deu-se um novo tipo de latifúndio, mais amplo, pois não se restringe apenas a terra, tendo ampliado o controle sobre o território e sobre as relações sociais, acentuando as injustiças sociais.

Dessa maneira, o agronegócio caracteriza-se pela exploração do trabalho assalariado, intensa mecanização, grandes propriedades de terra, especulação imobiliária, danos ambientais em grande escala, monocultura, produção majoritária para exportação e

---

<sup>20</sup> A modernização da agricultura foi realizada por iniciativa do Estado, no sentido de modificar os processos de produção tradicionais, com aumento de uso de insumos de origem industrial e incremento do uso de máquinas e equipamentos (WANDERLEY, 2011).

concentração do poder político e econômico (GIRARDI; FERNANDES, 2013). Na visão de Fernandes (s/d), isso tem se dado com aumento da destruição do campesinato, concentração, dominação, exploração e desigualdade.

Por sua vez, o campesinato caracteriza-se por relações não capitalistas (trabalho familiar), luta pela terra, pequenas e médias propriedades, relações pessoais, trabalho acessório e diversidade na produção voltada de maneira prioritária para o mercado interno (GIRARDI; FERNANDES, 2013). O fortalecimento desse campo relaciona-se à sua capacidade de enfrentar e superar ideologias e estratégias do agronegócio, assim como pela construção de espaços políticos próprios para que mantenham sua identidade socioterritorial (FERNANDES, s/d).

Para Fernandes, Welch e Gonçalves (2013), esses dois modelos tratam de distintas formas de uso dos territórios, sendo a terra lugar de produção para o agronegócio, enquanto para o campesinato, ela é lugar de vida, produção e moradia. Por isso, consideram que a homogeneização de ambos os campos de discussão em uma única definição, como agricultores, não promove a visibilidade para as diferenças que são constituídas pelas relações de poder as quais produzem as desigualdades. E desconsiderar essas diferenças é, antes de tudo, esconder as classes sociais.

Diante dessas diferentes concepções e suas disputas, é possível verificar que a realidade agrária do Brasil conforma-se por meio de paradoxos. Apesar de avanços na agricultura, há manutenção do trabalho escravo contemporâneo, aprofundamento da fome e da pobreza, não realização do projeto de reforma agrária e ampliação dos conflitos por terra. A questão agrária permanece sem solução, mas o capitalismo agrário é apoiado pela maior parte da classe política do Brasil. Latifundiárias/os e agronegócio têm sido favorecidas/os em detrimento de pequenas/os agricultoras/es camponesas/es, povos indígenas e outros grupos sociais cada vez mais marginalizados e destituídos de suas terras e modos tradicionais de vida (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2013).

Essa realidade agrária do Brasil, paradoxal, tem sido estudada com a utilização do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), que possibilitam diferentes leituras da realidade, com distintas visões de mundo e atravessados por interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios, de acordo com as pretensões das classes sociais (GIRARDI; FERNANDES, 2013; FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2013).

Para o PQA, os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo. As lutas de classes são usadas para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades, na busca



pela defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia de camponesas/es (FELICIO; FERNANDES, 2013; FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2013). Já para o PCA, os problemas agrários são de ordem conjuntural e possíveis de serem resolvidos com o próprio desenvolvimento do capitalismo. A luta de classes não constitui elemento de análise e não se acredita na existência de conflitos (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2013; GIRARDI; FERNANDES, 2013).

A importância de entender esses dois paradigmas relaciona-se ao fato de que os conflitos entre as entidades que os representam determinam a formação de diferentes modelos de desenvolvimento agrário no Brasil e, por isso, a conflitualidade tem sido um conceito utilizado nos debates da questão agrária atual (FERNANDES, 2013; FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2013). Entende-se que a conflitualidade gera desenvolvimento pelo embate de forças entre os diferentes territórios, numa associação entre conflito e desenvolvimento. Constituem momentos da conflitualidade as ocupações de terra, os acampamentos e os assentamentos; diferente da violência, como expulsões e despejos de terra, assassinatos e ameaças de morte, que é usada de maneira distinta, para conter o processo de conflitualidade e impedir o desenvolvimento (GIRARDI; FERNANDES, 2013).

Por meio da análise da conflitualidade se tem demonstrado que o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro tem ocorrido à base do contínuo processo de expropriação e exploração do campesinato, que apesar de todas as mudanças e da modernização, não mudaram aspectos relacionados às suas culturas e relação com a natureza. Ao terem a terra como modo de vida, esses povos têm que disputá-la com as empresas que veem a natureza como meio para exploração e lucro. O principal movimento camponês na luta pela terra é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que busca o assentamento de famílias sem terra, com ênfase para a criação de políticas para o desenvolvimento e a autonomia dos territórios (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2013).

Nesse sentido, apesar da modernização forçada do campo ter gerado problemas sociais (MARTINS, 2011), do domínio do agronegócio ter rompido com visões e vivências tradicionais de tempo e espaço rural, e consequentes modos de vida (BRANDÃO, 2007) e da expropriação de trabalhadoras/es das grandes propriedades; por outro lado, houve grande e crescente número de pequenas/os agricultoras/es que, de maneiras distintas, mantiveram a capacidade de organizar uma atividade produtiva (WANDERLEY, 2011) e questionaram a lógica do agronegócio. A resistência ativa de grupos e comunidades expropriados, portanto, não pode ser desconsiderada (BRANDÃO, 2007).

E nessas lutas camponesas a reforma agrária é tida como política de desenvolvimento necessária para a distribuição de terra a partir do questionamento da concentração da estrutura fundiária (ENGELMANN; GIL, 2012). De maneira geral, a reforma agrária é considerada como necessidade historicamente defendida para a resolução dos problemas agrários no Brasil e para que ocorra de maneira completa deve, simultaneamente, reformar a estrutura fundiária, possibilitar o acesso de camponesas/es a terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção (GIRARDI; FERNANDES, 2013).

No entanto, apesar de vários planos propostos por diferentes governos para realização da reforma agrária, nenhum foi realizado de maneira completa (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2013). O governo, geralmente toma posições a favor do agronegócio, por conta da predominância do PCA nos ministérios e da pressão do setor da agricultura convencional (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2013). De acordo com Engelmann e Gil (2012), o que falta é uma política governamental estratégica que vise à modificação da estrutura da terra e o desenvolvimento no campo.

Diante dessas questões, para Ianni (1992), “a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica, fabrica as desigualdades que constituem a questão social” (p. 112), sendo a luta pela terra um de seus componentes, especialmente por meio da luta pela reforma agrária, que “consiste em uma conquista fundamental àqueles que da terra precisam para poder construir novas possibilidades de vida no meio rural” (LEITE *et al.*, 2013, p. 48).

As controvérsias sobre o pacto social, a tomada de terras, a reforma agrária, as migrações internas, o problema indígena, o movimento negro, a liberdade sindical, o protesto popular, o saque ou a expropriação, a ocupação de habitações, a legalidade ou ilegalidade dos movimentos sociais, as revoltas populares e outros temas da realidade nacional, essas controvérsias sempre suscitam aspectos mais ou menos urgentes da questão [social] (IANNI, 1992, p. 88).

Por isso, deve-se ressaltar a questão agrária como indissociável da questão social, envolvidas em jogos de forças de dominação e resistência. Na análise da questão social brasileira, não se pode perder de vista, nesse sentido, as lutas que têm ocorrido pela busca da cidadania, sendo por meio destas lutas sociais que a questão social foi extrapolada para a esfera pública, com a exigência da interferência do Estado (IAMAMOTO, 2013).

## 1.2 Políticas Sociais no Brasil: respostas à questão social

Em meio ao contexto capitalista, com suas formas de exploração e individualização, e frente às disputas que marcaram o país, o Estado teve que assumir algumas respostas, tendo

surgido as políticas públicas. Entende-se por políticas públicas uma “arena incontestável de conflito de interesses” (TEIXEIRA, 2007, p. 46) que envolve variados níveis de decisão e de atores. Referem-se a um processo dinâmico e a uma complexa interação entre diferentes campos de força. Por essa razão, não são sinônimas de política estatal, materializada ao mesmo tempo por ação pública em torno de decisões dos governos e por meio do controle da sociedade (DI GIOVANNI, 2009; PEREIRA, 2008; PEREIRA, 2009; SOUZA, 2006; TEIXEIRA, 2002).

Suas funções, de acordo com Pereira (2008), são concretizar direitos sociais e alocar e distribuir os bens públicos<sup>21</sup>. Visam, ainda, a ampliar e efetivar os direitos de cidadania, responder às demandas, especialmente dos setores marginalizados da sociedade, avaliados como vulneráveis (TEIXEIRA, 2002), e atuar na solução de problemas, buscando ao mesmo tempo “colocar o Governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26.).

Como um tipo de política pública está a política social, que surgiu no final do século XIX, de maneira gradual e diferenciada em cada país, quando o Estado capitalista passou a assumir e realizar ações sociais de maneira mais ampla, planejada, sistematizada, e com caráter de obrigatoriedade. Por ser um tipo de política pública, políticas sociais são entendidas como “desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 51).

Uma vez introduzidas na cena pública, são consideradas um conceito complexo, pois constituem uma categoria ao mesmo tempo acadêmica e política, teórica e prática, que visa a mudanças. Por essa razão, é definida como uma política de ação, não uniforme, não homogênea e não linear; produto da relação dialeticamente contraditória entre capital e trabalho / Estado e Sociedade, que beneficia interesses contrários, de acordo com a correlação de forças prevaletentes (PEREIRA, 2009). Conforme Faleiros (2000, p. 82), “se há força suficiente para a realização de um interesse, esse se impõe, devendo parcializar-se, recuar ou anular-se diante de uma força contrária”.

Para Pereira (2009), a finalidade das políticas sociais é atender necessidades sociais cuja resolução extrapola a iniciativa particular e espontânea, por meio de um esforço coletivo a favor da justiça social e concretização de direitos sociais. Ainda de acordo com a autora, “o

---

<sup>21</sup> Os bens públicos definem-se como indivisíveis (garantir de forma universal), públicos (visar ao interesse geral) e fáceis de acessar (devem estar disponíveis) (TEIXEIRA, 2002).

conceito de política social só tem sentido se quem a utiliza acreditar que deve (política e eticamente) influir numa realidade concreta que precisa ser mudada” (p. 171), ou seja, com o objetivo de modificar as necessidades, sendo necessário conhecer como elas são criadas e distribuídas, a partir das posições diferentes de cidadãos/ãos na estrutura de classe da sociedade.

Partindo do entendimento de política social como um gênero da política pública e que ambas se constituem como resposta do Estado à realidade social, é válido acrescentar que no Brasil essa intervenção é feita no plural, como políticas sociais, sendo permeada de contradições. Diferentemente de experiências Europeias, aqui não se pode afirmar que houve o desenvolvimento do *Welfare State*<sup>22</sup>, de modo que noções como Estado de Bem-Estar Social ou de Estado Protetor parecem estranhas à nossa realidade (DRAIBE, 1989).

No caso do Brasil, o debate em torno de políticas sociais, a partir de um Estado protetor, não acompanhou o mesmo período histórico de países de capitalismo central. Isso se explica pelo fato de que a questão social só foi entendida como questão política, a partir da primeira metade do século XX. Além disso, o reconhecimento de direitos sociais tem como característica a distância entre sua definição e a implementação, devido à sua acentuada inconstância acompanhada de uma espécie de instabilidade institucional e política constante (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Mas, apesar dessa constatação, é preciso esclarecer o quanto a realidade das políticas sociais no Brasil não é imutável. Embora haja dificuldades em identificar seus sentidos e características, existem movimentos que têm provocado alterações e levado à transformação, mesmo que de maneira não radical. Tal realidade iniciou-se no fim da década de 1970 e, principalmente, nos anos 1980, com o processo de democratização no país (DRAIBE, 1989).

Para compreender essas transformações, torna-se necessário voltar à questão social e entender como ela foi configurada no Brasil e que respostas o Estado brasileiro tem dado desde então. Conforme Kerstenetzky (2013), entre 1890 e 1930, a questão social situa-se como caso de polícia, sendo tratada como ilegítima, ilegal e subversiva. Somente a partir de 1930, no governo Vargas, ela adquiriu um caráter dinâmico, como problema concreto no quadro do processo de industrialização, tendo seu tratamento aprofundado, passando a ser reconhecida como questão política e legítima.

---

<sup>22</sup> O *Welfare State* surge e generaliza-se a partir de sua utilização na Inglaterra, na década de 1940, e designa uma configuração específica de políticas sociais (BOSCHETTI, 2003). Para maior aprofundamento, consultar Esping-Andersen (1991; 1995), Draibe (1989), Kerstenetzky (2012).

Entende-se que essa legitimidade foi perpassada por uma teoria da integração social, no período de 1930-1937, com o abafamento do movimento sindical e de sua autonomia, com ocultação do conflito de classes e mascaramento da desigualdade social. Ainda em todo o período da ditadura varguista, de 1937 a 1947, apesar da questão social legitimada, voltou a ser reprimida e tratada como caso de polícia. Isso repercutiu em uma ação contraditória, voltada ao mesmo tempo para o apoio ao processo de industrialização e à repressão dos conflitos desencadeados entre capital e trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Nesse sentido, segundo esse autor:

O discurso político dominante sobre a “questão social” é o discurso político do capital, adaptado às condições conjunturais da formação histórica brasileira; vale dizer, calcado no autoritarismo e na conciliação, isto é, no paternalismo. Aliás, em nenhum momento o discurso político dominante perde o seu caráter elitista, autoritário, presente de forma específica na formação social brasileira [...] (p. 119).

A relação da Psicologia com o Estado brasileiro, nesse período, caracterizou-se, com raras exceções, pela aplicação de saberes e práticas que serviam diretamente à corrida nacional-desenvolvimentista. Os efeitos produzidos direcionaram a posição desta ciência e profissão para a margem das preocupações que não estavam relacionadas com a modernização do país (ANTUNES, 2012), portanto, assumindo um caráter elitista<sup>23</sup> (DANTAS, 2013).

Posteriormente, entre 1946/64, o tratamento da questão social foi promovido pela ideologia populista que, de passagem, não se fez de forma homogênea em todo o período, na verdade, alternando em estilo populista com conteúdo tutelar, nos períodos de 1946 a 1952, com Gaspar Dutra, e de 1955 a 1962, com Juscelino Kubitschek; e estilo populista com conteúdo emancipacionista, nos períodos de julho de 1953 a agosto de 1954, com Getúlio Vargas, e de janeiro de 1963 a março de 1964, com João Goulart. Nessa alternância, destaca-se a prevalência do estilo populista tutelar, com seu paternalismo e controle governamental sobre os sindicatos. Nesse sentido, entre o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e o ano de 1964, a questão social foi percebida de forma diferenciada pelo discurso político dominante, reduzida a um segundo plano e reprimida pela racionalização desenvolvimentista (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Teixeira (2007) entende que nesse período instaurou-se, no Brasil, um padrão de proteção social, via políticas sociais públicas, por meio de processos de categorização, divisão e exclusão, com respostas fragmentadas e antecipação frente às demandas sociais, na busca de

---

<sup>23</sup> Atuação restrita às camadas economicamente mais favorecidas.

controle dos movimentos classistas e sociais, para evitar-se a constituição de sujeitos políticos. No caso da psicologia, tinha como papel ajudar a educação formal do país a conformar trabalhadoras/es coesas/os às necessidades do capital.

Por sua vez, o período seguinte, que vai de meados da década de 1960 a, praticamente, meados da década de 1970, foi marcado pela ditadura cível-militar, também conhecida como período autocrático burguês – por autores como Netto (2015) – que substituiu o regime populista por um cenário adverso às problematizações das necessidades em cena pública. A Psicologia insere-se nesse processo, com a mesma linha de ação de períodos anteriores, junto ao setor educacional e industrial, mas também clínico, ofertando práticas e formações individualistas, descontextualizadas (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010) e com foco na adaptação (SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

A ditadura militar pôs fim às liberdades democráticas e promoveu a repressão sobre a população, que aos poucos ampliou sua participação política e começou a organizar-se, questionar e exigir mudanças, a favor de uma maior inclusão social. Houve, portanto, uma intervenção corretiva que dizia destinar-se a preservar valores democráticos, o que foi apenas aparência, haja vista o contundente papel repressor, a fim de enfraquecer possíveis revoltas sociais que comprometessem sua efetivação (PRIORI *et al.*, 2012). O trato das refrações da questão social na execução das políticas nesse período foi marcado pelo reforço à iniciativa privada, de cunho filantrópico (TEIXEIRA, 2007).

Os anos 80 surgem, em seguida, como momento de maior investimento das discussões sobre Estado e sociedade, e políticas sociais de caráter público, em meio ao processo de transição política desenvolvida a partir da crise da ditadura, do agravamento da questão social, do aumento da pobreza e da miséria, e da luta pela democratização do país. Destaca-se que apesar das desigualdades sociais, não podem ser desconsideradas as conquistas democráticas desse período (PIANA, 2009), por meio do avanço das políticas e gastos sociais, conquista que se deu a partir da constituição de 1988, que assegurou uma série de novos direitos, como a universalização da previdência, assistência social (a quem dela necessite), universalização da educação fundamental e média, e da saúde, em todos os níveis, descentralização das políticas sociais e controle social (KERSTENETZKY, 2012).

Para Kerstenetzky (2012, p. 217), o período entre 1988 e 1994 pode ser denominado como de “cidadãos novos”, tendo as prescrições constitucionais afetado, imediatamente, as políticas sociais no campo da seguridade social, que passou a envolver previdência, assistência e saúde. Em 1988, foi criado o seguro desemprego; em 1990, a Lei Orgânica da Saúde cria o SUS; em 1991, dá-se a regulamentação da previdência rural; em 1992, a

implementação da previdência rural; em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social e, em 1994, é criado o Fundo Social de Emergência.

No período de 1995 a 1998, na gestão do primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o tratamento da questão social visou a atender apenas a parte da sociedade representada pelas classes dominantes. A questão social passou a ser resolvida não pelo Estado, mas com a parceria da sociedade. O marco disso foi a criação do Programa Comunidade Solidária (PCS), um componente da estratégia neoliberal do governo, caracterizado pela fragmentação da política de assistência social, com as transferências das responsabilidades do Estado para a sociedade civil, por meio de medidas seletivas, focalizadas e distantes de mudanças estruturais, por um “Estado mínimo para as maiorias, Estado Máximo para o capital” (WANDERLEY, 2008, p. 180).

Já a gestão seguinte do mesmo governo, entre 1998 e 2001, teve como referência os programas de transferência de renda, a partir de 2001, com a implementação de uma rede de proteção social para atender a população pobre<sup>24</sup>. Contudo, por seguir uma orientação reducionista, setorialista e ideológica do social, ignoraram-se as causas que ocasionam a questão social (WANDERLEY, 2008).

Para Kerstenetzky (2012, p. 220), o período de 1995 a 2002 pode ser denominado como de “Cidadania e austeridade”, caracterizado pela seletividade no acesso aos serviços sociais universais, o não progresso na direção de universalização da cobertura previdenciária e a preferência por transferências focalizadas e condicionais, que informam que nesse período houve um limitado avanço dos serviços sociais, o que levou a um pequeno progresso sobre a pobreza e a desigualdade social.

No caso da Psicologia, o delineamento dessas políticas de corte, a partir dos anos 1990, com implantação das políticas neoliberais no país, contribuiu para o lento evoluir da profissão nesse campo, que se somam a outras dificuldades e problemas, como os limites da ciência psicológica e da formação profissional. Nesse contexto, ainda que os aspectos políticos não tenham sido os propulsores para a participação de psicólogas/os no trabalho com populações pobres – considerando-se que a entrada inicial da população nesse campo deu-se por questões de ordem do mercado de trabalho – foi possível verificar na saúde pública um trabalho voltado para ações na comunidade e na assistência, a contribuição para a diminuição

---

<sup>24</sup> Nesse período, foi estabelecido um cadastro único dos Programas do Governo Federal, instituiu-se o cartão cidadão, foi criado o Programa Bolsa Escola (2001), o Programa Bolsa Alimentação (2001), o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (2002).

da violência e de todas as implicações que derivam de quadros de pobreza extrema, o que gerou muitos desafios (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Para Yamamoto (2013), mesmo com a constatação da redução da desigualdade, entre 2001 e 2011, a partir da diminuição da pobreza e extrema pobreza, por outro lado, existe um aprofundamento da concentração da propriedade e do poder de classe. Suas múltiplas manifestações tornam-se objeto de ações filantrópicas, de benemerência e de programas focalizados de combate à pobreza, ocorrendo uma privatização da política social. Ainda segundo a autora, o reforço ao individualismo e à responsabilização da família pela ultrapassagem da condição de pobreza; a moralização da questão social, vista como questão psicológica; e a criminalização de suas manifestações; constituem três tendências prevaletentes da cultura contemporânea de raiz liberal que vêm interferindo nas respostas institucionais à questão social, no campo da política social.

As políticas sociais, nesse sentido, propiciaram o alargamento do alcance social das/os profissionais de psicologia, quando começaram a inserir-se nas refrações como executoras/es terminais dessas políticas segmentadas. Daí advém a necessidade de as/os profissionais compreenderem de maneira mais profunda as determinações macroestruturais de sua inserção profissional nesse campo, além de buscarem expandir sua atuação, intervindo na gestão e, principalmente, na sua formulação (YAMAMOTO, 2012), tendo como desafio o embate com o campo de forças das políticas neoliberais.

O modelo neoliberal de proteção social é legitimado, sob nova roupagem, já que o Estado não pode desvincular-se da proteção social, embora a faça, distribuindo responsabilidades com a sociedade civil, em uma corresponsabilização pelo atendimento das refrações da questão social, reorganizando suas funções, diminuindo-as quanto à garantia de direitos e abrindo amplos espaços de atuação da iniciativa privada. Essa perspectiva da proteção social tem significado, sem dúvida, um retorno ao âmbito privado da reprodução social de trabalhadoras/es e suas famílias (TEIXEIRA, 2007).

Nessa direção, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (na gestão de 2002 a 2006, e início da segunda gestão, 2007 a 2008) predominou a concepção setorial, apesar de alguns avanços em determinados indicadores de pobreza absoluta, mortalidade infantil, emprego formal etc.<sup>25</sup> (WANDERLEY, 2008). Para Kerstenetzky (2012, p. 231), de 2003 a 2009, período denominado como “Cidadania e prosperidade”, as políticas sociais ganharam

---

<sup>25</sup> Foram políticas e ações criadas nesse governo: Programa Fome Zero (2001), Cartão-Alimentação (2003), Programa Bolsa Família, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004), Projeto de promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, Programa Brasil Alfabetizado (2003), dentre outros.



novo sustento, com a aceleração do crescimento baseada na expansão das políticas e gastos sociais, com resultados inéditos em termos de redução da pobreza e da desigualdade e uma expressiva expansão da cobertura de riscos sociais. Contudo, permanecem várias distorções, sendo a segmentação da rede de proteção social um problema que continua a exigir atenção. São, ainda, elevados os níveis de desigualdade e evidências de subfinanciamento em várias áreas do governo.

Nesse sentido, nos dias atuais, apesar da definição de igualdade e justiça, a forma de enfrentamento da questão social continua como sempre foi: focada nos pobres, em sua carência e aspecto negativo, e não na figura da/o cidadã/ão (TELLES, 1999). A hipótese sustentada por Santos (2012) é de que existe uma atualização das características da questão social e sua funcionalidade no processo de modernização conservadora do Brasil, na “Era Lula da Silva” (p. 432). Ela passou a ser sinônimo de “exclusão social” (p. 441) e foi reduzida à pobreza, ainda apontando para a reposição de alguns de seus traços: a superexploração do trabalho e a passivização das lutas sociais para diluir os antagonismos entre as classes. Deste modo, hoje, no Brasil, a situação de pobreza é tratada como sempre foi, algo à parte do mundo social, despojada de dimensão ética e transformada em algo natural (PIANA, 2009).

Diante dessa trajetória, é importante reconhecer que a realidade das políticas sociais, no Brasil, como todas as realidades, não é inflexível (DRAIBE, 1989), tendo a Constituição Federal de 1988, papel importante, ao permitir uma série de avanços. No caso da saúde, passou-se a contar com acesso universal a toda a população, definindo-se por princípios e diretrizes na construção de uma rede integrada, descentralizada, regionalizada e hierarquizada, com atendimento integral e participação da comunidade. Já na assistência social, os avanços foram, entre outros, na previsão do direito da população, independentemente das contribuições prévias, a municipalização das ações e a participação da população (DRAIBE, 1990).

É nesse sentido que Behring e Boschetti (2007) discutem possibilidades concretas de amadurecimento da política social no Brasil. No contexto do capitalismo, em sua fase madura<sup>26</sup>, não é possível reverter situações contraditórias e nem é essa a função estrutural da política social. Cabe a trabalhadoras/es estarem compromissadas/os com as emancipações política e humana, para que se levem as políticas sociais ao máximo de cobertura possível.

---

<sup>26</sup> “O capitalismo tardio ou maduro caracteriza-se por um intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas), e expande-se após a crise de 1929-1932 e, sobretudo, após a segunda guerra mundial” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, pp. 82-83).

Por tudo isso, destacam-se as políticas de saúde e assistência social como importantes estratégias de enfrentamento da questão social no contexto brasileiro, visando à construção da cidadania, por meio de sua expansão para as mais diferentes regiões do país, no alcance das diferentes realidades dos milhões de brasileiras/os. E psicólogas/os aí se fazem presentes, inclusive, em maior número e distribuídas/os pelos muitos rincões do país, em função da expansão da rede de serviços.

A seguir, será apresentada uma breve contextualização dessas políticas sociais e, em seguida, será retomado, de forma mais aprofundada, o tema da relação de psicólogas/os com as mesmas.

### 1.3 Breve panorama sobre as Políticas de Saúde e Assistência Social

A Seguridade Social, inaugurada na Carta de 1988 e formada pela tríade previdência, assistência social e saúde, deve responder, na contemporaneidade, às complexidades das demandas sociais. Isso diz respeito a uma inovação no campo social, por se considerar que, independentemente de o indivíduo estar ou não inserido na esfera do trabalho, ele terá garantida sua proteção social e inclusão no rol de direitos providos pelo Estado (MONNERAT; SOUZA, 2011).

A seguridade social foi resultado da referência ao *Welfare State*<sup>27</sup> dos países social-democratas, como também dos embates político-ideológicos desenvolvidos na Assembleia Constituinte. No entanto, para uma maior compreensão do processo brasileiro, é importante que se diferencie seguridade social de seguro social<sup>28</sup>, política social<sup>29</sup>, *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social ou de Estado Providência<sup>30</sup>, pois apesar de determinarem certas formas de configuração na atenção da questão social, não podem ser tidos como sinônimos (BOSCHETTI, 2003).

Ainda de acordo com a autora, a institucionalização da seguridade social no Brasil representou um movimento de reorganização e ampliação de políticas existentes, e de introdução de novos direitos. Nesse sentido, o entendimento era de que universalidade,

<sup>27</sup> Seguridade Social não se confunde e nem é sinônimo de *Welfare State*, mas é parte integrante, e mesmo elemento fundante e constituinte de sua natureza, bem como de sua abrangência (BOSCHETTI, 2003).

<sup>28</sup> A Seguridade Social também não se confunde e nem se restringe a seguro social (ou previdência social, para utilizar uma expressão brasileira), pois pelo menos três elementos precisam estar presentes: seguros, assistência médica e auxílios assistenciais (BOSCHETTI, 2003).

<sup>29</sup> A precisão conceitual da seguridade social requer a superação das análises fragmentadas ou parcializadas das políticas que a compõem (BOSCHETTI, 2003).

<sup>30</sup> Estado-providência substituição do conceito de Estado liberal (BOSCHETTI, 2003).

uniformidade, irredutibilidade, diversidade e caráter democrático e descentralizado, dentre outros princípios, deveriam orientar a operacionalização da seguridade social no Brasil.

Monnerat e Souza (2011) compreendem que para efetivar essas intencionalidades, torna-se necessária:

[...] a ação coordenada das três esferas governamentais e dos diversos setores de um mesmo nível de governo, além de participação e controle sociais. Esse processo é altamente complexo porque não pode dispensar o envolvimento de um número muito elevado de atores, além de exigir uma estrutura política e institucional que favoreça a cooperação e o compartilhamento de objetivos. Impõem-se, portanto, inovações do ponto de vista das práticas desenvolvidas intra e extrasetorialmente (p. 47-48).

No entanto, muitos têm sido os obstáculos para efetivar esses ideais de proteção social universal, coordenada e integrada. De acordo com Mota (2008), as políticas que integram a seguridade social brasileira não conseguiram formar um amplo e articulado mecanismo de proteção, sendo conformadas com uma unidade contraditória.

No caso da saúde, a persistência do modo fragmentado de produzir as ações da atenção e cuidado separa, em grau de importância e relevância institucional, administrativa, financeira, mas também profissional e social, o nível especializado do primário; resulta na pouca articulação com outros setores da política social por gestoras/es dos três níveis de governo, e na persistência do paradigma biológico, hegemônico, que determina os modelos de atenção e gestão. São os limites impostos diariamente e que têm dificultado avanços na área. Mas, apesar disso, destacam-se avanços na Atenção Básica, por meio da Estratégia Saúde da Família, dinamizando a atenção, o cuidado, a promoção e a prevenção da saúde da população, mesmo em meio aos inúmeros entraves e obstáculos que atravessam o campo (MONNERAT; SOUZA, 2011). Tais aspectos são importantes e precisam ser considerados por psicólogas/os, ao se inserirem e atuarem nesse campo, pois determinam suas possibilidades de ação, como veremos mais a frente.

No caso da Assistência Social, constatou-se sua ampliação como principal mecanismo de proteção social, sendo o maior desafio da organização da seguridade social, na atualidade, a diferenciação e a compreensão da necessidade concreta de ampliar a assistência social, devido ao adensamento da situação de pobreza, mas sem responsabilizá-la como a principal ou única forma no enfrentamento da questão social (MOTA, 2008). Outro desafio, diz respeito à sua baixa capacidade institucional, financeira e política em garantir a intersetorialidade (MONNERAT; SOUZA, 2011). Esse também é outro aspecto que precisa ser considerado por psicólogas/os que atuam nas políticas sociais, pois são vetores que determinam possibilidades de ação profissional nesse nível de atenção.

Nota-se, pois, que de maneira geral a seguridade social tem ampliado significativamente o campo de atuação de psicólogos/os, especialmente, nas áreas da saúde e assistência social, pois não apenas têm absorvido grandes contingentes profissionais, mas aproximado a Psicologia de novos cenários, destacando-se os meios rurais. A ênfase para essas áreas explica-se porque tem sido por meio da Política de Saúde – com a implantação de serviços da atenção primária e psicossocial em saúde (Unidades Básicas de Saúde/UBS, Núcleos de Apoio a Saúde da Família/NASF e Centros de Atenção Psicossocial/CAPS) – e da Política de Assistência Social – com a implantação dos serviços de proteção social básica (Centros de Referência em Assistência Social/CRAS e Equipe Volante do CRAS) – nos municípios de médio e pequeno porte, que as populações dessas localidades, especialmente as que vivem nos meios rurais, têm tido acesso, de maneira mais efetiva, aos serviços prestados por psicólogos/os (LEITE *et al.*, 2013).

### *1.3.1 Contextualizando o Sistema Único da Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*

No caso da saúde, o SUS, considerada uma política de saúde de natureza macrossocial, começou a desenvolver-se no movimento da reforma sanitária<sup>31</sup>, no início da década de 1970. Por articular um conjunto de políticas específicas (atenção básica, atenção hospitalar, urgência e emergência, regulação, humanização, promoção da saúde, dentre outras) e desenvolver variadas práticas de saúde (PAIM, 2013; VIANA; MACHADO, 2008), o SUS traz em seu bojo um projeto societário transformador da ordem social, voltado à equidade e à justiça social, e por essa razão, é tido como mais que uma política social (FEUERWERKER, 2005).

Foi, então, partindo da perspectiva de que as políticas de saúde deveriam orientar-se por uma concepção abrangente de saúde (determinação social do processo saúde-doença), pelas necessidades da população e fundadas na noção de saúde como um direito e dever do Estado (VIANA; MACHADO, 2008) e sob a lógica abrangente de seguridade social, que o SUS foi oficialmente instituído, primeiro na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), posteriormente regulamentado pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) e pela Lei Complementar (Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990), que dispõem sobre as condições para a organização e o funcionamento dos serviços e sobre a participação da comunidade e das transferências intergovernamentais de recursos financeiros, respectivamente.

---

<sup>31</sup> Tal movimento teve como uma de suas principais bandeiras, a transformação do modelo de atenção à saúde. Para detalhamento, ver Brasil (2011) e Feuerwerker (2005).

Dentre outros princípios e diretrizes, tem como direcionamentos: universalidade, integralidade, preservação da autonomia das pessoas, igualdade da assistência à saúde e descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, sendo necessária uma organização, de forma regionalizada e hierarquizada, em crescentes níveis de complexidade (BRASIL, 1990). Houve a ampliação no modo de entender as práticas, que devem estar voltadas para a promoção, a proteção, a recuperação e a reabilitação da saúde, e não simplesmente para a cura, posteriormente incrementada pela definição de estratégias para orientar a operacionalização desse sistema, com as Normas Operacionais Básicas (NOB - 01/91, 01/92, 01/93 e 01/96)<sup>32</sup>, a Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS) em 2002 e, posteriormente, o Pacto pela Saúde, em 2006<sup>33</sup>.

Marcado por tais incrementos e avanços expressos na ampla gama de programas e serviços, o SUS ainda está distante da proposta almejada pelo movimento da reforma sanitária. Entre os desafios que enfrenta estão: a) a organização macroeconômica do sistema de saúde no Brasil: a cobertura universal vem, ao longo dos anos, transformando-se em segmentação; b) a organização microeconômica expressa no modelo de atenção à saúde que pratica: é preciso superar a forma fragmentada de sua estruturação, por meio das redes de atenção à saúde, coordenadas pela atenção básica; c) o financiamento: os gastos públicos, além de muito baixos, quando comparados com outros países em dólares americanos, com paridade de poder de compra, vêm fortemente sendo diminuídos, no plano federal; e d) relação público-privada na complementação do sistema de atenção (FEUERWERKER, 2005; MENDES, 2013).

Diante de todos os avanços e desafios, é preciso entender que:

[...] o SUS não é hegemônico. Na prática, é frágil e está em **plena construção**. Não há indícios claros de que será possível implantá-lo em sua profundidade básica, pois, para tanto, dependemos, decisivamente, da fabricação de atores para cumprir esses papéis em **novos espaços de encontro** e produção das práticas e políticas de saúde (FEUERWERKER, 2005, p.502-503, grifos meus).

Compreender o SUS como política em construção contínua, por meio da participação, implicação e articulação de cidadã/aos, trabalhadoras/es, gestoras/es e demais sujeitos, torna-se fundamental. É nesse campo que psicólogas/os ingressam e, de certa forma, têm ampliado sua presença nos mais diversos níveis de atenção em saúde em todo o Brasil; especialmente, por meio da atenção básica em saúde. Essa ação tem convocado essas/es profissionais a

<sup>32</sup> Visa orientar as medidas de descentralização da saúde (BRASIL, 2003a).

<sup>33</sup> Foi com a NOAS, em 2002, e com o Pacto pela Saúde, em 2006, que a regionalização do sistema de saúde pública passou a ganhar mais importância no panorama brasileiro, constituindo-se efetivamente como as primeiras etapas para a expansão do acesso ao SUS (BRASIL, 2002; 2006a).

estarem presentes nas mais diversas regiões e lugares, destacando-se, atualmente, a sua aproximação com contextos rurais.

Em relação à atenção básica, os cuidados primários em saúde passaram a ser considerados essenciais para o desenvolvimento da saúde, a partir de 1978, com a Declaração de Alma-Ata<sup>34</sup>. Do continuado processo de assistência à saúde, eles representam o primeiro nível de contato com o sistema nacional, sendo ofertados os cuidados de saúde da maneira mais próxima possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham (WHO, 1978).

A atenção básica estrutura-se por serviços que possibilitam o contato inicial e preferencial das pessoas com o sistema de saúde, constituindo-se em um nível de assistência definido como porta de entrada, que deve atuar por meio de articulações com os outros níveis de assistência. Comporta uma complexidade, na medida em que passa a requerer novas formas de produção teórica, política, cultural, técnica e subjetiva, além da constante recriação de saberes, práticas, e tecnologias (BRASIL, 2010).

No Brasil, é recente a constituição da atenção básica como Política Nacional de Saúde, aprovada pela Portaria nº 648/GM, em 2006. Entende-se que a Atenção Básica em Saúde (ABS):

É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe (...). Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território (...). Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social (...). Considera o sujeito em sua singularidade, na complexidade, na integralidade e na inserção sócio-cultural e busca a promoção de sua saúde, a prevenção e tratamento de doenças e a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer suas possibilidades de viver de modo saudável (BRASIL, 2006b, p. 3).

Esse nível de atenção à saúde apoia-se, por sua vez, na linha de atuação denominada Saúde da Família, modelo prioritário de organização por princípios do SUS. Foi com a criação do Programa de Saúde da Família (PSF), em 1994, depois denominado Estratégia de Saúde da Família (ESF)<sup>35</sup>, em 2006, que se passou a ter incentivo financeiro, e a ESF passou a ser a política oficial do SUS para a atenção básica (CAMPOS *et al.*, 2009). De acordo com Brasil (2006b), a ESF tem como princípios gerais: caráter substitutivo em relação à rede de

<sup>34</sup> Declaração formulada na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em Alma-Ata, em 12 de setembro 1978, com o objetivo de discutir a necessidade de “promover a saúde de todos os povos do mundo” (WHO, 1978, p. 1).

<sup>35</sup> Para a implantação da ESF, dentre outros itens, é preciso a formação de uma equipe multiprofissional composta, no mínimo, por médica/o, enfermeira/o, auxiliar de enfermagem ou técnica/o de enfermagem e agentes comunitárias/os de saúde (ACS), responsável por, no máximo, 4.000 habitantes, que é a população adscrita num determinado território (BRASIL, 2006a).

atenção básica tradicional; atuação no território voltada para o cuidado contínuo de indivíduos e famílias e seus problemas de saúde-doença; atitudes proativas de profissionais e ações conjuntamente com a comunidade; atividades baseadas no diagnóstico situacional; foco na família e na comunidade; busca de integração intersetorial e outras parcerias, e constituir-se em um espaço de cidadania.

Por meio de tais princípios e diretrizes, compreende-se que na ESF existe expansão de responsabilidades e competências profissionais e das formas de produzir saúde. Com o imperativo de entrada no cotidiano concreto e móvel das pessoas, profissionais são requisitadas/os a interferirem na complexidade de existências, demandas e necessidades, por meio de uma tecnologia relacional (MERHY, 1999) voltada para escuta, vínculo, acolhimento, corresponsabilização e continuidade do cuidado.

Com o sentido de fortalecer e organizar as ações da atenção básica, foi criado, em 2008, o NASF, instituído pela Portaria nº 154, de 2008. Tem como finalidade ampliar a abrangência de ações na atenção básica e propiciar, ao mesmo tempo, resolubilidade ao sistema e apoio às Equipes de Saúde da Família (ESF) e demais equipes no nível básico para populações específicas (consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais), além do Programa Academia da Saúde<sup>36</sup>.

Integrada a outras equipes da atenção básica, a atuação do NASF deve envolver discussões de casos clínicos, atendimento compartilhado, tanto nos serviços de saúde quanto nas visitas domiciliares, construção conjunta de projetos terapêuticos, intervenções no território e na saúde de grupos populacionais, educação permanente e apoio e suporte clínico-pedagógico (matriciamento). As ações também assumem caráter intersetorial, com foco nas ações de prevenção e promoção da saúde (BRASIL, 2008a).

As modalidades do NASF estão divididas em tipo 1, vinculada entre 5 a 9 Equipes de Saúde da Família e/ou Equipe de Atenção Básica para populações específicas (Equipe de Consultórios na Rua, Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas e Equipes de Saúde da Família Fluviais); tipo 2, vinculada entre 3 a 4 equipes; tipo 3, vinculada entre 1 e 2 equipes. A composição das equipes NASF fica a critério das/os gestoras/es municipais, tomando por base o perfil epidemiológico e as necessidades locais e das equipes de saúde que serão apoiadas (BRASIL, 2008a). Conforme os dados do Departamento de Atenção Básica do Ministério da

---

<sup>36</sup> Criado em 2011, pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde da população e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis. Informação disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Saúde, há o registro de 5.067 equipes NASF<sup>37</sup> em funcionamento em todo o país, sendo que 50,36% das equipes, encontram-se nos municípios com população menor que 20 mil habitantes, importante na reflexão sobre rural.

Por meio dessa breve contextualização, compreende-se que o desenvolvimento do SUS permitiu à atenção básica tornar-se, hoje, o eixo primordial de sua organização. Isso tem aproximado profissionais, entre elas/es psicólogas/os, por meio de sua atuação no NASF, do cotidiano de brasileiras/os. Sobressai-se, nesse sentido, o importante desafio de atuar nas mais diversas realidades e a partir das necessidades de saúde das populações que vivem em pequenas e médias cidades, configurando-se realidades rurais como desafio importante para atuação profissional, como será visto no capítulo 2 desta dissertação.

A assistência social, por sua vez, foi confundida com a caridade da Igreja e com a ajuda a pessoas pobres e necessitadas, tradicionalmente vista como assistencialista, onde as pessoas são percebidas/os como “assistidas/os”, e não como sujeito de direitos. Nesse sentido, manteve-se isolada e desarticulada de outras práticas sociais, não tendo como finalidade a universalização de direitos sociais, constituindo-se como espaço de reprodução de exclusão e privilégio (ANGELIM, 2002).

É recente na história do Brasil a constituição da assistência social como direito, reconhecida pela Constituição de 1988, como dever do Estado, no campo da seguridade social, quando passou a deixar de ser vista (legalmente) apenas como política complementar. Mas, foi com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que foram regulamentados os artigos 203 e 204 da Constituição, tornando possível a assistência social como dever do Estado e direito de cidadania, sem a necessidade de contribuição prévia da/o cidadã/ão. Posteriormente, dá-se a aprovação do SUAS, por meio da Portaria nº 262, de 12 de agosto de 2003 (BRASIL, 2003b), reconhecido como uma iniciativa imprescindível para a organização e a gestão da Política de Assistência Social.

Em sua dimensão prática, a assistência social busca promover a integração ao mercado de trabalho, habilitação, reabilitação e integração de pessoas portadoras de deficiência, e a garantia do benefício mensal de 1 (um) salário mínimo a portadoras/es de deficiência e idosas/os que não possuam meios de prover a própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993). Esta política está voltada para por cidadãs/aos e grupos que se encontrem em situações de vulnerabilidade e riscos, por meio da perda ou fragilidade de

---

<sup>37</sup> Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico\\_cobertura\\_sf.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico_cobertura_sf.php). Acesso em: 10. fev. 2016.



vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade. Compreende os sujeitos em seus ciclos de vida; com identidades estigmatizadas, ou que estejam passando por desvantagem pessoal, resultante de deficiências; que fazem uso de substâncias psicoativas ou vivam situações de violência pela família, grupos e outros indivíduos. Também são atendidos aqueles sujeitos que apresentam inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal, além daquelas/es que se encontram em situação de exclusão, por conta da situação de pobreza e dificuldade de acesso às demais políticas públicas, ou que apresentem maneiras diferenciadas de sobrevivência, que representem risco pessoal e social (BRASIL, 2005).

De acordo com Brasil (1993), esse trabalho é efetivado pelos seguintes princípios: a) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; b) universalização dos direitos sociais; c) respeito à dignidade, autonomia e ao direito a benefícios e serviços de qualidade, assim como à convivência familiar e comunitária; d) igualdade de direitos no acesso ao atendimento; e) vasta divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos e seus critérios para concessão. Somam-se a esses, a descentralização político-administrativa para os estados, o distrito federal e os municípios, com comando único das ações em cada esfera de governo, a participação da população e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social, como diretrizes que buscam contribuir para a organização da assistência social.

Tais diretrizes conformam as finalidades dos serviços socioassistenciais nos seus dois níveis de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE)<sup>38</sup> – de Média Complexidade e de Alta Complexidade –, sendo a primeira dedicada a prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de fortalecer vínculos familiares e comunitários. Já a PSE objetiva atender famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, situação de rua, entre outros (BRASIL, 2005).

Especificamente em relação à proteção social básica, essa é executada pelo CRAS e por outras unidades básicas e públicas de assistência social e, de forma indireta, por entidades e organizações de assistência social da sua área de abrangência. Serviços, programas, projetos e benefícios deverão estar articulados com as demais políticas públicas locais, inclusive com a proteção social especial. O CRAS é uma unidade de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, sendo responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral à

---

<sup>38</sup> Ressalta-se que esse nível de proteção não foi detalhado no presente estudo, tendo em vista que não compõe a sua problemática.

Família (PAIF), que consiste no trabalho social continuado, preventivo, protetivo e proativo, com famílias, para o fortalecimento de sua função protetiva e prevenção da ruptura dos vínculos (BRASIL, 2009a).

A composição da equipe de referência dos CRAS está assim definida: municípios de pequeno porte 1 (até 2.500 famílias referenciadas), conta com 2 técnicas/os de nível superior, assistente social e outra/o, preferencialmente, psicóloga/o, e 2 técnicas/os de nível médio; municípios de pequeno porte 2 (até 3.500 famílias referenciadas), com 3 técnicas/os de nível superior, sendo 2 profissionais assistentes sociais e, preferencialmente, psicóloga/o; municípios de médio e grande porte, MetrÓpole e DF (a cada 5.000 famílias referenciadas), conta com 4 técnicas/os de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, psicóloga/o e outro profissional que compõe o SUAS, e 4 técnicas/os de nível médio. Ao todo, são 8.088 unidades CRAS em todo o país, sendo que 49,4% dos serviços estão localizados em municípios com população menor que 20 mil habitantes (BRASIL, 2015). Ademais, ganha relevância a equipe volante do CRAS que, como aludido, propiciou a aproximação com as ruralidades, pois é responsável pelo deslocamento dos serviços para territÓrios de baixa densidade demogrÁfica, com espalhamento ou dispersão populacional.

É, portanto, inegável que a Política de Assistência Social tem avançado no país, com a criação de uma nova arquitetura institucional e ético-política, que permitiu, de maneira efetiva, a realização, na esfera pública, dos direitos concernentes à Assistência Social. No entanto, ainda carrega uma forte herança assistencialista (YAZBEK, 200-). Vários têm sido os desafios para a efetivação do SUAS. De acordo com Muriel (2010), existe uma prioridade sobre pobreza, que tem impedido a generalização dos direitos sociais, limitando o enfrentamento da questão social. Pobres são nomeados e tratados pela via da fragilidade, sendo desconsiderados em sua história, contextos e capacidades, contribuindo para uma visão reduzida de questão social e por sua despolitização.

Conforme aponta Oliveira *et al.* (2014), existem divergências e precariedades nas condições de execução dos serviços, nas instalações dos equipamentos de atendimento e nas condições precárias de trabalho. Tais dificuldades têm interferido no desenvolvimento das práticas, que não têm provocado interferência na realidade das pessoas que utilizam esses serviços, conformando-se como um conjunto de ações paliativas. Associa-se a esse, o desafio do Estado em propiciar condições de atendimento, para além do emergencial e do imediato, constituindo-se como dificuldade na concretização da Política de Assistência Social, o sistema hegemônico na sociedade, que tem utilizado as políticas públicas como mantenedoras da ordem a favor do capital (BAZZA; CARVALHO, 2013).

Constituem-se, ainda, como desafios importantes:

Luta pela construção democrática do SUAS [...] atribuir centralidade aos usuários da Assistência Social. Considero que **pouco conhecemos e respeitamos esses usuários**, temos dificuldades em trabalhar com eles numa direção social emancipatória, não apenas do ponto de vista individual, mas coletivo, sendo necessário o desenvolvimento de novos desenhos para trabalhar com famílias; qualificar Recursos Humanos para o SUAS, CRAS, CREAS; democratizar os Conselhos, os mecanismos de participação e o controle social, tendo como perspectiva facilitar a representação dos usuários; construir mecanismos e estratégias de resistência à cultura política conservadora (inclusive à nossa própria); ampliar a comunicação; aperfeiçoar e desenvolver capacidades no sentido de elaborar diagnósticos de vulnerabilidade dos municípios; estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação da política; ampliar o financiamento e estabelecer padrões de qualidade e de custeio dos serviços; contribuir para a construção de uma cultura do direito e da cidadania **entendendo que o agir tecnológico é ato político**; consolidar o SUAS como sistema de política pública, **criando uma base social de sujeitos e serviços** que lhe deem sustentabilidade, para que possa atravessar períodos de distintos governos (YAZBEK, 200-, p.19-20, grifos meus).

Assim, as diretrizes do SUAS convocam novos modos de pensar, de intervir e de se relacionar com cada pessoa, família, equipe, gestão, comunidade e outros serviços, que levem à promoção de cidadania e transformação da realidade, por meio de profissionais que se orientem por um ato político, capazes de produzir saberes e práticas, a partir das necessidades e do cotidiano das pessoas.

Até aqui, percorremos as estradas da temática da questão social, da questão agrária, das políticas públicas e das políticas sociais, especialmente, no que tange à saúde e à assistência social, por meio do SUS e do SUAS, respectivamente, no sentido de contextualizar nossa problemática e campo de pesquisa. A seguir, será tratado sobre o tema da inserção de psicólogas/os nessas políticas, que têm aproximado psicólogas/os de contextos rurais.

#### 1.4 A inserção de psicólogas/os nas Políticas Sociais no Brasil

Psicólogas/os, pouco a pouco foram convocadas/os a atuarem em novos contextos. O trabalho autônomo e nos grandes centros urbanos e capitais não é mais preponderante na profissão, destacando-se, recentemente, sua interiorização e inserção nas realidades rurais. As políticas sociais, especialmente, saúde e assistência social, têm-se destacado como os campos que mais têm contribuído para esse processo de expansão e interiorização da Psicologia no Brasil, especialmente nas cidades de pequeno e médio porte (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011b). No contexto do Piauí não é diferente. Os dados revelam que por meio do CRAS, das Equipes volantes e do NASF, tem ocorrido essa expansão, como será demonstrado a seguir,

com a discussão sobre o percurso de inserção e características no trabalho de psicólogas/os nessas polítics.

#### *1.4.1 Psicólogas/os, SUS e SUAS: inserção e características no trabalho*

A entrada de psicólogas/os no campo da saúde pública deu-se nos anos 1980, tendo como referência o movimento de Reforma Sanitária e Psiquiátrica. Mas somente nos anos 90 é que passaram a ser convocadas/os, de forma mais incisiva, a integrarem esse campo, por meio do SUS, com a estruturação da rede complexa de serviços desse sistema.

A presença de psicólogas/os na saúde pública, associada à reforma psiquiátrica, com a criação do campo chamado de saúde mental permitiu, no início dos anos 1980, que um número crescente de profissionais fosse contratado para fazer parte de programas estaduais e municipais de saúde mental, por meio de assistência extra-hospitalar, notadamente, ambulatorial. Isso possibilitou modificações no fazer profissional, tendo que lidar face a face com duras condições de vida, pobreza e precariedade da maioria da população brasileira, sem dúvida determinante de sofrimento e adoecimento mental e demais agravos em saúde. Somou-se a essas dificuldades o fato de que, naquele momento, a formação profissional de psicólogas/os estava centrada no manejo, na técnica e na compreensão de problemáticas individualizantes acerca do atendimento das camadas média e alta da população. Ademais, a pouca ou quase nenhuma experiência de atendimento de psicóticos e neuróticos graves, população demandante dos serviços públicos em saúde mental, além do despreparo para conduzir um trabalho multiprofissional sem *setting* ou enquadre definido, agravou as dificuldades e inadequações do instrumental teórico-técnico de psicólogas/os no período (DIMENSTEIN, 1998; FERREIRA NETO, 2010).

De acordo com Pires e Braga (2009), dessas primeiras experiências no campo da saúde mental até os dias atuais, verifica-se um considerável aumento do número de psicólogas/os no campo da saúde. Em um levantamento no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), Dimenstein e Macedo (2012) identificaram mais de 40 mil psicólogas/os vinculadas/os ao SUS. Esse aumento está associado à ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças, que abriram novas dimensões para a compreensão dos fenômenos da saúde, a partir das determinações sociais do processo saúde-doença. Como referido, o SUS é direcionado por uma visão ampliada de saúde.

Atualmente, são vários os campos de atuação da Psicologia na saúde pública, como pode ser verificado no Plano Nacional de Saúde (2012-2015) e em CREPOP (2013): Atenção

Básica, Atenção Especializada, Atenção às Urgências Vigilância em Saúde, Atenção Integral à Saúde, Rede de Saúde Mental, Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, Atenção a Portadores de Doenças Crônicas, Atenção à Saúde Indígena, dentre outros. Paralelamente, incluem-se os componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): a) atenção básica em saúde: UBS, NASF, consultório na rua, apoio aos serviços do componente; b) atenção residencial de caráter transitório: centros de convivência e cultura; c) atenção psicossocial estratégica: centros de atenção psicossocial (CAPS) nas suas diferentes modalidades; d) Atenção de urgência e emergência: SAMU 192, Sala de estabilização, Unidades de Pronto Atendimento e portas hospitalares de atenção à urgência/pronto socorro; e) Atenção residencial de caráter transitório: unidade de acolhimento, serviço de atenção em regime residencial; f) Atenção hospitalar: enfermaria especializada em hospital geral, Serviço Hospitalar de Referência para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas; g) Estratégias de desinstitucionalização: serviços residenciais terapêuticos, Programa de Volta Para Casa; h) Estratégias de reabilitação psicossocial: iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais.

Verifica-se um amplo e significativo crescimento de abertura de novos campos de atuação para a profissão no Brasil, iniciada na década de 1980 e intensificada a partir dos anos 1990, um contraste com a marca histórica e fundante da profissão, no fazer clínico individual e privado. Essa expansão deu-se, em grande parte, por meio do princípio da integralidade<sup>39</sup> do SUS, que criou possibilidades para a presença de novos atores nas equipes de saúde na atenção básica e saúde mental, bem como nos demais níveis de atenção, que pudessem cuidar da saúde de forma integral e articulada com outras/os profissionais e da rede (BÖING; CREPALDI, 2010).

Nesse sentido, a atenção básica assumiu importante papel para o crescimento da profissão. Uma pesquisa realizada pelo CREPOP (2010), revelou que psicólogas/os atuam principalmente nas UBS, nos NASF, mais recentemente, nos consultórios de rua, nas escolas, nos serviços públicos ligados a outras secretarias, em órgãos ligados ao poder judiciário e na comunidade. Reflexos da ampliação na atenção básica podem ser visualizados nas próprias mudanças em andamento na formação graduada e pós-graduada em saúde. Como por exemplo, as residências multiprofissionais (RMS), Programas de Educação pelo Trabalho

---

<sup>39</sup> A integralidade de assistência é entendida como o conjunto das ações e dos serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, que se dão de maneira articulada e contínua. Os mesmos são exigidos para cada caso e em todos os níveis de complexidade do SUS (BRASIL, 1990).

para a Saúde (PET-Saúde/MS-MEC) e programas de estágio profissionalizante em saúde coletiva em cursos de Psicologia (DIMENSTEIN; MACEDO, 2012).

A aprovação do NASF é recente e demandou outro modo de perceber a ação profissional de psicólogos/os no âmbito da saúde, com a priorização das abordagens coletivas, de ações na interface entre clínica e política, articulando atenção e gestão para o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção, cuidado, reabilitação, protagonismo e controle social. Diante disso, é indiscutível que a Psicologia, no Brasil, expandiu-se de maneira rápida e constante para os mais diversos lugares e campos de atuação, tendo na atenção básica um importante campo de atuação.

De acordo com França e Viana (2006), o tempo de atuação na área da atenção básica é relativamente pequeno, sendo ainda escassas pesquisas sistemáticas sobre a atuação de psicólogos/os nesse campo específico de trabalho; situação corroborada no ano seguinte por Dimenstein (2007), que identificou a produção em Psicologia concentrada no nível secundário/terciário, bem como sobre psicoterapias. E diante de tudo isso, chegou-se à conclusão de que pensar sobre a atuação de psicólogos/os nas instituições públicas de saúde destinadas à Atenção Básica à Saúde não é uma tarefa fácil (BRASIL, 2010).

Questionamentos como os que vêm a seguir ajudam a refletir e a entender a dimensão dos desafios.

O que fazer no território dos conflitos, onde as crises acontecem e onde as pessoas se inserem para trabalhar, morar e se divertir? Como trabalhar e ouvir o sujeito inserido e não mais apartado da realidade sócio-familiar, isolado em um consultório com sua verdade única? (CAMPOS; GUARIDO, 2007, p. 83).

Tais perguntas convocam questões, como por exemplo, sobre a necessidade de olhar os sujeitos e a realidade de uma maneira contínua e ampliada. Mas os resultados encontrados por Macedo e Dimenstein (2012) referem exatamente o contrário. O que se verifica atualmente é uma tendência das atividades e dos modos de intervenção de psicólogos/os nos serviços de saúde serem basicamente os mesmos, não importando o local de atuação, a população atendida e as necessidades e demandas requeridas.

A implantação do SUS veio, portanto, provocar nas/os profissionais de Psicologia a necessidade de alterarem seu perfil de trabalho (CAMPOS; GUARIDO, 2007), tendo frustradas as suas expectativas de atuação coerentes com os moldes do ensino clínico-curativista aprendidos na graduação, sendo a formação em Psicologia considerada limitada e deficiente para as questões que envolvem as políticas sociais (BÖING; CREPALDI, 2010;

DIMENSTEIN, 1998; DIMENSTEIN; MACEDO, 2012; FERREIRA NETO, 2010; ROMAGNOLI, 2006).

Considerando esses aspectos, Dimenstein e Macedo (2012) formularam importantes direcionamentos para uma atuação apropriada de psicólogas/os na atenção primária. Entre eles, destaca-se a importância de profissionais serem capazes de observar o contexto e o território da área de abrangência da unidade de saúde, como a história do lugar e os aspectos geofísicos, estruturais (em termos da rede) e sociopolíticos (em termos de grupos organizados). Torna-se fundamental a realização de uma análise local e situacional, que deve ser realizada por meio de um processo de discussão e negociação entre profissionais do serviço de saúde e a comunidade.

Assim, o encontro com esses novos sujeitos, até então distantes da Psicologia clínica, as classes populares<sup>40</sup>; com a condição de trabalho assalariado estatal e as vicissitudes que isso acarreta, em termos de regulação, horário de trabalho, hierarquias, prestação de contas, avaliação de produtividade, etc., além do encontro com outros saberes/fazeres, foram aproximações possibilitadas a psicólogas/os pelo SUS nos últimos anos, especialmente, em meio ao processo de interiorização da atuação da profissão (FERREIRA NETO, 2010).

Mas, além disso, a interiorização tem permitido o encontro com as classes populares e com condições de trabalho em um novo campo, os contextos rurais. Com isso, questionamos sobre o fato de particularidades dessa realidade ainda não serem contempladas nas esferas do discurso oficial, seja das políticas ou das formações profissionais, que apesar de contribuírem de maneira significativa para o avanço da Psicologia nas políticas sociais, por outro lado, precisam progredir no sentido de contemplar as especificidades no trabalho com povos rurais. Ademais, não se pode pensar a atuação de psicólogas/os no âmbito das políticas de saúde apenas no campo da assistência e da prestação de serviços diretos à população, mas no âmbito de problematizar e colocar em análise as políticas que conformam esse campo.

Para Benevides (2005), há uma pista importante a ser seguida: a não separação entre ciência e política. Foi a partir da fundação da Psicologia nessa dicotomia que a dimensão individual separou-se da social na representação, assim como a clínica da política, o cuidado com a saúde das pessoas do cuidado com a saúde das populações, e a clínica da saúde coletiva, o que resultou numa Psicologia à margem de um debate sobre o SUS, ou a sua redução ao campo assistencial da prestação de serviços.

---

<sup>40</sup> Expressão inserida no contexto de legitimação cultural com a valorização das culturas dominantes para além da dominação econômica, distanciando-se da concepção de classe marxista (BOURDIEU, 2007).

As discussões aqui apresentadas tornam-se ainda mais complexas nas realidades dos municípios de pequeno porte e no contato direto com os meios rurais, como trataremos no capítulo a seguir, mas antes centraremos a discussão sobre a atuação de psicólogas/os na assistência social, semelhante ao que foi realizado sobre a realidade do campo da saúde.

A Assistência Social é área de atuação recente para psicólogas/os, configurando-se como um campo carente de estudos, investigações e publicações nas áreas da atuação e formação profissional em Psicologia, apesar de certo crescimento nos últimos anos (LAURIANO; SILVA; PESSINI, 2011; MACEDO *et al.*, 2011; SILVA; CORGOZINHO, 2011). Por ser um campo novo, não se caracteriza por rigidez, mas por constantes modificações, pois “só é possível defini-lo como espaço de encontros e de acontecimentos singulares” (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010).

Macedo *et al.* (2011), ao mapearem a presença de psicólogas/os no SUAS, encontraram, com base nos dados do CADSUAS, em 2010, o total de 8.079 profissionais em unidades de referência do SUAS em todo o país. No caso específico da proteção social básica, dos 6.322 CRAS pesquisados, 5.034 deles contam com psicólogas/os, principalmente na região Nordeste, onde há maior presença, quando comparada às demais regiões. No último senso SUAS divulgado, registra-se o total de 34.466 psicólogas/os atuando na Assistência Social, sendo: 9.507 em CRAS, 4.160 em CREAS, 4.243 em Centros de Convivência, 278 em Unidades de Acolhimento, 294 em Centro Pop, 569 na Gestão Estadual e 15.424 na Gestão Municipal (BRASIL, 2015). São dados que indicam o rápido crescimento do número de profissionais nessa política social.

Essas informações ajudam a identificar que juntamente com a saúde, a assistência social é um campo no qual psicólogas/os têm se inserido de maneira expressiva e sistemática (ROMAGNOLI, 2012; YAMAMOTO, 2012; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). E da mesma maneira que a atenção básica do SUS, a assistência social, por meio da proteção básica, cumpre o papel de convocar essas/es profissionais a estarem presentes nos mais diversos contextos, destacando-se os contextos rurais.

Nesse sentido, os sistemas de proteção básica e especial do SUAS compõem os principais campos de inserção de psicólogas/os na assistência social (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).



**Quadro 1** - Sistemas de Proteção Básica (PSB) e Especial (PSE) do SUAS, 2009

<b>PSB</b>	<b>PSE</b>
PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, e Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.	<b>Média Complexidade:</b> Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI); Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA); e Prestação de serviços à comunidade (PSC); Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias e Serviço especializado para pessoas em situação de rua;
	<b>Alta complexidade:</b> Serviço de acolhimento institucional; Serviço de acolhimento em repúblicas; Serviço de acolhimento em família acolhedora; e Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: Brasil (2009).

De acordo com Brasil (2006c), é a equipe de referência do CRAS que presta exclusivamente o serviço do PAIF/PSB. No CRAS, a atuação de psicólogos/os tem como finalidade:

[...] a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. A atuação do psicólogo no CRAS tem foco na prevenção e “promoção de vida”, mas isto não significa desconsiderar outros aspectos relacionados às vulnerabilidades (CREPOP, 2007, p.12).

Para tal, torna-se necessário estarem pautadas/os nas normas, diretrizes e referenciais do SUAS citados, tendo como peculiaridade a não existência de orientações específicas para o trabalho de psicólogas/os na assistência nos documentos oficiais. Em função dessa lacuna, o Conselho Federal de Psicologia, por meio do Centro de Referência em Políticas Públicas, produziu o Guia Referências Técnicas para atuação profissional no CRAS/SUAS (CREPOP, 2007), tendo como diretrizes: facilitar processos de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários; pautar-se em referenciais teóricos, técnicos e éticos, procurando informar-se e atualizar-se nos níveis teórico e técnico; compreender e acompanhar os movimentos de construção subjetiva de pessoas, grupos comunitários e famílias; estar atento sobre o significado social da profissão e da direção da intervenção da Psicologia na sociedade, dentre outras.

Ademais, esse documento expressa como desafios para psicólogas/os a apropriação dos marcos legais e normativos operacionais da política pública em geral e, em especial, das políticas de Assistência Social, dentre outras: Constituição Federal de 1988; LOAS/1993; Estatuto da Criança e Adolescente – ECA/1990; PNAS/2004; Política Nacional do Idoso –

PNI/1994; Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência – NOB-SUAS/2005; Novo Código Civil; leis, decretos e portarias do Ministério do Desenvolvimento Social, que possam ser pertinentes à ação de profissionais, apropriando-se dos fundamentos ético-legais, teóricos e metodológicos.

Considerando a importância de todas essas diretrizes sobre o trabalho de psicólogas/os no CRAS, por outro lado, os documentos não oferecem orientações a respeito da atuação, manejos e procedimentos que poderiam ser utilizados, gerando inúmeras dúvidas e incertezas entre profissionais (SILVA; CORGOZINHO, 2011). No caso específico do documento elaborado pelo CREPOP, referente à atuação no CRAS, apesar de mencionar constantemente a transformação social e a emancipação, como importantes na atuação, esse continua a contribuir para vincular o papel da Psicologia ao indivíduo e à subjetividade, reafirmando ações ligadas à Psicologia tradicional (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Para Dantas (2013), as encomendas feitas a psicólogas/os é que apreendam os aspectos subjetivos envolvidos na situação de vulnerabilidade. Apesar de não ser um conceito unívoco, ainda predomina o modelo hegemônico de subjetividade ligado ao ideário individualista, o que se torna um terreno fértil para a visão de uma Psicologia atrelada a uma subjetividade psicologizante. Resultam daí, práticas reforçadoras de ideais neoliberais de naturalização da questão social e responsabilização dos próprios indivíduos pela sua condição social. Ademais, em se tratando de populações heterogêneas e com necessidades diversas, como são as que vivem em meios rurais, torna-se ainda mais complexa a compreensão sobre subjetividade.

Sobre a falta de referenciais específicos capazes de suprir os afazeres de psicólogas/os nesse campo (COSTA; CARDOSO, 2010; SILVA; CORGOZINHO, 2011), o que provavelmente tem faltado é uma preparação mais adequada na formação profissional, na graduação. A formação não tem preparado de maneira integral para o trabalho nesse campo e, além disso, não se tem buscado, nas produções existentes na área, a base teórico-conceitual e metodológica para o desenvolvimento das atividades. Tal processo formativo deveria, ainda, explorar as discussões relacionadas às políticas públicas e abordagem de textos críticos sobre a formação de psicólogas/os, além dos clássicos (SILVA; CORGOZINHO, 2011).

E se psicólogas/os ressentem-se da falta de orientações e referências técnicas, ferramentas de trabalho e dificuldades de manejo profissional nos serviços do SUAS ao desenvolverem seus trabalhos nas capitais e grandes centros urbanos, quando frente à realidade de municípios de pequeno porte e de povos rurais, os desafios são maiores. Conforme apontam Yamamoto e Oliveira (2010), é preciso entender que o trabalho na proteção social básica exige dessas/es profissionais o conhecimento de aspectos que, ao longo

do desenvolvimento da profissão, mantiveram-se fora do campo de interesse e do que se delimitou como campo de saber. Dessa maneira, o trabalho não é de uma simples adequação de conhecimento teórico-técnico, mas de criação de novos conhecimentos e mudança de postura.

Nesse sentido, Andrade e Romagnoli (2010) chamam atenção para que se considere a realidade como multideterminada, processual e complexa, demonstrando que nenhuma especialidade (e muito menos um serviço) por si só é capaz de resolver todas as demandas. Entendem que a responsabilidade de psicólogas/os, dentro da equipe multiprofissional, é considerar não somente os aspectos técnicos, mas, sobretudo, os efeitos éticos, políticos e sociais que qualquer saber acarreta.

Para finalizar, é importante referir que as respostas de cada nível básico de atenção, tanto da saúde como da assistência social, são tidas como o grande desafio para psicólogas/os no universo das políticas sociais, sobretudo, considerando que a formação tem dado pouca sustentação para atuarem nesses contextos (DIMENSTEIN, 2001; MACEDO; CABRAL; DIMENSTEIN, 2009; SCARPARO; GUARESCHI, 2007).

Com esse embasamento, fica demonstrado o papel das políticas de saúde e assistência social na aproximação de psicólogas/os de novas realidades, por meio da interiorização da profissão, movimento que tem despertado variados desafios, entre eles o encontro com a questão social e a questão agrária, e com os meios rurais, pois como afirmado no início deste capítulo, a profissão desenvolveu-se direcionada para o meio urbano. Associada a isso, a constatação de que tanto a literatura quanto as diretrizes dessas políticas produzem discursos e sentidos alinhados à qualificação dos serviços, prioritariamente, pela ótica do urbano. Os princípios, diretrizes e orientações, apesar da indiscutível importância, ainda não contemplam análises e singularidades da relação rural-urbano para a leitura das realidades.

Considerando o exposto, como psicólogas/os vêm se encontrando com os meios rurais? Quais os percursos que vêm trilhando neste novo campo? No próximo capítulo, discutiremos sobre o rural como categoria teórica e classificadora da vida social e suas formas de apropriação na produção do conhecimento existente.

## **2 DEBATE SOBRE “RURAL” NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DE SUA APREENSÃO NA QUALIFICAÇÃO DO SABER-FAZER PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA**

A partir dos debates anteriores acerca da questão social e das políticas sociais, especificamente o SUS e o SUAS, entendendo que a partir do século XXI tais políticas, por meio de sua interiorização, expandiram a atuação de psicólogos/os para os mais diversos contextos, entre eles os rurais, e tendo em vista o pouco trânsito da Psicologia na discussão teórico-conceitual sobre rural, apresento, neste capítulo, um debate sobre rural e a importância de sua apreensão na qualificação do saber-fazer profissional da Psicologia. Inicialmente, abordo sobre rural enquanto categoria teórica e sobre os novos sentidos que possui na atualidade. Em seguida, trato sobre povos rurais e suas formas de existência. E, no final, evidencio algumas características, desafios e possibilidades relativas ao encontro da Psicologia e de psicólogos/os com os meios rurais, por meio da compreensão das marcas urbanas da profissão e do desencontro com a questão social.

### 2.1 Rural como categoria teórica

Rural é aqui tomado como categoria de reflexão teórica, atravessado por múltiplos sentidos, tendo se sobressaído na contemporaneidade os que se referem a ruralidades. Isso demonstra que existe ampla produção em diversas áreas do conhecimento que tem ajudado a pensar o chamado meio rural brasileiro. Nessa perspectiva, a proposta nesta seção é conhecer os vários sentidos relativos a rural, partindo do entendimento de que é por meio dessa diversidade que é possível identificar a variedade de sujeitos e contextos rurais, bem como pensar situações empíricas singulares, ações que ficariam restritas com o uso de um conceito absoluto de rural.

No Brasil, como lembra Queiroz (1973), foi da passagem do século XIX para o século XX que rural tornou-se um objeto de estudos na perspectiva de uma lógica binária<sup>41</sup> de estudos da sociedade, com a contraposição entre rural e urbano. Oposição, isolamento, dicotomia, distinção, dentre outras nomenclaturas, marcaram a visão dualista<sup>42</sup>, que teve forte

<sup>41</sup> No Brasil, José de Sousa Martins desenvolveu reflexões críticas no que diz respeito à necessidade de ultrapassar a dualidade na qual se enraíza a ideia de rural (MARTINS, 1986).

<sup>42</sup> “A dualidade faz parte da cultura Ocidental, estrutura nosso pensamento, nossa maneira de classificar o mundo. A dualidade conceitual se refere ao esquema explicativo sustentado em categorias que não têm conteúdo em si próprias, ou seja, não têm valor heurístico, são genéricas demais e caem na tautologia, no pensamento circulante, onde há uma reificação das oposições e não se acrescenta conhecimento” (BIAZZO, 200-, p. 1).

influência nos estudos realizados nesse período (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012; DO CARMO, 2009; MARTINS, 1986; MOREIRA, 2005a; WANDERLEY, 2000). Essas primeiras abordagens tomaram a perspectiva da dicotomia comunidade-sociedade, de Ferdinand Tönnies<sup>43</sup>. Tal perspectiva, nos estudos rurais, por meio de um enfoque dicotômico clássico, baseava-se na polarização “comunidade/sociedade”, não preocupada em identificar possíveis relações de influência entre as mesmas para que se pudessem ler os processos que distinguem socialmente os espaços rurais dos urbanos (BLUME, 2004; MARTINS, 1986).

De maneira mais específica, na perspectiva dualista, entendia-se rural como “atrasado, tradicional, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças, etc.” (MOREIRA, 2005a, p. 19), periférico, lugar dos setores mais tradicionais (DO CARMO, 2009) e de dispersão populacional (SILVA, 2011). Foi identificado como “meio natural”, lugar da agricultura e da vida social camponesa (WANDERLEY, 2000) e associado a pobreza (MATOS; MEDEIROS, 2011). Urbano, por sua vez, era considerado o polo de modernização e o centro da sociedade (DO CARMO, 2009). Representava o “meio técnico” (WANDERLEY, 2000), o polo mais avançado e moderno (MATOS; MEDEIROS, 2011) e símbolo do desenvolvimento e dinamismo (CÔRTEZ, 200-), sendo caracterizado por uma complexa organização e tendo como principal marca a concentração populacional (SILVA, 2011).

Em relação à oposição/relação do rural estabelecida com o urbano, Do Carmo (2009, p. 253), refere que “com o desenvolvimento da industrialização, a organização da sociedade começou a ser interpretada por vários autores, a partir da formulação de conceitos que pretendiam caracterizar cada um destes ‘mundos’ [rural e urbano]”. Segundo Camargo e Oliveira (2012), com os avanços tecnológicos e da divisão do trabalho na produção industrial, campo e cidade mostravam-se como realidades cada vez mais distantes entre si.

Sobre isso, Williams (2011, p. 491) entende que “o capitalismo, enquanto modo de produção, é o processo básico por trás da maior parte da história do campo e da cidade que conhecemos”. A dicotomia campo *versus* cidade é, nesse sentido, considerada um pensamento enraizado que influencia na maneira de representar e classificar o mundo; uma oposição que foi gestada pela sociedade capitalista que acentuou a divisão do trabalho. Por isso, a justificativa de Moreira (2005a) de que na modernidade burguesa a indústria e a cidade

---

<sup>43</sup> Sociólogo alemão. Em sua obra principal “Comunidade e Sociedade”, publicada em 1887, formulou a mais clássica das ideias de comunidade e sociedade. Para ele a comunidade – ou *Gemeinschaft* – é um grupo social demarcado espacialmente, com elevado grau de integração afetiva e de coesão. As normas ocorrem por meio dos costumes, hábitos e tradições, sendo as formas de relacionamento social predominantemente pessoais. Já a sociedade – ou *Gesellschaft* – não é demarcada espacialmente e conta com pouco grau de integração afetiva e de coesão. As normas ocorrem por meio de convenções, leis e opinião pública, sendo as formas de relacionamento predominantemente impessoais (MOCELLIM, 2011).

abrigavam os polos construtores de identidades, de onde emergiam as atribuições de sentido. Tais polos foram os mais valorizados e transportaram poderes assimétricos, influenciando as esferas econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas.

Apesar de não pretender realizar uma análise profunda dos efeitos que tais entendimentos produziram na esfera social, serão destacadas algumas de suas possíveis implicações. A oposição entre rural e urbano como uma contradição de caráter antagônico ou irreduzível, pode ser observada em Henri Léfèbvre. Uma de suas principais contribuições foi a identificação de uma modificação da relação campo-cidade e urbano-rural, tendendo para uma urbanização geral da sociedade (AZEVEDO, 2012). Nesse sentido:

[...] na realidade atual, existem três termos (a ruralidade, o tecido urbano, a centralidade) cujas relações dialéticas são dissimuladas sob as oposições termo a termo, mas que também vêm aí se revelar [...] atualmente a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral [...]. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o (LÉFÈBVRE, 2001, pp. 73-74).

Para Veiga (2007), as contribuições de Henri Léfèbvre, apesar de importantes para pensar o conceito de sociedade urbana e revolução urbana nas chamadas sociedades pós-industriais, pode apresentar risco ao inclinar-se por interpretar as contradições como antagonismos. Isso significa que em vez de percorrer as contradições na relação entre rural e urbano e suas variações, na tentativa de compreensão dos fenômenos que participam dessa dinâmica, desvelando-os, a estratégia passou a ser outra: tomar um polo em antagonismo com o outro na hipótese de que o polo constituído pela ruralidade poderia ser eliminado. Reduzir rural a agrário, explica Veiga (2007), reforçou a inclinação de Henri Léfèbvre em pensar a contradição urbano-rural como antagonismo.

No campo da dimensão prática, a academia, mas, especialmente, os órgãos institucionais responsáveis por tratar de temas rurais, acabam reduzindo rural a uma espécie de anormalidade que precisa ser ultrapassada por meio de uma suposta e redentora urbanização ou industrialização do campo (GERHARDT, 2004). Uma série de trabalhos voltou-se à delimitação estatística de espaços que deveriam ser vistos como rurais e outros como urbanos, com a ideia de rural associada a um lugar geográfico. Gerhardt (2004) observou que mesmo aqueles estudos que tentaram relativizar ambas as categorias por meio da criação de outros critérios diferenciadores, caíram em uma espécie de gradação, como exemplo: as separações do tipo “rural profundo”, “rural relativamente urbano”, “áreas urbanas urbanizadas”, “áreas urbanas-isoladas”. Isso demonstra que a maioria das/os analistas,

consciente ou inconscientemente, muitas vezes, utiliza a noção de “rural” de maneira absoluta.

Esta característica essencialista acentua-se, no Brasil, quando se observa que as categorias rural e urbano de uma unidade geográfica são definidas por leis municipais, sobressaindo-se a relatividade no conceito e a variação nos critérios de classificação (CARVALHO; CARDOSO, 2010). Ainda nesse sentido, Côrtes (200-) e Veiga (2007) ressaltam essa dicotomia presente nos órgãos oficiais de pesquisa, como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <sup>44</sup>. Essa delimitação decorre, muitas vezes, de interesses na arrecadação fiscal por parte dos municípios.

Diante disso, é preciso ressaltar que o significado sociológico que opõe rural e urbano ainda permanece no debate teórico das ciências sociais (DO CARMO, 2009). Mas, segundo Lindner, Alvez e Ferreira (2009), a partir de 1930, tem-se outra perspectiva teórica, a do *continuum* rural/urbano, que pode ser considerada uma variação analítica do enfoque dicotômico, por Pitirim Alexandrovich Sorokin, Carlo C. Zimmermann e Charles Josiah Galpin.

Discutir o conceito de rural por meio da noção de *continuum* requer considerar uma contraposição à visão dicotômica. Assim, considera-se que não existem limites identificáveis com precisão entre urbano e rural. Apesar da variação na concepção por diferentes autores, o fato é que essa noção refere-se a um processo gradual de urbanização do campo, sendo cidade associada a progresso, desenvolvimento e cultura que, por sua vez, são assimilados pelas áreas sob sua influência (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012; CANDIOTTO; CORRÊA, 2008).

Esta percepção de *continuum*, estabelecida por meio de uma concepção gradualista centrada na divisão territorial mediada por espaços intermediários, também é observada por Do Carmo (2009). No entanto, para esse autor, essa noção tem-se alterado ao longo do tempo, em função das mudanças estruturais ocorridas nas sociedades. Ele considera que na primeira metade do século XX havia uma identificação das realidades sociais por meio da delimitação territorial; posteriormente, a partir dos anos de 1960, a identificação da forma como os processos de modernização e urbanização penetraram nos territórios rurais, como também naqueles mais periféricos, passou a ganhar destaque.

---

<sup>44</sup> “A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 1991. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural”. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Deste modo, se na visão dicotômica havia uma polarização antagônica, na visão do *continuum*, rural é caracterizado como um gradiente de variações espaciais, de maneira que se vai de uma situação (rural) a outra (urbano), constituindo relações de contato e gradação entre ambas, espécie de continuidade entre os dois espaços, porém, resguardadas as particularidades que os define. Existiriam nove diferenças fundamentais ente rural e urbano, sendo as diferenças ocupacionais as principais, das quais derivariam as outras:

As diferenças ambientais, nas quais os trabalhadores rurais trabalhariam mais ao ar livre em contato com a natureza, ao contrário das populações urbanas que estariam em um ambiente artificial da cidade; as diferenças no tamanho das comunidades, onde existiria uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a percentagem da população ocupada na agricultura; as diferenças na densidade populacional, nas quais as comunidades de agricultores teriam uma densidade populacional mais baixa do que das comunidades urbanas; as diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações, nas quais as populações das comunidades rurais tenderiam a ser mais homogêneas em suas características psicossociais; as diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social, na qual população do campo seria mais homogênea, enquanto os aglomerados urbanos seriam marcados por uma complexidade maior manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social; as diferenças na mobilidade social, pois a classe urbana seria mais móbil e dinâmica que a rural, deslocando-se mais de lugar, de ocupação, de posição social, da riqueza para a pobreza e vice-versa; as diferenças na direção da migração, pois correntes de população indo do campo para a cidade são maiores que as da cidade indo para o campo; as diferenças no sistema de integração social, pois os moradores rurais teriam contato com menor número de pessoas, porém estes seriam mais diretos e duradouros do que os dos moradores da cidade (LINDNER; ALVEZ; FERREIRA, 2009, p. 3).

Além dessa tendência que contrapõe rural e urbano como meios sociais qualitativamente distintos, observam-se outras duas tendências, a que se apoia no contínuo rural/urbano, mas ainda com a polarização nos extremos; e a que concebe um “contínuo descontínuo rural/urbano”, com Aldo Solari. Nesse caso, “a descontinuidade é gerada na continuidade” (MARTINS, 1986, p. 28). Partindo dessas três tendências, entende-se o determinismo ecológico, explicado pela predominância que a natureza teria na determinação da vida social por meio da diferença ambiental, atuando na polarização rural/urbano.

A explicação, portanto, não é única. Uma primeira interpretação é que, para muitos, a noção de *continuum* privilegia urbano como detentor do progresso e dos valores dominantes, sendo o outro extremo, rural, caracterizado como atrasado, tendendo a reduzir-se sob a forte influência do anterior (WANDERLEY, 2000). Qual o efeito disso?

Levadas às últimas conseqüências, essa vertente das teorias da urbanização do campo e do *continuum* rural-urbano apontaria para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana (WANDERLEY, 2000, p. 127).



De acordo com a autora acima, esse entendimento constitui a visão urbano-centrada, defendida por Placid Rambaud, que apontava para a homogeneização espacial e social, e o fim da realidade rural. Por outro lado, diferenciando-se dessa, a autora refere uma segunda posição demonstra a interpretação do *continuum* rural-urbano como uma relação de aproximação e integração. Consideram-se as semelhanças e continuidades entre rural e urbano, mas não se excluem suas particularidades.

Por sua vez, a estreita vinculação entre a sociologia rural com temas como demografia, difusão de inovações, integração social etc. (MARTINS, 1986) levaria à abordagem difusionista, com rural como sinônimo de agrícola. Isso deslocou o objeto de pesquisa da sociologia e sua questão fundamental deixou de ser a comparação entre a sociabilidade simples e o modo de vida complexo, ou entre comunidades rurais *versus* espaços urbanos. Centrou-se na dimensão agrícola e, de maneira mais específica, nos estudos sobre novas tecnologias, de tal modo que rural passou a não ser mais significativo como objeto de pesquisa, devido à sua associação com a inovação tecnológica que passou a ser o tema-foco.

Essa perspectiva caracterizou-se pelo predomínio da abordagem psicológico-behaviorista, que concebeu agricultoras/es como atoras/es que respondiam aos estímulos das novas tecnologias, da educação, das oportunidades ocupacionais e outras, tendo uma preocupação excessiva com a difusão e adoção de novas práticas agrícolas, daí a expressão difusionista. Nesta perspectiva,

[...] o trabalho do sociólogo é concebido como um misto entre a assistência social e a extensão rural. Como cientista o papel do sociólogo consistia em **estudar e avaliar a relevância dos fatores psicocomportamentais na difusão/inovação de novas tecnologias**. Como assistente social e extensionista, deveria produzir recomendações que auxiliassem os técnicos das estações experimentais a convencer o agricultor a adotar novas práticas (SCHNEIDER, 1997, p. 233, grifos meus).

Portanto, existia uma ênfase nos fatores psicológicos e comportamentais para a construção de práticas de convencimento de agricultoras/es, não sendo verificadas posturas dialógicas e que considerem os seus saberes. Ocorreu, a partir daí, o desapontamento com essa abordagem, que aumentou ainda mais com notícias do seu fracasso em regiões subdesenvolvidas da América Latina e da África (SCHNEIDER, 1997).

A respeito desse desapontamento no Brasil, não se pode ignorar as ideias de Paulo Freire, ao ter questionado as práticas extensionistas convencionais e suas consequências, como aumento do êxodo rural, degradação ambiental, contaminação por agrotóxicos, diferenciação social e concentração da terra. Caberia ao serviço de extensão, nessa lógica, partir das reais condições de agricultoras/es para definir as ações dos projetos de

desenvolvimento; uma visão sistêmica que prevê o trabalho da/o extensionista de maneira organizada metodologicamente, tendo como base *anamneses* que representam o sistema do produtor e seu contexto (SANTOS; VELA, 2011).

A partir de meados de 1970, por sua vez, dentre outras abordagens, rural passou a ser abordado na perspectiva da sociologia da agricultura, com estudos sobre rural dando lugar aos estudos da agricultura (BLUME, 2004). Fala-se de uma nova abordagem teórico-metodológica, a “sociologia da agricultura”. Tem como objeto o estudo das relações sociais que ocorrem na agricultura, definida, sobretudo, pelo pensamento contrário e a negação aos pressupostos da *rural sociology*. No Brasil, a discussão dessa abordagem deu-se no final de 1980, por meio de estudiosas/os da agricultura e da questão agrária (CAVALCANTI, 2004; SCHNEIDER, 1997).

No geral, ressalta-se, a partir de Froehlich (1994), que o arcabouço teórico-metodológico funcionalista<sup>45</sup>, sobretudo nos estudos de comunidade, marcou a tradição de abordagem sociológica, tendo impacto na formação da sociologia rural. Daí que ela se tenha dedicado a estudar o campo por meio de uma visão dicotômica rural/urbano. Em relação a isso, a sociologia rural institucionalizada nos EUA não se dedicou a desenvolver uma interpretação histórica e global da sociedade rural, pois procurava evidenciar observações descritivas e resultados práticos, por meio de um empirismo metodológico, a partir do caráter de despreocupação teórica que marca a ciência positivista, sustentação conceitual da sociologia rural tradicional.

No Brasil, o processo de institucionalização da sociologia rural iniciou nos anos de 1950, na Universidade de São Paulo, e continuou nos anos 60, com a criação dos primeiros Programas de Mestrado em quatro universidades brasileiras (UFRGS, USP – Piracicaba, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal Rural de Pernambuco). Esses Programas estavam incluídos no Acordo MEC-USAID, como parte do Programa “Aliança para o Progresso”, do governo norte-americano, cujo discurso apregoava o aumento da produção e melhoria das condições de vida da população rural, porém, almejando, de fato, evitar a radicalização política e os conflitos no campo (BRUMER; SANTOS, 2006).

Tais programas apresentavam algumas características comuns: a) intensa associação com a economia rural; b) orientação teórica proveniente da sociologia norte-americana, caracterizada pelo positivismo empiricista; c) atuação direta de professoras/es norte-

---

<sup>45</sup> O funcionalismo “procura ver as ciências sociais em termos de estruturas, processos e funções, e compreender as relações existentes entre esses componentes. Ele realça que cada elemento de uma cultura ou instituição social tem uma função a desempenhar no sistema mais amplo” (KAST; ROSENZWEIG, 1987).

americanas/os, pelo menos durante os primeiros anos; d) formação pós-graduada de professoras/es desses cursos na universidade norte-americana. Daí subentende-se a influência dos EUA nos estudos sobre o rural no Brasil, inclusive nos currículos dos cursos de ciências agrárias (BRUMER; SANTOS, 2006).

O estudo de rural desenvolveu-se de maneira singular e alcançou destaque também no contexto da ciência geográfica, no desenvolvimento da Geografia Científica do século XIX e início do XX. De fato, “a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural” (FERREIRA, 2001, p. 41). Nessa perspectiva, no Brasil, entre os anos de 1930 ao final de 1960, período clássico da geografia rural brasileira, rural estava limitado a estudos positivistas clássicos, indutivos e idiográficos, junto a trabalhos empíricos e descrições físicas e humanas da paisagem. Atualmente, ainda encontram-se estudos filiados à abordagem clássica da geografia rural<sup>46</sup>, ao lado de novas discussões, sobretudo no campo da Geografia Agrária (ALVES; FERREIRA, 2009).

Para Wanderley (2011) o período final dos anos 1960 é rico para a produção do conhecimento sobre rural no Brasil, com formulações e pesquisas de novas questões embasadas na afirmação da natureza capitalista da agricultura brasileira e da superação da visão dualista. Em 1970 a autora cita dentre outros, José de Sousa Martins com suas decisivas contribuições no debate sobre rural, tendo reafirmado “os profundos vínculos que articulam o mundo rural ao conjunto da economia e da sociedade brasileiras” (p. 27). Mas foi nos anos 1980, que houve um salto nos estudos rurais no Brasil (WANDERLEY, 2011) e nos anos 1990, mudanças nas análises sociológicas sobre rural brasileiro (BRUMER; SANTOS, 2000), tendo sido deslocado o foco da agricultura e da dicotomia rural/urbano (SILVA, 1982; 1987; 1997).

Partindo desse debate, que nos ajuda a compreender rural como uma categoria teórica a qual possui diferentes perspectivas, nesse momento, é oportuno apresentar a contraposição à ideia de fim do rural. Autores como Alentejano (2003), desenvolveram reflexões que versam sobre as relações campo-cidade por meio de perspectivas que apontam para a valorização de rural e as limitações do modelo de urbanização.

[...] os tradicionais estereótipos que definiriam campo e cidade, rural e urbano, não são pertinentes e isto não se deve a uma unificação da realidade que moldaria tudo à imagem e semelhança das características atribuídas às cidades. Não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um

<sup>46</sup> Essas e outras discussões relacionadas à geografia e à rural podem ser aprofundadas na leitura de Ferreira (2001), Alves e Ferreira (2009) e Ferreira e Ferreira (2009).

fenômeno mais complexo, onde **um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos**. Na realidade, a diversidade de formas de organização social que proliferam, tanto no campo como na cidade, poderia levar à tentação de se dizer que **não existe um urbano e um rural**, mas vários urbanos e rurais (ALENTEJANO, 2003, p. 32, grifos meus).

Para o autor, apesar das indiscutíveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais ocorridas a partir do desenvolvimento do fenômeno urbano, não se pode dizer que haja o fim do rural, pois o fenômeno é outro. Segundo ele, trata-se de um processo de alteração de significados, de maneira que rural não deixou de existir.

De uma maneira geral, cabe enfatizar que urbano e rural continuam presentes como categorias do pensamento teórico, do senso comum, e de classificação da vida social, mas devem ser pensados como construções simbólicas, pois “não há como ignorar que, no contexto atual, crescem os desafios teórico-políticos relativos à relação urbano/rural” (MORAES, 2014b, p. 10), e isso leva a “enfrentar disjunções conceituais e políticas entre construtos de urbano e rural, presentes no pensamento social brasileiro” (MORAES, 2014b, p. 10).

Que implicações esses diferentes discursos trazem no manejo e nas vivências dos diversos sujeitos e atores sociais e institucionais inseridos nessas realidades? Entendemos que essas são questões importantes, especialmente se considerarmos a Psicologia, enquanto categoria profissional e campo de conhecimento que tem se aproximado do universo dessas discussões mais recentemente, sendo necessário minimamente discernir por quais concepções e ferramentas analíticas seguir para orientar-se nesse campo. Mas, afinal, na contemporaneidade, como rural é entendido pela literatura especializada?

## 2.2 Realinhamentos teóricos sobre rural

### 2.2.1 *Do novo rural às múltiplas ruralidades*

No Brasil, observa-se uma retomada da temática rural em novas bases conceituais. Autores como Silva (1980; 1982; 1987) defendem a existência de um novo rural brasileiro. Destacam-se, ainda, trabalhos de Wanderley (2000; 2001; 2003) sobre rural como lugar de vida e trabalho, assim como de Carneiro (1998; 2008; 2012) e Moreira (2002; 2009; 2010), que questionam a subversão do rural às pressões do meio urbano. Mais recentemente, autores como Veiga (2007) sugerem uma nova leitura com enfoque territorial.

Essas/es autoras/es, com seus diferentes pontos de vista, juntamente com outras vozes, compõem importantes interpretações sobre ruralidades no país, expressas principalmente por meio dos discursos da sociologia, antropologia, agronomia, geografia e economia. De maneira geral, há o destaque para a apreensão dos meios rurais como complexidades (ALENTEJANO, 2003; CARNEIRO, 2005; HAAS; HILLING, 2009; MATTEI, 2015; MOREIRA, 2005b), que requerem diferentes olhares e esforços.

A perspectiva de “novo rural” (SILVA, 2001, p. 37) segue contraposta à perspectiva dicotômica e à perspectiva de *continuum* que está apoiada no contínuo rural-urbano com a polarização nos extremos. Trazê-la para a cena significa, antes de tudo, tratar de um tensionamento das posições fixas e binárias que decretaram ao rural uma posição secundária ou mesmo o seu fim. Ganha importância, para o início desse debate, o caso francês, com Kayser (1990).

Bernard Kayser entendia rural, ao mesmo tempo, como espaço físico (alusão à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (cidadania e inserção de sujeitos rurais nas amplas esferas da sociedade), compreendendo contornos, especificidades e representações do espaço rural (WANDERLEY, 2000). Ele formulou a hipótese de que houve uma retomada do crescimento rural na França, a partir dos efeitos da modernização no espaço e enriquecimento do conjunto da sociedade, concluindo que existe um “renascimento” do rural, que se dá por meio das *mutações* contemporâneas registradas nesses espaços (VEIGA, 2007).

Desse modo, Bernard Kayser negou tanto a ideia de fim do rural quanto sua dualidade com o urbano (CARNEIRO, 2012). Porém, como destaca Veiga (2007), por ele ter associado de maneira ambígua, mesmo que inconscientemente, a ideia de renascimento do rural a mutação, deixou escapar a possibilidade de que algo novo estaria surgindo. Logo, não se poderia falar de retorno de alguma coisa antiga, ou seja, do renascimento por ele teorizado, mas de uma nova ruralidade.

Aqui, diferentemente da ideia de renascimento de Bernard Kayser, observa-se que José Graziano da Silva<sup>47</sup> denominou novo rural. Para esse autor:

Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser

<sup>47</sup> José Graziano da Silva, em 1996 coordenou o Projeto Rurbano, desenvolvido por um grupo de pesquisa, o qual demonstrou que o meio rural do final do século XX não podia ser considerado como exclusivamente agrícola (SCHNEIDER, 2010).

identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 1997, p. 1).

A partir desse descolamento da dicotomia rural/urbano, como também da agricultura para pensar a vida no campo, Silva (1997) entende que esse novo rural conecta-se ao urbano, paralelamente, sendo menos associado a atividades agrícolas (SILVA; GROSSI, 2000; SILVA, 2001). Expressão disso está no número crescente de pessoas que residem em áreas rurais, mas que não se ocupam de atividades agrícolas, assim como de estabelecimentos agropecuários, já não mais dirigidos por toda a família. Tais características apontam para um rural cada vez menos agrícola, no qual as pessoas garantem sua sobrevivência, seja por atividades não agrícolas e/ou pelas transferências sociais e de renda, no caso dos contingentes populacionais mais vulneráveis economicamente (SILVA, 2001).

É apresentada uma onda de valorização, bem como uma nova dinâmica aos meios rurais, explicada, em grande medida, por meio da pluriatividade de famílias, que consiste na combinação da produção agrícola com outra atividade, agrícola ou não (SILVA; GROSSI, 2000). A pluriatividade pode ser visualizada por meio de um mercado de trabalho que abarca desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.) e pela combinação de atividades típicas do meio urbano do setor terciário com o *management* das atividades agropecuárias. Isso faz com que os campos passem a ser olhados como oportunidade para novos negócios (SILVA, 1997; WANDERLEY, 2000).

Somam-se, ainda, a pluriatividade, a valorização das questões ecológicas, o desenvolvimento do lazer e do turismo<sup>48</sup>, a inserção nesses espaços de novos sujeitos neorrurais, por meio da moradia, dentre outros. Aquele rural associado a atraso já não se constitui como perspectiva única. O novo rural, teorizado por Silva (1997), caracteriza-se pela presença de atividades da agropecuária moderna, intimamente ligadas às agroindústrias, pelo conjunto de atividades ligadas à moradia, ao lazer, à indústria, e à prestação de serviços e, finalmente, a um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (SILVA; GROSSI, 2000).

Destaca-se a presença dos neorrurais, novas/os agricultoras/es de origem urbana, profissionais liberais terceirizados, pessoas ligadas ao setor de serviços, dentre outros (MARQUES, 2002). Sobre o fenômeno neorrural, Sastoque (2014) evidenciou a existência de

---

<sup>48</sup> Como se lê, dentre outros, em Ruschmann (2000) e Silva, Vilarinho e Dale (2000).

mudanças na composição populacional das diversas e variadas localidades rurais, tendo surgido outras formas de conceber e dar significado aos espaços e experiências rurais.

O neorruralismo refere-se a valores típicos de um imaginário de rural associado à tranquilidade, natureza etc., a um rural que passa por certo revigoração, atraindo pessoas da cidade para o campo, na busca de relações diretas com a natureza, ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ar puro, tranquilidade e desejo de relações sociais mais profundas. No caso da realidade brasileira, é possível observar, em vários momentos, esses processos de deslocamento ligados aos ciclos econômicos de certos produtos de exportação, fomentados pelas políticas migratórias ou, ainda, por migração de retorno, por conta da contração do mercado de trabalho urbano. Mas, por outro lado, tais processos estão associados à necessidade e não como neorruralismo, que se dá por meio da livre escolha. Assim, essa forma de ir ao campo, que identifica o neorruralismo, tem, no Brasil, dimensões desconhecidas, embora não se desconsidere certo número de “novos rurais”<sup>49</sup> (GIULIANI, 1990).

Nesse contexto e consoante o recrudescimento da complexidade da questão social, compreende-se a criação de processos psicossociais que são gerados a partir dos deslocamentos das pessoas às áreas rurais, e como eles têm afetado seus projetos de vida. Falar em “novos rurais” no Brasil é, nesse sentido, considerar possibilidades de debates a respeito da relação entre esses deslocamentos, questão social e processos de subjetivação.

Estas primeiras considerações sobre novo rural, sem dúvida, levam ao entendimento de que rural não é homogêneo. Em comparação com as características das ruralidades dos países europeus, as realidades brasileiras apresentam especificidades que não podem passar despercebidas (PONTE, 2004; SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001; VEIGA, 2007). Fato é que no Brasil a ideia de novo rural não se traduz em um discurso único. Na contemporaneidade, o reconhecimento de rural ganhou outros sentidos, sendo possível identificar várias ressignificações.

Para Wanderley (2001), rural é:

[...] um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais [...] Porém, considero que este mundo rural mantém **particularidades** históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como **uma realidade própria**, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba [...] (p. 32-40, grifos meus).

<sup>49</sup> Sobre essas diferentes categorias de neorrurais, ver Giuliani (1990) e Sastoque (2014).

Essa concepção volta-se para a valorização dos meios rurais enquanto lugares de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecidos e reconhecidos pela sociedade brasileira. Além do mais, busca-se um olhar sobre sua diversidade e potencialidades relacionadas a aspectos econômico, social, cultural e patrimonial, os quais devem ser transformados em forças sociais para o desenvolvimento (WANDERLEY, 2001).

Fala-se de rural enquanto espaço singular e ator coletivo. Sobre isso, os espaços rurais passaram a ser compreendidos em sua multiplicidade de formas e pela própria diversidade das relações dialéticas estabelecidas com o mundo urbano e a sociedade mais ampla. Há a reiteração de diferenças significativas, por meio das representações sociais dos espaços rurais e urbanos, às quais têm repercussão direta sobre as identidades sociais e culturais, direitos e posições sociais. Os meios rurais foram intensificando sua diversificação, e contam tanto com estabelecimentos agropecuários como com indústrias, serviços, vias de comunicação e distintos tipos de residência, com a presença de diversos atores sociais (WANDERLEY, 2000).

Wanderley (2000) refere-se a recentes transformações de rural, como resultado de fatores tanto de ordem externa quanto interna. No primeiro caso, tratam-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas, das formas de funcionamento e regulação da produção agrícola e de valorização dos ambientes rurais, por meio da globalização da economia em seu conjunto, da presença cada vez maior das instâncias internacionais/macrorregionais na regulação da produção e do comércio agrícola, da profunda crise do emprego e das transformações pós-fordistas das relações de trabalho e novas formas de sua regulação. Já internamente, as transformações dizem respeito às relações com o meio urbano, entendidas por relações de complementaridade, por meio de um intenso processo de diversificação social em que as relações com o meio urbano perdem, de maneira definitiva, o caráter de mero antagonismo.

Essa relação entre rural e urbano pode ser visualizada em diversos estudos, a exemplo do realizado por Maia (2009) acerca da migração do campo para a cidade por mineiros. No contexto de migração, a cultura rural não se perdeu, pelo contrário, ela se perpetuou e norteou as relações sociais, ao mesmo tempo em que também sofreu transformações advindas do contato com o contexto urbano, ocorrendo uma hibridação de culturas. Logo, “a dimensão cultural e simbólica está presente na manutenção do “rural dentro do urbano”, do campo dentro da cidade, onde a cultura [...] ordena as ações dos migrantes no seu cotidiano” (MAIA, 2009, p. 83).



Esse repensar do conceito de rural ganha destaque no campo antropológico com autoras/es como Carneiro (1998; 2008), com o debate sobre ruralidades. A autora dedicou-se a estudar sobre novo rural brasileiro, agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e, mais recentemente, tem suscitado discussões sobre rural e cultura, dinâmicas sociais e ruralidades contemporâneas. Para Carneiro (2008), os meios rurais são compostos por contextos históricos de formação, cultura e identidade de cada povo, e se expressam por uma multiplicidade de modos de vida; e ainda pela heterogeneidade criada por diversos atores, os quais se apropriam de maneira diferente dos bens materiais e simbólicos, conformando complexas redes de sociabilidades.

Esta noção de multiplicidade tem importância central na orientação do debate sobre novas ruralidades. Existiria, assim, uma complexidade de cruzamentos de universos culturais entre rural e urbano, o que torna cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre eles, em uma visão bem diferente daquela da dicotomia. Também desconsidera a homogeneização que se faz presente nas perspectivas de *continuum*. Diferentemente dessas duas, são abordados processos de transformação nas realidades do campo, pois “não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1998, p. 53).

As relações contraditórias, ou mesmo conflituosas, entre os diversos interesses em jogo, no mundo rural e fora dele, constituem a matéria-prima da ruralidade, que assim se expressa e que, por essa razão, deveria ser considerada no plural, como ruralidades, as quais devem ser vistas:

[...] **não mais como uma realidade empiricamente observável**, mas como uma **representação social**, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas à produção agrícola [...] a expansão da sociedade urbano-industrial e as transformações por ela engendradas no campo não implicam obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais, ou tradicionais, mas a redefinição ou reelaboração de práticas e códigos culturais, a partir da relação de alteridade com o que é reconhecido como “de fora”, de maneira a poder consolidar a identidade local, com base no sentimento de pertencimento a uma dada localidade (CARNEIRO, 1998, p. 72-73, grifos meus).

Entendendo que se trata de representação e não de uma realidade empírica observável, essa percepção engendra questionamentos, como por exemplo, os que a autora levanta a respeito da abordagem metodológica:

Até que ponto é possível continuarmos operando com os mesmos instrumentos analíticos elaborados em outros contextos históricos, econômicos e sociais? Até que ponto categorias genéricas como “rural” e “urbano” são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas? Ao se falar em “nova ruralidade”, o que está em jogo? (CARNEIRO, 2008, p. 16).

O desafio relaciona-se, portanto, ao ato de lidar com particularidades, sem perder de vista os processos mais amplos, sem a ideia de fim do rural, e sem associar povos e grupos a limites do que hegemonicamente é entendido por rural. Há, entre os territórios rural e urbano, fronteiras móveis que, inclusive, podem ser deslocadas dos limites de uma espacialidade física. Nesse caso, indivíduos podem, mesmo estando fora de sua referência espacial, expressar o seu vínculo com determinada identidade territorial (CARNEIRO, 2005).

Nesse sentido, Roberto José Moreira refere-se a ruralidades entendidas como expressões de identidades sociais no mundo rural, a partir de algumas hipóteses: a) a noção de identidade territorial passa por um processo de ressignificação de uma noção de território herdada da modernidade para uma nova noção associada à natureza e aos processos de produção e reprodução da vida; b) as disputas territoriais expressam diversos e diferentes interesses, como rurais e urbanos e locais/nacionais/globais, entre outros; c) o território expressa disputas sociais e políticas nas quais são construídas identidades sociais. Nesse sentido, há um jogo de interesses e disputas, demonstrando que o território é um espaço de exercício da política e envolve a expressão de poderes assimétricos<sup>50</sup> (MOREIRA, 2005b).

Ainda de acordo com o autor, o rural tradicional, entendido como atrasado, estaria desaparecendo e cedendo espaço ao rural globalizado, com relações entre local e global na perspectiva da pós-modernidade e da globalização. Como dito por Stuart Hall, existe um processo de tensão entre o local, relacionado às identidades nacionais, estados-nação e culturas nacionais, e o global ligado à expansão do mercado mundial e da modernidade. Esse processo atua na transformação das identidades, de modo que alguns consideram que a globalização ameaça as identidades nacionais, por conta da homogeneização global. Mas, por outro lado, a posição de Hall (2006, p. 77) é a de que “ao lado da tendência em direção à homogeneização, há também uma fascinação com a diferença”, de maneira que “há juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’”.

Assim, ao invés de pensar o global como “substituindo” o “local”, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o “global” e o “local”. Este local não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, **novas identificações “globais”** e **novas identificações “locais”** (HALL, 2006, p. 77-78, grifos do autor).

---

<sup>50</sup> São exemplos dessas disputas os diferentes interesses projetados no território: entre, por exemplo, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e prefeituras municipais; entre proprietários de terra e empresários do agronegócio; entre movimentos ambientalistas e da reforma agrária, etc. (MOREIRA, 2005b).

Não existe, em razão disso, uma destruição de identidades, mas novas identificações. No caso das ruralidades contemporâneas, entende-se que aquele rural da representação da modernidade burguesa, oposto a urbano tido como desenvolvido e industrializado, não é mais o mesmo. As relações espaço-tempo contemporâneas estariam atribuindo sentidos que carregam a possibilidade de construção de um global hegemônico desterritorializado, que pode ser entendido como um global sem lugar e sem território. Existe uma sociabilidade mais complexa, não restrita apenas ao local, mas a redes regionais, nacionais e, mesmo, transnacionais. Por essa razão, não é mais possível conceber rural apenas como um espaço exclusivo das atividades agrícolas (MOREIRA, 2003).

É nessa perspectiva que na atualidade as ruralidades compõem-se de elementos da realidade e das identidades contemporâneas. Para Moreira (2005a), são identidades rurais da pós-modernidade, distantes das ideias de identidades culturais essencialistas, coesas e absolutas da modernidade. Fala-se em identidades múltiplas e em disputa em meio aos processos de globalização, não tendo mais sentido falar de uma identidade fixa, essencial, permanente, unificada e estável (HALL, 2006).

Isso dá uma ideia de movimento e de misturas, de maneira que elementos de ruralidades podem ser verificados em diferentes comportamentos, imagens, culturas, roupas, músicas, atividades turísticas, embates políticos, movimentos sociais, dentre outros (MOREIRA, 2003; 2005a). O efeito que isso produz é uma ampliação da noção de identidade, de expressões de identidades no mundo rural, não sendo mais possível restringir seu entendimento à ideia de um lugar ou espaço, ou mesmo esperar que sejam definidas e vividas da mesma maneira.

A vivência dessas diferentes significações de rural atuando na produção de identidades pode ser visualizada na pesquisa de Pires (2007), realizada na região de Vinhedo, que identificou significações no processo de construção de identidades de moradores/as investigados/as como, por exemplo: a) rural como espaço administrativo – divisões administrativas, limites territoriais e força das atividades agropecuárias enquanto vetores importantes nas definições; b) rural como modo de vida – definição de rural como estilo de vida, a partir de padrões de consumo e formas de sociabilidade, desvinculado de uma referência espacial, como por exemplo, a relação entre a posse de objetos e o pertencimento a um grupo social; por fim, c) rural como ruas de terra – utilizou-se o asfalto enquanto critério na definição do que é ou não rural, bem como se observou o peso de dimensões estéticas. Tais significações acabam por acentuar o caráter de disputa nas percepções que não foram únicas ou homogêneas na compreensão do lugar e das relações que são aí tecidas.

Continuidades e ambivalências nos sentidos sobre rural e urbano podem ser verificadas em pesquisa sobre ruralidades no Piauí, mais especificamente, as teresinenses, por Nascimento e Moraes (2013). As autoras apreenderam que para os sujeitos da pesquisa:

Muitas vezes, o rural – “interior” – é o lugar e aparece como intrinsecamente relacionado a tranquilidade, clima agradável, proximidade afetiva com a família, comunidade de interconhecimento, sociabilidade de proximidade. Mas é também lugar da falta: emprego, transporte, serviços básicos, etc. A isto, opõem-se/complementam representações da zona urbana – “a cidade” ou “a rua” – associada a clima quente e desagradável, violência, lugar onde “ninguém conhece ninguém”; onde não seria interessante para viver. Mas é também onde se consegue emprego, trabalho, prestação de serviços básicos, comércio mais farto e com melhores preços (NASCIMENTO; MORAES, 2013, p. 18-19).

Diante disso, podemos identificar diferentes interesses e poderes e diferentes disputas, significações e relações produzidas nos meios rurais, que tornam impossível a definição de uma identidade única. Precisamos lidar, e esse é um desafio importante, com uma heterogeneidade de sentidos. Nesse caso, temos que falar em cultura(s) e identidade(s) rurais e em territorialidade(s) e localismo(s).

Tudo isso informa sobre os vários sentidos e representações diversas de rural que se apresentam ao longo da história, e dos diversos campos com movimentos, trocas, fluxos, não sendo possível realizar generalizações ou comparações. Por isso o entendimento de que existem diferentes espaços rurais e diferentes ruralidades (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012). Nessa mesma direção, mas sob uma nova perspectiva, autores como José Eli da Veiga desenvolveram uma nova leitura sobre mundo rural, por meio do enfoque territorial.

Para Veiga (2007), a ruralidade dos países centrais não desapareceu, muito menos renasceu, sendo a completa urbanização uma primeira hipótese e o renascimento rural uma segunda hipótese, escolhidas por alguns pesquisadores. Porém, o autor formula uma terceira hipótese, em que indica a necessidade de superar as anteriores, e que trata da nova ruralidade na perspectiva territorial.

As manifestações dessa nova ruralidade na Europa e na América do Norte não resultam de um impulso que estaria ressuscitando fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possam coexistir com aspectos de continuidade e permanência. **O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado**, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje estão valorizando sua relação com a natureza (VEIGA, 2007, p. 334, grifos meus).

Para Veiga (2004; 2009; 2015), a compreensão de rural contrapõe-se àquela do processo de urbanização do campo, não sendo possível abordar as relações entre cidade e campo, por meio do debate nos termos da dicotomia e do *continuum*. De outra maneira, em termos econômicos e ecológicos, nota-se a existência de um aprofundamento, e não a diluição

das diferenças entre rural e urbano. Isso pode ser constatado nas desigualdades internas às próprias regiões rurais de um mesmo país ou em suas subdivisões regionais.

Para esse autor, o Brasil, a partir da análise de sua configuração territorial, é mais rural do que demonstram os dados oficiais, sendo necessário redimensionar o tamanho e a importância da área rural brasileira, assim como seu grau de urbanização. Diferentemente dos dados oficiais, o autor chegou à conclusão de que 80% dos municípios brasileiros são rurais e neles residem 30% da população brasileira. Nesse aspecto, entende que o processo de urbanização aqui é atrapalhado por uma regra que, segundo ele, é única no mundo, pois considera como urbano toda sede de município (cidade) e de distrito rural, não importando suas características estruturais ou funcionais (VEIGA, 2007).

Nesta direção, para Abramovay (2000, p. 2), “enquanto o estudo do meio rural for a monótona confirmação da profecia sempre realizada de seu esvaziamento, será impossível compreender as razões que explicam a existência de áreas rurais dinâmicas”.

O essencial, porém, mesmo sob o ângulo quantitativo, é que se abandone a identificação automática entre rural e áreas destinadas ao esvaziamento social, cultural e demográfico. O importante não é apenas saber se um distrito censitário é rural ou urbano, mas qual é a dinâmica de uma certa região, sem que sua aglomeração urbana seja isolada de seu entorno (ABRAMOVAY, 2000, p. 27).

Nessa perspectiva, ainda de acordo com o autor, é necessário testar novos métodos de definição do rural no Brasil. Para isso, partiu da explicitação de três recentes experiências, nos EUA, na França e na OCDE, que evidenciam a importância da ruralidade para as sociedades contemporâneas, por meio de categorias analíticas diferentes, mas que podem ser resumidas em cinco pontos: a) ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial; b) não existe fatalismo demográfico capaz de condenar as áreas não densamente povoadas ao abandono constante; c) o meio rural é compreendido em suas relações com as cidades; d) nem toda aglomeração urbana pode ser adequadamente chamada de cidade, e) o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade (ABRAMOVAY, 2000).

Partindo dessa perspectiva territorial, é preciso entender o quanto tipologias precisam ser questionadas. Para Wanderley e Favareto (2013), as tipologias: a) não são neutras: a adoção de um ou outro critério ou variável modifica de maneira significativa as proporções do que é rural e urbano, legitimando ou esvaziando a importância de investimentos e esforços públicos e privados; b) são imperfeitas, mas devem ser sempre aperfeiçoadas. Por serem construções conceituais traduzidas em definições estatísticas, serão sempre reducionistas, deixando de lado algumas características; c) não se deve opor rural ao urbano: considerar os seus processos sociais e econômicos e as várias interpenetrações e múltiplos

condicionamentos recíprocos; d) precisa realizar dois cortes fundamentais: primeiro, separar, conceitualmente, rural e urbano, e, posteriormente, pensar suas relações. Segundo, pensar em como classificar as diferenças de forma a expressar a heterogeneidade das áreas rurais.

A partir disso, as/os autoras/es colocam três propostas para reconhecer e consolidar o mundo rural: 1) fazer um pacto pela paridade entre as regiões rurais e urbanas no Brasil: estabelecer uma meta no sentido de garantir às regiões rurais o acesso à educação em qualidade similar àquela encontrada na média das regiões urbanas, o acesso à saúde básica com grau intermediário de complexidade, a oportunidades de trabalho e renda, a conectividade física e virtual; 2) criar um Estatuto do Rural ou uma Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável: consolidar alguns elementos fundamentais necessários para garantir continuidade e cumulatividade nas políticas e investimentos públicos; 3) criar uma política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável: um instrumento mais operativo, com a declaração de diretrizes e intenções, e, mais do que isso, estruturado nos seguintes eixos: fortalecimento da produção agropecuária; promoção da qualidade de vida nas regiões rurais; inserção competitiva com diversificação das economias regionais, explorando suas novas vantagens comparativas, e diversificação dos atores envolvidos na gestão social do desenvolvimento (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

As tipologias ajudam, pois, a pensar numa ruralidade por meio da consideração da desigualdade do desenvolvimento do Brasil, que gera situações rurais extremadas, o que se diferencia da posição de Henri Léfèbvre, que entendia uma revolução urbana, e da posição de Bernard Kayser, que tratou do renascimento do rural (VEIGA, 2007). Ademais, a abordagem territorial considera os novos conteúdos que estão sendo agregados aos meios rurais, tendo em vista que pode receber várias atividades e criar ocupações no setor agrícola, na indústria e nos serviços, agora caracterizados menos por sua dimensão setorial (FUINI, 2011).

A concepção territorial de ruralidades, no Brasil, aponta para a política pública “Territórios da Cidadania” do MDA, antes referida. Como já explicitado, esta política ajuda a promover reflexões no conceito de rural, não referenciada pela classificação do IBGE que divide zona urbana e zona rural. É importante ressaltar que esta política é considerada uma inovação parcial, pois os territórios ainda são percebidos como “repositório de investimentos”. Assim, “como explicar, por exemplo, a ausência, no âmbito do programa, dos ministérios do Turismo, da Indústria e Comércio ou da Ciência e Tecnologia?”. Seria preciso, no mínimo, superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica, pois apesar das obras de infraestrutura e políticas sociais ou focalizadas serem condições básicas,

elas não são o bastante (WANDERLEY; FAVERETO, 2013, p. 445). Moraes (2014b), por seu turno, questiona a ausência de protagonismo das políticas de cultura.

Tais compreensões ajudam a demonstrar o quanto o estudo sobre ruralidades, hoje, requer uma abordagem plural, que as perceba como fenômenos em transformação, e não meramente como um cenário ou espaço geográfico; interdisciplinar, que faz uso dos diferentes conceitos e olhares desenvolvidos por outras disciplinas; e mesmo transdisciplinar, que constrói, a partir do cruzamento desses diferentes olhares e saberes disciplinares, uma nova perspectiva.

### 2.2.2 *Formas de existência de povos rurais*

São vários os discursos sobre ruralidades e, no que diz respeito aos povos rurais não é diferente. Grosso modo, ambos tratam de um campo de disputas relacionadas ao poder simbólico (BOURDIEU, 2009), com diversos interesses (político, econômico, social, científico e cultural) em jogo, o que requer uma análise cuidadosa. No caso dos povos rurais, os estudos e pesquisas, no Brasil, podem ser demarcados em uma tradição em torno de meio século e conta com múltiplas contribuições, que permitem caracterizar o debate contemporâneo como caudatário de ideias diversas e muitas vezes divergentes<sup>51</sup> (MORAES; VILELA, 2013).

O conceito de camponês utilizado por Godoi, Meneses e Marin (2009), abarca formas diversas de existência de povos rurais.

[...] proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos, assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (p. 11).

Sobre o campesinato, é importante situar que diz respeito a uma forma social de produção fundamentada no caráter familiar, correspondendo a uma “forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura” (WANDERLEY, 2015, p. 26). O camponês, nessa visão, é

---

<sup>51</sup> Foge aos propósitos e limites deste artigo aprofundar a análise acerca destas contribuições. Para maior aprofundamento, consultar Woortmann, K. (1987), Woortmann, E. (1995), Welch, Malagodi, Cavalcanti e Wanderley (2009) e Wanderley (2015).

considerado um conceito e, por isso, não existe de maneira imediata ou empírica, sendo que generalizar ou usar essa expressão de maneira indiscriminada significa desconsiderar a existência de diversas ocorrências concretas (SHANIN, 2008; WANDERLEY, 2015; WOLF, 2003).

No Brasil, Velho (2009) interessou-se pela noção de camponês afirmando que essa expressão tem sido utilizada nas literaturas científica e política de forma um tanto indiscriminada. Interessado na aplicação do conceito de camponês na análise do rural no Brasil, o autor afirmou a existência de diversas ocorrências concretas, com uma variedade de expressões locais de agrupamentos e classes. Deste modo, colocou como hipótese a existência de um caso-limite, onde,

[...] é limite por estar, sem chegar a ser uma sociedade tribal, próximo do ponto ideal de máximo afastamento possível, física e socialmente, dos principais centros (sua produção é quase que exclusivamente de subsistência) caracterizando, assim, uma situação de integração mínima no sistema nacional (e internacional). É ainda um caso limite pela situação extrema de abundância de terras e de escassez de mão-de-obra (VELHO, 2009, p. 93).

Considerando as variáveis acima, existiria um máximo de “campesinidade”, por meio da autonomia camponesa, até um máximo de “proletarização” (terra escassa, mão de obra abundante, alta integração ao sistema nacional e internacional). Entre essas duas situações estariam as demais situações rurais, entendidas como casos intermediários (parceiros, meeiros, arrendadores etc.). Comprovada essa hipótese, a atenção estaria voltada não para a oposição pura entre camponeses e proletários, mas para um *continuum* com dois casos-limite (VELHO, 2009).

No caso da América Latina, Wolf (2003) conceituou uma tipologia<sup>52</sup> dos grupos camponeses considerando características como transição, inter-relação, combinação e flexibilidade, entendendo-os como culturas parciais<sup>53</sup>, dentro de todos socioculturais mais extensos. Formulou três distinções: produtor agrícola, as/os que detêm e as/os que não detêm o controle efetivo da terra, tem como objetivo a subsistência (ou provisão) e não o reinvestimento. Essa tipologia abarca vários tipos e é considerada como modelo provisório, tendo sido analisado mais profundamente a “comunidade camponesa corporada” (p. 123), que se distingue pelos seus limites nítidos, e a “comunidade aberta” (p. 130), que enfatiza a integração ininterrupta com o mundo externo.

<sup>52</sup> Dada a variedade de tipos explorados, para maior aprofundamento consultar Wolf (2008).

<sup>53</sup> Ideia que remete à Teoria do Campesinato como *Parl-society* de Robert Redefuld.



É importante registrar que campesinato foi construído, no plano analítico, particularmente como uma economia, com base nas teorias de economicistas como Alexander Chaynov e Tepecht (WOOTMANN E., 1995). Nessa perspectiva, camponês é tratado como pequeno agricultor, sendo o modo de produção concebido por lógica própria ou como resultado de determinações impostas pela lógica do capital (WOORTMANN, K., 1990). Esse enfoque econômico sobre o campesinato foi questionado por Klaas Woortmann (1990) que ocupou-se não de camponesas/es mas da campesinidade, por meio da análise de valores, representações e subjetividades, mais do que para relações sociais objetivas. A existência de camponesas/es puras/os não existe nessa visão, entendendo que “modelos nunca são “iguais à realidade”, se por essa última entende-se a concretude histórica que é, essencialmente, movimento” (WOORTMANN, K., 1990, p. 13).

Cabe frisar que o debate sobre campesinato no Brasil foi reativado e adotou novas conotações, ao mesmo tempo da consolidação da agricultura capitalista (WANDERLEY, 2011), contexto marcado pela modernização forçada do campo, a partir dos anos 1970, com um desenvolvimento econômico tendencioso e excludente, que introduziu na vida de suas populações um ritmo de transformação social e econômica gerador de problemas sociais (MARTINS, 2001). A cidade, o campo e as relações entre eles foram dominadas pelo agronegócio, que alterou estruturas sociais de poder, apropriação de espaços de vida, trabalho e produção, rompendo com visões e vivências tradicionais de tempo e espaço rural, e consequentes modos de vida (BRANDÃO, 2007).

Para Wanderley (2011) ao mesmo tempo da expropriação de trabalhadoras/es das grandes propriedades, conseguiram de diferentes maneiras manter sua capacidade de organizar uma atividade produtiva. Isso passou pela vivência de contradições que se expressaram na tensão vivenciada entre a subordinação ao capital e, de outro lado, seu projeto de autonomia. Nessa discussão inclui-se a agricultura familiar, que assumiu importância central no debate sobre agricultura e rural no Brasil a partir do final dos anos 1980 e se consolidou a partir da implantação do PRONAF em 1990. De acordo com a autora, em geral, “o ponto de partida e referencial comum a todos é, efetivamente, a recusa à aceitação dos processos de modernização conservadora” (p. 98), sendo o objetivo primordial afirmar a “autonomia dos agricultores familiares, portadores de uma experiência camponesa e de sua capacidade de assumir, sob outros moldes, o progresso da agricultura e do meio rural brasileiros” (p. 98).

Para além das teorias do campesinato, Almeida (2007) identificou um novo nominalismo na identificação de atores sociais na cena política, sob novas configurações. Para

esse autor, isso diz respeito à morte das teorias clássicas do campesinato, à “morte de um sistema de pensamento; o fim de um código. As peças que esse código organizava no passado, contudo, estão ainda em circulação” (ALMEIDA, 2007, p. 170), “significa, de fato, o fim de uma imagem camponesa que aglutinava traços em um fato social total e que inseria esse fato social total em uma história universal” (ALMEIDA, 2007, p. 172).

A esse respeito, Moraes e Vilela (2013) discutem que a emergência de um novo nominalismo diz respeito ao movimento teórico de crítica e desconstrução de metanarrativas e do próprio conceito de camponês. No entanto, não concebem isso como substituição de um discurso por outro, mas como possibilidades de diálogos, não existindo uma única e correta maneira de definição de povos rurais, sendo preciso conhecer e analisar cada realidade, em suas várias dimensões, inter-relações, mudanças, e permanências.

Daí a importância da categoria “povos ou comunidades tradicionais”, que é relativamente nova, nas esferas governamental, acadêmica e social e refere-se a Povos Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos, extrativistas, pescadoras/es, dentre outras/os (COSTA FILHO, 200-, p. 2). Little (2002, p. 2) aponta para as várias formas de povos tradicionais, desde sociedades indígenas a outras distintas formas fundiárias, o que evidencia a imensa diversidade sociocultural e fundiária do Brasil. Tratam-se de “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas”, cada qual adjetivado com expressões como “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes”, de maneira que qualquer definição deve considerar a abrangência, a diversidade e a heterogeneidade interna desses grupos humanos.

A respeito dessa heterogeneidade, Diegues (2000) identificou que no caso dos termos populações tradicionais, sociedades tradicionais, culturas tradicionais e comunidades tradicionais, geralmente têm sido usados sem maior precisão, o que leva à necessidade de que seus significados sejam analisados de maneira adequada. Para tal, caberia compreender os critérios que compõem essas definições como tipo ideal, no sentido de que o estado puro não existe em nenhuma cultura tradicional.

Porém, até período recente, essa diversidade fundiária foi pouco conhecida no Brasil e pouco reconhecida, de maneira oficial, pelo Estado brasileiro. Sua consolidação deu-se somente a partir de 1970 e 1980, com o surgimento de movimentos sociais e apoio que esses movimentos tiveram de diferentes Organizações Não Governamentais (ONGs). Em 1985, com o fim da ditadura militar, novos espaços de atuação política para os povos tradicionais foram abertos, e com a promulgação da Constituição de 1988, distintas modalidades

territoriais, como terras indígenas e remanescentes das comunidades de quilombos, foram fortalecidas ou formalizadas (LITTLE, 2002).

A partir daí, os caminhos foram abertos para avanços, sendo o início do século XXI marcado pela instituição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, em 2004. Entre 2008 e 2010, deu-se a implementação do Plano Prioritário de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Atualmente, existem negociações de ações e programas que visam ao equacionamento de disparidades existentes entre “povos e comunidades tradicionais” e demais cidadãos/ãs brasileiras/os. Mas, apesar desse reconhecimento pelo poder público ter estimulado a relação entre sociedade civil e governo, e o protagonismo social, há que considerar a persistência da invisibilidade de boa parte dessas comunidades, “silenciadas por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas política e socialmente” (COSTA FILHO, 200-, p. 3).

Em termos operacionais, o Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), que constituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), denomina de “povos e comunidades tradicionais”:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

Como Brasil (2007), Diegues (2000) afirma a reprodução cultural e social remetendo-se às culturas tradicionais como padrões de comportamento, símbolos e significados compartilhados e transmitidos socialmente, servindo como modelos mentais que atuam nos processos de percepção, relato e interpretação do mundo, caracterizadas, ainda, por modo de vida a partir da dependência com a natureza e conhecimento profundo dessa e de seus ciclos, que é transferido oralmente de geração em geração; noção de território/espço onde se reproduz econômica e socialmente, moradia/ocupação por várias gerações; atividades de subsistência, apesar de existir relação com o mercado, pouca acumulação de capital; importância da unidade familiar/doméstica/comunal e das relações de parentesco/compadrio para a realização de atividades econômicas, sociais e culturais; importância de simbologias, mitos e rituais; tecnologia basicamente simples e reduzida divisão do trabalho, sobressaindo-se o artesanal; fraco poder político, e autoidentificação ou identificação.

Little (2002), por sua vez, utiliza o conceito de “povos tradicionais” (p. 2), referindo-se a um “conjunto eclético de grupos humanos” (p. 3). A respeito da opção por “povos”, ao

invés de outras expressões, é no sentido de inserir-se nos debates sobre direitos dos povos, considerado um instrumento estratégico nas lutas por justiça social. Quanto ao “tradicional” divergindo da ideia comum de imobilidade histórica e atraso econômico, é usado para remeter a realidades fundiárias modernas do século XXI, que integram fatores como regimes de propriedade comum, sentido de pertencimento a um lugar, procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis. Nessa conceituação, verificam-se, portanto, a existência de duas dimensões quase inseparáveis, a empírica e a política.

Nesse campo de construções conceituais, Brandão e Borges (2014) utilizam o conceito de comunidade tradicional, entendendo-a como “lugar humano da vida” (p. 1).

Não por ser patrimonialmente uma guardiã do passado, ou por ser expressivamente “folclórica”, “típica” ou um “genuíno exemplo de nossas mais preciosas tradições”, uma comunidade popular (mas nem todas) é também tradicional. Ela o é por representar uma forma ativa e presente de resistência à quebra de um reduto inter-humano de relações ainda centradas mais em pessoas e redes de reciprocidade de/entre sujeitos-atores através de produto do trabalho, do que em coisas e trocas de mercadorias através de pessoas, tornadas elas próprias, seres-objeto (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 3-4).

Nessa visão, as pessoas constituem-se como um grupo social local que desenvolve: a) dinâmicas de vinculação a um espaço físico transformado em território coletivo por meio da transformação da natureza; b) saber característico gerado e transmitido pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c) relativa autonomia; d) reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira; e) atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) experiência da vida em território cercado e/ou ameaçado; g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental (BRANDÃO, 200-).

Por sua vez, Diegues *et al* (2000) subdivide o que denominam de populações tradicionais em dois tipos, a indígena e a não-indígena. Sobre a primeira, existem cerca de 300 mil índios que representam enorme sociodiversidade, com 206 povos e cerca de 180 línguas e sociedades diferenciadas. As populações não-indígenas, por sua vez, são formadas por caiçaras, jangadeiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, sertanejos/vaqueiros, caipiras, açorianos, varjeiros (ribeirinhos não amazônicos), pantaneiros, quilombolas, pastoreio (campeiro), pescadores, babaqueiros, sitiantes e praiheiros<sup>54</sup>. No geral, apesar de compartilharem características comuns relativas ao conhecimento sobre a biodiversidade,

<sup>54</sup> Não cabe nos limites deste trabalho a caracterização específica de cada um desses povos. Tal feito foi realizado por Diegues *et al*. (2000), no livro “Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil”, onde é apresentada uma descrição de cada um deles, considerando os contextos culturais e modos de vida em que se produz o conhecimento tradicional de cada um.

diferenças importantes cercam esses dois tipos de populações, como no caso das tradicionais indígenas, que possuem história sociocultural anterior e distinta da sociedade nacional, e língua própria.

Partindo dessas construções teóricas a respeito de campesinato e povos tradicionais, chegando à conclusão de que o novo nominalismo tem ganhado destaque nos dias atuais na discussão de povos rurais, é importante registrar o quanto a diversidade de formas fundiárias e das distintas maneiras de defini-las requisita esforço para compreensão de suas características, perpassadas por aspectos comuns a situações mais particulares. A respeito dessas características, para Brandão (200-), a comunidade tradicional e/ou sociedade tradicional não deve ser vista como oposta a sociedades modernas ou ao mundo urbano. O autor considera que elas existem em função da cidade, e, além disso, acredita que as sociedades camponesas existem de maneira qualitativa para a cidade.

No geral, esses povos possuem modo de vida pré-capitalista e dependência parcial com o mercado, possuem transmissão oral como mecanismo de difusão e utilizam recursos naturais associados à ocupação e à fixação dos territórios, devido ao desenvolvimento de atividades culturais e de subsistência (PEREIRA; DIEGUES, 2010). São grupos que possuem formas peculiares de um modo de vida e de uma cultura, marcadas pela “inevitável presença do outro”, seja um sujeito individual, institucional ou plural, que atua na constituição de sua identidade (BRANDÃO, 200-). Outro aspecto fundamental diz respeito à sua percepção social do ambiente, feita não somente por meio de representação, mas por juízos de valor e crenças, sendo que é a partir do seu sistema de representações, imaginário mitológico, símbolos e aspectos de religiosidade que esses povos agem sobre o mundo (DIEGUES, 2000).

Toda essa diversidade, como aponta Diegues (2000), leva à necessidade de apreender essas sociedades como não totalmente igualitárias. Nota-se, pois, que apesar de certa coesão, relacionada às festas, lendas, simbologias, religião, modo de produção mercantil e outros aspectos comuns, isso não significa que são culturas estáticas e sem conflitos. A mudança social existe e, além disso, até mesmo uma maior ou menor dependência com o próprio modo de produção capitalista, inclusive podendo afirmar que todas estão articuladas e dependentes da formação social capitalista.

Caberia, pois, questionar o conceito de cultura como naturalizada e formadora de verdades absolutas (ALVES, 2010) na discussão sobre as características de povos tradicionais, entendendo o estudo da cultura como uma ciência interpretativa à procura de significados e não em busca de leis universais, de maneira que “qualquer generalidade que consegue alcançar surge da delicadeza de suas distinções, e não da amplitude das suas

abstrações” (GEERTZ, 1989, p. 35). Para Bhabha (1998), não existe acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição determinada, pois trata-se da existência da criação de um espaço híbrido e acolhedor da diferença.

Nessa perspectiva, é difícil pensar cultura pela via do isolamento, da independência e da imobilidade. Em verdade, o que se ressaltam são outros aspectos, como os encontros e as críticas, com tradições construídas e reconstruídas pelas possibilidades de expansão e envolvimento, sobretudo, trazidas pela globalização, o que leva a repensar o próprio conceito de identidade, na medida em que as fronteiras e lacunas estão voltadas para a abertura às novas culturas, à reconfiguração de elementos existentes e à produção de características híbridas singulares (BURKE, 2003). Para Canclini (2008), esse processo não trata somente de troca, fusão, apropriação, adaptação, aceitação (BURKE, 2003; HALL, 2006), mas da própria vivência da contradição, sendo que todas as culturas são de fronteira, por onde se mesclam relações entre hegemônicas e subalternos, tradicional e moderno, culto, popular e massivo.

Partindo dessa visão ampliada de cultura para ajudar a pensar sobre os povos rurais em termos de construções e potencialidades, por outro lado, Ferreira (2008) aponta outro cenário. Revisitando contribuições clássicas e contemporâneas<sup>55</sup>, concluiu que as sociedades camponesas têm sido reduzidas ao parentesco, à economia da troca, ao dote, às relações vicinais, ao compadrio, à herança e à repressão, não vistas pelo campo do desejo. Segundo ele, na constituição imaginária do Texto Brasileiro sobre Rural (TB), o camponês tem um corpo normatizado, domesticado, instituído, instrumentalizado numa função, sendo seu trabalho o de desconstrução e de desnaturalização desse corpo, pensando-o em termos de conexões, fluxos e devires.

O camponês torna-se folclore [...] objeto legitimado por uma identidade cultural isenta de suas pulsões e vibrações. Um personagem quase nulo de suas paixões, pois o que vale para muito teóricos das sociedades camponesas são praticamente as estruturas e as funções e não as intensidades e as paixões [...] sufocando o novo, a mudança, o intempestivo, o desejo, outros modo de vida (FERREIRA, 2008, p. 58).

Nessa direção, há que considerar a inovação trazida por Bourdieu, que ajudou a pensar “um camponês **agente** e não **agido**”, possibilitando ampliar discussões sobre a sexualidade e outros “afetos indizíveis”, que continuam ausentes das discussões teóricas (FERREIRA, 2008, p. 60-61, grifos do autor). Exemplos dessa ausência que ajudam a pensar nos avanços que precisam ser realizados são encontrados em Gontijo e Erick (2015), ao referirem sobre a

<sup>55</sup> Em “Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas” (FERREIRA, 2008), o autor especifica os diversos modelos, teorias e teóricos, que o ajudam na construção de sua crítica sobre o imaginário, instituído sobre as sociedades camponesas.

pouca produção relacionada à diversidade sexual e de gênero, e particularidades da sexualidade em contextos rurais e interioranos no âmbito das ciências humanas; em Moraes (2014b), que toma o conceito de campesinato como corpo funcional, acionado por Ferreira (2008), para referir outro tipo de ausência: aquela relacionada à cultura, e em Vilenia Aguiar (2015), com seus novos estudos sobre mulheres rurais, na perspectiva de gênero e das teorias e epistemologias feministas.

Como afirmamos no início desta seção, existe grande diversidade cultural e modos de vida de povos rurais. As formulações até aqui construídas mostram, então, a insuficiência de pensá-los a partir das ideias de imutabilidade e homogeneização. Várias são as questões que perpassam esse campo de discussão e que ultrapassam a dimensão teórica, envolvendo questões do campo político, jurídico, cultural, simbólico, identitário, ambiental, social etc., em um jogo de linhas de força e disputas. Neste debate, o trânsito da Psicologia é recente e, por isso, abre-se como campo importante de investigação social na área, assim como nas práticas, pois como é sabido, a atuação de psicólogos/os nos contextos rurais e com povos rurais é recente.

### 2.3 Da histórica relação da psicologia com o urbano ao encontro com os contextos rurais: desafios teóricos e práticos

A centralidade de psicólogas/os no meio urbano, a vinculação da formação para o trabalho, a manutenção da ordem social burguesa e a exclusão de pobres são aspectos que caracterizam as primeiras alianças da Psicologia com o Estado brasileiro (DANTAS, 2013). Na verdade, desde o seu surgimento, enquanto profissão, no Brasil, regulamentada pela Lei nº 4.119/1962 (e mesmo antes, reconhecida pelo trabalho de psicologistas/psicotécnicos)<sup>56</sup>, psicólogas/os já trilhavam caminhos à margem do debate sobre rural, desigualdades sociais e enfrentamento da questão social no país (LEITE *et al.*, 2013).

Para discutir o percurso desse distanciamento, utilizamos marcadores que versam sobre a Psicologia no Brasil. Antunes (2012), baseado em outros autores, que também historicizam a Psicologia, parte da seguinte periodização para compreender o processo de

---

<sup>56</sup> Essa denominação foi utilizada para definir os técnicos que atuavam na adaptação do operário ao trabalho, por meio da psicometria (MOTTA, 2004). “Etimologicamente, psicometria representa a teoria e a técnica de medida dos processos mentais, especialmente aplicada na área da Psicologia e da Educação. Ela se fundamenta na teoria da medida em ciências em geral, ou seja, do método quantitativo que tem como principal característica e vantagem, o fato de representar o conhecimento da natureza com maior precisão do que a utilização da linguagem comum para descrever a observação dos fenômenos naturais” (PASQUALI, 2009, p. 993).

constituição desta ciência e profissão, atrelada aos interesses hegemônicos de conformação do Estado e das elites brasileiras e suas contradições: a) saberes psicológicos no período colonial até o século XIX, b) processo de autonomização, c) processo de consolidação da Psicologia, e d) regulamentação da profissão até os dias atuais.

Mas, antes, é importante referir a posição de Carvalho, Seixas e Yamamoto (2002), que partindo de Léfèbvre, compreendem a Psicologia como “um conjunto de saberes, técnicas e práticas criado no contexto da modernidade e difundido pelo processo de modernização, a partir de sua relação com a instância de mediação, que é a cidade” (p. 132), sendo relativamente recente a produção historiográfica acerca da Psicologia no Brasil, com os primeiros esforços de reflexão do início do século XX. Assim:

A relação entre o conhecimento psicológico e a prática profissional do psicólogo brasileiro deve ser compreendida como resultante de um processo histórico que produziu as condições para o surgimento tanto do saber quanto da prática *psi*. Além disso, essa relação foi se transformando através do tempo (CARVALHO, 2007, p. 6).

Quanto aos marcadores citados, lembremos que o conhecimento psicológico foi inserido no Brasil por meio de sua importação daquilo que se vinha desenvolvendo na Europa e nos EUA (CARVALHO, 2007). No período que vai do Brasil Colônia até o final do século XIX, apesar de a psicologia não existir enquanto campo de saber organizado e independente, havia a produção e a circulação de saberes que tratavam sobre o psiquismo, presentes na obra de catequese de jesuítas na educação indígena e na educação das mulheres. Com a instalação da Coroa Portuguesa no país, diversos problemas de ordem social passaram a ser foco de interesse e intervenção de ordem médica e pedagógica. Houve investimento na produção de conhecimento, em torno do fenômeno psicológico, pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e, posteriormente, em pesquisas educacionais, com vistas à normalização e ao controle social, com posições muitas vezes a favor da exclusão social. De uma maneira geral, almejava-se ultrapassar o modo de vida, a cultura e os comportamentos que não eram bem-vistos pelos modelos de sociedade e de sujeito que se queriam ver implantados no Brasil. Nesse sentido, os indígenas figuraram como o primeiro foco de preocupação e intervenção e, posteriormente, negras/os trazidas/os pelo comércio escravo, seguidas/os de mestiças/os (ANTUNES, 2012).

Do final do século XIX ao início dos anos de 1930 ocorreu, por sua vez, o processo de autonomização da Psicologia no Brasil, que se conformou enquanto área específica do conhecimento, a partir dos estudos e investigações nos campos da Educação e da Medicina, em continuidade com o que estava sendo produzido em termos de conhecimento no período



anterior. O movimento da industrialização e desenvolvimento do país, que se iniciara ainda nas primeiras décadas do século XX, passou a almejar um tipo de sujeito e de sociedade coerente com essa nova pretensão. A psicologia acabou, então, contribuindo como fundamentação científica e, futuramente, de intervenção social, subsidiada por conhecimentos técnicos, para os setores da educação e do próprio processo de industrialização do país. Sobre o primeiro, passou a constituir-se como um dos principais campos de saber, na busca de formar esse sujeito novo para uma sociedade também nova, alinhados com o desenvolvimento e o progresso, gestados, em certa medida, pela Pedagogia Nova. No tocante ao processo de industrialização, também iniciou a corrida para estabelecer um corpo de conhecimentos para alcançar o mesmo objetivo frente ao corpo de trabalhadoras/es nas fábricas recém-inauguradas, mas em pleno desenvolvimento e crescimento no país. Ademais, os conhecimentos em psicologia foram também produzidos nos hospícios, na área da medicina, principalmente nos laboratórios de psicopatologia, com a pretensão de entender o oposto deste homem: o sujeito anormal (ANTUNES, 2012; JACÓ-VILELA, 2012).

Em resumo, a configuração do conhecimento psicológico e da prática profissional, entre 1890 e 1930, pode ser assim descrita: a) Modelo profissional: psicotécnico; b) Conhecimento psicológico: psicométrica; c) Status profissional: auxiliar médico; d) Disciplinas fundamentais: estatística e psicopatologia, e) Aplicação: educação e trabalho (CARVALHO, 2007).

Em outra direção, surgiram compreensões sobre o fenômeno psicológico, nesse mesmo período, que divergiam dessa tendência hegemônica. São exemplos a perspectiva de Manoel Bomfim<sup>57</sup>, que criticou pesquisas em laboratório sobre os fenômenos psicológicos, por não permitirem apreender a complexidade e determinações do psiquismo. Também operou no campo da crítica, nessa mesma época, Ulysses Pernambucano<sup>58</sup>. Suas investigações e debates ajudaram na ampliação das análises sobre a doença mental, ao considerar o sujeito ativo e as relações sociais como importantes no processo de recuperação do paciente, e não somente sua adaptação e ajustamento (ANTUNES, 2012; JACÓ-VILELA, 2012).

Posteriormente a isso, entre os anos de 1930 e 1962, seguiu-se a organização de um corpo mais sólido de conhecimentos no campo da ciência psicológica, que inclusive a distinguiu de outras áreas do conhecimento, acompanhado, de certa forma, das primeiras

---

<sup>57</sup> Médico, psicólogo e crítico da historiografia. Sua vida profissional foi dedicada à educação, sendo a sua produção caracterizada por dois aspectos: cientificismo e civismo (GONTIJO, 2003).

<sup>58</sup> Diplomado em 1912, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi responsável pela criação, em Pernambuco, da notável escola neuropsiquiátrica. Ademais, criou a Liga de Higiene Mental de Pernambuco e a Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro (Prof. Ulysses Pernambucano. Arq. Neuro-Psiquiatr., 1944).

ferramentas técnicas e instrumentos de intervenção social. De certo que eram conhecimentos e campos práticos importados de países do continente europeu e americano. Entretanto, já reuniam um corpo de saberes e técnicas psicológicas de diagnóstico passíveis de consolidar a Psicologia no Brasil, enquanto campo de saber específico e de intervenção social. O início desse período é caracterizado pelas transformações e momentos de forte crise no cenário mundial, com a Grande Depressão (1929-1932), que gerou desemprego em massa e a queda no poder de compra e consumo da população. A superação desta crise capitalista na Europa e nos EUA contou com a participação do economista J. Keynes, que propôs a intervenção do Estado na economia, como forma de superar a dificuldade do momento. O Estado deveria salvar o capitalismo de suas “deficiências naturais”, entendendo que é a demanda que determina a oferta de bens, e não o contrário. Sendo assim, indicou como aconselhável que o Estado interviesse para expandir a demanda efetiva (o consumo) e a taxa de lucro, com a oferta do “pleno emprego” e do salário indireto, por meio das políticas públicas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 57).

No contexto brasileiro, diferente do cenário europeu e americano, o reflexo da grande crise e as possibilidades de saída exigiram outros caminhos, em função do processo de implantação capitalista tardio. O Estado passou a dirigir o processo de industrialização e a coordenar politicamente os interesses distintos que se afirmavam ao longo desse processo, como medida de resposta a tal crise. Para tal, o Governo de Getúlio Vargas preocupou-se em contornar a crise, favorecendo aos interesses de determinados setores oligárquicos, especialmente o industrial, e gerando descontentamentos em outros, especialmente ao agroexportador, além de assumir compromisso com a questão social do país, com intensos debates e disputas entre a classe patronal, a classe trabalhadora e o Estado (LUZ; SANTIN, 2010). Mas, na ditadura do Estado Novo (1937/45), apesar de a questão social ter sido legitimada com vários ganhos sociais, como dito anteriormente, voltou a ser reprimida e tratada como caso de polícia (CERQUEIRA FILHO, 1982).

De acordo com Jacó-Vilela (2012), nesse período do Governo Vargas foi implementado o Plano de Metas, que implicou na urbanização crescente e forte desenvolvimento industrial no país, acentuando a desigualdade entre os mundos rural e urbano. O cenário foi de alterações políticas, econômicas e culturais, uma realidade que se caracterizou fundamentalmente pela urbanização, modernismo cultural e construção do Estado nacional centralizado, política e administrativamente (RUBIM, 2007). Diretamente relacionada a esta corrida nacional-desenvolvimentista, e por ela sendo requerida para atender ao processo de industrialização do país, passou-se a desenvolver o campo de aplicação dos

saberes e práticas psicológicas, pelos primeiros psicologistas, cujas bases já vinham sendo forjadas anteriormente (ANTUNES, 2012). Tiveram papel de destaque, especialmente, a seleção e a orientação profissional no campo do trabalho, que passou a visar à seleção e à escolha dos mais aptos para cada tipo de serviço, por meio de testes psicológicos e da psicometria. Estava, assim, dado o papel da psicotécnica<sup>59</sup>: analisar tarefas, tendências e disposições do candidato, por meio de teorias disciplinadoras e patologizantes, com uma visão a-histórica do homem, que não considerava o aspecto social e a dissolução dos conflitos de classe (BOCK, 1999; MOTTA, 2004).

Destaca-se a produção de uma Psicologia branca, legado da primeira metade do século XX, que diz respeito à ausência da realização de pesquisas sobre o racismo, o qual não era considerado problema a ser incluído na agenda de pesquisa privilegiada pela Psicologia Social. De fato, a Psicologia brasileira não ficou imune às influências do evolucionismo social<sup>60</sup>, que foi impulsionado no Brasil, na Bahia, pelo médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), quando entre o final do século XIX e o início do século XX, apontou a visão de raça humana no contexto brasileiro (NEVES, 2008).

É importante destacar que Nina Rodrigues teve destaque por ter sido o primeiro estudioso do país a formular questões sobre o papel da/o negra/o e da/o mestiça/o no Brasil; no entanto, tinha uma posição ideológica compatível com a das elites políticas, repressoras e opressoras. Deste modo, apesar de ter defendido a liberdade cultural de negras/os e de suas práticas religiosas, foi partidário das teorias de superioridade e inferioridade das raças, fundamentalmente entre negras/os e brancas/os, sendo negras/os consideradas/os patologia da sociedade brasileira (CHAVES, 2003; OLIVEIRA; VIANA; OLIVEIRA, 2013).

Demonstra-se, aí, o ponto de vista do racismo científico. Para um melhor entendimento, registra-se que a base do cientificismo racista é a explanação biológica dos fenômenos sociais. Processos de opressão e exploração, implicações sociopsicológicas e divisão ideológica da humanidade não eram considerados, resultando no mascaramento dos “condicionantes sócio-históricos enquanto fatores responsáveis por diferenças entre culturas, pessoas, inserções e participação humana na vida social” (CHAVES, 2003, p. 31). Daí as

<sup>59</sup> “O adaptar o operário ao trabalho e este ao homem é objeto da Psicotécnica [...] Tem o compromisso, como objetivo central, de intensificar o trabalho, eliminar os tempos improdutivos ou “poros” do processo de trabalho, restringir a autonomia do trabalhador e da sua força de trabalho através do “regulador automático”, sob o poder do capital (MOTTA, 2004, p. 121).

<sup>60</sup> Também chamado de racismo científico. “Herbert Spencer (1820-1903) pode ser considerado o fundador do racismo científico, a partir de suas elaborações sobre o que denominou de evolucionismo social, quando transplantou, do mundo biológico ao mundo cultural, o modelo das tipologias e dos sistemas classificatórios, implementando a noção de diferenças entre os povos e as sociedades” (CHAVES, 2003, p. 30).

influências para a conformação de uma “hegemonia da Psicologia branca”, que no final do século XX, é requisitada a realizar investigações sobre o tema (CHAVES, 2003, p. 36).

Porém, mais uma vez, não se pode desconsiderar o caráter heterogêneo desse período (1930 e 1962), como bem lembrado por Antunes (2012). Com ideias e ações divergentes aos pensamentos e práticas hegemônicas da época. Novamente, Ulysses Pernambucano, ao lado de Helena Antipoff e Mira y Lopez<sup>61</sup>, fizeram duras críticas à utilização dos testes psicológicos. A rigor, os testes psicológicos eram instrumentais privilegiados, desde o final dos anos de 1940, para a atuação na seleção e orientação profissional, ou para fins de critérios diagnósticos no universo escolar e clínico, pois muitos instrumentos eram simplesmente importados de outras realidades, sendo utilizados no país sem qualquer adaptação e validação, sem considerar as diferenças culturais e sociais da população brasileira.

Além das iniciativas profissionais no campo do trabalho e no universo educacional, registra-se a existência de uma clínica pública voltada ao atendimento infanto-juvenil, no Rio de Janeiro, no período de 1940-1970, que realizou, além de exames psicodiagnósticos, o início de trabalhos psicoterápicos, ainda nos anos de 1950, baseado nas ações clínicas de Carl Rogers<sup>62</sup> (ESCH; JACÓ-VILELA, 2012). O fortalecimento dessas ações e a boa aceitação da ciência psicológica e seus primeiros campos práticos, junto à sociedade brasileira, resultou na demanda por formação especializada na área, respondida pela oferta dos primeiros cursos de especialização em Psicologia, principalmente pelo Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo. Em paralelo, surgiram as primeiras associações de Psicologia, com vistas a congregar interessadas/os na ciência psicológica e seu campo de aplicação, além de realizar encontros científicos e divulgar a produção de conhecimento nacional e internacional da época, com traduções, por meio de periódicos científicos, para viabilizar o fortalecimento da Psicologia e seu estabelecimento como ciência e profissão no Brasil. Tudo isso contribuiu para o

---

<sup>61</sup> Helena Antipoff realizou uma pesquisa, no início dos anos de 1930, e chegou à conclusão de que os testes mediam não apenas a inteligência, mas também as condições materiais e sociais de existência da criança. Ressaltou a importância dos testes, mas questionou seu caráter objetivista, considerado pelos seus defensores. Junto com Ulysses Pernambucano, foi pioneira na educação de crianças com deficiência intelectual e dos chamados superdotados, e da educação rural. Mira y Lopez, figura controversa, pois mesmo contrapondo-se, em certa medida, às práticas hegemônicas com críticas ao uso de testes de forma indiscriminada e sem os devidos cuidados com as medidas psicométricas, atuou como diretor do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV), impulsionando a formação e o aperfeiçoamento dos psicotécnicos no Brasil, de modo a elaborarem e responderem, de maneira competente, soluções práticas, eficazes e úteis quanto ao ajustamento dos indivíduos aos problemas advindos de uma sociedade em vias de modernização (ANTUNES, 2012; ESCH; JACÓ-VILELA, 2012).

<sup>62</sup> Psicólogo Norte-Americano (1902-1987) que fundou a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), considerada uma filosofia e um jeito de ser. Aplica-se a toda e qualquer situação que tenha por objetivo o crescimento, seja de uma pessoa, de um grupo ou de uma comunidade (Instituto Carl Rogers). Disponível em: <<http://www.carlrogers.org.br/#!acp/c654>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

surgimento do movimento direcionado para a regulamentação da profissão e abertura dos cursos na década seguinte (JACÓ-VILELA, 2012).

A regulamentação viria em 1962, como resultado de um embate político, no enfrentamento da corporação médica, que temia a eliminação do seu monopólio no campo de atuação (CARVALHO, 2007). Mas, antes disso, é preciso ressaltar em relação ao processo de consolidação e estabelecimento da Psicologia no Brasil, algumas marcas (Quadro 2) que identificam que tipo de ciência e profissão estava sendo requerida, enquanto campo de expertise e intervenção específicos, a fim de forjar, adaptar e alcançar um tipo/modelo de sujeito que pudesse auxiliar e tornar possível o processo de industrialização e desenvolvimento em curso no país, mesmo que tardiamente.

**Quadro 2** - Marcas que identificam como a Psicologia – enquanto ciência e profissão – era requerida até a sua regulamentação, em 1962

Marca 1	Desconsideração dos determinantes sociais do fenômeno psicológico, em função de tomá-lo a partir das teorias de base psicofísicas e biológicas, ou de natureza intrapsicológica.
Marca 2	Desconsideração dos conflitos e lutas de classe e sua relação com as múltiplas mediações (objetivas e subjetivas) entre indivíduo, sociedade e o Estado.
Marca 3	Papel importante na produção e extração da mais-valia, tornando, de um lado, o trabalho manual mais eficiente e rentável, do outro, regulando e modelando os aspectos emocionais e cognitivos de trabalhadoras/es.
Marca 4	Patologização do dissenso e a desconfiança das ações grupais e coletivas.
Marca 5	Distanciamento das amplas parcelas da população pobre e vulnerável, redundando na não compreensão dos processos subjetivos e psicossociais que ali se engendram, por fim.
Marca 6	Invisibilidade frente às necessidades e as condições objetivas e subjetivas de vida das populações rurais.

**Fonte:** Parker (2014), Leite *et al.* (2013) e Landini (2015).

A respeito dessas marcas, questões importantes são colocadas: que implicações a supressão do reconhecimento das contradições, das tensões e desigualdades que marcam as realidades de amplas parcelas da população, por parte da Psicologia, trouxe para a profissão? Qual o lugar que a Psicologia tem ocupado em meio ao histórico de desigualdades que marca a sociedade brasileira?

Não por menos, a Psicologia foi regulamentada pela Lei 4.119/1962, em meio a um contexto atravessado pela ascensão da classe média, reflexo de um fugaz período de

crescimento e acúmulo de riquezas e ganhos vividos, sobretudo, até meados de 1960. Momento, esse, acompanhado da ampliação do poder da mídia e do intenso processo de urbanização, em troca da expropriação da força do trabalho e dos direitos da classe trabalhadora (BAPTISTA, 2010). Neste contexto de regulamentação, conta-se com um novo modelo de profissão: a) Conhecimento psicológico: psicologias geral, experimental, da personalidade, social, e psicopatologia geral; b) Disciplinas fundamentais: estatística e fisiologia; c) Status profissional: profissional liberal; d) Aplicação: diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento (CARVALHO, 2007).

Nos anos que sucederam à regulamentação, viu-se a assunção da ditadura civil-militar<sup>63</sup>, período autocrático burguês, com seu impacto no fim das liberdades democráticas, a repressão, o controle social e o terror como política de Estado (PRIORI *et al.*, 2012). Houve o desenvolvimento de um padrão intervencionista do Estado, por meio da centralização política e financeira, fragmentação institucional, exclusão da participação social e privatização, além de um concentrado conteúdo corporativo. A questão social foi encarada pela relação repressão/assistência, e percebida apenas como um problema de ordem administrativa (SILVA, 1995).

Se antes, psicólogas/os (ou primeiros psicologistas) já tinham “dado as costas” à questão social, não percebendo as suas expressões na realidade brasileira, desconsiderando, inclusive, a dimensão subjetiva desses fenômenos, no período ditatorial “grande parte dos psicólogos continuava a buscar uma cientificidade supostamente neutra e afastada de uma reflexão política sobre os efeitos de suas práticas” (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014, p. 73). Tal postura, na opinião de Hur (2012), afastava psicólogas/os de qualquer atitude mais crítica em relação ao Estado ditatorial que se implantava no Brasil. Assim, a profissão e suas entidades de classe acabaram não se posicionando contra os arbítrios no âmbito político, e muito menos frente às sucessivas violações dos direitos humanos, inclusive nos “anos de chumbo”, período mais duro, em que ocorreram atos de tortura, mortes e desaparecimento de presos políticos (COIMBRA, 1995).

Mais preocupados em legitimar o status social da profissão enquanto ciência, por meio do argumento da neutralidade, psicólogas/os contribuíram com o uso de ferramentas teóricas e de intervenção social para adaptar e normalizar sujeitos ao sistema repressivo,

---

<sup>63</sup> Que contou com três ciclos de repressão: 1º Ciclo (1964): recaía sobre trabalhadoras/ES urbanos e camponesas/es que pudessem desenvolver combate e resistência contra o governo oficial; 2º ciclo (1965-1966): desmonte do aparelho democrático do Estado, e o 3º ciclo (1967-1985): expansão da violência a todas as classes (PRIORI *et al.*, 2012).

potencializando práticas ditatoriais, seja diretamente nos aparelhos de repressão, seja, na maioria das vezes, indiretamente, desenvolvendo seu trabalho meio que “alheias/os” ao que acontecia no país, sem colocar em análise e problematizar as demandas que lhes chegavam (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014).

Na prática, houve o fortalecimento de subjetividades e modos de vida hegemônicos que se queria produzir no Brasil moderno. A população que consumia os serviços oferecidos por psicólogas/os era, na maioria, composta por “profissionais liberais (professores, artistas, intelectuais, etc.), classe média brasileira e estudantes universitários que desejavam se autoconhecer, buscava a necessidade do crescimento pessoal, do voltar-se para dentro de si mesmo, de sua família, ao enfatizarem a importância e a construção de um clima carregado de afeto”; ou para acessar conteúdos de foro íntimo, em espaços que garantissem reserva, sigilo e acolhida, “prato cheio” para os consultórios psicológicos (COIMBRA, 2009, p. 75).

Diferentes setores da vida social brasileira sofreram estes efeitos: foram psicologizados. Toda e qualquer crise foi vista como necessidade terapêutica, tendo especialistas para aconselhar, esclarecer, instruir e acalmar, e para propor modelos – condizentes com os dominantes – de criança, adolescente, família, casamento, esposa, etc., produzidos pelas suas próprias práticas. Foram utilizadas palavras, expressões e concepções próprias da psicanálise, onde tudo passou a ser explicado a partir de esquemas interpretativos já dados; de tal maneira, que ia sendo absorvido o “modo” psicanalítico de compreender os mais variados fenômenos do cotidiano (COIMBRA, 1995, p. 77).

A partir deste período, a onda psicologista extrapolou o âmbito técnico-acadêmico-profissional e, invadida pela mídia – por meio de revistas e colunas de jornais diários para públicos específicos (mães, mulheres, jovens), programas de televisão, telenovelas, etc., ganhou a cena cotidiana, produzindo a chamada cultura psicanalítica (FIGUEIRA, 1985), posteriormente ampliada para a psicológica (DIMENSTEIN, 2000), “sob cuja ótica a vida cotidiana das classes média e média alta passa a ser tematizada e vivida” (COIMBRA, 2009, p. 76).

Data dessa mesma época de regulamentação oficial da profissão, a aprovação do Parecer 403/1962, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que estabelece o currículo mínimo e a duração do curso de Psicologia. As propostas de currículo caracterizam-se pela preocupação em prover uma formação científica associada ao modelo positivista de ciência. A prática foi percebida como simples aplicação técnica da teoria (ESCH; JACÓ-VILELA, 2012), sendo a formação construída de maneira contraditória e limitada, pois o conhecimento produzido tratava fundamentalmente de uma reprodução baseada em teorias e pesquisas de

outros países, principalmente dos Estados Unidos e da Europa, e que não eram contextualizadas para a nossa realidade (ANTUNES, 2012). Os aspectos cultural, social, econômico e político do país, bem como as singularidades vivenciadas pelas populações nos mais diversos territórios e regiões, denunciadora de profundas desigualdades, ficaram mais uma vez invisibilizados, agora no âmbito da formação de psicólogas/os.

Conforma, ainda, o retrato dessa realidade, as repercussões dos documentos da Lei e do Catálogo Brasileiro de Ocupações, que caracterizavam a Psicologia como profissão de caráter intervencionista e focada em condições de facilitação do desenvolvimento, aptidões, características de personalidade, comportamentos e mecanismos mentais. Tais aspectos davam prova do tipo de racionalidade, enquanto modo de ser, agir e interpretar a realidade (GUERRA, 1998), que orientava nossa ciência e seu projeto de profissional alinhado à funcionalidade do modelo societário vigente à época. Ora, a finalidade do trabalho de psicólogas/os tão somente respondia ao que estava estabelecido na Lei 4.119/62, que regia suas funções privativas, art. 13, § 1º, alínea “d”, até hoje caracterizada como profissão para “solução de problemas de ajustamento” (BRASIL, 1962, p. 2).

Por esse aspecto, queixas que envolviam pedidos de autorrealização, bem-estar, desenvolvimento, convivência e desempenho pessoal, passaram a ser foco das intervenções de psicólogas/os na perspectiva de encontrar e fortalecer modelos de sujeitos tidos como ideais para o bom viver, o viver equilibrado e saudável, psiquicamente, meio ao caos ou às intempéries das sociedades modernas. Porém, não deixar de identificar e “tratar” possíveis desvios de comportamento ou anormalidades que lhes chegava cotidianamente, continuava a fazer parte do ofício. Percebia-se, portanto, nessas ações, a reprodução sistemática de práticas retroalimentadas por formações que reforçavam o viés individualizante, privativo e descontextualizado do fazer psicológico. Ao responder à encomenda social para ajustar e adaptar indivíduos e coletivos à ordem vigente, psicólogas/os da época acabavam por produzir ações de controle e exclusão (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Na primeira década da regulamentação da profissão, a Psicologia assume o seguinte quadro: a) Modelo profissional: psicoterapeuta; b) Conhecimento psicológico: teoria de base analítica; c) Conhecimento fundamental: psicanálise; d) Status profissional: profissional liberal, e, e) Aplicação: clínica privada – produção do conhecimento de si (CARVALHO, 2007).

Diante desse quadro, por sua vez, houve manifestações de psicólogas/os que se colocaram contrárias/os a essas práticas, com críticas relacionadas ao caráter elitista e restrito da ciência psicológica e suas modalidades de intervenção, especialmente no âmbito da clínica,



assim como seu comprometimento no âmbito das instituições educacionais e do mundo do trabalho (ANTUNES, 2012). Quanto aos contrapontos que surgiram, a pergunta que marcou esse período, ainda em 1975, foi deferida por Silva Leser de Mello, ao tratar de uma pesquisa sobre psicólogas/os do Estado de São Paulo. As análises realizadas geraram uma contundente crítica à profissão e aos rumos que essa tomaria: uma atividade profissional restrita a uma minoria populacional, dotada de recursos, qualificando, assim, psicólogas/os enquanto “profissional de luxo”, pois o que se via na época era “uma concepção da Psicologia alheia às instituições sociais, devotada ao estudo do comportamento humano em si e por si; [...] e um modelo de atuação para o psicólogo devotado à melhoria individual em si e por si” (MELLO, 2010 [1975], p. 161).

Poucos anos depois, Silvo Paulo Botomé, em um estudo que cruzou dados dos honorários de psicólogas/os que atuavam basicamente na área clínica com a distribuição de renda no país, concluiu que apenas 15% da população brasileira tinha acesso aos serviços profissionais de psicólogas/os. Por isso, as indagações “serão eles os que mais necessitam dos serviços de Psicologia? Os demais 85% da população não necessitam desses mesmos serviços? O que os psicólogos têm a oferecer é “tão especial” que a grande maioria de seus benefícios só se dirige aos ricos mais ricos?” (BOTOMÉ, 2010 [1979], p.176).

Na década seguinte, em 1983, outra crítica é realizada por Regina Helena Campos, ao discutir a “função social do psicólogo”. A autora alertou sobre a diminuição do poder financeiro e do consumo das classes média e média alta brasileira, ávidos consumidores de serviços psicológicos, tendo como resultado a falência do modelo liberal adotado por psicólogas/os e o progressivo deslocamento da profissão para as classes populares, com a prestação de serviços psicológicos no setor público. A tese da autora era que o trabalho junto a esses novos cenários de atuação e a mudança de público, iria “expor as insuficiências dos modelos de interpretação do real” da profissão (CAMPOS, 2010 [1983], p. 214).

Os questionamentos anteriores das autoras e do autor remetem para o caráter elitista da profissão, cujas primeiras mudanças ganharam impulso a partir do movimento de redemocratização do país, em meados da década de 1980, com a participação de grupos específicos de psicólogas/os nas lutas sociais em torno da reforma sanitária e psiquiátrica brasileira, com a reivindicação de políticas sociais para esses campos (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011a).

Há um aspecto importante que caracteriza, em resumo, o momento de transição pelo qual passaram psicólogas/os no Brasil. Entendida como profissão voltada hegemonicamente para o mercado liberal, conseqüentemente, para uma determinada classe social, a partir dos

anos 1990, ao ser institucionalizada nos aparelhos do Estado, por meio do SUS, ocorreu uma mudança de cenário de atuação de psicólogas/os pela necessidade de ampliação de mercado profissional, e não como parte, pelo menos daquele momento, da conformação de um projeto ético-político para a profissão, orientado, inclusive, por um projeto societário alternativo. Prova disso foi e continua a ser, em grande medida, a manutenção da compreensão do fenômeno psicológico como sendo da ordem do abstrato, universal e a-histórico.

Mas, como lembra Antunes (2012, p. 61), o movimento histórico é “[...] heterogêneo, há segmentos que tomam a dianteira do processo, outros que respondem mais tardiamente e outros que resistem”. Foi o caso, por exemplo, da criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 1980, resultante das insatisfações com os modelos da psicologia europeia e norte-americana, no enfrentamento de problemas da nossa sociedade, marcada pela desigualdade social e pela miséria. Não se encontravam soluções na Psicologia social importada (MACEBO; JACÓ-VILELA; ROCHA, 2003). Igualmente com o surgimento da Psicologia Comunitária, nos anos de 1970, alicerçada por discussões e experiências pautadas pela psicologia social crítica e latino-americana, pela pedagogia e psicologia da libertação<sup>64</sup>. Ademais, somam-se os aportes teóricos da conhecida *tróika* soviética (A. Leontiev, A. Luria e L. Vigostky), com uma psicologia de base marxista, além do próprio diálogo com autoras/es da teoria social crítica, da psicologia institucionalista e das metodologias participativas e interventivas que tinham como preceito a transformação da realidade social.

Destaca-se, portanto, como principal responsável por esta mudança, a Constituição de 1988 e, por meio dela, o SUS. Como referido, os anos 1990 foram marcados pelo avanço nas políticas sociais e gastos sociais, assegurando uma série de novos direitos. Os avanços foram de tal ordem que permitiram a ampliação e a interiorização da rede de serviços, com maior ênfase na atenção básica, quando antes eram centrados na alta complexidade. O resultado foi a “inversão do parque sanitário brasileiro” (MACHADO, 2006, p. 12), que contribui para superar um modelo voltado para o hospital e focado na doença; e concretizar outro, direcionado para a promoção de cuidados em saúde, com base no território onde as

---

<sup>64</sup> Formulada por Martín-Baró, a psicologia da libertação propõe uma contribuição significativa para a história dos povos latinoamericanos, almejando à sua libertação, e desenvolvimento de seus países. Para isso, é preciso que sejam repensadas a formação teórica e prática, pois a libertação dos povos, não diz respeito a uma tarefa meramente teórica, mas preponderantemente prática, o que requer a libertação da própria psicologia (MARTÍN-BARÓ, 1986).

populações vivem. Posteriormente, a Assistência Social contribui para esse processo, apesar de mais tardiamente, precisamente a partir de 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e, posteriormente, com o estabelecimento do SUAS, do CRAS, do CREAS e Equipes Volantes do CRAS ou de unidades itinerantes instaladas em territórios que compõem áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos etc., no sentido de fortalecer as ações do SUAS às populações em condições de maiores iniquidades territoriais (BRASIL, 2009b).

O reflexo da expansão de serviços na rede SUS e SUAS, mesmo em tempos neoliberais, é que 1/4 de psicólogos/os trabalham nos aparelhos de Estado (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011a). Mais recentemente, houve uma nítida capilarização desses serviços, interiorizando-se para cidades de médio e pequeno porte do país (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011a). Esse movimento foi fundamental para alterar, ainda em 2010, a proporcionalidade de psicólogos/os que atuavam nas capitais e grandes centros urbanos (32%), em contraste com a atuação em municípios do interior do país (48%) (BASTOS; GONDIM, RODRIGUES, 2010). Diferentemente de décadas anteriores, não se trata mais de uma profissão hegemonicamente urbana (ROSA; ROSA; XAVIER, 1988).

Fato é que o século XXI trouxe para psicólogos/os o desafio do trabalho com ruralidades, integrando-as/os às equipes de atenção básica da saúde e da proteção social básica da assistência social, não esquecendo as experiências relacionadas à extensão rural<sup>65</sup> e à educação no campo<sup>66</sup> (LANDINI, 2015; LEITE *et al.*, 2013). É fundamental situar que isso diz respeito à inserção em um campo com considerada trajetória, tendo produções em diversas áreas do conhecimento, especialmente na sociologia, antropologia, economia, e geografia. Além disso, é um campo que comporta desafios que ainda precisam ser ultrapassados, como a necessidade de aproximar estes debates da realidade concreta de povos rurais e de profissionais que vivenciam as ruralidades; uma preocupação que se acentua no caso da Psicologia, como ciência e profissão. Como foi até aqui discutido, a Psicologia teve desenvolvimento atrelado ao meio urbano, à aliança hegemônica com interesses das classes

---

<sup>65</sup> Para Freire, a extensão rural diz respeito a um ato educativo. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) propõe nova abordagem para a Extensão Rural, no sentido de romper com a proposta difusionista para construir uma abordagem que considere a realidade de maneira sistêmica, sendo ainda o paradigma tecnológico adotado pelo extensionista, baseado nos princípios da agroecologia. Isso demonstra uma nova forma de fazer extensão, que considera a organização do rural enquanto espaço social (FAVERO; SARRIERA, 2009).

<sup>66</sup> Refere-se a uma prática e concepção educacional que atuam na valorização da formação humana dos povos do campo. A sua gênese está “atrelada à luta pelo reconhecimento da existência dos povos do campo em sua diversidade e pela efetivação dos direitos sociais, bem como pela superação da ideia de que o campo é o lugar do atraso. Essa luta teve início, no âmbito pedagógico, com as experiências do MST, cuja trajetória pode ser encontrada no Dossiê MST Escola, publicado em 2005” (SOUZA, 2012, p. 751).

dominantes e ao não questionamento da questão social e, além do mais, diferente das disciplinas citadas, não conta com uma subárea de conhecimento estabelecida e consolidada para investigar rural, uma espécie de psicologia rural<sup>67</sup>.

Trata-se, portanto, de um novo campo de discussão teórica para a Psicologia, que precisa apreender as diversas compreensões, tendências e concepções nos estudos sobre rural, de maneira a considerar que “a construção social do rural na atualidade reflete o momento histórico que vivemos, mas nem de longe pode ser vista como um campo livre de tensões, conflitos e contradições” (ANJOS; CALDAS, 2014, p. 399). Tal caminho pode, decerto, contribuir para que se apreendam fenômenos e/ou processos psicológicos e psicossociais dentre povos rurais, aprofundando as contribuições da Psicologia para os estudos rurais, não caindo na ingenuidade de tomar rural somente como cenário ao qual vêm se inserido profissionalmente.

A respeito dos estudos, apesar de a Psicologia contar com diversos trabalhos que tratam sobre temas variados e pertinentes ao rural e à vida no campo em seu conjunto, não expressam qualquer pretensão de constituir ou sistematizar um corpo de discussões que possam estabelecer uma subárea de conhecimento específica dentre as demais áreas da ciência psicológica, com a proposição de objeto e método específicos. Ou seja, diferentemente de disciplinas como Sociologia e Antropologia, a Psicologia ainda não efetivou sua entrada no debate sobre rural (LEITE *et al.*, 2013).

Landini *et al.*, (2015), ao recuperar os estudos historiográficos internacionais sobre a Psicologia, faz referência a James Williams, em 1925, quando publicou, nos EUA, a obra “Our rural heritage. The social psychology of rural development” (Nossa herança rural: a psicologia social do desenvolvimento rural), como um marco nos estudos nesse campo. Posteriormente, em 1973, foi publicado “Socioanálisis del campesino mexicano”, escrito por Erich Fromm y Michael Maccoby.

No Brasil, os primeiros trabalhos nesta área de conhecimento envolvendo rural datam de 1940, realizados por Helena Antipoff, com a educação de crianças no campo, no estado de Minas Gerais, sistematizados na obra “Educação rural”, publicada em 1992, pelo Centro de

---

<sup>67</sup> Landini (2015), na Argentina, tem utilizado em suas publicações o termo Psicologia Rural, tendência também acompanhada, em menor peso, em outros países da América Latina. Não há ainda um consenso, no Brasil, de como nomear os estudos nesses novos cenários, visto que, seguir a lógica de adjetivar a Psicologia semelhante ao que ocorre em outras subáreas (clínica, escolar, comunitária, jurídica, etc.), em que rural, no caso, passa a ser o local em que são investigados os fenômenos psicológicos, não responde, na opinião de pesquisadoras/es da área, à heterogeneidade e a complexidade de discussões sobre rural no Brasil. Por isso, autoras/es brasileiras/os têm preferido denominar de “psicologia em contextos rurais” ou “psicologia nos cenários rurais”, ou, ainda, simplesmente em áreas rurais ou meio rural.

Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (MARTINS; AUGUSTO; ANTUNES-ROCHA, 2011). Em 1960 e 1970, também há registros de trabalhos de psicólogos/os, no âmbito da Psicologia Social Comunitária, na região Sudeste do país; e em 1980, no Nordeste, envolvendo reflexões, pesquisas e intervenções por meio da extensão universitária junto a populações específicas, como comunidades rurais, assentamentos sem-terra, mutirões rurais e até mesmo tribos indígenas (LEITE *et al.*, 2013). A partir daí, seguiu certo volume de trabalhos divulgados em congressos e em periódicos científicos nacionais e internacionais, ainda que de forma dispersa, especialmente vinculados ao âmbito da Psicologia Social.

De forma mais sistematizada, mais recentemente, no México, Concepción Sánchez Quintanar publicou, em 2009, a obra “Psicología en ambiente rural”, compilando um conjunto de trabalhos relacionados a psicologia e ruralidade, apresentados no IV Congresso Latino-americano de Alternativas em Psicologia. Não por menos, em 2013, Jáder Leite e Magda Dimenstein publicam “Psicologia e contextos rurais”, reunindo uma série de pesquisas empíricas e textos profissionais com relatos de experiência, nacionais e internacionais, abordando o tema rural em suas várias expressões e realidades (conceitos, cenários e populações), com ênfase no contexto brasileiro. Em seguida, no mesmo ano, é realizado, na cidade de Posadas, na Argentina, o 1º Congresso Latino-americano de Psicologia Rural, reunindo diversos pesquisadores em Psicologia Social e de outras áreas profissionais de diversos países, para discutir sobre o tema, cujos principais trabalhos resultaram na publicação do livro “Hacia una psicología rural latino-americana”, organizado por Landini (2015).

Sem a pretensão de esgotar e tomar em análise a produção psicológica brasileira sobre o tema, será apresentado, a seguir, um breve panorama sobre os estudos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais de psicologia, nos últimos 25 anos, período em que o debate dos estudos sobre ruralidades se consolida no país.

No Brasil, nos anos 1990 registram-se oito estudos na área envolvendo temáticas relacionadas a rural. Albuquerque (1996) realizou levantamento bibliográfico junto às revistas da Associação Americana de Psicologia (APA) e eventos de Psicologia no Brasil, acerca de trabalhos que relacionam psicologia social e mundo rural, inclusive para orientar agendas de pesquisa. Os temas identificados no estudo foram: saúde mental, família, atitudes, ergonomia e variações individuais, tecnologia, política econômica, satisfação e qualidade de vida, extensão agrária, conceitos/definições e ecologia. Dois aspectos merecem destaque: apesar de poucos estudos encontrados e certa diversidade de temas, menos ainda eram os trabalhos em psicologia que incluíam modelos teóricos em termos do entendimento sobre rural; por outro

lado, a necessidade de ampliar estudos na área, considerando que no Brasil há um campo amplo de investigação a ser explorado, particularmente no Nordeste.

As demais publicações na área de psicologia sobre rural, nessa década, trataram basicamente dos seguintes temas: cooperativismo agrário, com foco nos aspectos psicossociais e formas de organização envolvidos (ALBUQUERQUE; CLEMENTE; MENESES, 1996); análises e compreensão das condições e os efeitos do trabalho, quer seja junto aos pequenos produtores rurais (VELOSO, 1996), quer seja na agricultura moderna, particularmente no ramo da fruticultura e produção de rosas (AUGUSTO, 1998), ou mesmo em torno da migração e adaptação no meio urbano por trabalhadores de lavouras de cana (ROMANELI; BEZERRA, 1999), além da análise dos papéis sociais de idosos rurais e as condições psicossociais que os diferenciam dos aposentados urbanos (ALBUQUERQUE; LOBO; RAIMUNDO, 1999).

No início do século XXI, observa-se incremento de publicações sobre rural, na psicologia, em periódicos científicos nacionais e internacionais, especialmente no âmbito da Psicologia Social. Foram 41 artigos no período, com destaque para o maior número de publicações, a partir de 2006. Os temas de interesse foram: assentamentos rurais, trabalhadoras/es rurais, militância e movimentos sociais de luta pela terra; cooperativas agrárias e associativismo rural; avaliação de programas e políticas para o setor, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Assistência técnica e Extensão rural; Desenvolvimento infanto-juvenil e envelhecimento no meio rural; Educação no meio rural; Bem-estar subjetivo e saúde mental no meio rural; Trabalho escravo; Aspectos relacionados à gestão da água e à questão da seca; Transformações no meio rural; Agronegócio e transformação no mundo do trabalho rural; Mulheres trabalhadoras rurais; Gênero e ruralidade; Produção cultural e meio rural; e Discussões teóricas e metodológicas acerca de investigações no meio rural.

Por sua vez, de 2010 até 2015 foram publicados 28 artigos, mantendo praticamente os mesmos temas da década anterior, em interface com as categorias da psicologia social, apesar do surgimento de novos temas de investigação: populações quilombolas, comunidades ribeirinhas, área de conservação e preservação ambiental, identidade cabocla, programas de transferência de renda (programa bolsa família) e pobreza rural, uso de agrotóxicos e efeitos à saúde do trabalhador rural, prática profissional da/o psicóloga/o em meio rural, além da maior presença de trabalhos sobre desafios metodológicos e conceituais acerca do mundo rural.

A partir desse rápido levantamento, percebe-se certa variedade de temas na trajetória da produção psicológica brasileira acerca de rural, em estudos sobre trabalho rural,

organização de trabalhadoras/es rurais e seus efeitos em torno das categorias na psicologia social, a partir da dualidade rural-urbano: identidade, relações grupais, socialização e modos de vida no campo, organização política e comunitária, produção de sentidos, processos de subjetivação, representações sociais, percepção, atitudes, valores, crenças, dentre outros. Mas, temáticas como relação entre rural e urbano, e ruralidades contemporâneas, ainda não estão consolidadas na área.

Esta nova realidade que se abre para psicólogas/os, a dos contextos rurais, está, portanto, repleta de devir e complexidades que requisitam um ir além da própria Psicologia, bem próximo do que Canclini (2008) descreve sobre a necessidade da adoção de um enfoque que poderia ser chamado de híbrido, para que não se corra o risco de simplificar a realidade. Para Yamamoto (2008), isso diz respeito à necessidade de romper com a visão focalista, “de dentro” de uma determinada disciplina ou campo de saber, para que, extrapolando-a, também se olhe para os aspectos mais gerais e suas determinações, sem, da mesma forma, ficar ali estacionado.

Partindo desse debate sobre rural, uma discussão mais específica, que comporta muitos desafios e a necessidade de avanços, diz respeito aos próprios povos rurais. Apesar de terem tido sua compreensão ampliada, sendo percebidos como mais do que instrumentos da produção agrícola (MARTINS, 2001), por meio de perspectivas que ultrapassam a compreensão sobre a dimensão econômica e do corpo associado primordialmente ao trabalho (BOURDIEU, 2006), por outro lado, são pessoas que majoritariamente vivem em situação de pobreza e insegurança (MELLO; OLIVEIRA, 2015).

Para Ximenes e Moura Júnior (2013), as áreas rurais são as realidades em condições mais precárias do território brasileiro, e onde se encontra a maioria da população com os menores índices de qualidade, quando comparado a outros países, e de acordo com Albuquerque (2001), onde se localizam as maiores diferenças sociais. É elevada a proporção de pobres vivendo no meio rural brasileiro, sendo que a maioria sofre carências econômicas e sociais de diversas ordens, historicamente marginalizados por um modelo de desenvolvimento com forte viés urbano (DEDECCA, 2013). Algumas características fundamentais da pobreza rural no Brasil são:

[...] compõem-se de famílias em sua maioria residentes em minifúndios; com baixíssima inserção produtiva; famílias bem mais jovens que o conjunto das famílias rurais, com grande parcela de domicílios chefiados por mulheres; famílias com boa parte da sua produção não integrada aos mercados; de outro lado, também compõem-se de famílias de trabalhadores assalariados com níveis muito reduzidos de trabalho formal (e com baixo nível de utilização de sua capacidade produtiva); e um terceiro grupo de domicílios pobres que tem rendimentos apenas provenientes de

benefícios (transferências governamentais); além disto, poderíamos estender este quadro às populações indígenas, quilombolas e grupos de famílias de trabalhadores itinerantes (força de trabalho temporária) e sem-terra, assim como inúmeros grupos específicos regionais (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013, p. 108-109).

Partindo dessas características, conforme Batista e Neder (2015), a pobreza nos meios rurais guarda especificidades, especialmente relacionadas ao grau de vulnerabilidade das famílias, pois tende a ser mais expressiva, seja em relação ao critério da renda, seja ainda em relação às dificuldades de acesso a serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico, dentre outros. Corroborando com essa posição, a pesquisa realizada por Direito *et al.*, (2015), que confirma que a pobreza rural tem dimensões próprias, como a dificuldade de acesso a serviços públicos básicos, moradias mais precárias, menos anos de estudo e menor capacidade de geração de renda, desemprego e dependência de programas sociais de transferência de renda. Sendo ainda uma pobreza não homogênea, pois existem diferentes condições de vida e enfrentamento de desafios diferenciados em cada realidade.

É fundamental compreender que a interpretação coerente sobre novas ruralidades não pode desconsiderar as marcas que vêm sendo carregadas por meio da reprodução das desigualdades históricas nos meios rurais, tendo como hipótese que as contradições do antigo rural não desapareceram, estando presentes nos níveis de pobreza, saúde, escolaridade, qualidades de vida, demandas pela reforma agrária, além de relações de favorecimento e troca de favores clientelísticos<sup>68</sup> (MOREIRA, 2005a).

Em linhas gerais, as formulações apresentadas neste item procuraram demonstrar que a presença de psicólogas/os em contextos rurais é recente e aconteceu por meio de sua inserção nas políticas sociais, inicialmente por meio do SUS, na década de 1990, e depois com a assistência social, nos anos 2000, e com a interiorização dessas políticas (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011). Fato é que agora presentes nesse novo campo, atravessado pela questão social, psicólogas/os são requisitadas/os a considerar, em seus estudos e práticas, disputas e jogos de forças, e a tomarem uma posição acerca do que consideram como rural e povos rurais. Deve-se ressaltar, conforme discutido até aqui, a necessidade de que as posições tomadas sejam a favor de sentidos de rural e povos rurais para além da dimensão econômica, física, agrícola e precária, pois são insuficientes para pensar as dinâmicas, diversidades e potencialidades envolvidas nesses contextos.

---

<sup>68</sup> Para o autor, as raízes agrárias e autoritárias no Estado brasileiro ainda são fortes. Juntas a um domínio concentrado do território que compõe aspectos que são pouco ressaltados nas análises da fragilidade e insuficiência de nossa democracia, bem como nos elevados níveis de desigualdades sociais contemporâneas (MOREIRA, 2005).



### 3 RURAL E PSICÓLOGAS/OS NO PIAUÍ: sentidos sobre rural e práticas profissionais

O psicólogo na zona rural, ele tem que se mostrar não tão elitizado como vem sendo a função dos psicólogos nas cidades grandes. (P6).

Hoje, no Brasil, psicólogas/os não são mais fundamentalmente profissionais urbanas/os, autônomas/os e acessível somente às classes mais abastadas. A partir de sua inserção no campo das políticas sociais, no século XX e no século XXI, com a sua interiorização, foram convocadas/os para atuarem com rural, tendo contato com novos campos e sujeitos. Nesse encontro, torna-se necessário o reconhecimento da diversidade do rural, pois se entende, antes de tudo, que é por meio dela que se podem definir e aprimorar as políticas públicas (ALBUQUERQUE, 2001; 2002). Assim, o intuito deste capítulo é apresentar os dados construídos ao longo da pesquisa, referentes aos modos como psicólogas/os inseridos na saúde e assistência social percebem rural e atuam em contextos rurais, no sentido de conhecer os percursos dessas/es profissionais nesse campo.

#### 3.1 Psicologia e contextos rurais no Piauí

Inicialmente será apresentado o ambiente social da pesquisa, entendendo que se trata de uma realidade específica, cuja análise não pode ser generalizada. Serão abordadas algumas características do Piauí e sobre os equipamentos de sua rede de serviços básicos do SUS e do SUAS. Registra-se a importância dessas caracterizações, que foram fundamentais para a construção do *locus* empírico da pesquisa.

##### 3.1.1 Políticas sociais e rural no Piauí: o ambiente social da pesquisa

Localizado na região Nordeste do Brasil, o Piauí<sup>69</sup> conta com uma população de 3.118.360 habitantes, distribuídos em 224 municípios. De acordo com os dados oficiais, 34,2% desse contingente populacional faz parte da zona rural (IBGE, 2010). Porém, ao se

---

<sup>69</sup> A formação do território piauiense foi iniciada no final do século XVII e tem como características: a) ausência de proprietários de terras no seu povoamento por conta das precárias condições de vida; b) as comunicações com centros urbanos do litoral eram praticamente inexistentes, assim como o contato entre fazendas era difícil por conta das grandes distâncias entre elas; c) a vida se restringia ao trabalho nas fazendas, com pouca comunicação com o mundo exterior; d) quase ausência de núcleos urbanos nos anos iniciais, e) prática da pecuária como atividade econômica que deu principal suporte. Aprender essas bases históricas permite identificar que as marcas do povoamento do Piauí foram o isolamento, dispersão e população ausente dos núcleos urbanos (ALVES, 2003).

considerar que o Brasil é mais rural do que demonstram esses números (VEIGA, 2007), entende-se que este índice de 34,2% de pessoas que vivem na zona rural, no Piauí, pode ser ainda maior.

O Piauí, juntamente com os Estados de Alagoas, Maranhão e Paraíba, possui os percentuais mais elevados de pobres extremos<sup>70</sup> na população total do país, compondo a parte dominante da pobreza rural do Brasil, com quase 16 milhões dos pobres extremos, especialmente concentrados em municípios de pequeno porte. Em relação a pobres extremos no Brasil, os piores indicadores estão na região Nordeste, relacionados à educação formal (defasagem escolar), trabalho infantil, contribuição previdenciária, desemprego, trabalho precário e subocupação (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013; DEDECCA, 2013).

Deve-se ressaltar que a pobreza é, aqui, considerada como um fenômeno social multidimensional e multideterminado, com várias faces, não sendo suficiente caracterizá-la apenas pelo critério de insuficiência da renda. Incluem-se outras dimensões de privação, como os indicadores de condição de vida e de inserção produtiva (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013). Além disso, destaca-se que a intenção aqui não é fazer uma associação direta entre rural e pobreza, tendo em vista as diversidades do rural assim como suas potencialidades.

A partir dessa caracterização, podemos situar uma importante conclusão que se estende para pensar a realidade do contexto piauiense: apesar de na última década o Brasil ter apresentado importantes avanços em redução de renda, de pobreza e de desigualdade na maior parte de seus municípios, foi um desempenho não homogêneo nas suas diferentes regiões, quando se considera esse desempenho das áreas rurais e urbanas. Conforme indicam Favareto *et al.*, (2014), nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, os desempenhos foram inferiores aos das áreas urbanas e demais regiões do país. Ademais, a desigualdade configura-se como mais resistente do que a pobreza. A dificuldade em reduzi-la relaciona-se com a concentração patrimonial, pois se por um lado as políticas sociais promovem distribuição, por outro, os meios de geração de riquezas e a própria produção material seguem concentrados de maneira relevante. Daí que o fator regional não pode ser desconsiderado na agenda do país (FAVARETO, 2014).

Nessa perspectiva, é fundamental compreender a importância de considerar abordagens e estratégias profissionais que apreendam os contrastes regionais, singularidades, dinâmicas e interações territoriais. Nesse caso, acompanhar o movimento histórico é tarefa

---

<sup>70</sup> A linha de pobreza extrema é de R\$140 mensais *per capita* (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2013).

imprescindível, pois é por meio dele que se torna possível identificar e entender como as relações rural/urbano se expressam em cada realidade e em cada diferente momento.

Conforme aponta Teresina (2007)<sup>71</sup>, o Piauí está dividido em 4 Macrorregiões, 11 Territórios e 28 aglomerados de municípios, como pode ser visualizado na tabela 1 e na figura 1, abaixo. Entende-se que os territórios constituem unidades de planejamento da ação governamental que visam a promover o desenvolvimento sustentável, “a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento” (TERESINA, 2007, p. 1).

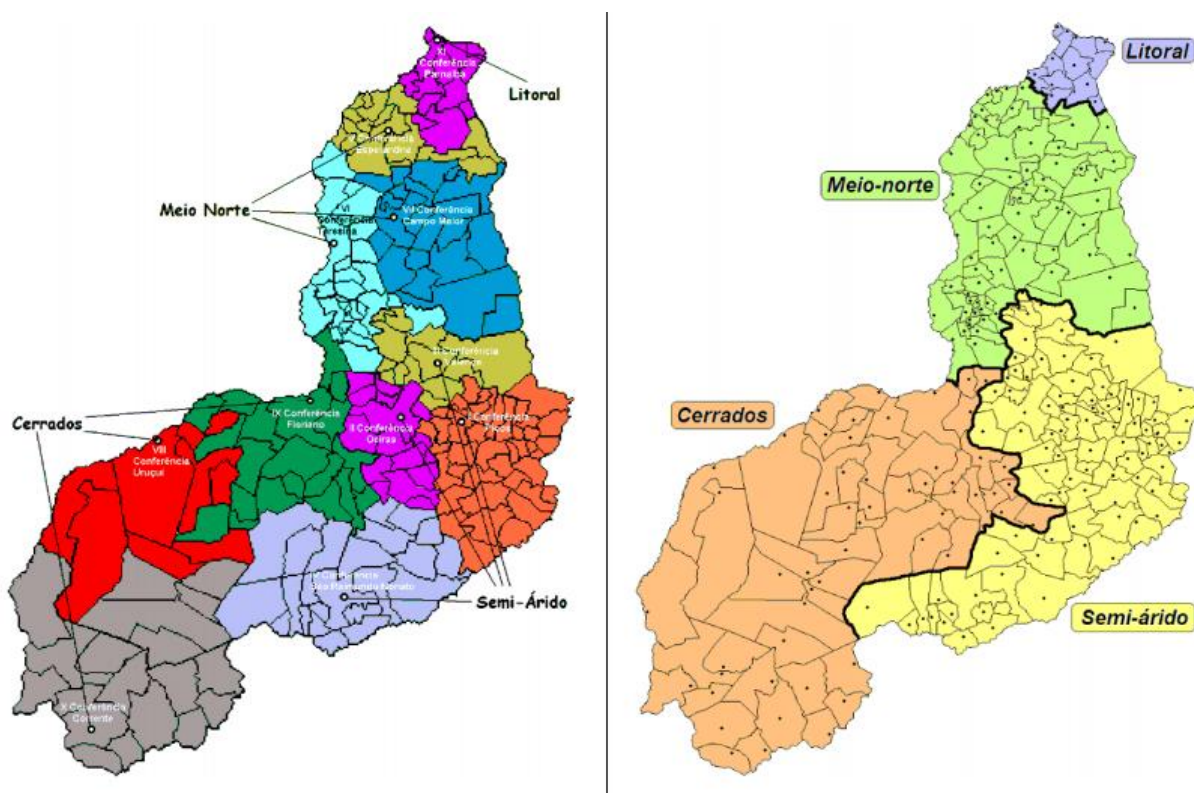
**Tabela 1** - Distribuição dos municípios do Piauí por Macrorregiões e Territórios, Piauí, 2016.

MACRORREGIÃO	TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
LITORAL	Planície litorânea	11
	Cocais	23
MEIO NORTE	Carnaubais	15
	Entre rios	31
SEMIÁRIDO	Vale do Sambito	14
	Vale do rio guaribas	42
	Vale do rio Canindé	14
	Serra da capivara	18
CERRADOS	Vale dos rios Piauí e Itauera	28
	Tabuleiros do alto Parnaíba	5
	E chapada das mangabeiras	23

**Fonte:** Organizada a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE (2010).

<sup>71</sup> Lei Complementar nº 87, de 22/08/2007, instituída no governo de José Wellington Barroso de Araújo Dias.

**Figura 1 - Macrorregião e territórios do Piauí**



Fonte: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/201104/CEPRO06\\_aff9b5f5a6.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201104/CEPRO06_aff9b5f5a6.pdf)>.

Dos 224 municípios, 73,21% contam com população com até 10 mil habitantes e 15,62% com população com 20 mil habitantes. Portanto, a grande maioria dos municípios piauienses possui população de até 20 mil habitantes, o que sinaliza, de acordo com Leite *et al.*, (2013), municípios com estreita relação com meios rurais. Do total de municípios, 142 compõem o Programa Territórios da Cidadania<sup>72</sup> (BRASIL, 2008b), distribuídos em seis Territórios: Carnaubais, Cocais, Entre Rios, Serra da Capivara, Vale do Canindé e Vale do Guaribas.

Em relação aos pequenos municípios no Brasil, é válido destacar a explicação de Belik e Del Grossi (2003), que partindo do Censo Demográfico de 2000, do IBGE, identificaram quase 12 milhões de famílias abaixo da linha da pobreza, sendo que os municípios com até 50 mil habitantes concentram pouco mais de 50% desses pobres. Nesses municípios, 49,6% de famílias encontram-se abaixo da linha da pobreza, enquanto nos municípios com mais de 50 mil habitantes essa taxa é de 29,8%, e nas grandes metrópoles é de 20,1%. De acordo com os

<sup>72</sup> “O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (BRASIL, 2008b, p.1).

dados do último Censo (2010), nos municípios de até 50 mil habitantes, o Rendimento Domiciliar Per Capita (RDPC) médio foi inferior ao valor do salário mínimo nacional em 2010 (R\$510), sendo que entre os municípios das capitais, a tendência histórica de melhores níveis permanece nos estados das regiões Sul e Sudeste (IBGE, 2011). Confirma-se a maior proporção de pobres em municípios menores, de tal modo que não se pode discutir a agenda do desenvolvimento brasileiro, sem considerar essas realidades, que estão situadas fora das metrópoles. Como se percebe, a análise dos indicadores, segundo tamanho dos municípios, é altamente reveladora das diferenças espaciais e socioeconômicas existentes (IBGE, 2011; FAVARETO, 2015a).

Nesse cenário, e considerando os objetivos desta pesquisa, serão apresentados, a seguir, alguns dados referentes à rede de serviços da atenção primária em saúde (NASF) e da proteção social básica da assistência social (CRAS e Equipe Volante), no Piauí, e a distribuição de equipamentos por macrorregião e território que contam com psicólogas/os (Tabela 02).

**Tabela 2** - Distribuição de equipamentos da rede de serviços básicos, divididos por Macrorregiões e Territórios, Piauí, 2015/2016.

MACRORREGIÃO	TERRITÓRIO	REDE DE SERVIÇOS BÁSICOS		
		CRAS	E.V. <sup>a</sup>	NASF
LITORAL	Planície Litorânea	15	0	15
MEIO NORTE	Cocais			
	Carnaubais	100	22	81
SEMIÁRIDO	Entre Rios			
	Vale do Sambito			
	Vale do Rio Guaribas	95	35	88
	Vale do Rio Canindé			
CERRADOS	Serra da Capivara			
	Vale dos Rios Piauí e Itaueira			
	Tabuleiros do Alto	56	42	55
	Parnaíba			
	Chapada das Mangabeiras			
<b>TOTAL</b>		<b>266</b>	<b>99</b>	<b>239</b>

**Fonte:** Organizada a partir dos dados do ano de 2016 no Departamento de Atenção Básica, disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico\\_cobertura\\_sf.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico_cobertura_sf.php)> e dos dados disponibilizados pela Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) do Estado em 2015.

<sup>a</sup> Equipe Volante do CRAS.

Como é possível verificar, destaca-se como a Macrorregião com maior número de equipamentos SUS e SUAS, nos níveis básicos de atenção, a do Semiárido. Apesar disso, a macrorregião delimitada como foco desta investigação foi a Meio-Norte, por ser essa a segunda com maior número de equipamentos e com pequena diferença em relação à primeira, e por possibilitar maior facilidade de acesso quanto ao deslocamento aos municípios na fase do trabalho de campo da pesquisa, considerando a proximidade com a capital, Teresina.

A Macrorregião Meio-Norte é formada pelos territórios de Cocais, Carnaubais e Entre Rios, e conta com 69 municípios. Em termos geográficos, possui vegetação nativa, sendo o cerrado a dominante, com mais de 40%, seguido da caatinga. A atividade agropecuária destaca-se como a mais relevante (BRASIL, 2006d). Nessa macrorregião o território de Cocais integra a região dos cocais ou mata de cocais, em sua maior parte, possuindo variadas espécies de palmeiras (de cocos), como babaçu (*Attalea Speciosa*), carnaúba (*Copernicia prunifera*) e buriti (*Mauritia flexuosa*). Apresenta um PIB de 1.670.174, e média de rendimento familiar mensal de R\$ 238,00. Já o território de Carnaubais caracteriza-se por estar em uma região semiárida, apresentando um PIB de 777.160, com rendimento familiar mensal, em média, de R\$ 256,00. Por sua vez, o território de Entre Rios apresenta um PIB de 13.093.056, com rendimento familiar mensal de R\$ 519,00 (MDA, 2010).

Partindo dessas caracterizações, quanto aos municípios selecionados, foram considerados, inicialmente, dois critérios:

- a) Municípios de pequeno porte com população de até 10 mil habitantes;
- b) Municípios que contêm, simultaneamente, em sua rede de serviços, com equipamentos CRAS, Equipe Volante e NASF.

Para isso, foi realizado um cruzamento de informações disponibilizadas pela/o:

- a) Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) do Piauí;
- b) Censo SUAS (2014);
- c) Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde.

Após um trabalho de integração de todas essas informações, chegamos ao seguinte quadro (tabela 3):

Tabela 3 - Relação dos municípios da macrorregião meio-norte, 2015/ 2016.

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	PORTE	CRAS	E.V.	NASF
COCAIS	Campo Largo do PI	6.803	1	1	0	1
	Joaquim Pires	13.817	1	1	1	1
	Joca Marques	5.100	1	1	0	1
	Madeiro	7.816	1	1	0	1
	Matias Olímpio	10.473	1	2	0	1
	Morro do Chapéu	6.499	1	1	0	1
	N.S. dos Remédios	8.206	1	1	0	1
	Porto	11.897	1	1	0	1
	São João do Arraial	7.336	1	1	0	1
	<b>Brasileira</b>	7.966	1	1	1	1
	<b>São João da Fronteira</b>	5.608	1	1	1	1
	São José do Divino	5.148	1	1	0	1
	Domingos Mourão	4.264	1	1	0	1
	Lagoa do São Fco	6.422	1	1	0	1
	<b>Milton Brandão</b>	6.769	1	1	1	1
	Barras	44.850	2	3	1	3
	Batalha	25.774	2	1	1	2
	Esperantina	37.767	2	1	0	2
	Luzilândia	24.721	2	1	1	2
Piracuruca	27.553	2	2	1	1	
Pedro II	37.496	2	1	1	2	
Piripiri	61.834	3	2	1	4	
CARNAUBAIS	Boa Hora	6.296	1	1	0	1
	Cabeceiras do Piauí	9.928	1	1	0	1
	Boqueirão do Piauí	6.193	1	1	0	1
	Campo Maior	45.177	2	3	0	2
	Capitão de Campos	10.953	1	1	0	1
	Cocal de Telha	4.525	1	1	0	1
	Jatobá do Piauí	4.656	1	1	0	1
	N. Sra. de Nazaré	4.556	1	1	0	1
	Sigfredo Pacheco	9.619	1	1	0	1
	<b>Assunção do Piauí</b>	7.503	1	1	1	1
	<b>Buriti dos Montes</b>	7.974	1	1	1	1
	Castelo do Piauí	18.336	2	2	2	1
	Juazeiro do Piauí	4.757	1	1	0	1
	Novo Santo Antônio	3.260	1	1	0	1
<b>São João da Serra</b>	6.157	1	1	1	1	
São Miguel do Tapuio	18.134	1	2	1	1	
ENTRE RIOS	Alto Longá	13.646	1	1	1	1
	Coivaras	3.811	1	1	0	1
	Lagoa Alegre	8.008	1	1	0	1
	Pau d'Arco do Piauí	3.757	1	1	0	1
	<b>Beneditinos</b>	9.911	1	1	1	1
	Curralinhos	4.183	1	1	0	1
	Demerval Lobão	13.278	1	2	0	1
	Lagoa do Piauí	3.863	1	1	0	1

Miguel Leão	1.253	1	1	0	1
Monsenhor Gil	10.333	1	1	0	1
Agricolândia	5.098	1	1	0	1
Água Branca	16.45	1	1	0	1
Amarante	17.135	1	1	0	1
Angical do PI	6.672	1	1	0	1
Barro Duro	6.607	1	1	0	1
Hugo Napoleão	3.771	1	1	0	1
Jardim do Mulato	4.309	1	1	0	1
Lagoinha do PI	2.656	1	1	0	1
Olho D'água do PI	2.626	1	1	0	0
Palmeirais	13.745	1	1	1	1
Passagem Franca do PI	4.546	1	1	1	0
Regeneração	17.556	1	2	0	1
S. Ant. Milagres	2.059	1	1	0	1
São Gonçalo do PI	4.754	1	1	0	1
São Pedro do PI	13.639	1	1	0	1
Miguel Alves	32.289	2	2	0	1
Altos	38.822	2	2	0	1
José de Freitas	37.085	2	2	1	3
União	42.654	2	2	0	2
Teresina	814.230	4	17	1	3

**Fonte:** Organizada a partir dos dados do ano de 2016 no Departamento de Atenção Básica, disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico\\_cobertura\\_sf.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico_cobertura_sf.php)> e dos dados disponibilizados pela Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) do Estado em 2015.

<sup>a</sup> Equipe Volante do CRAS.

**Nota:** Municípios de Pequeno Porte 1: até 20.000 habitantes; Município de Pequeno Porte 2: de 20.001 até 50.000 habitantes; Município de Médio Porte: de 50.001 até 100.000 habitantes; Município de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes (IBGE, 2010).

A partir do cruzamento seguindo os critérios estabelecidos, chegamos ao seguinte quadro de possibilidades quanto ao *lôcus* empírico:

**Tabela 4 -** Distribuição da rede de serviços e das características dos Territórios da Cidadania. Piauí.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA/NÚMERO DE MUNICÍPIOS	REDE			CARACTERÍSTICAS DOS TERRITÓRIOS		
	CRAS	E.V.	NASF	Comunidades Quilombolas	Agricultoras/es Familiares	Rendimento familiar mensal
Cocais (22)	27	10	31	08	29.413	R\$ 238
Carnaubais (16)	20	06	17	02	14.829	R\$ 256
Entre Rios (30)	52	06	33	01	28.390	R\$ 519

**Fonte:** Territórios da Cidadania, Piauí. Disponível em: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/file-storage/download/PI.pdf?file\\_id=2083992](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/file-storage/download/PI.pdf?file_id=2083992).

Organizada a partir dos dados do ano de 2016 no Departamento de Atenção Básica, disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico\\_cobertura\\_sf.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/historico_cobertura_sf.php)> e dos dados disponibilizados pela Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) do Estado em 2015.



Porém, percebi que seria inviável trabalhar com os três territórios da macrorregião meio-norte (Cocais, Carnaubais e Entre Rios) pensados inicialmente, por conta do maior deslocamento espacial e considerando o tempo para cumprimento dos prazos entre a etapa de campo e o período da qualificação. Isso porque o percurso metodológico foi composto por observação participante, onde tive que inserir-me nos campos de pesquisa e interagir com as/os participantes. Por esses motivos, optei por trabalhar com apenas um território, o dos Cocais, por comportar maior diversidade em termos de maior número de Equipes Volantes do CRAS, comunidades quilombolas e agricultores familiares, possuindo ainda menor rendimento familiar (tabela 4). No tocante aos municípios, definimos: Brasileira, São João da Fronteira e Milton Brandão, por fazerem parte do mesmo aglomerado, o IV.

Ressalta-se que o levantamento e o cruzamento dos dados sobre os municípios, junto ao aporte teórico, foram fundamentais para a escolha do *locus* empírico desta pesquisa, pois ajudaram a criar critérios que pudessem abranger o contato com psicólogas/os que lidam de maneira mais contínua com as ruralidades, entendendo rural de maneira relacional com o urbano (BRASIL, 2008; LEITE *et. al.*, 2013; MACEDO; DIMENSTEIN, 2012; VEIGA, 2007).

### 3.2 Encontros com psicólogas/os: perfil das/os profissionais piauienses que trabalham em contextos rurais

Inicialmente, alguns dados relacionados ao perfil ajudam a melhor compreender a trajetória formativa e profissional das/os entrevistadas/os (Tabela 5).

**Tabela 5** - Perfil das/os psicólogas/os entrevistadas/os

Característica	Especificação	Nº
Sexo	Feminino	05
	Masculino	01
Faixa etária	27-31	02
	32-36	02
	53-57	02
Estado civil	Solteira/o	02
	Casada/o	04
Naturalidade/ Município	Pequeno porte 2	05
	Médio porte	01

**Fonte:** Elaborada pela autora.

A maioria das/os profissionais ouvidas/os é composta por mulheres, confirmando a predominância feminina na profissão, traço marcante do campo da Psicologia (BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010), no qual, dos 232 mil profissionais em exercício, 89% são mulheres (LHULLIER; ROSLINDO, 2013). Outra característica é que a maior parte é composta por profissionais jovens, quatro entre as/os entrevistadas/os encontram-se na faixa etária de 27 a 34 anos; as outras duas possuem mais de 50 anos. São, majoritariamente, casadas/os. E um dado que merece destaque, é que a maioria é nascida em municípios de pequeno porte, no Piauí. São pessoas que saíram de casa para se graduarem em capitais ou em município de grande porte, e que atualmente estão trabalhando em outros municípios pequenos no estado.

Sobre a formação (tabela 6), a maior parte das/os psicólogas/os tem entre cinco a nove anos de formadas/os; seguidas/os daquelas/es com menos de cinco anos, e um único caso que possui 34 anos de graduação. No que se refere à instituição formadora, há um equilíbrio entre aquelas/es que se graduaram em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e nas públicas, apesar de os estudos revelarem maior concentração de agências formadoras privadas na Psicologia, que contribui para maior heterogeneidade dos perfis formativos (DANTAS, 2013). Nesse sentido, apesar de os cursos terem sido concluídos no próprio estado, duas formações foram realizadas em outros estados, sendo que de todas as IES, cinco encontram-se em capitais e uma no interior. Ou seja, o perfil formativo das/os profissionais é diverso (Tabela 6).

**Tabela 6** - Formação das/os psicólogas/os

Característica	Especificação	Nº
IES da graduação	Pública	03
	Privada	03
Tempo de formada/o	02-04	02
	05-07	02
	08-09	01
	34	01
Pós-Graduação	Especialização	04
	Mais de uma especialização	01
	Mestrado	01
	Em andamento	02
Área da Pós-Graduação	Saúde mental	03
	Psicologia clínica	02
	Psiquiatria infantil	01
	Outros	01
Estágio/disciplina Sobre ruralidades	Sim	00
	Não	06

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Ainda em relação à formação, as/os psicólogas/os ouvidas/os responderam que não tiveram estágio ou disciplina relacionada a rural. A maioria possui especialização, sendo três em Saúde Mental e a/o outra/o profissional possui, entre outras especializações, a de Tanatologia, Educação Especial, Trânsito, e Mestrado em Psiquiatria Infantil. Outras duas profissionais estão com especialização em andamento, em Psicologia Clínica. Esse dado difere da pesquisa de Macedo e Dimenstein (2012) com psicólogas/os da área da saúde na capital do Piauí, que encontrou especializações, em sua maioria, na área da Psicologia Hospitalar ou Clínica. No geral, chamam atenção a formação em saúde mental e a ausência de cursos nas áreas da proteção social básica do SUS e do SUAS. E mesmo quando foi referida alguma outra experiência formativa relacionada ao serviço, foi considerada insuficiente: “nas capacitações vou com uma dúvida e volto com duas” (P4).

Partindo dessas reflexões iniciais sobre formação, é válido pontuar, a partir de Rechtman (2015), que a formação em Psicologia relaciona-se diretamente ao projeto da profissão, sendo as questões da formação igualmente questões da profissão. Mas como se pode perceber, psicólogas/os não têm sido contempladas/os com experiências formativas relacionadas a ruralidades em suas graduações, apesar da presença expressiva de profissionais atuando nesses contextos.

Tal fato é precedido, antes de tudo, pelas próprias limitações na formação acadêmica em Psicologia, voltada para as políticas sociais (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011b). No caso do Piauí, apesar das IES pretendem uma formação voltada para as políticas sociais, não contam com coerência na operacionalização das matrizes curriculares. Os cursos não apresentam competência e habilidade relacionadas às políticas. As/os alunas/os preferem as ênfases e estágios voltados para a clínica e, além disso, existe um predomínio de ênfases na saúde e, por outro lado, a inexistência de disciplinas<sup>73</sup> voltadas diretamente para políticas de assistência social (SILVA; YAMAMOTO, 2013).

Demonstra-se, assim, de acordo com Rechtman (2015), “a disputa entre diferentes projetos de psicologia para a realidade brasileira” (p. 74). Sobre projetos profissionais:

[...] toda profissão apresentará um projeto sobre o seu **dever ser**, sua **autoimagem** ou **imagem ideal**, diante de seu significado social e razão de existir socialmente. E tal **dever ser** será informado por um determinado *ethos* que orientará os profissionais. Falamos, portanto, de projetos e éticas profissionais (CARDOSO, 2013, p. 72, grifos da autora).

<sup>73</sup> “Também é importante reconhecer que não se pode avaliar a dimensão que as políticas sociais têm na formação apenas pela quantidade de disciplinas que têm conteúdo voltado para as mesmas no seu ementário, já que o real conteúdo ministrado em sala de aula varia de professor para professor” (SILVA; YAMAMOTO, 2013, p. 836).

Essas considerações apontam para a necessidade de repensar a formação para que seja concretizado um perfil de profissionais que atenda ao novo projeto de Psicologia, que diferente daquele projeto de modernização do Brasil, “assume um papel de compromisso social, de agente transformador da sociedade brasileira, responsável por responder às demandas das populações historicamente excluídas” (RECHTMAN, 2015, p. 75).

No tocante à trajetória profissional (tabela 7), apesar de contar com profissionais com até quatro anos de atuação, a maioria possui trajetória de mais longa duração, com até 34 anos de prática profissional. Em relação ao primeiro emprego, reafirma-se a tendência da primeira inserção ser realizada no campo das políticas sociais (DANTAS, 2013) e, aqui, especialmente na atenção básica do SUS e do SUAS.

**Tabela 7** - Trajetória das/os psicólogas/os

Característica	Especificação	Nº
Tempo de atuação profissional	00-04	02
	05-08	01
	09-12	02
	34	01
Primeiro emprego	NASF	02
	CRAS	02
	CAPS	01
	Estado	01
Experiências anteriores	Sim	03
	Não	03
Serviços anteriores	NASF + CRAS+ ONG	01
	NASF	01
	APAE + Fórum criminal + hospitais psiquiátricos	01

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Ademais, metade das/os profissionais não possuía experiência profissional anterior ao atual serviço. Já a outra metade, possuía experiência; duas profissionais nas políticas sociais, por meio da saúde e da assistência social, e a outra em hospitais psiquiátricos, fórum criminal e APAE. Corroboram com essa importância assumida pelo campo das políticas sociais para a profissão de psicóloga/o (DANTAS, 2013), a trajetória de três profissionais: P4 trabalhou no NASF, no estado do Ceará. No Piauí, foi docente no curso de técnico em enfermagem, ministrando a disciplina de saúde mental; atuou em CRAS e Organização Não Governamental (ONG), foi coordenadora de um CRAS, tendo, posteriormente, trabalhado em uma Equipe Volante do CRAS. Atualmente, trabalha em outra Equipe Volante, em uma ONG e como docente. Por sua vez, P3 atua, no momento, em CRAS e CAPS; e P1 em dois CRAS, ambos em municípios diferentes.

Ressalta-se que todas/os trabalham em municípios diferentes daqueles onde residem, sendo que metade permanece para cumprir a carga horária e a outra metade retorna, ao final do dia, para suas casas. Das que permanecem no município, apenas P4 relatou que não interage com a comunidade, além dos vínculos no trabalho. Esse aspecto é relevante, inclusive, tínhamos referido, com base em Dimenstein e Macedo (2012), a necessidade de conhecer a história do lugar e os aspectos geofísicos, estruturais e sociopolíticos, para realizar um trabalho mais próximo da realidade das comunidades e populações atendidas. Acreditamos que esse processo seja facilitado, quando existe um vínculo ampliado dessas/es psicólogas/os com as pessoas e o território, não apenas no ambiente de trabalho.

Corroborando com a tendência nacional, todas as/os profissionais têm a Psicologia como atividade principal. Sobre esse aspecto, P1 referiu a formação em pedagogia e o trabalho concomitante como psicóloga e técnica em enfermagem; e P5 como psicóloga/o e empresária/o. De acordo com Yamamoto, Oliveira e Costa (2013), do conjunto das 1.331 psicólogas/os entrevistadas/os na última pesquisa do CFP, 74% asseguram que seu vínculo profissional com a Psicologia é principal ou secundário.

A partir desses dados, reforça-se a expansão e ampliação do leque de serviços da Psicologia, bem como dos contextos e segmentos da população beneficiária, advindos com a interiorização da profissão, democratização do atendimento psicológico e do fortalecimento do setor público como principal empregador, no sentido referido por Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010), sendo a atenção básica importante dispositivo, que expande as ações de psicólogas/os nas cidades de médio e pequeno porte do país (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011a).

O Piauí conta com 47,28% das/os profissionais inscritas/os no CRP atuando nas políticas que compõem a seguridade social (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011b), um número que tende a crescer, pois dos primeiros cursos implantados no final da década de 1990, em Teresina, capital do estado (SILVA; YAMAMOTO, 2013), hoje conta com graduações<sup>74</sup> na Universidade Estadual do Piauí, Faculdade Santo Agostinho, Faculdade Integral Diferencial, Faculdade de Ensino Superior do Piauí, Faculdade Mauricio de Nassau e Faculdade Maurício de Nassau Aliança, além de cursos fora da capital, na Universidade Federal do Piauí, Faculdade Maurício de Nassau e Faculdade Regional Brasileira, em Parnaíba, e Faculdade Afonso Mafrense, em São Raimundo Nonato.

---

<sup>74</sup> Informações disponíveis em <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 fev. 2017.

Assim como no estudo de Dantas (2013), verifica-se uma permanência no trabalho nas políticas sociais nas experiências seguintes, apesar de o campo ser pouco atrativo em termos de remuneração e interesse formativo. Ademais, ressaltam-se a precariedade da estrutura física, a falta de condições materiais e a falta de transporte para a realização das visitas, o que também foi relatado e observado. Entre outros comentários, falaram sobre a ausência de sala para a realização dos atendimentos, tendo que lidar com o movimento de outras pessoas na sala no momento da escuta. Em uma das salas para esse tipo de escuta, inclusive, a porta ficava aberta, um lugar pouco arejado, quente e pequeno. Em outra situação, observei que o espaço é pequeno, com poucos materiais de apoio e próximo de uma cozinha, ao lado de um banheiro, inclusive com cômodos separados sem porta.

Sobre o tempo de trabalho, verificou-se, especificamente no caso do CRAS, que das/os cinco profissionais, três estão há dois anos, e as/os outras/os há seis e quatorze anos (tabela 8), diferenciando-se de outros estudos que falam da permanência da maioria como de menos de dois anos (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

**Tabela 8** - Condições de trabalho das/os psicólogas/os

Característica	Especificação	Nº
Tempo de trabalho	0-02	04
	06-14	02
Vínculo empregatício	Concursado	03
	Serviço prestado	03

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Quanto ao vínculo empregatício, metade das/os profissionais possui vínculo de trabalho permanente, por conta de concurso público; a outra metade está vinculada por meio de serviço prestado, sendo uma profissional aprovada por meio de teste seletivo. Tal realidade também se diferenciou de outros estudos, como o de Oliveira *et al.*, (2014), o qual expõe que todas/os possuem vínculo de trabalho temporário; e o de Macedo e Dimenstein (2012), que diz que todas/os as/os psicólogas/os dos CRAS têm vínculo temporário, com contratos de, no máximo, um ano.

Esses dados não permitem uma discussão aprofundada sobre o perfil de psicólogas/os em contextos rurais. No entanto, servem como indicações de que essas/es psicólogas/os apresentam predominância feminina, com primeiras experiências nas políticas sociais em municípios de pequeno porte; concursadas/os, além de contarem com uma formação que ainda não tem acompanhado o movimento de expansão para os contextos rurais, discussão que continua ausente no ambiente acadêmico e formativo.

### 3.3 Inserção de psicólogas/os em contextos rurais: características e problematizações

Desde a minha graduação, já vi professores dizendo: vão-se preparando para a psicologia social, para essas questões de políticas públicas, é... saúde mental, de certa forma. Vocês vão estar entrando no que seria a primeira porta da inserção profissional de vocês. Então se informem, se especializem, se interessem por essa área (P6).

O comentário de P6 reafirma o que viemos discutindo até aqui, que as políticas sociais constituem uma realidade de trabalho indiscutível para a Psicologia, na contemporaneidade. A inserção de psicólogas/os nos níveis básicos de atenção da saúde e da assistência social, porém, tem sido marcada por alguns desafios. Com efeito, têm-se destacado sensações de medo, impotência, estranhamento, frustração, compaixão e ressentimento, pois são realidades de trabalho não discutidas de forma necessária no processo de formação profissional, além do mal-estar gerado por questionamentos sobre insuficiência de suporte teórico, técnico e gerencial, e da precarização das condições de trabalho (MACEDO; DIMENSTEIN, 2012). E quanto à inserção nos contextos rurais, viabilizada por meio de tais políticas, o que é ainda mais recente, que características têm sobressaído, que possam ajudar a problematizar o percurso do exercício da profissão?

Inicialmente, destaca-se que o trabalho de psicólogas/os nas políticas sociais nos municípios pesquisados é motivado por maiores oportunidades de participação no mercado de trabalho. Contribui, para isso, a estabilidade no cargo, quando a contratação dá-se por meio do concurso, e por serem os municípios próximos de suas residências, o que possibilita conciliar mais de um emprego. Ainda, foi mencionada a afinidade com o trabalho com pessoas menos favorecidas socialmente e a identificação com a Psicologia comunitária.

Isso evidencia que é por meio do trabalho nas políticas sociais que tais psicólogas/os têm se inserido em contextos rurais. A inserção nesse campo não se configura, nesses casos, propriamente, como uma escolha, mas se dá por conta da expansão das políticas que, por sua vez, ampliaram a variedade e profissionais nas equipes, sendo psicólogas/os um dessas/es profissionais, que por estarem presentes nas equipes, passam a lidar com povos rurais.

Ao chegarem ao serviço e iniciarem suas práticas profissionais, uma parte das/os psicólogas/os entrevistadas/os reconheceu que se sentia preparada/o para atuar. A experiência inicial, nesses casos, foi referida como “normal” e “fácil”. Entre os motivos relacionados a isso estão a vivência anterior na área das políticas sociais em outros municípios de pequeno porte e o fato de sentir-se “filha da região” que lhe permite conhecer o lugar e as pessoas.

Outro motivo são experiências em comunidades, por meio da disciplina de Psicologia comunitária, como pode ser visto no relato a seguir:

Então eu fui lá em campo mesmo, coloquei os pés em manguezais, então andei de barco com pescador, então, peguei, vi caranguejo, na mão, tive a experiência de uma roda de conversa, e algumas brincadeiras, com a associação de pescadores. Então, a gente teve: Eu aproveitei bastante! Tive essa experiência e brinquei também bastante na hora de a gente estar atuando como psicólogo lá, entendendo a vulnerabilidade da comunidade, tudo! A gente percebe muita coisa quando a gente anda mesmo, rodeia no campo (P6).

No trecho acima, o relato da experiência como acadêmica/o de Psicologia, em uma comunidade de catadores de caranguejo, numa experiência da disciplina de psicologia comunitária. De acordo com P6, essa experiência ajudou de maneira significativa, posteriormente, em seu primeiro contato no atual serviço, inclusive utilizou a seguinte expressão: “Não entrei [no trabalho] no escuro”.

Ressalta-se que dentre as/os profissionais que não referiram dificuldades nessa inserção, encontram-se psicólogas/os da equipe volante do CRAS e do NASF, que são as/os que atuam de maneira ainda mais direcionada com populações que vivem nas zonas definidas como rurais, nos municípios. P4 refere que a inserção foi “extremamente fácil, normal”, pois já teve contato anteriormente com essa realidade, o que a deixou com a sensação de adaptada. Relacionou essa facilidade ao fato de que “na ruralidade são todos parecidos”, sendo a diferença apenas cultural. Quando indagada/o sobre o que é parecido, indica a “baixa escolaridade, o acesso difícil e a falta de informação”, indicando uma visão de rural em termos de homogeneidade, carência, e falta.

Nessas falas, P4, ao considerar que sua inserção foi fácil, foca o olhar no aspecto de rural como lugar de carência, acentuando semelhanças entre lugares rurais. O que chama a atenção é que não se trata de profissional recém-formada/o, e nem é essa sua primeira atuação em políticas sociais e com ruralidades, sendo a sua trajetória profissional marcada por passagens em CRAS, Equipe Volante e NASF. Mesmo tendo referido outras experiências que ajudaram na sua inserção, por outro lado, questiona-se o fato de achá-la normal, até mesmo porque P4, no primeiro contato comigo, falou de maneira expressiva em relação a rural: “Esse é um tema difícil, você não acha?!”.

As falas anteriores de P4 permitem, ainda, outras problematizações, como: a) desafio da materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, no sentido de evitar que se transformem em referentes abstratos, como diz Iamamoto (2008); b) Conforme Iamamoto (2008), não basta, como se percebe a partir da experiência de P4, uma experiência prática. É preciso uma competência crítica, que decifre a constituição dos processos sociais, suas



desigualdades e estratégias de ação para enfrentamento; c) a incorporação da ética, não só profissional, mas em uma perspectiva ontológica na formação de futuras/os psicólogas/os é um componente necessário para o trabalho em contextos rurais. Conforme Cardoso (2013), é preciso formar pessoas para a vida, e não apenas para o exercício profissional, contribuindo tanto para a formação de seres sociais quanto na construção da identidade profissional, que são indissociáveis; d) superar questões do campo moral, por meio de uma atuação pautada na alteridade, com a possibilidade de suspensão da cotidianidade, rompendo com o imediatismo, com a a-criticidade e o espontaneísmo (CARDOSO, 2013).

Outra parte das/os profissionais, por sua vez, considerou que a inserção não foi fácil. Houve relatos de que no início não sabiam o que fazer, sentindo-se, muitas vezes, “perdidas/os”. Tal sensação não foi apenas relacionada à ruralidade, mas, antes de tudo, ao próprio trabalho no campo das políticas públicas. Isso foi referido como sequência de um despreparo relacionado a falhas na formação profissional, ou mesmo por conta das escolhas de caminhos trilhados na graduação.

[...] é como estou dizendo, às vezes lá, até mesmo nos próprios estágios eu sempre buscava a proximidade [lugares próximos], e a [nome do serviço], por ser próxima da minha casa, eu fiz muitos estágios lá, [...] foi por escolha minha, e nem enfim, nos estágios passou na minha cabeça que eu poderia futuramente gerar um, uma falta [...] (P3).

P3 referiu que não teve estágio relacionado a rural, além de ressaltar que seu percurso acadêmico foi marcado por estágios na saúde, principalmente na maternidade. Com isso, as escolhas dos locais de estágios eram pensadas muito mais pela via de fatores que favorecessem algum tipo de vantagem pessoal – como a proximidade de casa – do que pela experimentação social de diferentes contextos.

As/os que referiram dificuldades nessa inserção, citaram ainda a dificuldade de se aproximar das pessoas sem se demonstrar superior a elas, e aí, questiona-se o sentido do achar-se superior sendo uma questão de apenas não demonstrar. Outros aspectos referidos foram a dificuldade de lidar com o fato de as pessoas não quererem dizer que estão sendo acompanhada/o por psicóloga/o, o que é bastante comum em cidades pequenas, onde todos se conhecem. Além disso, citaram a precarização das condições de trabalho, como estrutura física insuficiente, falta de material, poucos recursos, pouca disponibilidade de transporte, questões salariais e falta de capacitações.

Outra dificuldade que define o início da inserção de psicólogas/os nesses municípios é o embate com gestores. Assim que entram no serviço, parecem tentar garantir a concretização de atividades, demonstrando atitudes proativas, como pedir e acompanhar a viabilização de

transporte e materiais para realização de atividades. No entanto, com o tempo isso tende a se enfraquecer. Foi comum ouvir falas como: “se tiver carro eu vou, se não tiver carro eu não corro mais atrás!” P6 citou, por exemplo, que quando ia realizar alguma ação na escola “ficava no pé”, cobrando se já tinham mandado ofício, ligado para escola e conseguido o carro. Mas hoje, não faz mais isso, pois cansou.

Entende-se que uma soma de fatores parece interferir na experiência inicial no trabalho em municípios pequenos e com ruralidades, que vão desde as repercussões acerca do modo de conformação das políticas, da relação com gestoras/es, das experiências profissionais em outros serviços e até dos próprios percursos pessoais realizados em suas formações acadêmicas. Neste caso, percebe-se como a ausência/presença de experiências na graduação com comunidades, por exemplo, influencia nessa inserção:

Então eu aproveitei bastante a experiência na questão de estar observando e atuando na comunidade [...], isso foi por meio de disciplinas ofertadas, e que eu aproveitei ao máximo, já que eu estava escolhendo a área mais da parte da psicologia da parte da clínica, mas eu não deixei de me empenhar na parte da psicologia comunitária, entendeu?! (P6)

É evidente o quanto a experiência profissional com comunidades influencia de maneira produtiva a inserção nas políticas sociais. P6, como referido pela/o própria/o profissional, empenhou-se na disciplina e nas vivências na experiência com “o social”. Vale destacar um aspecto que se sobressaiu em relação às dificuldades sentidas nessa inserção: tais dificuldades não dizem respeito ao trabalho com rural em si, mas às características da “política”, como pode ser exemplificado na fala a seguir:

Eu a princípio, como é uma área de humanas, eu já sabia que eu ia trabalhar com algo assim, né [populações rurais]. E eu gosto muito de ir, de acolher, de conversar, de, de tentar, é... É, ajudar a pessoa ali dentro do seu contexto, quando é algo que é dentro da residência da pessoa. Ou então, gosto muito também de palestras, eu me sinto muito bem em propagar de uma forma mais ampla o trabalho da psicologia, a forma de cuidar, de prevenir a doença e, eu... eu... gosto bastante. Eu: Eu não tive nenhuma dificuldade para enfrentar em questão do trabalho. Agora, temos dificuldades essas da saúde pública. Falta de transporte às vezes (baixa tom de voz), né, dificuldade de apoio (!) para as atividades coletivas, falta de incentivo, e aí a gente tem muitas dificuldades. É: Faltaria também a maior participação dos Agentes Comunitários de Saúde, pra ajudar a gente a divulgar o nosso trabalho, porque a gente não vai de casa em casa, a gente trabalha dentro da demanda que nos trazem (P5).

Esse caso aponta para a necessidade de discutir sobre a precária organização e o parco financiamento das próprias políticas (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Apesar da importância dessas políticas na aproximação de psicólogas/os com os meios rurais, suas diretrizes produzem discursos e sentidos alinhados à qualificação dos serviços, prioritariamente pela ótica do

urbano, como referido no capítulo 1 desta dissertação. Princípios, diretrizes e orientações, apesar da indiscutível importância, ainda não contemplam singularidades da relação rural/urbano na leitura das realidades.

Favareto (2014), por exemplo, fez o seguinte questionamento: “que políticas, para que desenvolvimento rural?”. Para o autor, esse desenvolvimento não significa apenas crescimento da economia, seja agrícola ou do país, mas, sim, que políticas produtivas devem estar combinadas com políticas sociais e de promoção do bem-estar. Nessa relação, coloca-se como principal desafio a criação de formas de mudar o estilo de desenvolvimento, por meio da desconcentração e diversificação da estrutura produtiva nas regiões rurais.

Concordamos com o autor quanto à necessidade de: a) reconhecer a especificidade de rural; b) aproximação entre planejamentos das áreas rurais e urbanas, e planejamento ambiental; c) reconhecimento da diversidade do rural brasileiro e dos diferentes modos de integração às dinâmicas de desenvolvimento do país, reconhecendo suas múltiplas funções, que não apenas a da produção de matérias-primas e alimentos, d) reconhecer que a desigualdade de renda não é a única forma de desigualdade, sendo as desigualdades espaciais, muitas vezes, mais importantes.

Esses são desafios que se colocam aos serviços públicos, que são ainda destinados à cidade (REIS; CABREIRA, 2013). No entanto, é preciso reverter essa situação. Antes de tudo, isso passa pela importância de considerar o processo histórico e social relacionado à democratização da terra, que se dá através de lutas sociais. Como referido, enquanto outros países realizaram uma política de Reforma Agrária, o Brasil mantém sua estrutura fundiária concentrada (LEITE *et. al*, 2013). Para Nakatani, Faleiros e Vargas (2012), por um lado, o Brasil cresceu e desenvolveu-se economicamente, e, por outro lado, permanece com a questão agrária quase inalterada, sem uma efetiva redistribuição de terras em favor das pequenas e médias propriedades.

Por tudo isso, compreende-se, a partir de Vasconcelos (2011), que a inserção de psicólogas/os nos meios rurais requer uma aproximação lenta, gradual e firme. Trata-se do desenvolvimento de novas formas de profissionalidade, e isso é um processo complexo que requer investimento por parte das/os profissionais, mas também da gestão. Apesar da importância de iniciativas individuais por parte de psicólogas/os nesse processo, a exemplo de leituras individuais e proposição de grupos de estudo informais, com colegas, é fundamental que a gestão promova formas coletivas de conhecimento e aprofundamento, estimulando e subsidiando:

- a) Formação de pequenos acervos de livros/textos básicos nas equipes;
- b) Constituição de grupos de leitura/discussão formais ou centros de estudos pelas equipes, incluindo trabalhadores das demais equipes de integração intersetorial no município e/ou municípios vizinhos;
- c) Montagem de sítios, grupos de discussão e *blogs* na *Internet*;
- d) Organização, por gestoras/es estaduais, de uma equipe de supervisoras/es regionais que acompanhem o trabalho e promovam discussões sistemáticas nas equipes municipais;
- e) Estímulo à oferta de cursos de extensão e especialização;
- f) Estímulo e oferta de condições para que os trabalhadores possam fazer cursos;
- g) Realização de seminários e eventos de formação e troca de experiências (VASCONCELOS, 2011).

Para além da gestão, compõem a construção dessas finalidades, no sentido de favorecer o processo de inserção de psicólogas/os nesses serviços, as ações de educação permanente e ações do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Regional de Psicologia (CRP), Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), dentre outros.

Porém, não basta apenas o investimento da gestão, dos conselhos, das associações, das federações e o conhecimento dos textos das políticas e das leis para que as políticas públicas sejam efetivadas. No dia a dia dos serviços são necessários diversos arranjos, negociações e esforços das/os profissionais envolvidos (BRIGAGÃO; NASCIMENTO; SPINK, 2011), o que exige assumir posições politicamente orientadas.

Na pesquisa de campo, pude perceber alguns desses jogos de força. Por exemplo, P6 não concordava com algumas situações, como a escolha de “beneficiárias/os” para o projeto das casas pelo critério de “influência política”. Segundo P6, muitas pessoas que eram escolhidas “não mereciam”, pois não se encaixavam nos “critérios oficiais”. Outras mereciam, mas, mesmo assim, eram deixadas de fora. Com isso, não concordou em participar desse processo de escolha.

P1, por sua vez, citou o caso de próteses, que conseguiu articular para que chegassem às pessoas do município. Pelo fato de a/o assistente social da época não ter conseguido trazer esse material, P1 disse que não aguentou, e se “intrometeu” na história, para tentar viabilizar esse processo. Relatou que foi à prefeitura, mas não obteve sucesso, inclusive, deram-lhe

pouca atenção. Foi então que decidiu falar diretamente com a/o prefeita/o e, no final, acabou conseguindo carro para transportar as próteses para o município. Quando estas chegaram, P1 relatou que as mesmas pessoas da prefeitura que não a/o tinham apoiado nesse processo disseram que iam dar prosseguimento à entrega, momento em que P1 enfatizou que isso foi usado como momento de propaganda política, e que isso era um direito das pessoas.

Os trechos acima expõem formas diversas de inserção e de estratégias utilizadas pelas/os psicólogas/os nos serviços. Alguns buscaram informação com outros profissionais, pesquisas e leituras – de textos referentes às políticas e de materiais deixados por psicólogas/os anteriores – visitas às escolas e reunião com os ACS para se apresentar, além de conversas com outros profissionais do serviço sobre como era o trabalho das/os psicólogas/os anteriores. Isso demonstra fissuras no modo tradicional de inserção e atuação da Psicologia, concentradas no *setting* tradicional e no trabalho individual.

Na fala de P1, que iniciou sua prática profissional no início da implantação do CRAS, vêm à tona outras facetas de experiência inicial, no caso da equipe volante.

Cheguei aqui, ela [a/o secretária/o do CRAS] me falou da população, que nós não tínhamos clientela pra funcionar os serviços, por conta que o povo não aceitava os serviços. Aí, eu saí para a busca ativa, iniciei, fomos, tentamos construir a questão dos grupos, fomos orientar as pessoas sobre os serviços, porque só existia o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [PETI] aqui, então a visão das pessoas era que o PETI era pra ocupar o tempo das crianças, brincando. Então, a orientadora social, a função dela era mais lúdica e não tinha, assim, uma ludicidade de início, meio e objetivo, sabe, concreto, era solta! Então, a gente começou a fechar esse serviço, fechar no, na questão das orientações: qual o objetivo do serviço, o que é que a política é, orienta, e como é. Dar seguimento em conformidade com a política [...] Ruralidade é assim. Quando a gente iniciou aqui, não tínhamos transporte para dar cobertura na zona rural. Mas nós tínhamos a demanda que eles vêm sempre aqui com relação ao Programa Bolsa Família, aí funcionava todos os serviços nesse prédio. CREAS, Conselho Tutelar, CRAS, BF e Secretaria de Ação Social. Então, na hora que você recebe essa demanda que ele vem atrás na realidade é do BF, aí você chama para informação, aí você agenda, já vai com o gestor pedir um transporte, a gente sempre estava dando cobertura. Tem a questão dos questionários anuais do Benefício de Prestação Continuada [BPC], que também ele tem um prazo, bem... E aí, nesse período, arranjava o transporte [...]. A gente está tentando alcançar esse cumprimento de metas para as pessoas (P1).

Ressalta-se, quanto a esse processo de inserção, que não foi referida nenhuma leitura ou troca de experiência com outras/os profissionais, relacionada à ruralidade, especificamente. Em linhas gerais, não foram relatados pelas/os psicólogas/os aspectos teóricos, técnicos e metodológicos relacionados à inserção em contextos rurais e experiências com as pessoas, mesmo sendo um campo novo para a profissão. Isso parece explicar-se pela frágil postura proativa em intervir no território, como será apresentado adiante, mas também pelo próprio fato de psicólogas/os entenderem rural, apenas, como espaço geográfico, como veremos na

seção a seguir. Isso leva à ideia de Paulino (2005, p. 272) de que, “para se entender o que é rural ou o urbano, deve-se estar atento aos sujeitos sociais e não à reificação de um espaço geográfico”.

Em síntese, a realidade da inserção de psicólogas/os em meios rurais, é um cenário desafiador. Nesta direção, referimos o trabalho de Dantas (2013, p. 233), de que “é preciso atentar para as especificidades do território das cidades pequenas e como essas impactam e direcionam a ação dos profissionais”. Estas aproximação e inserção nas cidades pequenas, e em áreas rurais, constituem um novo percurso para a Psicologia e para psicólogas/os, acarretando, certamente, em transformações da identidade profissional. Porém, não diz respeito à perda desta identidade, mas à abertura de novas formas de profissionalidade e possibilidades de reafirmação de projetos existentes, como o do compromisso social e da construção de novos projetos profissionais, coerentes com o olhar sobre a questão social, na busca pela transformação de vida das/os que vivem em contextos rurais.

#### 3.4 Sentidos de rural de psicólogas/os que atuam nas políticas sociais em municípios de pequeno porte no Piauí

Gosto do contato com essa realidade. Sempre busquei trabalhar em cidades pequenas. Interesse-me em trabalhar com pessoas menos favorecidas. Porque é assim que eu vejo a eles. (P4).

Um primeiro ponto a ser discutido, refere-se aos sentidos de rural atribuídos por psicólogas/os preponderantemente como um local físico. De maneira mais detalhada, rural foi associado a aspectos físicos e geográficos, com a utilização de expressões como acesso, localidade, distância, área rural, campo rural, região e povoado. Foi possível identificar que parte das/os profissionais fez uso dessa associação, em vários momentos ao longo do seu discurso, utilizando em diferentes momentos, expressões como “área rural”, “ambiente comum”, “localidade vizinha”, “localidade da cidade”, “campo rural”, “rural *in loco*” e “interior”<sup>75</sup> (P6).

A literatura aponta que rural não diz respeito apenas ao modo particular de utilização do espaço e da vida social (o espaço ecossistêmico), mas também às especificidades (o lugar

---

<sup>75</sup> No Piauí, o termo “interior” é bastante utilizado pelas/os profissionais. É um termo que, historicamente, esteve presente, inicialmente, no imaginário sertão/litoral para referir terras distantes da costa. E foi sendo ressemantizado e, no geral designa municípios que não são sede de capitais, nem grandes cidades. Com isso, diferentemente de outras realidades e usos, quando esse termo é acionado no Piauí, seja na capital, seja nos demais municípios do Estado, é para referir à alteridade em relação a urbano (MORAES, 2005).

onde se vive) e às representações (o lugar de onde se vê e onde se vive). É esse o entendimento que diversas/os autoras/es têm ressaltado em seus estudos, mesmo com enfoques, abordagens e temáticas diferentes. A ruralidade, como a “articulação entre as noções de rural e identidade social”, referindo-se, em geral, às “relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e às relações próprias de interconhecimento dessas relações” (MEJIA; MOREIRA, 2005, p. 93).

Partindo daqueles sentidos iniciais produzidos pelas/os profissionais a respeito de rural como lugar, tentei explorar, nos momentos das entrevistas e conversas informais, outras características associadas a pessoas e relações. A partir de então, cada participante recorreu a outros temas. Assim, além da referência ao aspecto físico, surgiram outros aspectos no relato das/os entrevistadas/os, que ajudaram a qualificar e apresentar os seus sentidos sobre rural no seu trabalho. Entre esses, o aspecto idílico, quando se referiram a rural como tranquilidade, natureza e calma.

A carência foi outra compreensão utilizada para caracterizar rural, a exemplo da frase que consta na epígrafe que abre esta seção. Rural aparece como um lugar de poucas oportunidades, sem informação e distante de coisas relacionadas à modernidade. Em relação a isso, é importante lembrar que na modernidade burguesa, os aspectos de atrasado, tradicional, rústico, carente, dentre outros, constituíram imagens hegemônicas do rural subalterno e oposto ao urbano (MOREIRA, 2005a). Além do mais, a carência também marca a definição das pessoas, vistas como necessitadas/os, vulneráveis e com uma vida difícil, sendo, ainda, definidas como leigas, sem informação, alienadas, a “ferro e fogo”, sem paciência, acomodadas, e que requisitam a resolução rápida dos problemas. Por outro lado, também foram percebidas como acolhedoras, receptivas, e participativas.

Conforme observa Favareto (2006), um dos principais dilemas da própria ação do Estado nas suas tentativas de promover o desenvolvimento rural é a ideia de rural e de ruralidade como secundária, por conta da ênfase no urbano. O significado de residual atribuído a rural e sua associação espontânea à pobreza e ao atraso reduzem as probabilidades de investimentos, tanto científicos e políticos quanto econômicos e culturais, contribuindo para determinar uma situação em que a posição marginal de rural é continuamente reforçada, nos planos simbólico e material.

Vale destacar que nessa referência a rural, os discursos voltaram-se, hegemonicamente, para a realidade de pessoas adultas. Tal entendimento pode estar ancorado na imagem do trabalhador no campo, como pode ser visualizado, por exemplo, nas falas seguintes de P5:

O homem, ele ainda acaba fazendo aqueles serviços, né, de mais, é, mexer com agricultura, com bicho. (P5).

[...] a população do interior, a população que precisa, é, necessitada. Pela situação do lugar aqui que eu trabalho, eu vejo assim, falou rural a gente já remete assim, baixa escolaridade, poucas oportunidades, aquela vida difícil, né, de trabalho duro, mas no pesado mesmo, isolamento, porque até a distância de uma casa para outra é muito grande. (P5).

Nota-se, nas falas, ausência de atenção a povos rurais como seres de cultura, não apenas como população necessitada. Seus corpos expressam sistemas culturais, não apenas ligados às esferas do trabalho e produtivista. Tais entendimentos poderiam contribuir para ampliar o olhar para subjetividades e posições econômicas, sociais, de gênero, de geração, políticas, dentre outras (BOURDIEU, 2006), de maneira que fosse repensada e problematizada essa associação reducionista entre rural e trabalhador do campo.

Apenas em alguns momentos as/os entrevistadas/os recorreram a alguma experiência de rural relacionado às categorias infância, juventude e velhice. Isso remete, por exemplo, à própria insuficiência de políticas públicas voltadas para jovens rurais, contribuindo para certa invisibilidade (ALVES; DAYRELL, 2015; CASTRO, 2010). No caso da Psicologia, a falta de um olhar específico às diversas categorias nos meios rurais remete à própria trajetória da produção psicológica brasileira acerca de rural, centralizada em estudos envolvendo trabalho rural e a organização de trabalhadoras/es, conforme referido no capítulo 2. Mas, antes de tudo, à própria escassez de experimentação social no campo da Psicologia, devido ao distanciamento da profissão, das pessoas que vivem em meios rurais, que marcou durante muito tempo a história da profissão no Brasil.

Entendendo que “presenciamos a reordenação de categorias construindo identidades e disputando espaço enquanto atores sociais” (CASTRO, 2010, p. 61), poderíamos fazer o seguinte questionamento: de que maneira e em que direção psicólogas/os interagem com as populações rurais, na infância, adolescência, fase adulta e velhice? Quais valores e significados a respeito dessas categorias são produzidos e reproduzidos nas suas atividades?

Sobre tais questões, a literatura sociológica diz ser preciso que se tenha um olhar sobre as variadas formas de concepção sobre o espaço, que da mesma maneira sejam sustentadas por variados modos de pertencer e atuar no lugar, pois isso permite tornar mais ampla a dimensão da “diversidade de agentes sociais na localidade”, “configurando a hipótese de que a categoria rural engloba diferentes registros de sociabilidades e de identidades” (PAULINO, 2005, p. 261).

Nesse caminho, é preciso “romper com essa estigmatização sócio-histórica de inferioridade social e política dos setores subalternos no campo brasileiro, em todas as



dimensões da vida” (MOREIRA, 2010, p. 11). Para Silva (2006, p. 15), “muitas vezes, pensamos que essas populações são carentes de assistência, têm limitações, mas é preciso também vê-las como manancial, como fonte de patrimônio cultural, fonte de valores (...)”.

Surgiram, ainda, no relato das/os psicólogas/os, compreensões acerca da sociabilidade nos contextos rurais. De acordo com elas/es, as marcas dessa sociabilidade expressam-se no acolhimento, no forte vínculo entre as pessoas, nas relações de ajuda e reciprocidade e nos fortes vínculos de vizinhança. Apenas P4 considera que na “cultura do interior” não existe muita afetividade, ligamento, apego, indicando uma limitação anterior, que refere-se ao próprio sentido de afeto, que ao invés de ser encarado como disposição de alguém por alguma coisa de forma positiva ou negativa, foi reduzido apenas à sua forma positiva. Quando a isso, referiu, por exemplo, sua admiração sobre um pai ter falado com naturalidade que agredia seus sete filhos, e todos saíram de casa antes mesmo de completarem os dezoito anos de idade. Sobre essa situação, concordamos com Narvaz e Koller (2006), quando referem a vigência do patriarcado como discurso ainda normativo na atualidade, apesar das conquistas sociais e dos dispositivos legais. Permanece a normatização das relações familiares, exercida mais do que pelo poder do pai, mas dos homens, ou do masculino.

Outros aspectos culturais e comportamentais conformam os sentidos de rural produzidos pelas/os psicólogas/os. Falaram a respeito de influências negativas trazidas por jovens, quando voltam do trabalho fora do estado. A partir de experiências no “trecho”, entram em contato, por exemplo, com drogas, bebidas, crimes e prostituição. Isso remete à ideia de Medeiros (2005) de que as transformações delineadas pelo modo de produção capitalista atingiram não só as grandes e médias cidades, mas também as pequenas. Tal realidade remete à questão social, que diz respeito ao conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos, que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista (CERQUEIRA FILHO, 1982), uma questão social, apenas, que se expressa na relação rural/urbano.

Outros elementos trazidos acerca da “cultura” dizem respeito ao entendimento de que a “cultura do lugar” influencia na forma como as pessoas agem. Exemplos citados são que algumas preferem permanecer em uma situação desfavorável, por “questão política” ou por terem medo de serem enganadas/os. O consentimento sobre o abuso de filhas, por padrastos, também foi colocado como “algo cultural”, assim como o ser lavrador/a, acomodada/o, tímida/o, reproduzindo comportamentos em que foram educadas/os com base na falta de informação e punição.

Outra característica percebida como cultural foi o relevante número de jovens, principalmente mulheres, que casam cedo. Isso parece explicar-se pela falta de alternativas e projetos, vendo no casamento uma alternativa mais viável. Porém, não dá para tomar essa realidade como hegemônica, compondo apenas um traço em meio a outras possibilidades, quando se pensa nesse aspecto da sociabilidade de jovens que vivem em meios rurais. Como a literatura demonstra:

[...] novos valores, representações e projetos de vida surgem como antípodas daqueles da geração precedente, como o pluralismo político, ideológico e cultural, ao mesmo tempo em que uma procura de autonomia financeira, independência da tutela dos pais e autenticidade na definição de si mesmo [...] pensar a categoria juventude, na sua maior diversidade possível, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade etc., visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude (STROPASOLAS, 2014, p. 195).

Torna-se necessário reconhecer a complexidade das juventudes no campo. É preciso conhecer os processos de socialização das/os jovens para romper com definições de caráter substancialista, ou mesmo definições ancoradas a partir de uma ótica urbana, sendo a categoria juventude uma construção social em disputa de sentidos (WEISHEIMER, 2013). E entende-se que também as demais categorias, infância, adolescência, fase adulta e velhice.

Partindo dessa constatação, estendemos nosso olhar para um aspecto importante. Ao referirem uma visão restrita de rural, prioritariamente como um local físico, sem relação com o urbano e habitado por pessoas carentes, psicólogos/os deixam escapar processos e elementos importantes para a composição de suas lentes analíticas e ferramentas de trabalho na atuação nessas realidades. Conforme referido no capítulo 2 desta dissertação, existe uma abrangência, diversidade e heterogeneidade quando se trata de povos tradicionais, o que requer esforço para compreensão de suas características, perpassadas por desde aspectos comuns a situações mais particulares. Cabe a psicólogos/os a ampliação do olhar para as formas peculiares de modos de vida e cultura desses povos (BRANDÃO, 200-). Ademais, é preciso aproximar-se do seu sistema de representações, imaginário, símbolos, e religiosidade, entendendo a cultura na perspectiva da mudança social, perpassada por permanências, mudanças e conflitos (DIEGUES, 2000).

Porém, como foi possível identificar, as vozes dessas/es profissionais sobre cultura restringem-se a um entendimento comportamental e relacionado à reprodução. Mas, como referido, cultura diz respeito a encontros e críticas, e a tradições construídas e reconstruídas, distantes das ideias de isolamento, independência e imobilidade. Trata-se de apreender o

movimento de fronteiras e lacunas que estão voltadas para a abertura às novas culturas, à reconfiguração de elementos existentes e à produção de características híbridas, singulares (BURKE, 2003), no sentido de alcançar a grande diversidade cultural e modos de vida de povos rurais.

A dimensão do trabalho foi outro aspecto trazido pelas/os profissionais. Os sentidos associados ao trabalho dizem respeito a algo “duro”, “pesado” e com pouca especialização, em referência às atividades de agricultura e criação de animais. De um modo geral, foi mencionado o número relevante de homens jovens que trabalham fora do estado, na construção civil, o trabalho na prefeitura, e de mulheres como donas de casa. A falta de emprego também foi ressaltada. Assim como encontrado por Medeiros (2005, p. 60), nesses pequenos municípios, a “economia sem produção”, relacionada às aposentadorias e aos diversos tipos de transferências do Governo Federal, financia parte do dinamismo observado no comércio local, nos serviços e na vida cultural.

Outra característica que compõe os sentidos de rural pelas/os psicólogas/os, diz respeito à educação. Consideram que existe baixa escolaridade e muitas/os analfabetas/os. Ainda sobre esse aspecto, referem aquelas/es que têm oportunidade e recursos para estudarem fora e saem da localidade, enquanto outras/os não têm oportunidade e permanecem trabalhando.

Além disso, quando se referiram a rural, seus repertórios trouxeram associações a algumas demandas, especialmente relacionadas à saúde mental. De antemão destaca-se que tais demandas não dizem respeito apenas às realidades rurais, mas também às urbanas. De acordo com P5, são especialmente casos de ansiedade e depressão, advindos, prioritariamente, de situações que envolvem fofocas e julgamentos, que entende, são comuns em municípios pequenos. As situações que envolvem “o psicológico e o emocional” são as mais comuns, vivenciadas por P5 nas visitas domiciliares que realiza. Cita como exemplo um caso de hipertensão relacionado a conflitos familiares, envolvendo a briga de filhos por posse de terra. Além da saúde mental; outras demandas relatadas quando se referiram a rural foram casos de prostituição, uso de álcool e outras drogas, *bullying*, dificuldades na relação entre pais e filhos, jovens casando cedo, adolescentes e idosas/os ociosas/os, e situações de idosas/os mal cuidados.

Esse conjunto de compreensões a respeito de rural demonstra o quanto psicólogas/os têm produzido sentidos associados à dicotomia rural/urbano, em que o rural é separado do urbano e sinônimo de atrasado, carente e vulnerável. Isso fica ainda mais evidente nos seguintes relatos sobre rural e povos rurais: “pessoas distantes da civilização” (P4), “o

psicólogo na zona rural tem que se mostrar não tão elitizado como o da zona urbana” (P6), “rural é algo que não está relacionado com a cidade” (P3), “você está considerando rural a cidade também? Eu não! Os povoados compõem zona rural, a cidade não” (P2).

Os trechos acima expõem a clara separação entre rural e urbano. Mas como destaca Moraes e Vilela (2013), “rural” diz respeito a uma categoria do pensamento e que vem enfrentando mudanças em diferentes esferas – socioeconômica, demográfica, cultural – que tem levado à compreensão da relação entre campo e cidade como construções simbólicas que ultrapassam características paisagísticas, formas de uso dos bens naturais e base físico-espacial, compreendendo uma forma de percepção e representações, cultural e identitária.

Aprofundando sobre a dimensão relacional entre rural e urbano, para que se compreendam as dinâmicas processadas nos espaços rurais, Moreira (2010) enfatiza a dimensão política:

As dinâmicas e os processos urbano-rurais fazem migrar para as dimensões rurais da brasilidade as tensões políticas locais e globais da contemporaneidade. A palavra rural, usada como substantivo ou adjetivo, significa múltiplas dimensões pelas quais as relações e processos cidade-campo na atualidade de nossas vivências mundializadas ganham sentidos e significações nos espaços rurais (p. 7).

O trecho acima expõe que não existe uma mera atração entre rural e urbano. De outra maneira, processam-se “complexas relações sociais contemporâneas” que “apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo, assim, com a concepção essencialista de um ser rural que se opõe ao ser urbano” (MOREIRA, 2005a, p. 21). Essas relações são tão marcantes na contemporaneidade que foram identificadas nos enunciados de certas/os profissionais que, em seu processo de produção de sentido, por vezes referiram-se à sede do município como rural, ou mesmo associaram a realidade da sede à mesma realidade de zonas rurais. Porém, isso não constitui sua visão acerca de rural, pois foram apresentadas de maneira isolada ou mesmo captadas em ambiguidades nos discursos.

[...] aqui particularmente em [município] eu sou responsável pela sede, e não tenho muito... Se bem que a nível de [município] não se diferencia muito rural de sede. Já no meu outro serviço, que eu trabalhava no NASF, eu cheguei a ter contato com o ruralzão propriamente dito. (P3).

Nesse caso, é possível verificar que para P3 o sentido de rural refere prioritariamente à classificação entre zona urbana e zona rural, que apesar de necessária, é insuficiente, como pudemos observar no capítulo 2 desta dissertação, pois não abarca as relações rural/urbano. Verifica-se que apesar de certo movimento, em seu discurso, na direção de relacionar rural e

urbano, os sentidos atribuídos a rural foram prioritariamente como um local físico, e oposto à cidade. Além disso, diferencia rural de “ruralzão”, dando a entender que, fisicamente, existe uma gradação de rural.

Mas o que pude observar em campo é inverso a essa ideia de estabilidade e separação entre rural e urbano. Isso ficou mais evidente com a observação de que as pessoas dos três municípios, tanto das sedes quanto das zonas rurais, direcionam-se constantemente para cidades vizinhas, muitas delas, sedes de municípios dos quais os três referidos foram desmembrados, levando e trazendo consigo representações e culturas. É até possível considerar essas cidades vizinhas como suas extensões, por recorrerem constantemente, sendo ligadas por “fronteiras móveis”, como diria Carneiro (2008). Inclusive ouvi de uma moradora da sede de um dos municípios que quando as pessoas se deslocam para a cidade vizinha, costumam dizer que estão “indo para a rua”.

De fato, as regiões rurais dependem das regiões urbanas para acessarem serviços e equipamentos sociais de maior complexidade, por conta de seus mercados dinâmicos ou pela concentração de inovações. Isso tudo conforma uma “conectividade física e virtual” entre esses espaços, na conformação de uma “trama territorial” (FAVERETO *et al.*, 2015, p. 21). Nesse sentido, ruralidades podem ser vistas como representações (CARNEIRO, 2008; MORAES; VILELA, 2013) pelas quais as pessoas dialogam, interagem e participam em diferentes espaços.

Não é necessariamente só com o deslocamento ao que profissionais denominam de interior, que ocorrerá a intervenção no rural, como expressa o relato de P3 acima. A ideia é de que essa intervenção considere a multiterritorialidade, que é a vivência concomitante de diversos territórios, os quais envolvem as dimensões material, simbólica e política, tanto em termos de dominação como de apropriação, de maneira que “ou se trabalha com a multiplicidade de nossas territorializações, ou não se alcançará a transformação que desejamos” (HAESBAERT, 2007, p. 42-43).

Por tudo isso, com base em Spink e Medrado (2013), entendemos que no esforço de produzirem sentidos sobre rural, psicólogas/os trouxeram diferentes vozes, que informam, sobretudo, sobre um rural geográfico e carente. Esses sentidos, ao terem sido expressos, demonstram ações às quais produziram um jogo de posicionamentos com a pesquisadora. Desta maneira, junto com os sentidos atribuídos a rural, demonstramos posicionamentos de psicólogas/os sobre o sistema de linguagem e de enunciações preexistente (SPINK; MEDRADO, 2013), e que não podem ser dissociados de suas práticas profissionais

cotidianas. Resumidamente, o quadro 3 traz alguns sentidos de rural apresentados pelas/os psicólogas/os.

**Quadro 3 - Sentidos de rural apresentados por psicólogas/os**

SENTIDOS	CATEGORIAS	
<b>Físico</b>	Localidade, localidades distantes, área rural, campo rural, localidade da cidade, rural <i>in loco</i> , dificuldade de acesso, região, povoado, “ruralidade, mesmo, no interior”.	
<b>Idílico</b>	Tranquilidade, natureza, rústico, contato com a natureza, calma, menos estresse.	
<b>Carência/Falta</b>	Carência em todos os aspectos, poucas oportunidades, falta de informação, distante de coisas relacionadas à modernidade, população necessitada.	
<b>Sociabilidades</b>	“Não têm muita afetividade, ligamento e apego”.	Acolhimento, contato maior com as pessoas, “se ajudam muito”, forte relação de vizinhança, interação maior, reciprocidade maior, participativas/os, gostam de interagir.
<b>Pessoas (atributos)</b>	Leigas/os, sem informação, ignorantes, alienadas/os, a “ferro e fogo”, “muito cheias de direitos e nada de dever”, carentes de alguém para conversar, carentes de afeto, vulneráveis, não têm paciência, querem as coisas resolvidas de maneira rápida, acomodadas/os, querem exigir direitos.	Acolhedoras, receptivas, participativas, “prestam atenção”, têm cuidado.
<b>Comportamentos/Cultura</b>	Preferem ficar numa condição ruim apenas por questão política, consentimento das mães sobre abuso das filhas por padrasto, têm medo de serem “enroladas/os”, cultura de pessoas acomodadas e que têm dificuldade para falar de si, repetem o comportamento em que foram educados, como a falta de diálogo, cultura de punir e timidez.	

**Fonte:** Elaborado pela autora.

E nesse percurso profissional, em que psicólogas/os compreendem rural como um espaço físico, composto por pessoas carentes que reproduzem elementos culturais, como tem se dado as atuações? É sobre isso que falaremos a seguir.

### 3.5 Atuação de psicólogas/os em contextos rurais

É... até é gratificante ir pra zona rural! Lá, a gente vê que é mais aceitável né? O povo... É... presta mais atenção. Na cidade já tem um pouco mais de resistência. (P3).

De um modo geral, um primeiro ponto identificado a respeito das atuações de psicólogas/os em contextos rurais, é que elas se realizam por meio de ações nos próprios serviços, fora dos serviços e por meio de encaminhamentos. Na primeira situação, são realizados atendimentos individuais e em grupo (gestantes e mulheres) no caso do NASF e no CRAS; também com atendimentos individuais e nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com crianças, adolescentes e idosos, além de atendimentos com as famílias, relacionados ao Bolsa Família, com o acompanhamento das condicionalidades.

Já fora do serviço, são realizadas palestras e reuniões com estudantes (crianças e jovens), famílias e professoras/es nas escolas, além de visitas domiciliares, no caso do NASF. Já no CRAS, além dessas atividades, foi relatada a realização de reuniões com Agentes Comunitários de Saúde (ACS), busca ativa<sup>76</sup>, e houve um relato de participação em reuniões com assentadas/os e associação de moradoras/es. Sobressaem-se a realização de ações nas escolas, pois consideram que é mais viável, ao contar com um público já formado, onde são abordadas temas como *bullying*, drogas, sexualidade e problemas de comportamento, dentre outros, escolhidos, em geral, pelas/os diretoras/es das escolas.

É importante ressaltar, no caso da busca ativa, que dentre as várias estratégias definidas no sentido de permitir conhecer o território e as famílias, como por exemplo, o deslocamento da equipe para conhecimento do território, identificação de potencialidades, aproximação com atores sociais locais, apreensão de informações e dados provenientes de outros serviços, a ênfase na fala das/os profissionais direcionou-se apenas para a realização de visitas no sentido de verificar o descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2009a).

---

<sup>76</sup> Importante ferramenta na área da proteção social, ao disponibilizar informações sobre o território, por meio da identificação de vulnerabilidades e potencialidades. Essas informações são fundamentais para o planejamento.

Ademais, assim como encontrado por Oliveira *et al.* (2014), a respeito da atuação de psicólogos/os no CRAS, foi possível identificar carência no desenvolvimento do acompanhamento familiar, não existindo um plano de ação estruturado e sistemático. No caso das zonas rurais, foi possível observar que essa dificuldade é ainda maior, sendo as visitas menos frequentes e planejadas, muitas vezes desmarcadas ou realizadas de modo repentino, quando surge meio de transporte.

É importante lembrar que o acompanhamento de famílias na zona rural é requisito da equipe volante, assim como da equipe de referência, porém, por ser um trabalho que requisita deslocar-se muitas vezes para localidades distantes da sede, exige uma postura diferenciada das políticas e de gestoras/es, no sentido de oferecerem condições para essa prática. Entre essas condições, o meio de locomoção é um dos principais aspectos, mas como pode ser percebido, ele não é tido como prioridade. Além disso, outras dificuldades foram apreendidas, relacionadas a assuntos administrativos e estruturais, como, por exemplo, o desconhecimento da gestão sobre objetivos do serviço e a falta de espaço, equipamentos e instrumentos. “Um profissional desse que trabalha nas localidades como CRAS volante, ele não pode se dizer que é aquele profissional que tá com o aparato para o trabalho, não está! A gente tem mil e uma carências” (P1).

Sobre a terceira situação, os encaminhamentos são realizados, prioritariamente, para o CAPS e para a APAE. De acordo com as/os psicólogas/os, têm existido dificuldades nestes encaminhamentos, pois os serviços encontram-se em outros municípios e, além disso, esses têm restringido a recepção de demandas. No caso das populações que vivem mais afastadas, em zonas rurais, essa se constitui em uma barreira ainda maior. Muitas vezes são famílias que não têm transporte e condições financeiras para ir até a sede resolver questões com a equipe e, ao mesmo tempo, como foi possível observar, existe uma limitação das próprias equipes em realizarem acompanhamento sistemático em situações de encaminhamento. Como referido por P6, muitas vezes só sabe se ele ocorreu ou não, caso a pessoa volte ao serviço para informar.

Cumprir frisar que regiões rurais, tradicionalmente são lugares com pouca atuação governamental relativa à promoção da saúde e assistência social. Embora exista um sistema de saúde universal e público, um dos grandes desafios é fazer com que suas ações se concretizem em todo o território nacional, em lugares de difícil acesso, onde as condições de infraestrutura (estradas, transporte, postos de saúde) impedem a oferta qualificada de serviços (SILVA; DIMENSTEIN; LEITE, 2013).



Isso ajuda a entender o desafio relativo à limitação do trabalho intersetorial e em rede nas zonas rurais, mas também nas sedes dos municípios, apesar de serem referidas algumas práticas conjuntas com Conselhos Tutelares e Escolas. Isso fica evidente no desconhecimento de P2 sobre a presença do NASF no município, inclusive, indagando sobre o fato a uma colega de trabalho, que disse ter conhecimento, embora não soubesse como funciona a rotina do serviço. Esse relato demonstra fragilidades de comunicação na equipe, o que interfere nas relações interinstitucionais.

Ainda sobre esse aspecto, P1 diz: “olha vou ser bem sincera/o contigo, aqui não funciona como deve ser, a rede”. Com a implantação do NASF, recentemente, apesar de uma melhora relativa no que tange à diminuição de demandas; por outro lado, não existe, entre os serviços, uma articulação e organização. Para P1, apesar da importância da descentralização expressa pelas políticas, na realidade de cidades pequenas isso se dá de maneira diferente, inclusive, sendo difícil de acontecer. De acordo com essa/e profissional, essa situação é até contraditória, pois sendo um município pequeno, onde todos se conhecem, tal articulação era para ser mais fácil.

O que chama atenção neste dado sobre a carência do trabalho com abordagem territorial e articulação intersetorial é que existe uma forte ideia de espacialidade relacionada a rural, o que desafia a compreensão de rural em termos territoriais. Mas o que se observa – e isso não diz respeito apenas à Psicologia – é que na própria formulação de políticas e na mobilização de atores, ainda existe uma forte orientação pela abordagem setorial, e não territorial, de tal modo que o discurso sobre desenvolvimento territorial no âmbito acadêmico e governamental é ainda “por adição” de novos temas (FAVERETO, 2006).

Daí a importância dos direcionamentos apontados anteriormente por Dimenstein e Macedo (2012) no que diz respeito a uma atuação apropriada de psicólogas/os na atenção primária, no sentido de observarem o contexto e o território da área de abrangência da unidade de saúde e considerar a história do lugar e os aspectos geofísicos, estruturais (em termos da rede) e sociopolíticos (em termos de grupos organizados), por meio de uma análise local e situacional, realizada conjuntamente entre profissionais do serviço e a comunidade.

A implicação dessa falta de articulação intersetorial e ações territoriais desmembra-se em ações que apresentam caráter pontual e com frágil sistematicidade, ocorrendo em virtude das demandas de casos específicos, não se estruturando com base no cotidiano e no território (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010; CREPOP, 2007). Essa frágil postura proativa em intervir no território é percebida como uma dificuldade no desenvolvimento da prática de psicólogas/os, por Oliveira *et al.* (2014).

Tais considerações demonstram aproximações e distanciamentos relativos à visão de território pelas políticas sociais e a política de desenvolvimento territorial. Apesar de ambas estarem voltadas para a ampliação das ações profissionais para diversos lugares, no sentido de chegarem às diversas populações para o enfrentamento da pobreza e desigualdades, por meio de práticas intersetoriais que considerem a singularidade regional; por outro lado, tais políticas contam com critérios diferenciados. Enquanto a política de desenvolvimento territorial valoriza as relações do meio rural com a cidade (FUINI, 2011), as políticas sociais fazem uso, prioritariamente, dos critérios do IBGE, que separam zona urbana e zona rural. Como apresentado nesta dissertação, o Brasil é mais rural do que demonstram os dados oficiais (VEIGA, 2007).

Posto isso, ressalta-se a Política Territórios da Cidadania (PTC), antes referida, mas que apesar de sua importância, não foi mencionada pelas/os profissionais, apesar de os três municípios fazerem parte de um desses territórios, o território dos cocais. Assim, tanto o CRAS, Equipe Volante quanto NASF são serviços de base territorial, que precisam lidar com uma realidade multideterminada, processual e complexa (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010); considerando, no caso das ruralidades, a profunda desigualdade de seu desenvolvimento, que gera situações rurais extremadas (VEIGA, 2007). Por isso, o trabalho das/os profissionais, tendo por base esta Política, seria fortalecido, no sentido de que poderiam acompanhar e articular as dimensões econômica e ambiental, além da identidade e coesão social, cultural e geográfica, construindo práticas mais coerentes com as realidades das populações envolvidas.

Mas outros aspectos também marcam as práticas dessas/es profissionais. Convém ressaltar, quanto a isso, que quase todas/os psicólogas/os referiram a necessidade de adequação da linguagem no atendimento às pessoas, como pode ser observado na fala a seguir:

[...] eu vou falando mastigando de uma forma que ele entenda, que ele bote aquilo dentro da realidade dele, né. Pra que ele consiga assimilar e entender a mensagem, a informação. Então, até isso, tem que mudar a forma de linguagem, de falar, para que eles tenham um melhor entendimento, levando em consideração que, por exemplo, a gente vai fazer uma atividade dessas no interior, a maioria tem baixa escolaridade, muitos são analfabetos, então você tem que falar mesmo um portuguesinho bem claro mesmo, uma coisa bem acessível. De fácil linguagem (P5).

Nesse caso, a/o profissional demonstra a sensibilidade em adequar sua maneira de falar à realidade das/os que estão lhe ouvindo, para que possam compreender. No entanto, também se articula, nessa análise, hierarquizações na linguagem, com o entendimento da linguagem da população rural como precária e insuficiente e, por isso, precisam “mastigar”. Tal postura aproxima-se da infantilização, quando as diferenças de linguagem poderiam ser

compreendidas como atravessadas por diferentes símbolos e características, sem estabelecimento de hierarquias.

Outro aspecto encontrado quanto às práticas com ruralidade diz respeito à dificuldade referida em lidar com questões de política partidária, presentes nas falas de psicólogas/os que atuam na equipe volante do CRAS e citadas pela maioria das/os profissionais. Em vários momentos, P4 repetiu que considera muito difícil seu trabalho no município, sendo a experiência profissional mais difícil, por conta desta “questão política”. Chegou a dizer, inclusive, que espera que depois das eleições municipais de 2016 essa situação melhore, mas enfatiza: “o trabalho aqui é bem difícil!”. P6, nesse sentido, referiu que seu incômodo com a política local refere-se a ter que ficar “rebolando” de um lado para outro, pois, caso deixe de realizar algum atendimento com a pessoa, essa irá reclamar que isso se dá porque “não é do lado do prefeito”. Sobre essa questão, disse ainda que a demanda de serviço está sendo maior para a equipe volante, por conta do período eleitoral e do projeto de casas<sup>77</sup>.

Sobre esses casos, a literatura aponta (em relação a habitantes da zona rural) que “o voto, a submissão e a obrigação dos favores são as mercadorias que eles possuem para manterem-se vivos” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 40). Para que se livrem da dependência econômica e cultural em que vivem, é preciso romper com o ciclo vicioso da dependência pela pobreza, “e nós, psicólogas/os não podemos dar as costas para esta realidade” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 40).

Partindo desses relatos e diante do que indicamos a respeito do compromisso social da Psicologia, algumas linhas de aprofundamento nessa análise merecem atenção, como: invisibilidade da Psicologia frente às expressões da questão social no campo das ruralidades; negação do direito básico de cidadania, muitas vezes expressa no tratamento e oportunidades desiguais em relação aos que vivem em cidades maiores; falta de um olhar sobre quem vive em meios rurais, como atores políticos, com direito de cidadania, de influenciar e participar de decisões que afetam diretamente seu cotidiano e seu futuro, e o não reconhecimento de direitos culturais.

Soma-se a esta dificuldade em relação à política partidária, a dificuldade em relação à desmistificação do papel profissional de psicólogas/os, que é associado à loucura. Houve relatos de que existe um desconhecimento da população sobre a profissão: “o psicólogo faz isso, isso, isso... eles não sabem. Se isso existe em cidade pequena, imagina no interior!?”

---

<sup>77</sup> Refere-se ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado pelo Governo Federal. Este Programa tem por objetivo facilitar a aquisição de casa própria por famílias de baixa renda. Informação disponível em: <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/sobre-o-programa.html>.

(P4). No seu entendimento, a função não se restringe à psicoterapia. P6 destacou a importância de que compreendam a profissão como séria, pois é regida por uma ética e orientações.

A dificuldade que a gente tem, é de desmistificar o papel, principalmente porque a gente não tem o psicólogo no NASF. Aí, porque fica muito complicado, porque tem dois psicólogos no município e não vamos atender nessa questão acompanhando com medicação, com efeitos colaterais, com o médico, fazendo visita? Então fica complicada essa parte. (P6).

Nesse trecho, chamam a atenção duas questões. A primeira referente à dificuldade em conseguir ampliar, para a população, as funções de psicólogas/os, por conta da falta de profissionais que tenham atuação na Psicologia com finalidades diferentes, como no NASF. A segunda, diz respeito à sobrecarga de trabalho, tendo as/os psicólogas/os que se responsabilizarem com casos que extrapolam a sua função. Foi observado na pesquisa que psicólogas/os têm elaborado laudos relativos à adoção, realizado atendimentos com crianças com dificuldade de aprendizagem, encaminhadas pela escola, e acompanhamento clínico de casos que envolvem sofrimento psíquico, dentre outros.

Albuquerque (2002, p. 39) já havia afirmado a importância de que psicólogas/os informem às pessoas (dos meios rurais) sobre aquilo que pode oferecer a eles, como “trabalhos em avaliação de políticas públicas, na área das organizações, sobre cooperativismo e associacionismo, resolução de conflitos, transferências de tecnologias, saúde mental e bem-estar psicológico, etc.”. A experiência trazida por uma das técnicas do SCFV, localizado distante da sede de um dos municípios, chama atenção para a importância desses trabalhos. Ex-presidente de uma associação de moradores, a mesma relatou alguns acontecimentos advindos desse trabalho, ressaltando que fez projetos relacionados à criação de animais, que foram aprovados e, com isso, renderam aspectos positivos às pessoas associadas e às famílias. Porém, por conta de conflitos no grupo, que envolveram o seu nome, não se sentiu à vontade para continuar na presidência, e saiu. Tal situação demonstra que existem demandas e potencialidades grupais que constituem importante campo de atuação para psicólogas/os em contextos rurais.

Do exposto, ressaltam-se, ainda, persistentes articulações entre CRAS e NASF, ao referirem-se às suas práticas. Por exemplo, foi mencionado que nesse há uma especificação sobre como realizar o trabalho, o que é percebido como aspecto facilitador que, por sua vez, é ausente naquele. É importante lembrar, de acordo com Macedo *et al.* (2011), Lauriano, Silva e Pessini (2011) e Silva e Corgozinho (2011), que a assistência social é uma área de atuação

recente para psicólogas/os, tendo poucos estudos, investigações e publicações nas áreas da atuação e formação profissional.

Ademais, as normas, diretrizes, e referenciais do SUAS não contam com orientações específicas para o trabalho de psicólogas/os, gerando inúmeras dúvidas e incertezas entre profissionais (SILVA; CORGOZINHO, 2011), e o próprio documento elaborado pelo CREPOP, sobre a atuação no CRAS, como referido, continua a contribuir para vincular o papel da Psicologia ao indivíduo e à subjetividade, reafirmando ações ligadas à Psicologia tradicional (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

No caso da Equipe Volante, essa realidade não é diferente, tendo como desafio ainda maior, não possuir, como no caso do CRAS, por meio do CREPOP, um documento elaborado pela própria categoria profissional, no sentido de oferecer algumas orientações. Ademais, o §1º da resolução nº 07, de 14 de março de 2012<sup>78</sup>, ao afirmar que a Equipe Volante deve ser considerada para área extensa, isolada, rural, e de difícil acesso em municípios, e no DF, cuja área territorial, em quilômetros quadrados, ao ser dividida pelo número de CRAS necessários à total cobertura, seja superior a 700 km<sup>2</sup>, tendo como referência o número de famílias de até ½ salário mínimo no CadÚnico, ajuda a promover proposições quantitativas e centradas no aspecto geográfico, deixando de considerar as complexidades das realidades rurais e de povos rurais que não se encaixam nesses critérios.

Ainda sobre a equipe volante, apesar de ser considerada em algumas normas e legislações, como a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), Resolução CNAS 26/2011<sup>79</sup>, Resolução CNAS 07/2012<sup>80</sup> e Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011<sup>81</sup>, essas não contemplam orientações específicas, no caso da prática da Psicologia. Além disso, os serviços a serem ofertados são os mesmos requeridos pela equipe do CRAS, a respeito da Proteção Social Básica, priorizando-se o PAIF.

Mas voltando à articulação entre NASF/CRAS, Saúde/Assistência, chama atenção o fato de alguns profissionais não se visualizarem no trabalho com ruralidades, sendo que no âmbito da Assistência Social, relataram maior dificuldade ainda. Na Saúde, com o NASF, refeririam sentir-se menos incomodadas/os.

A dificuldade de ver a função do psicólogo na ruralidade é dentro da Assistência Social, porque na Saúde eu até gostava. Com a Saúde, a participação e a aceitação da população eram maiores. Claro, a gente (eu) via o trabalho do psicólogo na zona

<sup>78</sup> Disponível em: [www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/...2012/cnas-2012...14...2012.../download](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/...2012/cnas-2012...14...2012.../download).

<sup>79</sup> Disponível em: [www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2011/cnas...026.../download](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2011/cnas...026.../download).

<sup>80</sup> Disponível em: [www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2012/cnas...007.../download](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2012/cnas...007.../download).

<sup>81</sup> Disponível em: [www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/...2011/cnas-2011-017-20...2011.../download...](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/...2011/cnas-2011-017-20...2011.../download...)

rural bem mais delimitado [...] voltado para saúde mental! E o que se tem de saúde mental na zona rural? Na minha opinião: um mundo de coisas! (P3)

Tive uma influência muito grande da área da Saúde na minha vida profissional, e isso prejudica a minha visão né? Mas sobre a Assistência Social, como eu vejo meu trabalho!? Pra falar a verdade, tem hora que eu mesmo não vejo. Pra falar a verdade, eu não vejo (baixa tom de voz). Isso me deixa muito mal. Às vezes eu fico até com certa angústia né? Meu Deus... O que é que eu estou fazendo aqui!? É isso que eu queria?! Foi para isso que eu estudei cinco anos!? Eu sinto... Sinto um certo descontentamento quando olho para o que eu estou fazendo! O que foi que eu já produzi? É incompetência minha não ter feito nada? Será que é porque eu estou acomodado? É porque eu não quero? [...] Estou voltando a estudar novamente pra concurso, porque eu não quero isso por muito tempo, viver com essa incógnita: o que é ser psicólogo na Assistência Social? Para falar a verdade: eu demoraria pra responder. Claro que a função existe e tem muito a oferecer. O negócio é que realmente não me identifico como psicólogo/a da Assistência Social. (P3).

Nesse caso, são referidas dificuldades ao desenvolver ações em meio as ruralidades, sendo que no âmbito da Assistência Social, os desafios são ainda maiores. Na primeira fala de P3, chama atenção a atribuição da função de psicólogas/os em meios rurais na saúde restringida à saúde mental e, mais especificamente, a um modo específico de trabalho, o tratamento. Nesse caso, a/o profissional não referiu outras possibilidades, como a promoção de reinserção social, promoção de estratégias para evitar práticas com procedimentos psiquiátricos e de medicalização e criação de estratégias que visem melhoria da qualidade do cuidado, dentre outras, como previsto em Brasil (2008a). Isso passa pela necessidade do acolhimento, corresponsabilização e vínculo, e do debate acerca das possibilidades e dos limites para a desinstitucionalização, promoção de saúde e qualidade de vida de pessoas portadoras de transtornos mentais, visando ao seu protagonismo e potencialidades (ARCE; SOUSA; LIMA, 2011). Nesse sentido, é preciso fazer um breve parêntese para esclarecer que na realidade do campo, a atenção em saúde mental ainda se configura como um problema, principalmente para moradoras/es de comunidades rurais. O acesso aos serviços é extremamente difícil, e a dinâmica organizacional dos mesmos não facilita a participação de moradoras/es na rede de atenção psicossocial (SILVA; DIMENSTEIN; LEITE, 2013).

Já a segunda fala de P3 sugere uma questão anterior. A dificuldade de visualizar a prática com rural é potencializada pela própria dificuldade de se reconhecer como profissional da Assistência Social, o que tem gerado angústia e descontentamento. A falta de identificação com o campo da Assistência, nesse sentido, sugere a existência de obstáculos em criar estratégias e atuar com rural e desenvolver as próprias funções específicas da política em si.

Assim, de uma forma geral, o acima exposto revela que psicólogas/os não têm atuado em contextos rurais, na perspectiva da relação rural/urbano. Isso pode estar relacionado ao fato de atribuírem a rural o sentido de oposto ao urbano. Destaca-se, ainda, que apesar de

considerar rural e urbano como universos separados e distintos, não fazem distinção entre atividades na zona urbana e na zona rural. De maneira similar, Dantas (2013), ao pesquisar psicólogas/os que atuam no CRAS, em municípios do interior do Rio Grande do Norte, encontrou poucas mudanças no campo das práticas, com as mesmas atividades e aportes tradicionais, independentemente do tipo de população, instituição e local.

O relato a seguir demonstra dificuldades em visualizar funções profissionais e, de maneira mais específica, a falta de perspectivas em relação à inovação de práticas com ruralidades, bem como do trabalho em equipe.

É complicado o papel do psicólogo no CRAS, o papel é restrito, limitado. O que a/o psicóloga/o pode fazer, além disso?! [refere atendimentos psicossociais e visitas domiciliares realizadas por psicólogas/os e assistentes sociais]. Já a/o assistente social pode fazer mais coisas, é mais abrangente. Como por exemplo, fazer palestras sobre o Programa Bolsa Família. Elas/es [as/os assistentes sociais] fazem coisas a mais. (P4).

Nesse caso, questiona-se ainda o próprio trabalho que psicólogas/os vêm desenvolvendo nas políticas públicas de maneira geral, que devem garantir mais que serviços e ações inclusivas pelo Estado, mas, principalmente, fortalecer a participação, o movimento popular e o controle social, visando à construção de cidadania e à produção de sujeitos políticos (LEITE *et al.*, 2013).

Mas como pude observar, as/os próprias/os psicólogas/os demandam, muitas vezes, para si, ações prioritariamente da ordem do individual. Pude perceber isso, por exemplo, em momentos de atividades grupais, palestras e visitas domiciliares, quando, ao final, faziam comentários no sentido de dizerem que estavam disponíveis para ouvir as pessoas, que quando estivessem precisando de ajuda, querendo conversar, com alguma dificuldade, as portas do serviço estavam abertas para receber.

Por outro lado, destoando disso, a fala a respeito da limitação de ações individuais:

Individual a gente sabe que é meio inviável [...]. Então, para poder a gente tá, é, pinçando isso, no individual fica muito particularizado. Então, só naquela família, eu vou saber a vulnerabilidade daquela família, a necessidade daquela família, eu não vou tá percebendo tanto da comunidade em geral, né? Do que seria uma associação, do que estaria sendo uma associação de moradores, como esse pessoal das casas, né, têm assentamentos, a gente vê algumas reuniões, a gente participa de algumas reuniões de assentamentos, a gente vê algum questionamento deles, através das conferências que a gente tem, municipais, aqui. (P6).

Nesse sentido, referido apenas por P6 está o olhar sobre as potencialidades. Essas são centrais nas diretrizes de ambas as políticas, que destacam a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o cuidado contínuo por meio de atitudes proativas e criação de espaços de cidadania (BRASIL, 2005; BRASIL, 2006b). Do

mesmo modo, a literatura que versa sobre ruralidades enfatiza, como diz Wanderley (2001), a necessidade de se buscar um olhar sobre a diversidade e potencialidades dos meios rurais, relacionadas aos aspectos econômico, social, cultural e patrimonial.

Na pesquisa de campo, foi possível identificar que é necessário investir na inserção no trabalho com a comunidade, por meio dos grupos religiosos, associações de moradores e reuniões de assentamentos. Por meio desse investimento no trabalho comunitário, seria possível identificar, ainda, a existência de outros grupos e conhecer a multiplicidade de modos de vida e atores nos contextos rurais e, com isso, lidar com processos psicológicos e psicossociais, de acordo com suas realidades e necessidades.

Evidenciamos alguns limites da atuação de psicólogas/os em meios rurais, advindos da falta de clareza sobre rural e sobre necessidades de povos rurais. E isso demonstra o quanto a visão de rural influencia na direção das práticas de psicólogas/os. Partindo da análise de Ferreira (2008) sobre imaginário, no “Texto Brasileiro sobre Rural”, também é possível afirmar que psicólogas/os têm desconsiderado povos rurais na perspectiva do desejo, possibilidades e potencialidades. Parafraseando o autor, as sociedades camponesas continuam reduzidas ao parentesco, à economia da troca, ao dote, às relações vicinais, ao compadrio, à herança e à repressão; e mesmo assim, quase nada em relação a isso foi tocado pelas/os nossas/os entrevistadas/os.

As intervenções precisam, então, sinalizar para “um camponês **agente** e não **agido**”, possibilitando ampliar discussões, inclusive, sobre sexualidade – que com raras exceções estão centradas na heterossexualidade e na prevalência de um discurso funcional e ligado à reprodução das espécies – e sobre outros “afetos indizíveis”, que continuam ausentes das discussões teóricas sobre rural (FERREIRA, 2008, p. 60-61, grifos do autor).

E, da mesma forma, precisa-se de profissionais também agentes neste cenário, e não apenas “reféns” frente aos desafios e a complexidade que constitui os muitos rurais no Brasil. Deste modo, torna-se urgente a necessidade do aprofundamento e apropriação da reflexão crítica sobre estudos rurais no Brasil. Sem dúvida, a inserção profissional de psicólogos/as e a produção de conhecimento nesse campo passa pela necessidade de ultrapassar a dualidade rural-urbano como campos separados, penetrando nos “fundamentos últimos e históricos do conhecimento que a originou”, para “descortinar e explicar as bases rurais de produção do ser social” (MARTINS, 1986, p. 38).

Por fim, não se pode deixar de considerar os desafios que se ancoram para além da prática da/o psicóloga/o, em si, com as ruralidades, relacionados a características mais gerais. Podemos citar: a) dificuldade da definição de rural nas próprias políticas sociais e órgãos



oficiais; b) necessidade de avançar na compreensão de desenvolvimento rural em termos territoriais, pois ainda é evidente o viés setorial; c) a letra das políticas do SUS e do SUAS não contempla a leitura da relação rural/urbano, e d) a “precarização” e “privatização” dos serviços nas políticas sociais, por conta do neoliberalismo (FAVARETO *et al.*, 2014; YAMAMOTO, 2010).

### *3.5.1 Psicólogas/os e ruralidades: que intencionalidades?*

E através dessa divulgação que a gente faz, né, com palestras, a gente já tem o intuito de que essa pessoa aprenda pra ajudar um amigo, um vizinho, que propague a informação. Acho que é isso a nossa função. (P5).

De acordo com Coelho (2013, p. 135), “não há prática descolada de intencionalidades, mesmo quando visam tão somente atender a uma demanda emergencial”. Para a autora, “mesmo as práticas profissionais circunscritas às ações rotineiras e burocráticas reforçam uma determinada direção social, encontram-se permeadas de sentido e objetivam valores”.

Partindo dessas considerações em relação a intencionalidades de psicólogas/os em suas práticas profissionais com rural, essas/es afirmam que têm como objetivo primordial levar informação e educar as pessoas. Tal postura reforça o entendimento de rural como um local atrasado e composto por pessoas desinformadas e carentes. Logo, a prática de levar informação, para muitos profissionais, constitui objetivo imprescindível. Visam divulgar e explicar sobre os serviços e aproveitar momentos de encontro para convidar as pessoas para participarem das atividades.

Especificamente no caso da Saúde, o objetivo é a prevenção. Conforme Dimenstein e Macedo (2012), a atuação apropriada de psicólogas/os na atenção primária requer a observação do contexto e do território da área de abrangência da unidade de saúde e aspectos estruturais e sociopolíticos. O conhecimento sobre o território torna-se fundamental para planejar e orientar as ações propostas, mas precisa ser realizado por meio de um processo de discussão e negociação dos profissionais, juntamente com a comunidade. Como se observou, tanto na sede quanto nas zonas rurais, tais questões não foram referidas como objetivos, sendo o trabalho da Psicologia ainda restrito ao que diz respeito às ações que visam à promoção de saúde, trabalho comunitário, protagonismo e controle social.

Daí o desafio de se recorrer à proposta da clínica ampliada<sup>82</sup>, combinada com outras propostas metodológicas em psicologia, a exemplo da psicologia comunitária<sup>83</sup>, e de outros campos do conhecimento, para ampliar a compreensão sobre o campo de necessidades em saúde nas ruralidades (BRASIL, 2009c). Nesse sentido, a clínica ampliada ajuda a promover o trabalho com a questão social, ao estar atenta às determinações sociais que produzem e interferem no processo saúde-doença/sofrimento-cuidado<sup>84</sup>.

No caso do trabalho com ruralidades, pelo que se pode observar, o desafio da clínica ampliada é ainda maior. A relação e o trabalho conjunto entre serviço e comunidade de um modo geral, e entre psicóloga/o e família/comunidade, ainda não se dá de maneira contínua. Observou-se o trabalho em apenas algumas localidades, às vezes distantes, o que faz com que psicólogas/os acabem realizando ações mais pontuais. As relações são, muitas vezes, de visita, seja para realizar atividade grupal, palestra ou visita domiciliar. Ou seja, não existe um trabalho territorial pensado com base nas necessidades de saúde da população e na continuidade do cuidado, como foi referido alhures.

Tal situação pode ser exemplificada por meio de relatos que expõem a busca pela realização de um acompanhamento rápido, referido especialmente por P1 e P5.

[...] busca de um atendimento rápido, porque a demanda é muito grande aí não tem tempo de dar uma continuidade no tratamento de um ano, de dois anos, não! Eu até procuro usar uma, uma terapia, uma abordagem que seja mais rápida e mais efetiva, que é pra surtir um efeito mais rápido, tipo educar ele a, a corrigir o problema, e ser o próprio terapeuta, pra que ele possa continuar sozinho. (P5).

Nesse caso, é preciso problematizar que a relação entre atendimentos rápidos e o trabalho com as determinações da questão social. Para isso, são necessários alguns desvios. São eles: a) princípio da inseparabilidade: apesar das distinções, é impossível separar a clínica da política, o individual do social, o singular do coletivo, os modos de cuidar dos modos de gerir, a macro e a micropolítica; b) princípio da autonomia e da corresponsabilidade: comprometidas com as condições de vida da população brasileira, considerando todo o contexto mundial e nacional, para a produção de sujeitos autônomos, protagonistas,

<sup>82</sup> No plano da saúde coletiva, a clínica ampliada acontece pela construção de processos de saúde de forma conjunta e participativa entre serviço e comunidade (BRASIL, 2009c).

<sup>83</sup> “A Psicologia Comunitária dedica-se a estudar, compreender e intervir no cenário de questões psicossociais que caracterizam uma comunidade. Salienta-se por sua praticidade e pela diversidade das opções teóricas e intencionalidades que estruturam seus fazeres” (SCARPARO; GUARESCHI, 2007, p. 103).

<sup>84</sup> Para Benevides (2005), há uma pista importante a ser seguida: a não separação entre ciência e política. Foi a partir da fundação da psicologia nessa dicotomia que a dimensão individual separou-se da social na representação, assim como a clínica da política, o cuidado com a saúde das pessoas do cuidado com a saúde das populações e a clínica da saúde coletiva, o que resultou numa psicologia à margem de um debate sobre o SUS, ou a sua redução ao campo assistencial da prestação de serviços.

copartícipes e corresponsáveis por suas vidas; e c) princípio da transversalidade: relação de intercessão com outros saberes/poderes/disciplinas (BENEVIDES, 2005).

No caso do CRAS e da Equipe Volante, os sentidos acerca das intervenções são prioritariamente em torno de processos psicológicos, não sendo priorizados os processos psicossociais. As/os psicólogas/os, de um modo geral, não referiram como intencionalidades os pilares que sustentam a própria política de proteção social básica, como: a) busca pela autonomia, empoderamento, potencialidades e fortalecimento de vínculos na família e na comunidade; b) facilitação de processos de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários; c) valorização dos aspectos saudáveis dos sujeitos, famílias e comunidade (CREPOP, 2007), dentre outros. Mais uma vez, reafirma-se: suas intencionalidades primordiais são “levar informação”.

Assim, a criação de objetivos que possam ser incorporados para aproximar a relação entre o serviço e as realidades dos povos e meios rurais passa, segundo nosso entendimento, pela mudança de foco de psicólogas/os de rural como espaço físico, para focalizar as próprias pessoas. Como lembra Carneiro (2005), é preciso ultrapassar os limites de uma espacialidade física, no sentido de buscar compreender diferentes situações e processos sociais. As propriedades do rural são possibilidades simbólicas, mas também possibilidades práticas. Elas orientam as práticas sociais sobre um determinado espaço, de acordo com os significados simbólicos que lhes são atribuídos, sendo, portanto, inútil procurar em uma realidade física, econômica ou ecológica, fundamentos de uma ruralidade. Também seria inútil procurar nesta realidade, apenas uma imagem que faria do rural uma pura construção mental.

Assim, seriam ampliadas possibilidades de intervenção nos meios rurais, por meio de ações que visem à vigilância, gestão do trabalho e corresponsabilização das ações. Para Santos (2014):

Uma psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos e compreende que intervir na capacidade de transformação do sujeito, envolve a construção de novos significados, pois para romper com os processos de exclusão é importante que o sujeito perceba-se num lugar de poder, de construtor de seu próprio direito e da satisfação de suas necessidades (p. 62).

Distanciadas/os dos sentidos de rural como espaço físico e ancoradas/os pelas perspectivas dos sujeitos, poderiam compor práticas voltadas para as necessidades destes, considerando sua resistência, num movimento de recusar a ideia de passividade e impotência diante da inexorabilidade da dominação capitalista. Dessa forma, apreendendo as lutas de

trabalhadoras/es, por meio de sua diversidade e complexidade (WANDERLEY, 2011), enfatizando os sentidos de resistência e luta dos povos rurais.

E condizente com os objetivos que psicólogas/os almejam em suas práticas com rural, está o planejamento. Esse, no geral, é engessado, sendo realizado mensal ou semestralmente, e de maneira específica, não é construído tendo por base as dinâmicas dos territórios, as relações rural/urbano, e mesmo as especificidades dos povos e meios rurais. Um aspecto que pode ser apontado em relação a isso é, por exemplo, o planejamento baseado em eixos e subeixos predefinidos, referido pelas/os psicólogas/os da assistência social.

A partir disso, entendemos que se o foco estiver no sentido de rural associado à relação rural/urbano, considerando as pessoas e a comunidade, e não apenas a estrutura e o espaço físico do serviço, o planejamento tenderia a ser ampliado. Isso, entendendo que fosse realizado em conjunto com as pessoas e a comunidade em geral, considerando seus saberes e práticas, não apenas receptores de informações, mas também como construtores de respostas para sua própria realidade. O desafio, porém, é que existe uma grande demanda para poucas/os psicólogas/os, especialmente no caso das equipes volantes.

Nesse sentido, é possível considerar que o planejamento requer o olhar para novas características, sendo insuficiente sua realização de maneira mensal ou semestral, como foi referido. Partindo das ideias de Silva e Corgozinho (2011) relacionadas a planejamento, acreditamos que seria necessário focar nas lideranças comunitárias e aproveitar eventos religiosos e ações sociais para escutar e registrar as demandas dos sujeitos. Mas para que esse tipo de planejamento possa acontecer, é preciso que psicólogas/os estejam no território, na comunidade, para que tenham acesso às dinâmicas e jogos de força ali presentes (MACEDO; DIMENSTEIN, 2012).

Tudo isso informa sobre práticas que estão compostas de intencionalidades que, por sua vez, estão permeadas de sentidos acerca de rural, entendendo a produção de sentido na perspectiva psicossocial como prática social e dialógica, e não meramente como atividade cognitiva intraindividual (SPINK; MEDRADO, 2013). É necessário, pois, que essas intencionalidades estejam voltadas para a redefinição e reinvenção de atuações consoantes com a efetivação da transformação da realidade, ajudando na materialização do projeto ético-político da profissão. Tal tarefa não remete apenas à superação do elitismo, mas à construção de ações que visem a rumos diferentes daqueles que têm consagrado a Psicologia (YAMAMOTO, 2007). Para isso, são necessárias intenções e atuações baseadas em uma concepção abrangente de desenvolvimento e de intervenção pública nos espaços rurais, já que

psicólogas/os estão inseridas/os nas políticas sociais, e essas constituem relevância nas áreas interioranas (FAVARETO *et al.*, 2014).

### 3.6 A dimensão teórico-prática e ético-política nos caminhos profissionais de psicólogas/os em meios rurais

Esse é um tema difícil, você não acha?”. Chamou-me a atenção, nesse contato inicial, as expressões que utilizou, como: “a gente é jogado aqui”, “ficamos muito soltos”, “não sabemos o que fazer, imagina na equipe volante!?” (P4).

Tomamos o relato acima, em que rural é colocado como tema difícil, e que a/o profissional se sente “solta/o” e “jogada/o” na sua prática nesse campo com o objetivo de alertar para o imediatismo como marca no encontro de psicólogas/os com rural, em que foram bastante comuns expressões como, “separação entre teoria e prática”, “não se sentir habituada/o à questão teórica” e “se achar desatualizada/o teoricamente”, ou mesmo o fato de “na teoria é uma coisa, na prática é outra”.

Ficou evidente a dissociação entre teoria e prática, e isso explica a maneira como ações com ruralidades têm acontecido, por meio de abordagens rápidas e imediatistas. Psicólogas/os têm escolhido/recorrido a determinada abordagem psicológica, ao sabor de cada situação, no objetivo de procurar realizar atendimentos rápidos. Conforme aponta Coelho (2013), em relação ao imediatismo na prática profissional, quanto mais pobre é a concepção acerca da teoria e o seu conhecimento teórico, mais imediatista é a prática profissional. Imediata no sentido de obstaculizar possibilidades que o conhecimento disponibiliza para capturar as mediações entre a aparência – fenômeno – essência. A imediaticidade é, ainda, definida por Montañó (2011, p. xxi-xxiii) como “respostas imediatas, diretas, sem mediações entre necessidade, pensamento e ação” e “sua superação necessária para enfrentar e reverter a intervenção alienada, repetitiva, ingênua”.

Por exemplo, tem-se o relato de P4, que considerou sua experiência nesta pesquisa como “produtiva”, pois lhe permitiu momentos em que teve oportunidade para pensar no que tem realizado e como tem considerado rural e as pessoas, pois, no dia a dia, afirma não ter tempo para pensar nessas questões. Isso demonstra que a reflexividade em relação à realidade e à própria prática não tem sido considerada como parte do seu processo de trabalho em meios rurais.

Como Guerra (2007) propõe, é necessário que profissionais não apenas respondam às demandas, mas compreendam os significados sociais e como sua intervenção atribui outros diferentes significados. Para Cardoso (2013):

[...] é necessário que cada profissional também possa estar atento cotidianamente às suas ações, aos valores que dão base a elas, as escolhas que realiza e as estratégias que adota [...] reconhecendo e enfrentando os próprios preconceitos, juízos de valores e limites profissionais [...] é essencial olharmos a realidade com olhar crítico e analítico, buscando soluções nessa própria realidade, articulando-nos com outras categorias, movimentos sociais e com os próprios usuários. Romper o isolamento e a tendência à não reflexão e automatização das ações [...] (p. 238-239).

Ou seja, a mudança no campo das políticas sociais e no contexto das ruralidades não envolve apenas o campo do conhecimento profissional e a qualificação técnica, mas o compromisso ético-político de psicólogas/os (MACEDO, 2011). Requer, nesse sentido, uma “competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, esse, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social” (IAMAMOTO, 2008, p. 80).

Faz parte desse caminho “superar a dicotomia entre teoria e prática, por meio da conexão entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do exercício profissional” (COELHO, 2013, p. 92), entendendo que superar a imediaticidade ocorre no plano do pensamento, com a apropriação de um instrumental teórico-metodológico capaz de desvelar a realidade em sua essência, por meio da apreensão do movimento real em suas múltiplas mediações.

Diante disso, o que se deve priorizar é a imersão no embate entre as diversas concepções teóricas de ruralidades, perpassadas por várias posições em uma vasta literatura. Isso recai na importância de priorizar o debate sobre a questão social, que como pudemos verificar, ainda é escasso na discussão no ambiente da Psicologia brasileira, aproximando-o da realidade de povos rurais e, assim, dando centralidade às mediações no nível histórico-concreto, sendo impossível desconectar teoria e prática na atuação em meios rurais.

### *3.6.1 Formação profissional de psicólogas/os para o trabalho com ruralidades: referenciais teóricos, problematização e perspectivas*

[...] essa questão da teoria, né, tem muito a ver com a psicologia social que eu busco de vez em quando. Mas eu não vou te dizer que eu busco totalmente isso, eu procuro tá mais na área de atuação... De me, me, colocar junto à comunidade, como auxílio, né. Mas essa questão teórica mesmo eu ainda não estou tão habituada a estar buscando a literatura em si mesmo, lendo, como que é [...] (P6).

Para nortear suas práticas nas políticas sociais em meios rurais, psicólogas/os tomam por base conhecimentos da Psicologia Clínica. Trata-se da utilização de teorias comportamental e cognitiva, e da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), Terapia de Grupo, Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), Aconselhamento e Terapia de Apoio. Desse modo, têm se baseado em teorias psicoterápicas e, como encontrado por Dantas (2013), perpetuando o modelo clínico tradicional em suas práticas nas políticas sociais, e aqui especificamente, com as ruralidades.

Apenas P2 referiu não utilizar conhecimentos específicos da Psicologia nessa atuação.

É difícil responder! Eu faço curso de capacitação, entrevisto outros profissionais, converso, e gosto de fazer capacitação, mesmo. Estou sempre buscando. Agora, específico da psicologia, disciplina, não! Faço o aconselhamento, a terapia de apoio, a Abordagem Centrada na Pessoa, e às vezes, converso com a/o assistente social para tirar dúvida (P2).

Nesse caso, P2 demonstra o quanto o campo teórico da Psicologia não faz parte de sua caixa de ferramentas para atuar com ruralidades e, de maneira geral, na própria política. Seu discurso não fez referência a nenhum aspecto teórico da Psicologia, que tenha ajudado em suas leituras das realidades rurais. E mesmo tendo referido as capacitações como suporte para atuar em meios rurais, questiona-se o fato de essas capacitações constituírem momentos formativos voltados para orientações no campo das políticas de uma maneira geral e, por isso, não se dirigirem especificamente ao trabalho com categorias teóricas da Psicologia e das ruralidades.

Apesar de terem como base os conhecimentos da Psicologia clínica tradicional, a maioria referiu não poder realizar a psicoterapia, que é uma orientação ressaltada por Brasil (2007). Contudo, identifiquei que continua sendo realizada, sob novas configurações, muitas vezes, denominada “acolhimento”. Quanto a isso, conversei e observei pessoas da sede e de zonas rurais dos municípios, que foram ou estão sendo acompanhadas/os com atendimentos individuais. Chamaram atenção, quadros de informação sobre a oferta de escuta psicológica e atendimento individual, e um mural exposto na recepção, com nomes de pessoas a serem atendidas, seguidos de seus telefones. Os motivos para a realização desses atendimentos são variados, desde meio de adquirir confiança da pessoa, por questões políticas e pela ausência de outras/os psicólogas/os.

Tal realidade reforça a ideia de Barros (2014, p. 166), de que “o imperativo ‘não pode fazer clínica’ [...] mais atrapalha do que ajuda a elucidar e ampliar as possibilidades de prática psicológica nas políticas públicas”. No caso do trabalho nas políticas públicas com ruralidades, neste estudo, a clínica parece ser entendida e reduzida apenas a técnicas

psicoterápicas, no sentido de que não foram citadas e verificadas estratégias da clínica ampliada, que é definida por “uma postura e uma atitude para com o outro” (BARROS, 2014, p. 166). Por isso, a clínica ampliada coloca-se como possibilidade e desafio para o trabalho de psicólogas/os com rural.

Entendemos que esse tipo de clínica é desenvolvido no cotidiano e, por isso, psicólogas/os precisam tê-lo como fonte de conhecimento e base necessária à sua prática social. A vida cotidiana, nessa perspectiva, é perpassada por gestos, aspectos privados e alienação às possibilidades de resistência e transformação, um espaço do acaso, do inesperado, da complexidade e da ambiguidade. Desta forma, é preciso ocorrer a suspensão dessa vida cotidiana<sup>85</sup> para que a percepção se torne mais rica (CARVALHO, 2012).

Ressalta-se que apesar de a maioria das/os profissionais ter acionado sentidos a respeito de teorias e abordagens clínicas tradicionais, P4 e P6 citaram a utilização da Psicologia Social como norteadora teórica para suas práticas em meios rurais. Mas com duas particularidades: entendendo, respectivamente, que a Psicologia Social tem “pouco a oferecer”, e não sabendo informar como a têm utilizado. Ou seja, apesar de a Psicologia Social estar presentes no discurso de ambas/os as/os profissionais, como constituinte de seu referencial teórico, não foi possível apreender como vem sendo abordada no trabalho com ruralidades.

É válido pontuar que a Psicologia Social, bem como os seus desdobramentos (Comunitária, Psicologia Sócio-Histórica, dos Movimentos Sociais, Política e Análise Institucional etc.), foi proposta como o grande campo de referências na produção de pesquisas e intervenções nos contextos rurais, porque possibilitam ver a complexidade da realidade trabalhada, na busca por promover emancipação política e transformação social. Tal proposição está presente no documento elaborado pelo CREPOP, em 2013, intitulado: “Referências Técnicas para Atuação das/os Psicólogas/os em Questões Relativas a Terra”, o qual não foi mencionado pelas/os psicólogas/os.

Pensar sobre a relação entre Psicologia Social e ruralidades supõe trazer alguns elementos da Psicologia Comunitária para discussão<sup>86</sup>. Importante lembrar que o conceito de comunidade<sup>87</sup> foi ausente na história das ideias psicológicas e só apareceu como referencial

---

<sup>85</sup> “Esta suspensão da vida cotidiana não é fuga: é um circuito, porque se sai dela e se retorna a ela de forma modificada. À medida que estas suspensões se tornam frequentes, a reapropriação do ser genérico é mais profunda e a percepção do cotidiano fica mais enriquecida” (CARVALHO, 2012, p. 27).

<sup>86</sup> Considerando a complexidade da temática, não cabe nos limites desta Dissertação realizar um levantamento aprofundado acerca dos conceitos, categorias e questões que vêm sendo desenvolvidas.

<sup>87</sup> Para Mocellim (2011), é um dos conceitos de maior importância na Sociologia, sendo o debate em torno de sua definição contínuo, tendo adentrado a teoria social contemporânea. Sobressai-se, nesse debate, a dicotomia



analítico nos anos 1970, a partir da Psicologia Social, com o objetivo inicial de integrar indivíduos e grupos, por meio de transformação de suas atitudes. Introduzida, inicialmente na área clínica, para humanizar o atendimento a doentes mentais, passou a ter uma intenção educativa e preventiva. Nessa linha, a perspectiva de comunidade era espacial e geográfica, entendida como lugar da homogeneidade e gerenciamento de conflitos, menos voltada à exclusão. Apenas no final dos anos 70, por meio da matriz marxista, a psicologia comunitária passou a apresentar-se voltada para a superação da exploração e da dominação (SAWAIA, 2007). A denominação “Psicologia Comunitária” passou a ser um termo mais adotado por vários profissionais, no início dos anos 1980 (FREITAS, 2007). De uma maneira geral, tem-se, de um lado, a Psicologia Comunitária norte-americana e, de outro, a Psicologia Comunitária Latino-Americana (SAWAIA, 2007).

No caso da realidade Latino-Americana, a Psicologia Social que se desenvolveu nos EUA passou por momentos de reflexões e críticas, no sentido de promover adaptações. E dentre as/os importantes autoras/es, Silvia Lane ganha papel de destaque, sendo que nas décadas de 1980 e 1990, seu trabalho foi enriquecido com contribuições da Psicologia Sócio-Histórica de Vigotski, Leontiev e Luria, e de Wallon e Martín-Baró, evidenciando a coerência teórico-metodológica com a perspectiva de uma Psicologia Social Crítica, com publicações que versam sobre a compreensão do psiquismo, o estudo da consciência humana e a proposição de práticas psicossociais (MARTINS, 2007).

Dentre as várias categorias utilizadas por Lane (2007), destaca-se a consciência e a atividade, fundamentais na compreensão do psiquismo humano, pois sistematizam comportamento, aprendizagem e cognição; e identidade, especialmente quando se busca resgatar a subjetividade, levando ao conhecimento de aspectos singulares que se exprimem em termos afetivos e motivacionais, por meio das relações com as outras pessoas. O trabalho de psicólogas/os na comunidade é, portanto, apreender linguagens, representações, relações grupais, emoções e afetos.

Quanto a Martín-Baró (2011), propôs a Psicologia da Libertação de povos latino-americanos, considerada uma tarefa não simplesmente teórica, mas fundamentalmente prático-política, perpassada por três elementos essenciais: a) um novo horizonte: descentra-se de si mesma e atender as necessidades das maiorias populares; b) uma nova epistemologia: assumir uma nova perspectiva, “a partir” e não “para” as próprias maiorias populares

---

entre comunidade e sociedade, assim como entre forma de vida tradicional e a moderna. Para um maior conhecimento de algumas das principais teorizações clássicas e contemporâneas sobre comunidade, consultar Mocellim (2011).

oprimidas; c) uma nova práxis: atividade transformadora da realidade. Nesse sentido, a Psicologia Comunitária é, para Góis (2005), uma práxis libertadora, dentro do marco da Psicologia Social da Libertação.

A potencialidade da Psicologia Comunitária no trabalho de psicólogas/os apresenta-se neste novo campo que são as ruralidades. E nessa direção, não podemos esquecer que as psicologias social e comunitária constituem novas formas de profissionalidade, pelo menos desde os meados dos anos 1980, porém, não reconhecidas nas linhas hegemônicas de formação e identidade profissional (VASCONCELOS, 2011). Retomá-las constitui tarefa imprescindível, pois constituem importantes ferramentas para o trabalho no campo social e, nesse sentido, com ruralidades.

Nesta pesquisa, além das bases teóricas da Psicologia, a maioria das/os psicólogas/os disse utilizar de outros campos de conhecimento em suas práticas, como Terapia Comunitária, orientações do SUS e do SUAS, e cuidados básicos em saúde. Além desses, a vivência e a maturidade foram consideradas como importante fator, que tem ajudado nesse trabalho, assim como o aprendizado com outras/os profissionais. Apenas P6 divergiu dessa tendência, pois considera como ecletismo utilizar outros campos de conhecimento, referindo ainda que procura não trabalhar com o senso comum.

No geral, não foi identificado nenhum referencial teórico-metodológico de outro campo de conhecimento, como por exemplo, Sociologia e Antropologia, para a compreensão das ruralidades. Como visto no capítulo 2 desta dissertação, trata-se de um campo amplo e complexo, perpassado por diferentes posições. Por isso, podemos considerar que o percurso profissional de psicólogas/os nas políticas sociais em meios rurais é marcado pela não utilização de teorias referentes à compreensão de ruralidades, seja pelo âmbito da Psicologia seja pelo âmbito de outras disciplinas.

Psicólogas/os, em suas formações, não foram norteadas/os por discussões e experiências com ruralidades. Como referido, não tiveram disciplinas, estágios ou mesmo projetos relacionados a esse campo. Fazemos essa discussão de maneira mais detalhada nesta seção, por estar mais direcionada às bases teórico-práticas. Com esse intuito, apresento as seguintes falas:

A ruralidade especificamente não. A gente tinha a psicologia comunitária. Que trabalha assim na comunidade, mas pode ser um bairro, uma rua e, claro, uma localidade no rural. A gente tinha sim. Mas, eu não lembro a gente ter trabalhado a ruralidade, especificamente. Não tinha. Nem de fato um estágio voltado para isso. Também porque era na capital, né (P3).

[...] então, saí da faculdade uma profissional que tinha conhecimento sobre as questões psicológicas, mas, não tinha preparação para o trabalho em saúde pública!

Então eu acho que da instituição que eu estudei, faltou isso [...] então, eu também fiz uma faculdade numa metrópole, então, o foco do estágio, lá, era institucional, era clínico, era dentro da realidade de lá! Então tem isso (P5).

Sobre rural, P2 disse que não teve experiências na graduação, ainda referindo que “essas questões atuais, de políticas públicas, são recentes”. Com isso, o seu contato na graduação, que foi realizada em outra capital, foi com a clínica, a educação e as organizações.

Esses relatos demonstram, além da falta de discussão sobre ruralidades na formação graduada, de maneira mais específica, o quanto isso é associado à formação em IES localizadas em capitais, vistas como instituições que acabam priorizando outros campos relacionados ao modo de vida urbano. Com isso, não demonstram ver a lacuna no fluxograma dos cursos relacionada a rural. Ademais, verifica-se que essa carência está, antes de tudo, associada à falta de formação para as políticas sociais. Apenas P6 relatou experiências em uma comunidade.

[...] eles lhe escutarem, lhe dá uma certa voz, porque eles são bem fechados, então, assim, você é um pouco estranho, vamos colocar assim, de você estar se inserindo, é um pouco estranho para aquela comunidade, então você tem que estar se misturando, você tem que estar mesclando, você tem que estar se inserindo, você tem que estar andando no linguajar deles, você tem que estar conversando sobre aquilo que eles também conversam, então você tem que estar se inserindo, de certa forma, você tem que mergulhar no meio deles. E tanto pode ser uma coisa aversiva, como pode ser uma coisa mais receptiva para você. Então, como na experiência acadêmica eu já tive isso, eu aproveitei bem mais. Onde que eu podia ir, e onde que eu não podia (P6).

Tendo sido essa a única experiência relatada como relacionada a ruralidade na graduação, por meio de experiência com povos rurais, é válido ressaltar que se deu por meio da disciplina de Psicologia Comunitária. A importância dessa experiência, de acordo com P6, foi a de ter ajudado no seu processo de inserção como profissional, no serviço. Essa formação foi a única realizada fora de uma capital, o que indica a importância da interiorização das IES, contribuindo com a diversificação de práticas e expandindo os perfis formativos de psicólogas/os.

Deficiências na formação acadêmica voltadas para ruralidades parecem explicar a negligência científica da Psicologia em relação a populações rurais (MARTINS *et al.*, 2010). Postula-se, com isso, a necessidade de repensar o ensino da prática, orientado pela experimentação e construção de uma psicologia inseparável da política e da vida, construindo autonomia e segurança. Contudo, não esquecendo o fato de que afastar-se das certezas produzidas pela formação tradicional é uma tarefa difícil, pois não ter um lugar garantido em que se apoiar, pode gerar crises, dúvidas, angústias e medos (NASCIMENTO; MANZINI; BOCCO, 2006).

Para isso, são necessários processos de reformas curriculares, mas que não sejam minimizados apenas ao foco em conteúdos e disciplinas, pois o currículo é permeado por relações, poderes e produção de subjetividade. É fundamental que contemple, além das questões deontológicas ou da moral contratual, o diálogo, o encontro e a alteridade, pois o “currículo é vida, e, portanto, é desejável que esteja na pele das pessoas, encarnado em seus corpos, vivenciado e em constante processo de avaliação e mutação” (BERNARDES, 2012, p. 220).

Sem dúvida, há necessidade de incorporar, na formação profissional de psicólogas/os, debates interdisciplinares que versem sobre ruralidades. Para Carneiro (2005, p.13), “um olhar histórico sobre a produção do conhecimento sobre o mundo rural se faz cada vez mais necessário para respondermos aos impasses que a complexidade da realidade tem imposto à teoria”. É preciso que conheçam e se apropriem da diversidade de representações, noções e conceitos, e lidem com atualizações conceituais de rural e das relações rurais-urbanas. E, além disso, que esses conceitos e categorias sejam integrados a experimentações sociais, por meio de estágios, cursos de extensão e projetos de pesquisa.

Diante do que foi identificado nesta pesquisa, acerca da ausência de conteúdos, disciplinas, projetos e estágios voltados para ruralidades, entende-se que para que profissionais de Psicologia possam contribuir de maneira mais profunda com povos rurais, é necessário que o processo formativo qualifique para esse desafio, não apenas ofertando conteúdos, mas possibilitando espaços para desenvolver um comprometimento com essas populações. Nessa direção, são temas relevantes para a formação profissional e para pesquisas em Psicologia (CREPOP, 2013), o que se lê no quadro 4.

**Quadro 4** - Temas para a formação profissional e para as pesquisas em psicologia voltados para os povos rurais

História do campo brasileiro e de suas populações regionais	Sociedade, relações de classe e relações étnicas
História das lutas indígenas e camponesas no Brasil e na América Latina	Antropologia Cultural
A emergência atual dos povos do campo no Brasil e na América Latina	Etnologia e Etnografia
Políticas públicas atuais e o campo brasileiro	Ciências da Religião
Estado e hegemonia cultural	Povos Indígenas no Brasil
Políticas públicas, subjetividades e culturas	Comunidades Tradicionais no Brasil
Estado, políticas culturais e práticas culturais	Formação e atualidade dos quilombos no Brasil

**Fonte:** Elaborado a partir de CREPOP (2013).

Assim, a partir da ausência identificada em relação à leitura de psicólogas/os com bases nesses temas e considerando que “as possibilidades de atuação da/o psicóloga/o no que diz respeito ao meio rural e toda diversidade que ele se reveste são múltiplas” (LEITE *et al.*, 2013, p. 49), propomos alguns elementos que possam ser incluídos, no intuito de avançar no saber-fazer da Psicologia com rural: relações de gênero e de gerações; modos de subjetivação, processos psicossociais e identitários; processos sociais e culturais; concentração fundiária; lutas sociais e a questão da terra; movimentos sociais rurais; processos sociais na transformação da realidade agrária; organizações sociais de classe; diferentes matrizes teóricas que refletem sobre a diversidade do campesinato; contradições do modelo produtivista de modernização da agricultura; multifuncionalidade da agricultura familiar; categorias: infância, adolescência, juventude e velhice; sexualidades; violências; drogas; famílias rurais; pobreza rural; religião; desenvolvimento rural sustentável; processos de assistência técnica e de extensão rural.

Para Leite *et al.* (2013), a formação precisa considerar o conhecimento da dinâmica histórica, social e política do Brasil, referente ao conjunto de lutas sociais em torno da democratização e do acesso à terra; considerar que trabalhadoras/es do campo têm uma diversidade cultural, econômica e regional nos modos de relação com a terra e o meio rural; contribuir com o debate a respeito dos processos sociais do campo, movimentos sociais rurais, novas ruralidades e sobre o campo das políticas públicas referentes aos meios rurais; reconhecer a importância de articular-se com outras áreas do conhecimento e contribuir para uma atuação generalista.

Além da inclusão desses temas, é necessário que as universidades realizem diálogos e construam parcerias com organizações representativas de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, camponesas, dentre outras, no sentido de que essas possam contribuir no acesso de professoras/es, alunas/os e pesquisadoras/es à realidade do campo com o seu universo social e étnico-cultural, como também podem contribuir com a aproximação dos povos rurais na vida acadêmica (CREPOP, 2013).

Em se tratando do percurso profissional, não podemos esquecer, antes de tudo, que a associação entre Psicologia e políticas públicas não se deu de maneira natural. Esses campos não estiveram sempre relacionados e muito menos se relacionam obrigatoriamente, sendo as políticas públicas uma preocupação de um segmento da Psicologia, por meio de um projeto de inserção social da profissão. Se anteriormente havia um direcionamento aos interesses da elite brasileira, na contemporaneidade o sentido é outro, assim como é outro o projeto para a profissão: o do compromisso social da Psicologia. A profissão foi, assim, sendo inventada

pelos/os psicólogos/os, trilhando um caminho em meio a disputas e projetos distintos. De uma Psicologia que desconsiderava a realidade social, passou a contar com aquela que se volta para a sociedade, sendo a Psicologia Comunitária e a inserção na saúde pública aspectos importantes desse projeto de Compromisso Social. A partir daí, iniciaram-se questionamentos sobre técnicas, teorias e sobre o exercício da profissão, sendo o Código de ética refeito três vezes, desde os anos 80. Por tudo isso, é inegável o quanto a profissão se movimentou e se transformou (BOCK, 2011).

Por essa razão é possível pensar na mudança da Psicologia brasileira. A realidade não é imutável. Como afirma Rechtman (2015), a história da Psicologia brasileira é marcada pela disputa de projetos políticos, desde a visão tecnicista, com a utilização de métodos e técnicas com fins de ajustamento do sujeito e respondendo às necessidades da elite brasileira, aos sinais de um novo projeto, com maior visibilidade nos anos 1970, quando houve questionamentos e inovação na prática, com a Psicologia comunitária, um movimento que continuou nos anos 90, por um conjunto de profissionais que ainda continuam representando a bandeira do compromisso social na Psicologia.

Tomamos a referência a esse movimento da profissão para afirmar a importância de repensar a formação para que se possa concretizar um perfil de psicóloga/o que atenda ao novo projeto de Psicologia. Este projeto considera o fenômeno psicológico, assim como a atuação de psicólogos/os, de maneira não naturalizada, mas alicerçado na realidade concreta (RECHTMAN, 2015) e com isso, ajuda a pensar as práticas como práticas implicadas, críticas e inventivas, que atuam na “potência política da vida” e questionam os efeitos que produz, sendo “a análise de implicações” ferramenta constante (NASCIMENTO; MANZINI; BOCCO, 2006, p. 15).

No caso aqui discutido, é preciso que se inclua, no debate sobre essa formação, a problematização acerca da relação rural/urbano e da questão social, como aspectos essenciais na concretização desse perfil, considerando que:

[...] é na preparação do futuro psicólogo e na conscientização de sua importância para construção da psicologia comprometida socialmente que poderemos trabalhar para o futuro que queremos. A formação é um momento crucial para a organização da categoria, é um espaço privilegiado de debate, questionamento e construção do psicólogo e da psicologia (RECHTMAN, 2015).

Não há como negar: a formação está intimamente ligada ao projeto de profissão (RECHTMAN, 2015). Cabe a nós nos questionarmos, em meio aos diferentes projetos de Psicologia para a realidade brasileira, a qual nos filiamos. Qual projeto nós queremos construir? Qual o lugar das ruralidades e dos povos rurais nesse projeto?

Diante desse panorama, é preciso lembrar sobre a importância de termos clareza das bases teóricas e práticas que norteiam o nosso fazer técnico e ético no contexto das ruralidades. Trata-se de considerar que a reinvenção de práticas com ruralidades implica resistência à lógica que tenta mostrar uma visão de rural como um local físico, agrário e carente. Não esquecendo que tal situação não está descolada da atual conjuntura, que nos desafia a enfrentar o avanço do conservadorismo, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, o desrespeito aos direitos humanos, ameaças à liberdade de expressão e pensamento, o retrocesso das políticas públicas, frente a interesses do mercado, a super-responsabilização dos indivíduos pela sua própria proteção, a precarização do trabalho e das condições éticas e técnicas para o exercício profissional, dentre outros (CARDOSO, 2013).

Cabe reafirmar que “o “rural” não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada”, mas como “uma categoria histórica, que se transforma” (WANDERLEY, 2000, p. 88). A Psicologia, como ciência e profissão, precisa acompanhar esse movimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criemos nossos espaços, possibilitemos as mudanças e nos apropriemos do nosso tempo, pois somos seres deste tempo e este tempo é agora. (CARDOSO, 2006, p. 293).

Este trabalho buscou investigar percursos profissionais de psicólogas/os que atuam na atenção básica da assistência social e da saúde no campo das ruralidades. Para isso, contou com a participação de seis psicólogas/os do CRAS, Equipe Volante do CRAS e NASF, no Piauí. Amparados no referencial adotado e nos dados empíricos, buscamos destacar: a) lacunas de reflexões teóricas na Psicologia sobre rural e povos rurais; b) desafios para a formação e prática profissional em contextos rurais; c) carência de discussões teóricas e críticas sobre questão social e questão agrária; e, d) necessidade de construção de um projeto ético-político que considere potencialidades, diversidades e singularidades presentes nas dinâmicas dos contextos e povos rurais.

Em linhas gerais, identificamos que o contato de psicólogas/os com rural deu-se por meio de uma convocação em meio à expansão e interiorização das políticas sociais. Essa inserção tem sido marcada por desafios, referidos tanto às políticas sociais como à própria formação profissional. Nesse percurso, rural tem sido associado pelas/os psicólogas/os, prioritariamente, a um local da falta e de pessoas carentes, e as práticas têm sido marcadas pelo aspecto imediatista, sem contar com norteadores e problematizações em torno de referenciais teóricos voltados à leitura sobre a relação rural/urbano e diversidade de povos rurais.

Identificamos que ao chegarem aos municípios de pequeno porte e às suas zonas definidas como rurais, por meio de seu trabalho nessas políticas, psicólogas/os deparam-se com contextos diferentes daqueles vivenciados e discutidos em sua formação acadêmica, bem como no histórico da profissão, que como foi referido, tem uma trajetória que desconsiderou temas como rural, questão social e questão agrária. Desta maneira, os desafios para o trabalho de psicólogas/os no contexto das ruralidades se intensificam, pois:

a) São poucas/os psicólogas/os, especialmente nas equipes volantes do CRAS, tendo que lidar com uma abrangência territorial relevante. Como foi percebido, são poucas as zonas rurais que contam com a presença da equipe, e, mesmo assim, ainda de maneira não sistemática;

b) Psicólogas/os ainda não compõem as equipes do NASF, presentes apenas em um dos três municípios. Isso chama atenção para a necessidade de repensar a composição dessas



equipes, no sentido de incluir profissionais de psicologia, considerando o que foi referido anteriormente por Leite *et al.* (2013), de que é por meio das políticas sociais que as populações rurais têm acesso ao serviço dessas/es profissionais. Isso poderia contribuir, ainda, para práticas resolutivas, já que como relatado pelas/os profissionais do CRAS, muitas vezes têm que realizar atendimentos que não correspondem ao perfil do serviço, servindo como “tampa buraco” do NASF;

c) A precariedade das condições de trabalho, apesar de estar presente nas políticas sociais de uma maneira geral, acentua-se no contexto das ruralidades. Isso se deve à própria invisibilidade do rural para as políticas. Isso se expressa na própria dificuldade da gestão em viabilizar condições para a realização das ações: “a questão da gestão mesmo, que precisa conhecer mais sobre a política, precisa disponibilizar mais recurso para os serviços, em todos os aspectos aqui, a dificuldade a gente enfrenta em todos os momentos” (P1). A dificuldade de acesso e apoio da gestão para que possam realizar as atividades, como a dificuldade em relação à disponibilização do transporte e de materiais, teve destaque;

d) É precária a rede de serviços e a articulação intersetorial. Sobre isso, existe falha de comunicação nos serviços dos próprios municípios. Ademais, tanto as sedes como as zonas rurais desses municípios pequenos dependem de outras cidades para terem acesso a outros serviços, como por exemplo, ao CAPS e à APAE. No entanto, têm existido dificuldades nessa articulação, tendo sido restringida a recepção de demandas, de acordo com as/os psicólogas/os;

e) A formação profissional pouco tem contribuído para a atuação nesse campo. As experiências formativas ainda não contemplam as especificidades do rural, bem como suas complexidades e relações com o urbano. Os estágios são preponderantemente em capitais ou cidades de grande porte;

f) É preciso uma disposição política para atuar no campo das ruralidades, não apenas a qualificação na formação profissional.

Em linhas gerais, verificamos que a inserção recente de psicólogas/os no contexto das ruralidades trouxe novos desafios para a profissão, em termos de apreender a complexidade dos rurais brasileiros e de povos rurais. Psicólogas/os precisam, nesse sentido, aprender a lidar de maneira eficiente com diferentes definições de rural, e com linguagens muitas vezes contraditórias. Trata-se de considerar e conciliar o discurso do IBGE, que divide zona urbana e zona rural (VEIGA, 2007); a ausência do tema das relações rural/urbano nas letras das políticas do SUS e do SUAS; a carência da discussão teórica sobre rural na formação

profissional e os diferentes posicionamentos que vêm sendo produzidos na literatura especializada de outras disciplinas, sobre ruralidades.

Entendemos que apesar de contarmos com movimentos, na Psicologia, que têm acenado para a temática das ruralidades, é imperativa a necessidade de que seja incorporada e problematizada no ambiente formativo, para que seja um espaço de diálogo, troca e construção, onde psicólogas/os em formação possam aproximar-se das realidades daquelas/es que vivem em pequenos municípios e meios rurais, para apreenderem seus modos de vida, dinâmicas, representações, culturas e identidades. Os sentidos de rural associados à produção agrícola, à dimensão econômica e ao corpo, associado primordialmente ao trabalho (MARTINS, 2001), poderiam, assim, ser problematizados para uma visão de camponês como ser de cultura, onde seu corpo expressa seus sistemas culturais (BOURDIEU, 2006). Desta forma, defendemos que o ambiente formativo, por meio de estágio, extensão, supervisão, debates, grupos de estudo, projetos, iniciação científica, experiências interdisciplinares etc., é um espaço propício para a produção de psicólogas/os políticas/os que atuam de forma crítica e inventiva (NASCIMENTO; MANZINI; BOCCO, 2006) e para a produção de sentidos alargados sobre rural e povos rurais.

No caminho percorrido até aqui, neste momento de considerações finais é pertinente reafirmar o desejo de que possamos ter colaborado no sentido de dar visibilidade a este que constitui, para nós, um tema bastante pertinente para a Psicologia e para as políticas sociais. Da mesma forma, esperamos que este trabalho lance questões que possam dar início à formulação de outras investigações que almejem qualificar compreensões e abordagens sobre rural, atravessado por potencialidades e diversidades. Entendemos como possibilidades de investimentos em pesquisas a respeito de rural e psicologia: representações sociais, produção de sentidos, afetividade, saúde mental e cultura. Por fim, que neste “tempo que há agora”, como nos fala a epígrafe acima, essas questões ganhem direções políticas inventivas; há muito que se conhecer, mudar e construir.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0702.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf). Acesso em: 14 out. 2016.
- AGUIAR, V. V. P. Margarida em marcha: similaridades e diferenças na constituição do sujeito político. In: **XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2015, Porto Alegre. Anais do CBS, 2015.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. Aproximación metodológica desde la psicología social a la investigación en zonas rurales. **Estudios Agrosociales y Pesqueros**, n. 191, p. 225-233, 2001. Disponível em: [http://www.magrama.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf\\_reap%2Fr191\\_09.pdf](http://www.magrama.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_reap%2Fr191_09.pdf). Acesso em: 20 fev. 2016.
- \_\_\_\_\_. Psicologia Social e Formas de Vida Rural no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 37-42, jan./abr., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n1/a05v18n1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- ALBUQUERQUE, F. J. B.; CLEMENTE, M.; MENEZES, S. Aspectos psicossociais na formação de cooperativas agrárias. **Psico (PUCRS)**, v. 27, n. 1, p. 207-214, 1996.
- ALBUQUERQUE, F. J. B.; LOBO, A. L.; RAIMUNDO, J. S. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefício rurais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 12, n. 2, p. 503-519, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721999000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 14 out. 2016.
- ALENTEJANO, P. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, n. 21, 2º sem, p. 25-39, 2003. Disponível em: [revista.ufrb.br/index.php/actageo/article/viewFile/1938/1226](http://revista.ufrb.br/index.php/actageo/article/viewFile/1938/1226). Acesso em: 25 fev. 2016.
- ALMEIDA, M. W. Narrativas agrárias e morte do campesinato. **RURIS**, v. 1, n. 2, p. 157-188, 2007. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/656/523>. Acesso em: 21 set. 2016.
- ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 08, n. 16, 2009. Disponível em: <https://sites.google.com/site/neaunesp/publicaes>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. T. Transnacionalismo, juventude rural e a busca de reconhecimento. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1455-1471, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508143396>. Acesso em: 26 set. 2016.
- ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez. 2003. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/13577/12450>. Acesso em: 14 out. 2016.

ALVES, P. C. Origens e constituição científica da cultura. In: ALVES, Paulo Cesar (org). **Cultura**. Múltiplas leituras. Bauru-SP: EdUSC; Salvador: EdUFBA, 2010, p.21-48.

ANDRADE, L. F.; ROMAGNOLI, R. C. O Psicólogo no CRAS: Uma Cartografia dos Territórios Subjetivos. **Psicologia ciência e profissão**, v. 30, n. 3, p. 604-619, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n3/v30n3a12.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ANGELIM, C. F. Assistência Social: Uma Questão de Cidadania. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 22-30, jan./jul. 2002. Disponível em: <[http://hp.unifor.br/pdfs\\_notitia/1501.pdf](http://hp.unifor.br/pdfs_notitia/1501.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, abr./jun., p. 385-402, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n2/0104-5970-hcsm-21-2-0385.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. especial, p. 44-65, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932012000500005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500005)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

ARCE, V. A. R.; SOUSA, M. F.; LIMA, M. G. A práxis da Saúde Mental no âmbito da estratégia saúde da Família: contribuições para a construção de um cuidado integrado. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 541-560, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312011000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312011000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 31 mar. 2012.

AZEVEDO, L. M. C. O rural e o urbano na teoria de Henri Léfèbvre. In: XIII JORNADA DO TRABALHO. Pres. Prudente. 09 a 12 de Out., 2012. **Anais...** Pres. Prudente, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/09.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

BAPTISTA, M. T. D. S. A Regulamentação da Profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. especial, p. 170-191, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000500008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500008)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BARROS, J. P. P. Psicologia e políticas sociais. **ECOS, Estudos Contemporâneos de Subjetividade**, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/viewFile/1264/983>. Acesso em: 14 out. 2016.

BARROS, R. B. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2009.

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G.; RODRIGUES, A. C. A. Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos? In A. V. B. Bastos; S. M. G. Gondim (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010. pp.32-44.

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G.; BORGES-ANDRADE, J. E. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? In: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal, RN: EDUFRN, 2010. Disponível em: [http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo\\_files/Escritos-prof-psicologo-no\\_Brasil.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/Escritos-prof-psicologo-no_Brasil.pdf). Acesso em: 24 ago. 2016.

BATICH, M. Previdência do trabalhador: uma trajetória inesperada. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 3, p. 33-40, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300004). Acesso em: 21 mar. 2016.

BATISTA, H. R.; NEDER, H. D. Efeitos do Pronaf Sobre a Pobreza Rural no Brasil (2001-2009). **RESR, Piracicaba-SP**, v. 52, supl. 1, p. 147-166, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a08v52s1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BATISTA, N. C. S.; BERNARDES, J.; MENEGON, V. S. M. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, M. J. P. et al. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual). Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/4210b1g699n11e/2014-Livro-spink-producao-de-informacao.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BAZZA, C. M.; CARVALHO, F. X. A Política de Assistência Social na contemporaneidade: considerações sobre a realidade brasileira. **Uningá Review**, v. 15, n. 1, p. 29-34, jul./set. 2013. Disponível em: [http://www.mastereditora.com.br/periodico/20130723\\_000350.pdf](http://www.mastereditora.com.br/periodico/20130723_000350.pdf). Acesso em: 12 mar. 2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BELIK, W.; DEL GROSSI, M. O programa fome zero no contexto das políticas sociais no Brasil. In: **XLI Congresso da SOBER**, 2003, Juiz de Fora. Disponível em: [http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=14122](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=14122). Acesso em: 14 out. 2016.

BENEVIDES, R. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 21-25, mai./ago., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27040.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BERNARDES, J. S. A Formação em Psicologia Após 50 Anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia – Alguns Desafios Atuais. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, (num. esp.), p. 216-231, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca16.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

BHABHA, H. K. **Introdução**: locais da Cultura. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, pp. 19-42.

BIAZZO, P. P. Considerações Sobre as Categorias Rural e Ruralidade em suas Dimensões de Conhecimento. 200-. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/16.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

BLUME, R. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. 2004. 179f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4671/000458631.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 mar. 2016.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Psicologia e Políticas Públicas**. 2011. Disponível em: <http://www.crpmg.org.br/CRP2/File/Ana%20Bock%20-%20PsicoPol%C3%ADticasP%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

BÖING, E.; CREPALDI, M. A. O Psicólogo na Atenção Básica: Uma Incursão Pelas Políticas Públicas de Saúde Brasileiras. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 634-649, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n3/v30n3a14.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BOSCHETTI, I. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 57-96; jan./jun., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n1/v15n1a05.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BOTOMÉ, S. P. A quem nós, psicólogos, servimos de fato. In: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal-RN: EDUFRN, 2010. Disponível em: [http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo\\_files/Escritos-prof-psicologo-no\\_Brasil.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/Escritos-prof-psicologo-no_Brasil.pdf). Acesso em: 30 mar. 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 26, p. 83-92, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 7-16.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS**, v. 1, n. 1, Campinas: Unicamp, p. 37-64, 2007. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos\\_rodrigues.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos_rodrigues.pdf). Acesso em: 21 set. 2016.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI, ENGA-2012, jun., p. 01-23, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067/14695>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.119**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília, DF: 1962. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/lei\\_1962\\_4119.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/lei_1962_4119.pdf). Acesso em: 28 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 28 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm). Acesso em: 28 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm). Acesso em: 12 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: 2001. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 28 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Norma Operacional da Assistência à Saúde**, Brasília, DF, 2002. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0373\\_27\\_02\\_2002.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0373_27_02_2002.html). Acesso em: 28 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação do SUS**. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2003a. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg\\_sus.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf). Acesso em: 28 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Assistência Social. **Relatório da IV Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2003b. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/iv-conferencia-nacional>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Assistência Social. **Política nacional de assistência social PNAS (2004) e Norma Operacional Básica (2005)**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e...08.../download](http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e...08.../download)>. Acesso em: 12 mar. 2016. 12 de mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: 76 p. 2006a. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <<http://www.saude.mppr.mp.br/arquivos/File/volume1.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 648/GM**, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica e estabelece a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, DF, 2006b. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648\\_20060328.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648_20060328.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 269**, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF, 2006c. Disponível em: <[www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-rh\\_08-08-2011.../download](http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-rh_08-08-2011.../download)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP). **Síntese Executiva: Uso da Terra nas Macrorregiões de Desenvolvimento do Litoral, Meio-Norte e Semi-árido**. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda., 2006d. Disponível em: <[www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes.../livro\\_13a.pdf](http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes.../livro_13a.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 154**, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/docs/legislacao/portaria154\\_24\\_01\\_08.pdf](http://dab.saude.gov.br/docs/legislacao/portaria154_24_01_08.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto de 25 de Fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: [portal.mda.gov.br/o/4111257](http://portal.mda.gov.br/o/4111257). Acesso em: 28 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: 2009a. Disponível em: <http://prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/orientacoes-tecnicas-CRAS.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações para execução de serviços de proteção social básica e ações por equipes volantes**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.



\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Clínica Ampliada e Compartilhada**. Brasília, 2009c. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica\\_ampliada\\_compartilhada.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização. Brasília, Ministério da Saúde. Brasil, DF: 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humaniza\\_sus\\_atencao\\_basica.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humaniza_sus_atencao_basica.pdf). Acesso em: 28 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **SUS: a saúde do Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 36 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus\\_saude\\_brasil\\_3ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/legislacao-2011/norma-operacional-basica-dosuas/nob-suas-2012.pdf/download>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, Reimpressão, 2013. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2014: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202014\\_Versao\\_atualizada.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202014_Versao_atualizada.pdf). Acesso em: 28 set. 2016.

BRIGAGÃO, J.; NASCIMENTO, V. L.; SPINK, P. K. As interfaces entre Psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 37, n. 1, p.199-215, jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=reu&page=article&op=view&path%5B%5D=599&path%5B%5D=685>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRUMER, A.; SANTOS, J. V. T. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). **Revista Nera**, ano 9, n. 9, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/09/Brumer.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S.; NEDER, H. D. Características regionais da pobreza rural no Brasil: algumas implicações para políticas públicas. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs. da série); BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Orgs. dos Textos). **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17), 2013. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-17.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2003.

CABRAL, A. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 2, n. 2, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v2n2/v2n2a02.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CAMARGO, R. A. L.; OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, v. 42, n. 9, set. p. 1707-1714, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84782012000900030](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782012000900030)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

CAMPOS, F. C. B.; GUARIDO, E. L. O psicólogo no SUS: suas práticas e as necessidades de quem o procura. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **A Psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

CAMPOS, G. W. S. et al. Reflexões sobre a Atenção Básica e a Estratégia Saúde da Família. In: CAMPOS, G. W. S.; GUERRERO, A. V. P. (Org.). **Manual de Práticas em Atenção Básica: Saúde Ampliada e Compartilhada**. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 132-153.

CAMPOS, R. H. F. A função social do psicólogo. In: YAMAMOTO, O. H., COSTA, A. L. F. (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal-RN: EDUFRN, 2010. Disponível em: <[http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo\\_files/Escritos-prof-psicologo-no\\_Brasil.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/Escritos-prof-psicologo-no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11839/6928>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CARDONA, M. G.; CORDEIRO, R. M.; BRASILINO, J. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, M. J. P. et al. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual). Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/4210b1g699n11e/2014-Livro-spink-producao-de-informacao.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **Rurais**, v. 2, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 07-13.

\_\_\_\_\_. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2012. p. 23-66.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, out. p. 53-75, 1998. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CARVALHO, A. B.; CARDOSO, T. M. Reflexões sobre o Sujeito Rural e a Ruralidade: o Pensamento Urbano da “Pós-modernidade” e a trajetória da Produção Musical de Expressão Rural. **Revista Iuminart do IFSP**, v. 1, n. 4, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16696576-Subjectivity-to-express-feelings-and-ways-of-life.html>. Acesso em: 21 set. 2016.

CARVALHO, D. B. **O trabalho docente em Psicologia e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes: uma experiência teresinense**. 2007. 304f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

CARVALHO, D. B.; SEIXAS, P. S.; YAMAMOTO, O. H. Modernização urbana e a consolidação da psicologia em natal - Rio Grande do Norte. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 131-141, jan./jun., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a14>. Acesso em: 14 out. 2016.

CARVALHO, M. C. B. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012b. p. 13-15.

CARVALHO, M. C. B. o que é vida cotidiana?. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012a. p. 23-29.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, E. G. Juventude rural, “mais que uma palavra” – uma problematização da construção de categorias sociais. In: MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Interpretações, estudos rurais e política**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédia: Edur, 2010. Cap. 3, p. 61-94.

CAVALCANTI, J. S. B. “Globalização e ruralidade”. In WANDERLEY, M. N. B. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas rurais no Nordeste**. São Paulo: Polis: Campinas, Ceres – Unicamp, 2004, pp. 17-32.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil**. Rio: Civilização Brasileira, 1982.

CHAVES, E. S. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 29-37, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a03.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COELHO, M. **Imediatividade na prática profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

COIMBRA, C. M. B. A psicanálise nos tempos da ditadura. **Pulsional revista de psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, mar., p.64-80, 2009. Disponível em: <<http://biblat.unam.mx/pt/revista/pulsional-revista-de-psicanalise/3>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da Ordem**: Uma Viagem pelas Práticas Psi no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

CORDEIRO, M. P. *et al.* Como pensamos ética em pesquisa. In: SPINK, M. J. P. et al. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual). Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/4210b1g699n11le/2014-Livro-spink-producao-de-informacao.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CÔRTEZ, C. P. “Novas ruralidades”, “novo rural” ou “urbanidades no rural”? O município de Sumidouro/RJ como estudo de caso no rural fluminense. 200-. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/25.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

COSTA FILHO, A. Quilombos e Povos Tradicionais. 20---. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/costa-filho-aderval-quilombos-e-povos-tradicionais.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COSTA, A. F. S.; CARDOSO, C. L. Inserção do Psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 223-229, 2010. Disponível em: <[www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/download/115/122](http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/download/115/122)>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS/Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. Brasília, CFP, 2007. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha\\_crepop\\_cras\\_suas.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf). Acesso em: 28 set. 2016.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas a atenção básica à saúde**. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <[http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/02/Praticas\\_ABS.pdf](http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/02/Praticas_ABS.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra**. 2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-das-psicologas-em-questoes-relativas-a-terra/>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.) **Políticas públicas e assistência social**: diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2009, p.13-40.

DANTAS, C. M. B. **A ação do Psicólogo na Assistência Social: “interiorização da profissão” e combate à pobreza.** 2013. 319f. Tese (Programa de Pós Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17400>. Acesso em: 25 mar. 2016.

DEDECCA, C. S. Contribuições para a agenda da política de combate à pobreza rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs. Da série); BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Orgs. dos Textos). **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional.** Brasília: IICA, (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17), 2013. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-17.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

DIEGUES, A. C. *et al.* (Org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** São Paulo: fev., 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de pesquisa,** Campinas, n. 82. Unicamp. 2009. Disponível em: <https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estudos de Psicologia,** v. 3, n. 1, p. 53-81, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a04v03n1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia,** v. 5, n. 1, p. 95-121, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2000000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100006). Acesso em: 21 mar. 2016.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a08.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

DIMENSTEIN, M. Subjetividade e práticas Institucionais: a reforma psiquiátrica em forma. **Revista Vivência,** n. 32, p. 25-31, 2007. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/32/PDF%20para%20INTERNET\\_32/B\\_DOSSIE\\_CV%20E%20APRESENTA%C3%87%C3%83O.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/32/PDF%20para%20INTERNET_32/B_DOSSIE_CV%20E%20APRESENTA%C3%87%C3%83O.pdf). Acesso em: 23 out. 2011.

DIMENSTEIN, M; MACEDO, J. P. Formação em Psicologia: Requisitos para Atuação na Atenção Primária e Psicossocial. **Psicologia: ciência e profissão,** v. 32 (num. esp.), p. 232-245, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282024795016>. Acesso em: 21 mar. 2016.

DIREITO, D. et al. Perfil socioeconômico das pessoas e famílias residentes no meio rural sob a ótica do cadastro único para programas sociais. In: MELLO, J. (Org.). **A inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo.**

Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília, DF, n. 23, 2015. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023\\_%20FINAL\\_910.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2016.

DO CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 252-280. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/11.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

DRAIBE, S. M. As políticas de combate à pobreza na América Latina. **São Paulo perspect**, v. 4, n. 2, p. 18-24, abr./jun., 1990. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=399959&indexSearch=ID>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

DRAIBE, S. M. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, ANPOCS: Vértice, 1989.

ENGELMANN, S. I.; GIL, A. D. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP**, n. 2, set., 2012. Disponível em: [http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange\\_e\\_aldo\\_duran.pdf](http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange_e_aldo_duran.pdf). Acesso em: 03 dez. 2016.

ESCH, C. F.; JACÓ-VILELA, A. M. A regulamentação da profissão de Psicólogo e os currículos de formação *psi*. In: JACÓ-VILELA, A. M., CEREZZO, A. C., RODRIGUES, H. B. C., (Orgs). **Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 3-12. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/hkyyb/04>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, São Paulo, set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua nova**, n. 35, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n35/a04n35.pdf>. Acesso em 21 set. 2016.

FALEIROS, V. P. As funções da política social no capitalismo. In: FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

FAVARETO, A. **Agricultura familiar, pobreza e o futuro dos territórios rurais: os sucessos e os impasses da agenda atual**. 2014. Disponível em: <https://favaretoufabc.wordpress.com/meus-artigos-e-textos/>. Acesso em: 14 out. 2016.

FAVARETO, A. *et al.* **A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente Brasil (2000-2010)**. Rimisp/Cebrap/UFABC. São Paulo/Santiago de Chile, Fev. 2014. Disponível em: <https://favaretoufabc.wordpress.com/meus-artigos-e-textos/>. Acesso em: 27 set. 2016.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 220f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FAVERO, E.; SARRIERA, J. C. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n1/a02v12n1.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

FELICIO, M. J.; FERNANDES, B. M. A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente, [s/n], v. 2, 2013. pp. 52-66. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/construindo-um-estilo-de-pensamento-na-quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-o-debate-paradigm%C3%A1tico-e-o-1>. Acesso em: 03 dez. 2016.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaBernardo.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2016.

FERNANDES, B. M; WELCH, C. A; GONÇALVES, E. C. Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente, [s/n], v. 2, 2013. pp. 67-151. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/construindo-um-estilo-de-pensamento-na-quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-o-debate-paradigm%C3%A1tico-e-o-1>. Acesso em: 03 dez. 2016.

FERREIRA NETO, J. L. A Atuação do Psicólogo no SUS: Análise de Alguns Impasses. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, p. 390-403, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a13.pdf>. Acesso em: 28 de mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a13.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FERREIRA, D. A. de O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70, 1º semestre, 2001. Disponível em: <[www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/.../331](http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/.../331)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

FERREIRA, P. R. **Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008.

FEUERWERKER, L. Modelos tecnoassistenciais, gestão e organização do trabalho em saúde: nada é indiferente no processo de luta para a consolidação do SUS. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v. 9, n. 18, p. 489-506, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832005000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832005000300003)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

FIGUEIRA, S. A. (Org.). **“Cultura da Psicanálise”**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

FRANÇA, A. C. P.; VIANA, B. F. Interface Psicologia e Programa Saúde da Família – PSF: Reflexões Teóricas. **Psicologia ciência e profissão**, v. 26, n. 2, p. 246-257, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200007). Acesso em: 21 mar. 2016.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia (Social) Comunitária: Práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90 no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F (Org.). **Psicologia Social Comunitária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 54-80.

FROEHLICH, J. M. A crítica da sociologia rural ‘tradicional’ e a busca de abordagens contemporâneas para o espaço agrário. **Extensão Rural**. Santa Maria: CPGEExR/UFSM, v.2, n.2, 1994. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2014/1572-1420689285.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FUINI, L. L. As Novas Dimensões do Rural: Território e Arranjos Produtivos Locais. **Revista Geografares**, n. 9, p. 103-122, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/1350/1254>. Acesso em: 27 fev. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Diagnóstico socioeconômico município Brasileira**. 2013a. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27\\_c7130b45d6.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27_c7130b45d6.pdf). Acesso em: 24 ago. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Diagnóstico socioeconômico município Milton Brandão**. 2013b. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27\\_d706bb263d.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27_d706bb263d.pdf). Acesso em: 24 ago. 2016.

GASKELL, G. entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GERHARDT, C. H. **Os “rurais” e as “novas” ruralidades: problematizando questões**. 2004. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=3811&Itemid=318](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3811&Itemid=318). Acesso em: 20 mar. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Campesinato, agronegócio e latifúndio: territórios da questão agrária e a fronteira agropecuária brasileira. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o**



conhecimento geográfico. Presidente Prudente, [s/n], v. 2, 2013. p. 33-51. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/construindo-um-estilo-de-pensamento-na-quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-o-debate-paradigm%C3%A1tico-e-o-1>. Acesso em: 03 dez. 2016.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1990. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_14/rbcs14\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm). Acesso em: 21 set. 2016.

GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A (Orgs.). Introdução. In: **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social**. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Disponível em: [http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Diversidade\\_do\\_campesinato\\_vol2.pdf](http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Diversidade_do_campesinato_vol2.pdf). Acesso em: 21 set. 2016.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONTIJO, F.; ERICK, I. Diversidade Sexual e de Gênero, Ruralidade, Interioridade e Etnicidade no Brasil: Ausências, Silenciamentos e... Exortações. **ACENO**, v. 2, n. 4, p. 24-40, 2015. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3181>. Acesso em: 21 set. 2016.

GONTIJO, R. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16523.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

GUEDES, S.N.R; REYDON, B.P. Direitos de propriedade da terra rural no Brasil: uma proposta institucionalista para ampliar a governança fundiária. **RESR**, v. 50, n. 3, p. 525-544, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a08v50n3.pdf>. Acesso em: 17 de Abr. 2017.

GUERRA, Y. **A racionalidade hegemônica do capitalismo no Brasil contemporâneo**: uma análise das suas principais determinações. PUC-SP, 1998.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HAAS, J. M; HILLIG, C. H. A abordagem da pobreza rural no contexto das novas ruralidades. In: 48º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 2009. Campo Grande. **Anais eletrônicos...** Campo Grande: 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/94.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade em debate. **GEOgraphia**, ano IX, n.17, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/213>. Acesso em: 14 out. 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUR, D. U. Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia USP**, São Paulo, v.23, n.1, p. 69-90, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

IAMAMOTO, M. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Ser Social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez., 2013. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/9520](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9520)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11. ed. Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. Cortez: 2008.

IANNI, O. **A ideia do Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. **O. Teorias da Globalização**. Rio: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. **Indicadores Sociais Municipais 2010**. Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [www.ibge.gov.br/.../censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/default\\_indicadores\\_s....](http://www.ibge.gov.br/.../censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_s....) Acesso em: 26 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Senso 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 26 set. 2016.

JACÓ-VILELA, A. M. História da Psicologia no Brasil: Uma Narrativa por Meio de seu Ensino. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, (num. esp.), p. 28-43, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca04.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

KAST, F.; ROSENZWEIG, J. **Organização e administração**: um enfoque sistêmico. São Paulo: Pioneira, 1987.

KAYSER, B. **La renaissancerurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

KERSTENETZKY, C. L. **O estado do bem-estar social na idade da razão**: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LANDINI, F. La noción de psicología rural y susdesafíos en el contexto latinoamericano. In: LANDINI, F. (Org.). **Hacia una Psicología Rural Latinoamericana**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20150213020711/Hacia\\_una\\_psicologia\\_rural.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20150213020711/Hacia_una_psicologia_rural.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R.H.F (Org.). **Psicologia Social Comunitária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 54-80.

LAURIANO, C. V.; SILVA, M. C. O.; PESSINI, M. A. Os desafios e as perspectivas da inserção do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). **Akrópolis** (UNIPAR), v. 19, p. 229-239, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/?journal=akropolis&page=article&op=view&path%5B%5D=4271&path%5B%5D=2650>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, J. F. *et al.* A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: LEITE, J.F; DIMENSTEIN, M. (Org.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 27-55. Disponível em: <[xa.yimg.com/kq/groups/19029422/.../Psicologia+e+contextos+rurais.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/19029422/.../Psicologia+e+contextos+rurais.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

LHULLIER, L. A.; ROSLINDO, J. J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, L.A. (Org.). **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2013. Disponível em: [http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo\\_files/quem\\_e\\_a\\_psicologa\\_brasileira.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/quem_e_a_psicologa_brasileira.pdf). Acesso em: 24 ago. 2016.

LINDNER, M.; ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo, p. 01-15, 2009. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Lindner\\_M.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Lindner_M.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002. Disponível em: [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle\\_1.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle_1.pdf). Acesso em: 10 jan. 2017.

LUZ, A. F; SANTIN, J. R. As Relações de Trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da Revolução de 1930. In: IV Congresso Internacional de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá. **Trabalho completo...** Maringá, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a15.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MACEBO, D.; JACÓ-VILELA, A. M.; ROCHA, M. L. Psicologia Social e História: um encontro necessário. In: MACEBO, D.; JACÓ-VILELA, A. M.; ROCHA, M. L. (Orgs.). **Psicologia Social**: relatos na América Latina. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=F4Ua\\_s8qP1QC&pg=PA16&lpg=PA16&dq=cria%C3%A7%C3%A3o+da+abrapso&source=bl&ots=j7hYiKi\\_2I&sig=jI6utYodleOU83RSJxrYsmWGEgQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewjEn4f3h-LAhXIFZAKHVqQCdkQ6AEINDAF#v=onepage&q=cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20abrapso&f=false](https://books.google.com.br/books?id=F4Ua_s8qP1QC&pg=PA16&lpg=PA16&dq=cria%C3%A7%C3%A3o+da+abrapso&source=bl&ots=j7hYiKi_2I&sig=jI6utYodleOU83RSJxrYsmWGEgQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewjEn4f3h-LAhXIFZAKHVqQCdkQ6AEINDAF#v=onepage&q=cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20abrapso&f=false)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MACEDO, J. P. et al. O psicólogo brasileiro no suas: quantos somos e onde estamos? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul./set. 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722011000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300015)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MACEDO, J. P. **Participação e ação política de psicólogos frente à Política de Saúde Mental no Piauí**. 2011. 271f. Tese (Programa de Pós Graduação em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17389>. Acesso em: 14 out. 2016.

MACEDO, J. P.; CABRAL, C. M. T.; DIMENSTEIN, M. A Psicologia no Programa de Atenção Integral à Família no município de Natal-RN. In: DIMENSTEIN, M. (Orgs.). **Produção do conhecimento, agenciamentos e implicação no fazer pesquisa em Psicologia**. Natal, RN: Ed. UFRN, 2009, p. 335-349.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Expansão e Interiorização da Psicologia: Reorganização dos Saberes e Poderes na Atualidade. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, n. 2, p. 296-313, 2011a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a08.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Formação do psicólogo para a saúde mental: a psicologia piauiense em análise. **Interface - Comunicação saúde educação** v. 15, n. 39, p. 1145-57, out./dez. 2011b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832011000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832011000400014&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 30, n. 1, p. 182-192, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79924085014>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MAIA, A. C. **Cultura e relação rural-urbano**: considerações teóricas e o caso dos migrantes mineiros em Rio Claro-SP. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-22. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Maia\\_AC.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Maia_AC.pdf). Acesso em: 21 set. 2016.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002. Disponível em: <[portal.mda.gov.br/o/3467997](http://portal.mda.gov.br/o/3467997)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (Orgs.). **Psicologia social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação, p. 181-199, Campinas: Alínea, 2011.

MARTINS, A. M. et al. A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Psicologia: ensino & formação**, v. 1, n. 1., p. 83-98, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v1n1/08.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MARTINS, A. M.; AUGUSTO, R. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Psicologia e educação rural na obra de Helena Antipoff: um olhar sobre o passado. **Memorandum**, v. 21, p. 88-104, 2011. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/revista/wp-content/uploads/2012/03/martinsaugustoantunesrocha01.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a04.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

MATOS, E. A. C.; MEDEIROS, R. M. V. A relação campo-cidade e as “novas” ruralidades. **Para Onde!?**, v. 5, n. 1, p. 1-15, ago./dez., 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/25988/15216>. Acesso em: 07 mar. 2017.

MATOS, E. A. C.; MEDEIROS, R. M. V. A relação campo-cidade e as “novas” ruralidades. **ParaOnde!?**, v.5, n.1, ago./dez., p. 01-15, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/25988/15216>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MATTEI, L. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. 105-124, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a06v52s1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MAURIEL, A. P. O. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/04.pdf>.

MEDEIROS, M. S. S. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar**. 2005. 152f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2005. Disponível em: <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/MariaSSM.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P. et al. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual). Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/4210b1g699nl1le/2014-Livro-spink-producao-de-informacao.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016. p. 273-294.

MEIJA, M. R.; MOREIRA, R. J. Tensões entre diferentes ruralidades na comunidade de Taquari. In: MOREIRA, R.J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Cap. 4, p. 89-108.

MELLO, J.; OLIVEIRA, Y. Apresentação. In: MELLO, J. (Org.). **A inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília, DF, n. 23, 2015. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023%20FINAL%20910.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MELLO, S. L. Psicologia: características da profissão. In: YAMAMOTO, O. H., COSTA, A. L. F. (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal-RN: EDUFRN, 2010.

Disponível em: <[http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo\\_files/Escritos-prof-psicologo-no\\_Brasil.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/Escritos-prof-psicologo-no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MENDES, E. V. 25 anos do Sistema Único de Saúde: resultados e desafios. **Estudos avançados**, v. 27, n. 78, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/03.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MENEGON, V. M. Por Que Jogar Conversa Fora? SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. p. 188-214.

MERHY, E. O ato de cuidar como um dos nós críticos “chaves” dos Serviços de saúde. 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/artigos-04.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1993.

MINAYO, M. C. S. **Os desafios do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOCELLIM, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.105-125, 2011. Disponível em: [www.revistas.usp.br/plural/article/download/74542/78151](http://www.revistas.usp.br/plural/article/download/74542/78151). Acesso em: 21 set. 2016.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a05.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n110/a04n110.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, M. D. C. Ruralidades no Brasil: qual o lugar das políticas de cultura? In: Rede de estudos rurais, Campinas-SP. 2014b.

MORAES, M. D. C. **Ruralidades, cultura, e desenvolvimento, no Brasil: provocações para um debate necessário**. Seminário Organização e Impactos da Cultura no Desenvolvimento. Regional. Representação Regional/NE do MinC, Recife-PE, 28/8 2014a.

\_\_\_\_\_. Trilhas e enredos no imaginário social de sertão no Piauí. In: **Seminário sobre Patrimônio Cultural e (I) material, coordenado pela FUNDAC e UESPI**. Teresina-PI, 2005. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/200806/CEPRO04\\_4960e3b441.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/200806/CEPRO04_4960e3b441.pdf). Acesso em: 14 out. 2016.

MORAES, M. D. C.; VILELA, S. L. O. Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 1, p. 59-85, 2013. Disponível em: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/138/76>. Acesso em: 24 ago. 2016.

MOREIRA, R. J. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, abr., p. 113-143, 2003. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/232/228>. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-40, 2005a.

\_\_\_\_\_. Identidades sociais em territórios rurais fluminenses. In: MOREIRA, R.J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 65-88, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Terra, poder e território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. A atualidade da política no rural. In: MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Interpretações, estudos rurais e política**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédia: Edur, 2010. Apresentação, p. 07-13.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 133-146.

MOTTA, J. M. C. **Fragmentos da história e da memória da psicologia no mundo do trabalho no Brasil: relações entre a industrialização e a psicologia**. 2004. 266f. Tese (Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000346477>. Acesso em: 21 mar. 2016.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, n. 110, p. 213-240, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n110/a02n110.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, jan./abr., 2006. Disponível em: Acesso em: Acesso em: 10 de Jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

NASCIMENTO, M. L.; MANZINI, J. M.; BOCCO, F. Reinventando as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 15-20, jan./abr., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a03v18n1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

NASCIMENTO, L. P. O. S.; MORAES, M. D. C. Novas dinâmicas territoriais rurais-urbanas e lógicas identitárias no município de Teresina-PI: o caso de Lagoa da Mata. In: **IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste**. Fortaleza-CE, 2013.

NEVES, M. A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues. **Filosofia e História da Biologia**, v. 3, p. 241-261, 2008. Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-03/FHB-v03-13-Marcia-Neves.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

NETTO, J. P. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis/ABEPSS**. Ano 2, n. 3, jan./jun. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17. Ed. Cortez, 2015.

OLIVEIRA, *et. al.* Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe. 2, p. 103-112, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000600011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600011). Acesso em: 21 mar. 2016.

OLIVEIRA, R. B. Evolução da pobreza na América Latina: velhas e novas caras. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs. Da série); BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Orgs. dos Textos). **A nova cara da pobreza rural**: desenvolvimento e a questão regional. Brasília: IICA, (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 17), 2013. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-17.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

OLIVEIRA, E. M. S.; VIANA, K. D. R.; OLIVEIRA, N. P. Reflexos da obra de Nina Rodrigues no pensamento social brasileiro. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 2, n. 1, 2, p. 23-29, 2013. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/6921/4981>. Acesso em: 10 jan. 2017.

OLIVEN, R. G. Cultura e modernidade no brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8571.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

PAIM, J. S. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, p. 1927-1953, out. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2013001000003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001000003). Acesso em 12 mar. 2016.

PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e questão agrária”. **Estudos avançados**, n. 7, 1989, pp. 87-108.

PARKER, I. **Revolução na Psicologia**: da alienação à emancipação. Campinas: Alínea, 2014.

PASQUALI, L. Psicometria. **RevEscEnferm USP**, v. 43, (Esp), p. 992-999, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43nspe/a02v43ns.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.



PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULINO, S. M. As cidades e as serras. Espaço e identidades sociais na construção da ruralidade. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Cap. 10, p. 255-276.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez., 2010. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/16054/13504>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 59-84.

PEREIRA, P. A. P. Concepções e propostas de política social: tendências e perspectivas. In: PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 163-202.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

PIRES, A. **Ruralidades em Transformação: Agricultores, Caseiros e Moradores de Condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

PIRES, A. C. T.; BRAGA, T. M. S. O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional. **Temas em Psicologia**, v. 17, n. 1, p.151-162, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n1/v17n1a13.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

PONTE, K. F. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera**, ano 7, n. 4, jan./jul., 2004. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/02\\_Karina.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/02_Karina.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

PRIORI, A. et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. **Maringá: Eduem**. p. 199-213, 2012. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=y79SBAAAQBAJ&pg=PA199&lpg=PA199&dq=A+Ditadura+Militar+e+a+viol%C3%Aancia+contra+os+movimentos+sociais,+pol%C3%ADtic os+e+culturais&source=bl&ots=5o7Orgd3qF&sig=EHwXy3EWv7catTssGvG\\_ZV9461A&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiK15\\_38dHLAhVFf5AKHdIBDQ8Q6AEIKzAC#v=onepage&q=A%20Ditadura%20Militar%20e%20a%20viol%C3%Aancia%20contra%20os%20moviment os%20sociais%2C%20pol%C3%ADticos%20e%20culturais&f=false](https://books.google.com.br/books?id=y79SBAAAQBAJ&pg=PA199&lpg=PA199&dq=A+Ditadura+Militar+e+a+viol%C3%Aancia+contra+os+movimentos+sociais,+pol%C3%ADtic os+e+culturais&source=bl&ots=5o7Orgd3qF&sig=EHwXy3EWv7catTssGvG_ZV9461A&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiK15_38dHLAhVFf5AKHdIBDQ8Q6AEIKzAC#v=onepage&q=A%20Ditadura%20Militar%20e%20a%20viol%C3%Aancia%20contra%20os%20moviment os%20sociais%2C%20pol%C3%ADticos%20e%20culturais&f=false). Acesso em: 21 mar. 2016.

Prof. Ulysses Pernambucano. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 3-4, mar. 1944. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anp/v2n1/01.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

QUEIROZ, M. I. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RECHTMAN, R. O futuro da psicologia brasileira: uma questão de projeto político. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 69-77, 2015. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/578>. Acesso em: 24 ago. 2016.

REIS, R. G.; CABREIRA, L. As Políticas Públicas e o Campo: e o Psicólogo com Isso? **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, (núm. esp.), p. 54-65, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33nspe/v33speca07.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético-estético-política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, v. 1, n. 2, p. 241-251, Publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade - PUC - São Paulo, set./fev. 1993.

ROMAGNOLI, R. C. A formação dos psicólogos e a saúde pública. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 1, n. 2, dez. 2006. <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/RobertaRomagnoli.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ROMAGNOLI, R. C. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. **Ecos**, v. 1, n.2, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/683>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ROMANELLI, G.; BEZERRA, N. M. A. Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 9, n. 16, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v9n16/08.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROSAS, P.; ROSAS, A., XAVIER, I. B. Quantos e quem somos. In: Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: EDICON, p. 32-48. 1988.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EdUFBa, 2007, p. 12-36.

RUSCHMANN, D. V. M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “Questão Social” no capitalismo brasileiro**. 217f. Tese (Programa de Pós Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no Brasil**: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 111, jul./set. 2012. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300003)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SANTOS, L. N. **A psicologia na assistência social**: convivendo com a desigualdade. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, N. P.; VELA, H. A. G. Tendências pedagógicas na educação brasileira. In: S. WAGNER, A. (Org). **Métodos de Comunicação e participação nas atividades de extensão rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F (Org.). **Psicologia Social Comunitária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 54-80.

SCARPARO, H. B. K.; TORRES, S.; ECKER, D. D. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. **Revista EPOS**, v. 5, n. 1, Rio de Janeiro, jan./jun., p. 57-78, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n1/04.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

SCARPARO, H. B. K; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia social comunitária e formação profissional. **Psicologia & Sociedade**, 19, Edição Especial 2, p. 100-108, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe2/a2519ns2.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8970/5081>. Acesso em: 18 set. 2016.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: E. T. Paulino.; J. E. Fabrini (Orgs.). **Campesinato. Territórios em disputa** (pp. 23-48). São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>. Acesso em: 21 de Set. 2016.

SILVA, M.V.O. **Seminário Nacional a questão da terra: desafios para a psicologia**. Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2006. Disponível em: <[http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/relatorio\\_questaoterra.pdf](http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/relatorio_questaoterra.pdf)>. Acesso em: 20 de fev. 2014.

SILVA, C. A.; YAMAMOTO, O. H. As Políticas Sociais na Formação Graduada do Psicólogo no Piauí. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 4, p. 824-839, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000400005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000400005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SILVA, J. V.; CORGOZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. esp., p. 12-21, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000400003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000400003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SILVA, J. B. Discutindo o rural e o urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 3-11, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/viewFile/183/RA801>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1987.

\_\_\_\_\_. O Novo Rural Brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43-81, mai., 1997. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural Brasileiro. In: IAPAR. (Org.). **Ocupações Rurais Não-Agrícolas: oficina de atualização temática.** Londrina: IAPAR, 2000, v. I, p. 165-173. Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/novo\\_rural\\_br.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável.** Campinas: Papirus, 2000.

SILVA, V. H. F.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. O cuidado em saúde mental em zonas rurais. **Mental**, n. 19, jul./dez., p. 267-285, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v10n19/a08v10n19.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SIQUEIRA, D; OSÓRIO, R. **O conceito de Rural.** 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/rural/osorio.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

SOUZA, M. A. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educ. Soc.** v. 33, n. 120, Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de Sentido no Cotidiano. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano aproximações teóricas e metodológicas.** Rio de Janeiro, 2013. p. 22-41.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B.; MÉLLO, R. P. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: SPINK M. J. P. BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B.; MÉLLO, R. P. Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: SPINK, M. J. P. et al. (Orgs.). **A produção de**

**informação na pesquisa social:** compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual). Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/4210b1g699n11e/2014-Livro-spink-producao-de-informacao.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016. p. 13-30.

STROPASOLAS, V. L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <[juventude.gov.br/juventuderural/arquivos/miolo-juventude-rural-web.pdf](http://juventude.gov.br/juventuderural/arquivos/miolo-juventude-rural-web.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2016.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **AATR-BA**, 2002. Disponível em: <<https://drive.google.com/folderview?id=0ByWkPvtA9FI2RDM5ZERMNIFec3M&usp=sharing#list>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

TEIXEIRA, S. M. Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 2, p. 45-64, jul./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/400/354>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

TELLES, V. S. A "Nova Questão Social" Brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. **Caderno CRH**, v. 12, n. 30, 1999. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=234>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

TERESINA. Lei Complementar nº 87 de 22/08/2007. Teresina, Piauí, 2007. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13144>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

VASCONCELOS, E. M. Os psicólogos e sua inserção no SUAS: da sensação inicial de perda de identidade ao reconhecimento de uma nova profissionalidade e de suas bases teóricas. In: Secretaria de Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - Resende RJ. (Org.). **Cadernos da Assistência Social Volume I: Contribuições para a proteção básica proteção especial**. Resende: Secretaria de Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - Resende RJ, 2011, v. 1. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/91196-Os-psicologos-e-sua-insercao-no-suas.html>>. Acesso em: 14 out. 2016.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2016.

\_\_\_\_\_. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, n. 22, p. 21-33, 2004. Disponível em: <[r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/246/242](http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/246/242)>. Acesso em: 14 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos avançados**, v. 20, n. 57, p.333-353, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a23v2057.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: PIQUET, R.; OLIVEIRA, E. (Orgs.). **Economia e Território no Brasil Contemporâneo**. No prelo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Economia socioambiental**. 1ª. Ed. São Paulo: SENAC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VIANA, A. L. D.; MACHADO, C. V. Proteção social em saúde: um balanço dos 20 anos do SUS. **Revista de Saúde Coletiva**, v.18, n. 4, p. 645-684, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312008000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312008000400004)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

WANDERLEY, L. E. Enigmas do social. In: BÓGUS, Lúcia et al. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Cortez: 2008.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, out., p. 87-145, 2000. Disponível em: <<http://www.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/178/174>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

WANDERLEY, M. N. B; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e elaboração de políticas públicas. In: C. Miranda e H. Silva (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília, IICA, 2013, pp. 413-472.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Norma Giarracca**. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 29 de mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

\_\_\_\_\_. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 52, (supl.1), S025-S044, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Desidades**, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/v1/n1a03.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

WELCH, C. A. et al. **Camponeses brasileiros**. Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: EdUnesp/Brasília:NEAD, 2009. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Camponeses-Brasileiros-vol-1-NEAD.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

WHO. **Declaration of Alma-Ata**. Alma-Ata, USSR, p. 6-12, Sep., 1978. Disponível em: <[http://www.who.int/publications/almaata\\_declaration\\_en.pdf](http://www.who.int/publications/almaata_declaration_en.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

WILLIAMS, R. Campos e cidades. In: **O campo e a cidade**. Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 471- 500.

WOLF, E. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder** (pp. 117-14). Brasília: EdUnB, Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguecia**. Anuário Antropológico. Brasília; UnB, 1987.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, Parentes e compadres**. São Paulo-Brasília/Hucitec-Edunb, 1995.

XIMENES, V. M; MOURA JÚNIOR, J. F. Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: LEITE, J. F; DIMENSTEIN, M. (Org.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFRN, 2013. Cap. 17, p.453-476. Disponível em: <xa.yimg.com/kq/groups/19029422/.../Psicologia+e+contextos+rurais.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

YAMAMOTO, O. H. Políticas Sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 30-37, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a05v19n1.pdf>>. Acesso em: 13 de mar. 2013.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. especial, 2010, p. 9-24. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722010000500002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500002)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

YAMAMOTO, O. H. 50 Anos De Profissão: Responsabilidade Social Ou Projeto Ético-Político? **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, (num. esp.), p. 6-17, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca02.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F.; COSTA, A. L. F. As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho. In: LHULLIER, L. A. (Org.). **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília: CFP, 2013.

YAZBEK, M. C. Estado e Políticas Sociais. 200-. Disponível em: <<http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000175-4316b440ff/Yazbek,%20Maria%20Carmelita.%20Estado%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

## APÊNDICES



**APÊNDICE A**  
**(ENTREVISTA)**

**1. PERFIL PROFISSIONAL:**

- a) Nome:
- b) Sexo:
- c) Idade:
- d) Natural de que cidade:
- e) Serviços que atua no momento:
- f) Instituição de formação: Cidade em que realizou o curso:
- g) Tempo de formado/a:
- h) Estágio/extensão/pesquisa na graduação com ruralidades:
- i) Especialização:
- j) Primeiro emprego:
- k) Tempo de atuação profissional:
- l) Tempo de trabalho no serviço atual:
- m) Tipo de vínculo empregatício atual:
- n) Experiências profissionais anteriores:

**2. TÓPICOS-GUIA**

- a) Sentidos sobre rural;
- b) Atividades que realiza no serviço (como são planejadas/quais objetivos/finalidades);
- c) Motivos que levaram a trabalhar no serviço;
- d) Experiência inicial em contextos rurais;
- e) Campos de conhecimento da psicologia que tem se baseado para nortear a atuação em contextos rurais. Outros campos de saber que tem se baseado para nortear a atuação em contextos rurais.
- f) Experiência no trabalho em contextos rurais e projetos profissionais (dificuldades, desafios, aprendizagens, implicações, mudanças, permanências).

## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Título do projeto:** “Psicologia e ruralidade: aproximações e desafios para a profissão”

**Pesquisador responsável:** João Paulo Sales Macedo.

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal do Piauí- Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

**Telefones para contato:** (86) 9.99462381 (aberto para ligações a cobrar, por parte do participante).

**Local da coleta de dados:** Serviços CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), Equipe volante do CRAS e NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família).

**Prezado(a) Senhor(a):** Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste roteiro de entrevista de forma totalmente **voluntária**. É uma pesquisa desenvolvida no Programa de Políticas Públicas. E este termo será emitido em duas vias uma que ficará com o pesquisador e outra com o participante. Antes de concordar em participar desta pesquisa é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar. Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito. **Justificativa:** Em virtude de compreender os percursos trilhados pelos psicólogos nas políticas sociais no meio rural, trabalharemos com a investigação de como tem se dado essa inserção e quais tem sido os desafios vivenciados. **Objetivo de estudo:** Essa pesquisa tem o objetivo de discutir os percursos profissionais trilhados pelos psicólogos nas políticas de saúde e assistência social em interface com o meio rural.

**Procedimentos:** Sua participação nesta pesquisa consistirá no consentimento de ser observado em suas atividades cotidianas no serviço, bem como, na participação de uma entrevista.

**Benefícios:** Esta pesquisa trará um maior conhecimento sobre o tema abordado, além de ajudar para a compreensão de como a psicologia vem se inserindo no meio rural no contexto do nosso Estado.

**Riscos:** A participação nesta pesquisa *a priori* não representa qualquer risco de ordem física ou psicológica para você, na medida em que prezamos pelo sigilo, porém, caso exista algum desconforto ao compartilhar informações, ou sinta algum incômodo em falar de algum tópico em específico, não precisa respondê-lo, reservando-se no direito de passar à pergunta seguinte, ou mesmo desistir de participar da pesquisa.

**Sigilo:** As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Ciente e de acordo com o que foi anteriormente

\_\_\_\_\_ exposto, eu  
\_\_\_\_\_, estou de  
acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas. Sobre o acompanhamento e assistência ao participante quando do encerramento ou inter rompimento da pesquisa o participante poderá acessar os contatos dos pesquisadores ou do CEP.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura N. identidade

\_\_\_\_\_  
Pesquisador responsável.

Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Pró-Reitoria de Pesquisa. Bairro: Ininga. CEP: 64.049-550 - Teresina – PI. Tel:(86)3237-2332.email:cep.ufpi@ufpi.edu.br. web: www.ufpi.br/cep.

**ANEXOS**

## ANEXO A

## TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ

MACRORREGIÃO	TERRITÓRIO	AGLOMERADOS DE MUNICÍPIOS
LITORAL	Planície Litorânea	AG 1 - Cajueiro da Praia; Ilha Grande; Luís Correia; Parnaíba.
		AG 2 - Bom Princípio do Piauí; Buriti dos Lopes; Caraúbas do Piauí; Caxingó; Cocal; Cocal do Alves; Murici dos Portela
MEIO-NORTE	Cocais	AG 3 - Barras (01); Batalha; Campo Largo do Piauí; Esperantina; Joaquim Pires; Joca Marques; Luzilândia; Madeiro; Matias Olímpio; Morro do Chapéu; Nossa Senhora dos Remédios; Porto; São João do Arraial.
		AG 4 - Brasileira; Piripiri; Piracuruca; São João da Fronteira; São José do Divino; Domingos Mourão; Lagoa do São Francisco; Milton Brandão; Pedro II.
	Carnaubais	AG 5 - Boa Hora; Cabeceiras do Piauí; Boqueirão do Piauí; Campo Maior; Capitão de Campos; Cocal de Telha; Jatobá do Piauí; Nossa Senhora de Nazaré; Sigefredo Pacheco.
		AG 6 - Assunção do Piauí; Buriti dos Montes; Castelo do Piauí; Juazeiro do Piauí; Novo Santo Antônio; São João da Serra; São Miguel do Tapuio.
	Entre Rios	AG 7 - Alto Longa; Coivaras; Miguel Alves; Altos; José de Freitas; Lagoa Alegre; Teresina; União; Pau d'Arco do Piauí.
		AG 8 - Beneditinos; Currealinhos; Demerval Lobão; Lagoa do Piauí; Miguel Leão; Monsenhor Gil.
AG 9 - Agricolândia; Água Branca; Amarante; Angical do Piauí; Barro Duro; Hugo Napoleão; Jardim do Mulato; Lagoinha do Piauí; Olho D'Água do Piauí; Palmeirais; Passagem Franca do Piauí; Regeneração; Santo Antônio dos Milagres; São Gonçalo do Piauí; S Pedro do Piauí.		
	Vale do Sambito	AG 10 - Aroazes; Prata do Piauí; Santa Cruz dos Milagres; São Félix do Piauí;

SEMIÁRIDO		São Miguel da Baixa Grande.
		<b>AG 11</b> - Barra D'Alcântara; Elesbão Veloso; Francinópolis; Inhuma; Lagoa do Sítio; Novo Oriente; Pimenteiras; Valença do Piauí; Várzea Grande; Ipiranga do Piauí.
	<b>Vale do Rio Guaribas</b>	<b>AG 12</b> - Aroeira do Itaim; Bocaina; Geminiano; Picos; Santana do Piauí; São João da Canabrava; São José do Piauí; São Luis do Piauí; Sussuapara; Santo Antônio de Lisboa; Itainópolis; Vera Mendes.
		<b>AG 26</b> - Alagoinha do Piauí; Alegrete; Francisco Santos; Monsenhor Hipólito; Pio IX; São Julião; Campo Grande do Piauí; Fronteiras; Vila Nova do Piauí.
		<b>AG 13</b> - Belém do Piauí; Caldeirão Grande do Piauí; Francisco Macedo; Jaicós; Marcolândia; Massapê do Piauí; Padre Marcos; Simões.
		<b>AG 14</b> - Acauã; Betânia do Piauí; Caridade do Piauí; Curral Novo do Piauí; Jacobina do Piauí; Patos do Piauí; Paulistana; Queimada Nova.
	<b>Vale do Rio Canindé</b>	<b>AG 15</b> - Cajazeiras do Piauí; Colônia do Piauí; Dom Expedito Lopes; Oeiras; Paquetá; Santa Cruz do Piauí; São Francisco do Piauí; Santa Rosa do Piauí; São João da Varjota; Tanque do Piauí; Wall Ferraz.
		<b>AG 16</b> - Bela Vista do Piauí; Campinas do Piauí; Conceição do Canindé; Floresta do Piauí; Isaias Coelho; Santo Inácio do Piauí; São Francisco de Assis do Piauí; Simplicio Mendes.
	<b>Serra da Capivara</b>	<b>AG 17</b> - Campo Alegre do Fidalgo; Capitão Gervásio Oliveira; João Costa; Lagoa do Barro do Piauí; São João do Piauí; Coronel José Dias; Dirceu Arcoverde; Dom Inocêncio; São Lourenço do Piauí; São Raimundo Nonato.
		<b>AG 18</b> - Anísio de Abreu; Bonfim do Piauí; Caracol; Fartura do Piauí; Guaribas; Jurema; São Braz do Piauí; Várzea Branca.
		<b>AG 19</b> - Arraial; Francisco Ayres; Floriano; Nazaré do Piauí.

CERRADOS	<b>Vale dos Rios Piauí e Itaeira</b>	<b>AG 20</b> - Nova Santa Rita; Paes Landim; Pedro Laurentino; Ribeira do Piauí; Socorro do Piauí; São José do Peixe; São Miguel do Fidalgo.
		<b>AG 21</b> - Flores do Piauí; Itaeira; Pavussú; Rio Grande do Piauí; Brejo do Piauí; Canto do Buriti; Pajeú do Piauí; Tamboril do Piauí.
	<b>Tabuleiros do Alto Parnaíba</b>	<b>AG 22</b> - Baixa Grande do Ribeiro; Ribeiro Gonçalves; Uruçuí; Antônio Almeida; Bertolândia; Landri Sales; Marcos Parente; Porto Alegre do Piauí; Sebastião Leal; Canavieira; Guadalupe; Jerumenha.
	<b>Chapada das Mangabeiras</b>	<b>AG 23</b> - Colônia do Gurguéia; Eliseu Martins; Manoel Emídio; Alvorada do Gurguéia; Bom Jesus; Cristino Castro; Currais; Palmeira do Piauí; Santa Luz.
		<b>AG 24</b> - Redenção do Gurguéia; Avelino Lopes; Curimatá; Julio Borges; Morro Cabeça no Tempo; Parnaguá.
		<b>AG 25</b> - Santa Filomena; Barreiras do Piauí; Gilbués; Monte Alegre; São Gonçalo do Gurguéia; Corrente; Cristalândia; Riacho Frio, Sebastião Barros.;

**Fonte:** disponível no seguinte endereço eletrônico:

[www.fundac.pi.gov.br/pontos/tabelaII\\_territorios\\_desenvolvimento\\_pi\\_.doc](http://www.fundac.pi.gov.br/pontos/tabelaII_territorios_desenvolvimento_pi_.doc).